



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – IFCH**

MARCELO TAVARES RIBEIRO

***TIERRA Y LIBERTAD: PORTA-VOZ DOS GRUPOS DE AFINIDADE E DO
ANARQUISMO INSURRECIONAL DURANTE A SEGUNDA REPÚBLICA
ESPAÑOLA
(1931-1936)***

CAMPINAS

2018

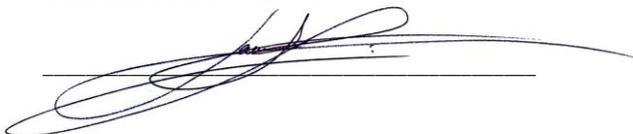
MARCELO TAVARES RIBEIRO

***TIERRA Y LIBERTAD: PORTA-VOZ DOS GRUPOS DE AFINIDADE E DO
ANARQUISMO INSURRECIONAL DURANTE A SEGUNDA REPÚBLICA
ESPAÑHOLA
(1931-1936)***

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutor em História, na área de História Social.

Professor orientador: Dr. FERNANDO TEIXEIRA DA SILVA.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA PELO ALUNO MARCELO TAVARES RIBEIRO, E ORIENTADA PELO PROF. DR. FERNANDO TEIXEIRA DA SILVA.



CAMPINAS

2018

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): CAPES

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5182-5510>

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Paulo Roberto de Oliveira - CRB 8/6272

R354a Ribeiro, Marcelo Tavares, 1982-
Tierra y Libertad: Porta-voz dos grupos de afinidade e do anarquismo insurrecional durante a Segunda República Espanhola (1931-1936) / Marcelo Tavares Ribeiro. – Campinas, SP : [s.n.], 2018.

Orientador: Fernando Teixeira da Silva.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Anarquismo. 2. Insurreição. 3. Anarquismo e anarquistas - Espanha. I. Silva, Fernando Teixeira da, 1963-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: *Tierra y Libertad*, the spokesman for affinity groups and insurrectionary anarchism during the second Spanish republic (1931-1936)

Palavras-chave em inglês:

Anarchism

Insurrection

Anarchism and anarchists - Spain

Área de concentração: História Social

Titulação: Doutor em História

Banca examinadora:

Fernando Teixeira da Silva [Orientador]

Michael McDonald Hall

Claudio Henrique de Moraes Batalha

Carlos Augusto Addor

Carlo Maurizio Romani

Data de defesa: 21-09-2018

Programa de Pós-Graduação: História



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

A comissão julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 21 de setembro de 2018, considerou o candidato Marcelo Tavares Ribeiro aprovado.

Prof. Dr. Fernando Teixeira da Silva

Prof. Dr. Michael McDonald Hall

Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha

Prof. Dr. Carlos Augusto Addor

Prof. Dr. Carlo Maurizio Romani

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Secretaria do Programa de Pós Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

AGRADECIMENTOS

A todos aqueles que me ajudaram durante toda a minha vida e, especialmente, durante o árduo processo de escrita da presente pesquisa, um agradecimento especial que prefiro fazê-lo pessoalmente a escrever uma infindável lista de pessoas maravilhosas que contribuíram direta ou indiretamente para essa tortuosa e angustiante caminhada.

Agradeço à orientação do Prof. Dr. Fernando Teixeira da Silva.

Agradeço ao Prof. Michael M. Hall pelas diversas indicações bibliográficas e também pelas contribuições para o conteúdo dessa pesquisa.

Agradeço ao Prof. Claudio Batalha, membro da banca de qualificação, por suas importantes intervenções e sugestões.

Por fim, agradeço à Capes pela bolsa de estudos que financiou essa pesquisa, assim como ao Programa de Pós-Graduação em História Social da UNICAMP. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Mesmo sufocada, a rebelião não é inútil, passa à história como antecipação da revolução. E, se possui mártires e heroísmo, ilumina tempos melhores, desperta almas adormecidas.

Luigi Fabbri

RESUMO

A presente pesquisa propõe investigar uma tendência minoritária do movimento libertário espanhol: os grupos de afinidade e sua ideologia marcada pela talante insurrecional no contexto da 2ª República Espanhola. Para tanto, primeiramente, foi feita uma imersão no bojo das ideologias primordiais do anarquismo espanhol, quais sejam, o anarcocoletivismo e o anarcocomunismo – tangenciando também, ainda que em menor grau, alguns aspectos da ideologia anarcoindividualista. Surgidos do contexto de clandestinidade, tais grupos se afirmaram contra as entidades centralizadoras que, segundo os mesmos, tolhiam as ações grupistas. Contudo, no início do século XX, as referidas agrupações se isolaram do movimento operário e foram praticamente extintas devido também ao fortalecimento da tendência anarcossindicalista que culminou na criação da Confederação Nacional do Trabalho, em 1910. No seguinte período, marcadamente a partir dos conflitos sindicais de 1917 a 1923, uma outra geração de grupos de afinidade com maior perfil de classe operária surge e se conforma no bojo dos violentos conflitos, principalmente na cidade de Barcelona. Em 1927, com o surgimento da Federação Anarquista Ibérica (FAI), pela primeira vez, uma entidade específica dos anarquistas grupistas é fundada. Deste modo, a análise central do presente trabalho voltará os olhos para as nuances e contradições da ideologia anarquista insurrecional da FAI a partir de 1930, com a transição para o regime republicano. O objeto central de análise será o jornal porta-voz da FAI na república: *Tierra y Libertad*. Para lançar luz às contradições entre o discurso e as práticas insurrecionais, dentre as quais se destacam as ações diretas violentas e as tentativas de insurreição, é proposto um esmiuçar do conteúdo do referido jornal, apontando as limitações doutrinárias da referida tendência diante dos principais processos históricos do período – sobretudo dos eventos insurrecionais ocorridos durante a 2ª República (1931-1936).

Palavras-chave: Anarquismo; Insurreição; Anarquismo e Anarquistas – Espanha.

ABSTRACT

The present research proposes the investigation of a minority tendency of the Spanish libertarian movement, namely affinity groups and their ideology, marked by the insurrectional mood in the context of the second Spanish Republic. An immersion was carried out in the bosom of the primordial ideologies of Spanish anarchism, i.e, anarcho-leotivism and anarcho-communism, also assessing, to a lesser extent, some aspects of the anarchoindividualist ideology. Emerging from a clandestine context, these groups asserted themselves against the centralizing entities that, according to them, hindered group actions. However, at the beginning of the 20th century, these groups isolated themselves from the labor movement and were virtually extinguished, due to the strengthening of the anarcho-syndicalist tendency that culminated in the creation of the National Labor Confederation, in 1910. In the following period, markedly due to the union conflicts arising from 1917 to 1923, another generation of affinity groups with a higher working-class profile emerged and settled in the midst of violent conflicts, mainly in the city of Barcelona. In 1927, with the emergence of the Iberian Anarchist Federation (FAI), a specific entity of group anarchists was founded for the first time. In this context, the central analysis of the present study will assess the nuances and contradictions of the FAI insurrectionary anarchist ideology beginning in 1930, with the transition to the republican regime. The central analysis object will be the FAI newspaper spokesman in the republic: *Tierra y Libertad*. To shed light on the contradictions between insurrection practice and discourse, a scrutiny of the content of this newspaper is proposed, pointing out the doctrinal limitations of this tendency in the face of the main historical processes of the period, notably, the insurrectionary events that occurred during the Republic (1931-1936).

Keywords: Anarchism; Insurrection; Anarchism and Anarchists – Spain.

LISTA DE ABREVIATURAS

ADS – Aliança da Democracia Socialista.

AIT – Associação Internacional dos Trabalhadores.

CDE – Comissão de Defesa Econômica.

CNT – Confederação Nacional do Trabalho.

CRT – Confederação Regional do Trabalho.

CRTC – Confederação Regional do Trabalho da Catalunha.

FAI – Federação Anarquista Ibérica.

FIJL – Federação Ibérica de Juventudes Libertárias.

FNGA – Federação Nacional de Grupos Anarquistas.

FRGAC – Federação Regional de Grupos Anarquistas da Catalunha.

FRC – Federação de Resistência ao Capital.

FRE – Federação Regional Espanhola.

FTRE – Federação dos Trabalhadores da Região Espanhola.

OARE – Organização Anarquista da Região Espanhola.

S.O. – Solidariedade Operária.

SL – Sindicatos Livres.

TYL – *Tierra y Libertad*.

UGT – União Geral dos Trabalhadores.

SUMÁRIO

Introdução	11
1 Capítulo 1 – O surgimento do insurrecionalismo anarquista espanhol por meio das manifestações históricas das principais tendências anarquistas do período (1870-1900)	19
2 Capítulo 2 – O prenúncio da insurreição republicana: sociabilidades, conflitividade sindical e o surgimento da FAI (1900-1930)	68
3 Capítulo 3 – Os grupos de afinidade e o insurrecionalismo anarquista durante a 2ª República por meio do jornal <i>Tierra y Libertad</i>	111
3.1 Primeira Parte. Constantes Discursivas e Base Doutrinal	119
3.1.1 Antipolítica como cláusula pétrea.	122
3.1.2 Homogeneização dos regimes políticos: República como ditadura.	125
3.1.3 Triunfalismo: apologia constante à oportunidade do triunfo revolucionário como adequação da análise de conjuntura para a ação.	131
3.1.4 Dignidade, rebeldia, abnegação e mártir: a construção narrativa do indivíduo insurrecional.	135
3.1.5 Grupos de afinidade: a célula organizativa insurrecional.....	142
3.1.6 A estratégia frente ao sindicato: reforma como inimigo, os reformadores como traidores e a enérgica resposta por meio da estratégia de cooptação no meio laboral	149
3.1.7 Estratégia frente ao Estado: ilegalismo, belicismo e insurrecionalismo	159
3.2 Segunda Parte. <i>Entre el dicho y el hecho hay un buen trecho</i>: TYL e as contradições do discurso	166
3.2.1 A formação política instrumental como propaganda necessária à revolução social	167
3.2.2 Fontes diretas e os receios por trás do discurso insurrecional.	171
3.2.3 Insurrecionalismo como um mecanismo de pressão política: uma estratégia plausível perante o Estado	178
3.2.4 Intentos insurrecionais frustrados como prova da viabilidade do comunismo libertário ...	187
3.3 Terceira Parte. TYL e o desenrolar das constantes discursivas no restante do período republicano (1933-1936)	195
Considerações finais	232
Referências	237
Anexo I. Tabela 1: tipologia dos grupos de afinidade filiados à FAI	246
Anexo II – Dados Biográficos	265

Introdução

Na história contemporânea, não foram poucos os casos de movimentos políticos de orientação anarquista que se sublevaram e estabeleceram, ainda que por um curto período de tempo, com o controle do poder local e até regional. Também foram muito diversas as formas de organização desses coletivos, federações ou grupos de ação. Por exemplo, percebemos na Comuna de Paris (1871) a presença de vários militantes internacionalistas coletivistas que participaram dos eventos¹.

Há, também, o caso ucraniano, de tendência anarcosindical, no início do século XX, que se transformou no decorrer da década de 1910 e passou a ser direcionado às massas camponesas². E, por fim, ressaltamos o caso da Itália e da intensa militância de Bakunin junto aos líderes anarquistas italianos, dentre os quais destacamos Giuseppe Fanelli e Errico Malatesta. Este, com Carlo Cafiero, liderou a “Insurreição de Benevento”, em abril de 1877³.

Em todos os países destacados – assim como veremos no caso espanhol – os anarquistas alternaram formas de organização hegemônica: em alguns momentos se encontravam fundamentalmente organizados em sindicatos voltados ao campo da luta econômica, com o uso de greves gerais. Outras vezes, havia o predomínio de grupos de ação revolucionária que, a partir de tentativas insurrecionais, buscavam a transformação da sociedade.

No entanto, tratando-se de temática anarquista e de movimentos sociais libertários, o anarquismo espanhol é, seguramente, um dos temas de maior incidência na história social europeia. O que se desenvolveu na Espanha, desde 1860 até o fim da guerra civil em 1939, foi um processo histórico ímpar, objeto de estudo de dezenas de historiadores.

¹ Eliseé Reclus, por exemplo, no decorrer da Comuna, passou do republicanismo radical ao anarquismo coletivista. FERRETTI, Federico. La Comuna de París y los orígenes del pensamiento anarquista: la experiencia de los hermanos Reclus. *Germinal, Revista de Estudios Libertarios*, Madrid, n. 8, p. 8-41, 2009.

² Fazemos referência, aqui, ao processo revolucionário desencadeado na região ucraniana de Gulai-Polé, liderada pelo anarquista Nestor Makhno. Tal processo alcançou grande projeção: toda a região foi controlada por um exército próprio e houve a coletivização das terras. Frank Mintz discorre sobre o desenvolvimento do anarcossindicalismo ucraniano alicerçando-se em fontes primárias de jornais da época. MINTZ, Frank. *O anarquismo social*. São Paulo: Editora Faísca, 2005.

³ VERNON, Richards. *Malatesta: pensamiento y acción revolucionarios*. Buenos Aires: Tupac Ediciones, 2007.

No caso específico da Confederação Nacional do Trabalho (CNT), a produção teórica é significativamente superior⁴.

Em termos regionais, Barcelona – a capital industrial do país – tornou-se o principal bastião do anarcossindicalismo, pois uma cultura operária anarquista, complexa, difusa e multifacetada, consolidou-se durante mais de cinquenta anos⁵. Outro polo de bastante profusão bibliográfica se refere ao anarquismo desenvolvido na Andaluzia, região marcada pelos latifúndios, pela fome, pelo analfabetismo, pelas péssimas condições de trabalho, e, também, por revoltas, mais ou menos articuladas, dependendo do contexto.

Um fato que nos mostra a dimensão deste universo anarquista hegemônico é o início da guerra civil, em 17 de julho de 1936: uma vez deflagrado o conflito pelo controle de Barcelona, em quatro dias os golpistas já estavam aniquilados; seja porque as forças de segurança pública se mantiveram ao lado dos republicanos, seja pela presença de dezenas de militantes anarquistas, muitos de tendência insurrecional, no processo de repressão ao golpe.

Um fenômeno de tal envergadura chamou a atenção da historiografia contemporânea espanhola, em especial dedicada a compreender as causas do conflito beligerante. As respostas, quase sempre, voltaram os olhares para o anarcossindicalismo catalão e para a sua central sindical, a CNT. Pouca atenção foi dada à dinâmica dos grupos de afinidade, voltados ao insurrecionalismo. Desse modo, é justamente para esta sombra que vamos direcionar nosso olhar, pois acreditamos ser de vital importância resgatar a narrativa expressa em seus jornais, em seus feitos e em sua ideologia.

Já sabemos da extrema importância da CNT na elaboração e na ressignificação da cultura operária anarquista. Contudo, a complexidade desse universo cultural, dos bairros operários de Barcelona aos conflitos agrários do sul do país, ainda está longe de ser esgotada.

⁴ Salvador Gurucharri, principalmente nos capítulos 3 e 4 da sua compilação bibliográfica intitulada de *Bibliografía del anarquismo español*, copila, sobre o caso do anarquismo catalão, mais de cinquenta referências bibliográficas dedicadas a temática. GURUCHARRI, Salvador. *Bibliografía del anarquismo español, 1869-1975 – anotaciones para una bibliografía razonada*. Barcelona: Libreria la Rosa del Foc, 2004.

⁵ Chris Ealham se debruça sobre o surgimento e o desenvolvimento desta cultura operária. A partir de uma geografia política das transformações espaciais da cidade, Ealham apresenta como se formaram os “guetos operários”, os chamados *barris obrers*. Tais bairros eram formados, na sua maioria, por trabalhadores diaristas e imigrantes, os quais desenvolveram fortes laços de solidariedade. Ambientes de extrema pobreza, os *barris* vão legitimar ações de roubo para se chegar “ao fim do mês” – desenvolvendo, assim, uma aversão ao Estado e à polícia. O chamado casco antigo era, na época, composto por cerca de 200 ruelas de menos de 3 metros de largura, e passavam de 400 as que chegavam a ter 6 metros de parede a parede – tornando-se, assim, o maior reduto cultural e político anarquista da cidade. José Luis Oyon é mais enfático ao analisar a configuração política da cidade: no início da década de 1920, Barcelona era uma cidade cindida em duas, polarizada ideologicamente entre o centro antigo e os subúrbios populares, em contraposição ao restante da cidade. EALHAM, Chris. *La Lucha por Barcelona. Clase, cultura y conflicto 1898-1937*. Madrid: Editora Alianza, 2005; EALHAM, Chris. Una “geografía imaginada”: ideología, espacio urbano y protesta en la creación del Barrio Chino de Barcelona, 1835-1936. *Revista Historia Social*, Madrid, v. 1, n. 59, p. 55-76, 2007. OYON, José Luis. *Vida obrera en la Barcelona de entreguerras, 1918-1936*. Barcelona: Centro de Cultura Contemporânea de Barcelona, 1998.

O pouco que sabemos diz respeito à presença de inúmeros militantes anarquistas, que não aceitaram a doutrina sindical (por vezes burocratizada), e que criaram suas próprias formas de manifestação política, de repúdio à ordem, à polícia e à classe patronal.

A forma nuclear de organização deste setor libertário se deu, principalmente, através dos grupos de afinidade. A partir de fortes laços de solidariedade, militantes anarquistas se uniram em pequenos grupos, que variavam aproximadamente de 4 a 20 membros. Muitas vezes, o faziam baseados em um ideal de heroísmo individual, de ação direta local e autônoma, e, por isso, divergiam das práticas anarcossindicalistas e formulavam estratégias mais incisivas de combate ao Estado. Isto colocou na ordem do dia a premência do evento insurrecional. Embora fosse algo particular e alternativo dentro do movimento operário, esse tipo de organização sempre estivera presente durante o período que se estende desde fins do século XIX até a guerra civil espanhola.

No capítulo 1 abordaremos o surgimento da ideologia anarquista insurrecional, no bojo das principais correntes anarquistas que irromperam no período de 1860 até 1900. A partir deste aporte em relação à gênese do anarquismo espanhol, indicaremos os principais componentes ideológicos que permearam os primeiros intentos insurrecionais. Igualmente, na operação de confrontar diretamente os princípios anarcocoletivistas com os anarcocomunistas, apresentaremos os primórdios das divergências, que se maximizaram no decorrer do período republicano. De um lado, a prioridade estratégica pela conformação de uma central sindical forte, voltada ao apelo à greve econômica e, num segundo momento, à greve geral revolucionária; de outro lado, a estratégia baseada em um insurrecionalismo⁶ de organização descentralizada, com um constante apelo às ações diretas violentas e aos intentos insurrecionais.

No segundo capítulo trataremos da consolidação da proposta anarcossindicalista a partir da fundação da CNT, em 1910, e dos violentos conflitos de luta de classes, ocorridos entre 1917-1923 – principalmente na cidade de Barcelona. Tais processos históricos

⁶ Entendemos por insurrecionalismo o uso e a exaltação da violência revolucionária como parte da estratégia política do movimento anarquista. Uma estratégia que, tal como tentaremos provar, passou por um longo processo de maturação: iniciou como insurreições em reposta à repressão e chegou, no contexto republicano, a se reelaborar, com certa debilidade, como um mecanismo de assédio local ao poder público e ainda como forma de pressão política contrária a leis que desfavorecessem o desenvolvimento de sua entidade, a Federação Anarquista Ibérica (FAI) e que buscassem, também, o enfraquecimento e a desestabilização da 2ª República Espanhola (1931-1936) diante da opinião pública. Tal explanação sobre o processo histórico de desenvolvimento da cultura política grupista insurrecional corresponde, a nosso ver, a uma contribuição inaudita à historiografia do anarquismo espanhol. Como bem afirma Gurucharri: “grande parte da historiografia sobre o anarquismo não penetrou nesta longa história de clandestinidade [...] como se o marginal, o clandestino, o secreto, fosse indecifrável ou carecesse de significado”. GURUCHARRI, Salvador. *Bibliografía del anarquismo español, 1869-1975 – anotaciones para una bibliografía razonada*. Barcelona: Llibreria la Rosa del Foc, 2004, p. 17.

inseriram, na cultura política insurrecional, a mobilização de grupos de afinidade centrados em disputas *callejeras* com as forças policiais e para-policiais, estas a mando da classe patronal. Desta experiência de luta de classes eclodiu uma categoria de grupos de afinidade bastante distinta daqueles grupos finisseculares. Por conta de um recorte de classe mais preciso, associado com a imersão dos grupos em sindicatos, forjar-se-ão agrupações com um maior critério de seleção e de combatividade. Em decorrência dos confrontos que envolviam armas de fogo, uma sociabilidade belicista e uma camaradagem de trincheiras fortaleceram os vínculos entre os grupos. Assim, passaram a ser desenvolvidos mecanismos de controle interno, tais como os julgamentos de honra, os quais abordaremos neste capítulo.

No terceiro capítulo, entraremos propriamente na análise da principal fonte histórica escolhida para a comprovação de nossas hipóteses. A apreciação de fontes será, fundamentalmente, embasada na leitura de todos os exemplares do *Tierra y Libertad* (TYL), publicados de 1930 até maio de 1936 – momento de reunificação das tendências aludidas. Este jornal, órgão central da FAI (Federação Anarquista Ibérica) e principal porta-voz do insurrecionalismo anarquista espanhol, foi a base para a explanação de nossos principais objetivos de pesquisa, das nossas hipóteses fundamentais de trabalho e das consequentes conclusões a seu respeito. Pretendemos, pois, colocar em destaque o marginal setor anarquista insurrecional ao lograr elaborar uma análise crítica e matizada de suas propostas e de suas práticas durante a 2ª República Espanhola.

A respeito das hipóteses levantadas, destacamos, principalmente, um vínculo profundo entre elementos estratégicos e propagandísticos do insurrecionalismo libertário. Em outras palavras, buscaremos comprovar, através do referido periódico, que a apologia irrestrita à violência e ao evento insurrecional representou, não raro, uma declaração de princípios – e não propriamente uma estratégia estabelecida e organizada de ação.

Em nosso entendimento, o propósito de apologizar ou de propagandear eventos insurrecionais *ad infinitum* era permeado por uma complexa rede de percepções estratégicas: em vários casos, a referência à insurreição constituiu-se apenas em um meio de marcar posição diante da ala sindicalista da CNT; em outros, a reverberação de atos insurrecionais demonstrou o nível de mobilização e a capacidade de ação para pressionar o Estado por leis favoráveis ao desenvolvimento pleno do anarquismo – das quais podemos destacar, por exemplo, a pressão pela libertação de presos políticos ou pela retirada da famigerada Lei de 8 de abril ou lei das associações patronais e operárias, sobre as quais abordaremos adiante. Cabe ressaltar que o trabalho de esmiuçar as nuances discursivas do referido jornal também lança luz a aspectos pouco aprofundados a respeito dos grupistas insurrecionais. Para além dos

grupos, o contraste entre a ideologia presente no jornal (TYL) e os outros elementos contraditórios do discurso insurrecional – que analisaremos na segunda parte do capítulo 3 – será um aspecto eminentemente original do presente trabalho.

Inicialmente, procuraremos estabelecer as bases doutrinárias expressas pelo jornal. Para tanto, abarcaremos as principais constantes discursivas⁷ em detrimento dos assuntos/temas que o jornal aborda de maneira periférica. Os conteúdos narrativos mais presentes foram: o insurrecionalismo, a homogeneização dos regimes políticos, o antipoliticismo, o triunfalismo, a apologia à formação política e a instrumentalização discursiva dos levantes já realizados.

Ressalva-se que, no ato de discorrer sobre a ideologia inserida no discurso do jornal, não buscamos estabelecer rígidos padrões de pensamento que, supostamente, apareciam no periódico e que, mecanicamente, corresponderiam à orientação ideológica predominante no proletariado. Buscamos destacar a maneira como este discurso se estabeleceu em forma de doutrina, algo que nos permitiu, ao menos parcialmente, mensurar a capacidade de inserção de elementos doutrinários no bojo do operariado. Tal como afirma Javier Paniagua:

Uma ideologia não é um todo acabado, ela vai se configurando na própria dinâmica dos processos sociais e se, através de um termo, muitos a aderem, é porque consideram que existe um significante que lhes remete à solução de seus problemas e, por extensão, os da sociedade. [...] A análise da realidade não implica sua transformação, e, se a ideologia em questão continua se mantendo com força de convocatória, é porque existe uma identificação com a mesma, apesar de suas distintas acepções⁸.

Em outras palavras: uma vez que o jornal chegou a alcançar vultosa tiragem durante todo o período republicano, nos parece verossímil que houvesse um ambiente político-ideológico favorável à disseminação de uma ideologia caracterizada pelo seu talante anárquico e insurrecional.

Acerca do nosso objeto central de estudos, Dolors Marin nos oferece uma excelente apreciação sobre este jornal libertário, no contexto pré-republicano de 1930:

⁷ Xavier Diez, em sua obra sobre o anarquismo individualista espanhol, apresenta esta acepção de constante discursiva como palavras e argumentos que se repetiam nas fontes primárias analisadas. Como o consideramos um importante interlocutor teórico e metodológico – principalmente a respeito da sua forma de abordagem das revistas anarcoindividualistas – utilizaremos o conceito de constante discursiva como um recurso para esmiuçar os pressupostos ideológicos do TYL. DIEZ, Xavier. *El anarquismo individualista em España (1923-1938)*. Barcelona: Virus Editorial, 2007.

⁸ FUENTES, Francisco Javier Paniagua. Otra vuelta de tuerca: las interpretaciones del arraigo del anarquismo en España. ¿Sigue la polémica? *Germinal: revista de estudios libertários*, Madrid, v. 1, n. 1, p. 5-22, 2006, p. 9. Tradução nossa.

Efetivamente, um clássico na cosmogonia anarquista. Será o órgão de propaganda dos grupos anarquistas da FAI, a partir de 1930, na Espanha. Anteriormente, foi publicado, no ano de 1888, no *Bairro de Gracia*, por Sébastien Suñe e, no ano seguinte na cidade de Madri, como suplemento da *Popular Revista Blanca* – o círculo familiar dos Montseny-Mañe. No início dos anos 30 do século XX aparecerá de modo intermitente já que deve superar momentos de clandestinidade⁹.

Mesmo considerando os períodos de fechamento do jornal, entendemos que o TYL foi o único jornal da vertente insurrecional que prosperou por muitos anos e se tornou, durante a república, o porta-voz da FAI – sendo, portanto, a fonte primária elementar dos grupos de afinidades, com um conteúdo complexo que tentaremos esmiuçar.

Foi possível observar que algumas constantes discursivas se entrelaçavam na compreensão de um elemento doutrinário maior como, por exemplo, na construção narrativa do arquétipo do militante insurrecional, a partir de constantes discursivas menores (tais como a apologia à dignidade, à abnegação e à entrega total, representada pelos mártires).

Em outros casos, alguns elementos discursivos conformavam um posicionamento estratégico frente ao sindicato ou ao Estado. Com relação aos sindicatos, a sua postura antirreformista era absolutamente frequente: além de atacar diretamente os militantes considerados por eles como reformistas, defendiam, sempre que possível, a propalada estratégia da *Trabazón* – que trataremos em detalhes no referido capítulo. No que diz respeito ao Estado, o insurrecionalismo foi, constantemente, complementado por constantes discursivas como o belicismo e o ilegalismo.

Afortunadamente, o TYL publicou algumas fontes diretas do movimento operário. Com alguma frequência, eles anunciaram atas de reuniões, informes, manifestos de grupos de afinidade, declarações de militantes destacados, sindicatos e federações sindicais, dentre outros. Tais fontes serão imprescindíveis para a nossa argumentação central e, através delas, tentaremos contrapor as constantes discursivas que conformam o eterno apelo à insurreição frente aos anseios próprios da militância em relação ao que seria o definitivo levante insurgente. Desta forma, tentaremos desfazer algumas das aparentes homogeneidades ideológicas dos faístas, expondo as contradições entre discurso e prática e colocando em relevo algumas de suas divergências internas.

Nestas fontes especiais já conseguimos encontrar uma preocupação organizativa prévia à insurreição geral. Em vários exemplos, observamos militantes consternados pelas consequências repressivas que se seguiam às pequenas insurreições. Com frequência, as

⁹ SILVESTRE, Dolors Marin. *Anarquismo, una introducción*. Barcelona: Editorial Ariel, 2014, p. 192. Tradução nossa.

premissas da cautela e da organização são inseridas no debate interno, ainda que, publicamente, mantivessem uma postura discursiva irredutível de apelo ao confronto. Nota-se, inclusive, que, no bojo destas fontes diretas, há uma preocupação de propagandear o ideal anarquista em todos os rincões do país. Ou seja, de se organizar melhor e de se adentrar massivamente em todos os sindicatos para, então, maturar a insurreição final.

Além das constantes discursivas enunciadas, exploraremos as publicações referentes aos grupos de afinidade, buscando, assim, uma análise tipológica e quantitativa dos grupos anarquistas insurrecionais. Em quase todos os exemplares existe uma seção fixa chamada de Novos Grupos¹⁰, na qual se apresenta o nome do grupo, o local de sua origem e o seu principal objetivo/forma de atuação. As motivações centrais do grupo podem servir-nos para a configuração tipológica dos mesmos. No decorrer de nossa análise, encontramos grupos que privilegiam propagar o seu ideal, focados nas ações diretas e na confrontação prática ao regime. Ainda, encontramos grupos de ordem cultural, preocupados em proliferar o conhecimento racional e laico nos ateneus libertários dos bairros operários – através de palestras, de bibliotecas, de apresentações de teatro, dentre outros. Apareceram também, mesmo que marginalmente, grupos que se organizavam exclusivamente para atuar nos sindicatos.

Adentrando na diversidade dos grupos a partir de uma abordagem concomitantemente quantitativa e qualitativa, intentaremos representar a diversidade do grupismo faísta e o alcance geográfico desta forma de organização. Compreendendo a forma como se estruturavam, poderemos penetrar na cultura política disseminada por eles – aquela que surtia efeito mobilizador nos chamados *barris obrers*, e ainda dimensionar parte do imaginário anarquista da época.

A título de exemplificação, os grupos mais enfocados na ação direta da luta contra o sistema possuíam um código de honra extremamente coercitivo. Eles o manifestavam continuamente através da publicação dos seus objetivos no jornal: o dever, a responsabilidade histórica e a necessidade de agir para que não fossem considerados traidores da classe operária. A rígida postura militante determinava, em muitos casos, um mecanismo autoritário que forçava os membros a permanecerem em suas agrupações, o que se constituía em uma forma de solidariedade coercitiva – elementos que raramente aparecerão nas páginas do TYL.

¹⁰ Na verdade, o nome desta seção do jornal se alterou no decorrer do tempo, fruto de uma inconsistência de diagramação, própria dos jornais operários da época. Porém, independentemente da nomenclatura utilizada, os grupos recém-criados eram publicados frequentemente.

Será necessário, por fim, confrontar o contexto histórico de cada governo do período republicano com o discurso do jornal, uma vez que, em momentos de maior repressão do governo, o tom do discurso se agudizou, tornou-se mais violento e remeteu de maneira mais contumaz à insurreição. Disto podemos inferir, por exemplo, a possibilidade de uma tática de apresentar a insurreição iminente como uma forma de intimidar o governo e não – mais uma vez – como o desejo de implantação efetiva e imediata do comunismo libertário.

Sendo assim, este capítulo será dividido em três partes. Na primeira abordaremos as principais constantes discursivas que pouco se alteraram no decorrer do período republicano. Trata-se, portanto, de princípios doutrinários centrais da ideologia grupista insurrecional, impressos frequentemente no TYL.

A segunda diz respeito a um conjunto de elementos discursivos que colocam em questionamento o primado do discurso insurrecional enquanto prática cotidiana de assediado o regime instituído a todo momento e irrefletidamente. Consideramos isto de fundamental importância, visto que a imprensa operária trata-se da narrativa de uma fonte primária limitada. Desse modo, ela não se constitui como material suficiente para questionarmos a fundo a percepção de que os faístas buscavam a insurreição *ad infinitum* mas, ao menos, nos permite algumas ponderações importantes que desconstruem parte do discurso hegemônico insurrecional em defesa constante da revolução social imediata. Por fim, analisaremos os principais processos históricos da 2ª República, após 1932, com ênfase nos eventos insurrecionais que contribuíram para alguma transformação no conteúdo das principais constantes discursivas acima citadas.

Capítulo 1 – O surgimento do insurrecionalismo anarquista espanhol por meio das manifestações históricas das principais tendências anarquistas do período (1870-1900)

O trem entrou lentamente na estação, soltando fumaça e vapor como um animal desfalecido. Estava atrás dele uma curta fila de vagões de madeira, nos quais se podia observar os estragos que o passar do tempo havia produzido neles. Depois de alguns instantes, que poderiam parecer intermináveis para os viajantes, o trem parou completamente com o forte chiar dos freios. Enquanto todos os trabalhadores da estação já tinham se preparado para pegar e para transportar as malas, os viajantes começaram a descer. A porta de um dos compartimentos se abriu e, neste momento, a silhueta de um homem se destacou na tênue luz desta manhã outonal. Era alto, de uns 40 anos, com um rosto forte que ostentava uma barba preta povoada. Um dos ajudantes se aproximou de imediato e pegou de sua mão as escassas bagagens, acompanhando-o até a saída. Lá estavam algumas carroças de ponto. O viajante se dirigiu a uma delas e entregou ao seu cocheiro um papel, no qual estava anotado o endereço: Fonda de Itália, Calle Boquería.

O cocheiro o olhou perplexo e respondeu com uma forçada amabilidade:

- Perdoe-me, senhor, mas essa pensão há tempos não existe.

Neste momento começou a cair uma fina chuva e o frio mostrou ainda mais o seu rosto descarnado. A cara do viajante ficou sombria e parecia lhe entrar uma espécie de abatimento. Prontamente pareceu recobrar sua primitiva jovialidade, buscou freneticamente nos bolsos do grosso casaco no qual se abrigava; extraiu uma folha de papel enrugada e entregou-a ao cocheiro. O cocheiro, após observar, sorriu-lhe:

- Este endereço conheço muito bem, senhor. É o endereço do Centro Republicano Federal.

Nosso homem respirou aliviado e subiu no carro, que começou a rodar suavemente pela Ampla Avenida. Alguns minutos depois, o veículo virou à direita e adentrou em uma ampla Alameda, com um passeio central margeado por árvores, na qual transitava uma multidão frenética.

O viajante se inclinou e observou com grande curiosidade. Neste momento, o cocheiro balançou um pouco a cabeça e gritou, de forma orgulhosa:

-São as ramblas, senhor. Não existe nada igual no mundo inteiro – finalizou, com grande satisfação refletida no seu rosto.

Pela calçada circulavam garotas – mostrando elegantes corpetes brancos e encarnados, descobertos e com flores no cabelo – e soldados – com armas – e oficiais – com vistosos uniformes e falando em voz baixa. Também se podiam ver padres antipáticos.

Um pouco mais à frente uma multidão se agrupa para contemplar um homem, que imita cenas de uma corrida de touros, e uma andaluza com saias curtas, que dança um fandango ao som das castanholas.

O viajante não saía de seu assombro. Esperava encontrar uma cidade em plena efervescência revolucionária e, no entanto, parecia uma cidade em festa. Ainda não havia passado dois meses desde que Isabel II tinha sido destronada e nada dava a impressão de que este feito tivesse afetado, de alguma maneira, o pulso vital do país.

- Já estamos chegando, senhor – a voz do cocheiro tirou o homem de suas meditações.

Ele se inclinou novamente para o exterior e, neste momento, acreditou ver uma figura conhecida. Em sua excitação, começou a gritar para o cocheiro para que este parasse.

Quando ele, enfim, compreendeu e parou o carro, o homem desceu e correu em direção à figura que se perdia na multidão.

-Elie – disse, ao chegar ao seu lado.

O homem, de estatura mediana e de feição robusta, virou-se. Era Élie Reclus, que levava uma bonita e povoada barba. Um amplo sorriso iluminou seu rosto ao ver o seu velho amigo.

-Giuseppe! Por fim chegastes! – disse em um perfeito francês – Aristide Rey chegou há dois dias e, agora mesmo, iria me reunir com ele no Círculo Republicano Federal. Foi convocada para essa noite uma importante reunião, na qual se tratarão de diversos temas relativos à instauração da república na Espanha. Participarão Garrido y Tutau, entre outros membros do partido. Vamos, porque seguramente os encontraremos e a todos os demais reunidos neste momento, preparando o ato desta noite e, assim, você terá a oportunidade de conhecê-los.

Depois de pagar ao cocheiro pelo trajeto, Fanelli pegou as suas escassas malas e os dois homens cruzaram a avenida, adentrando a rua que estava em frente com passo decidido. Na placa se podia ler: Calle Canuda¹¹.

É assim que Francisco Madrid narra o encontro de Élie Reclus com Giuseppe Fanelli, principal enviado de Mikhail Bakunin à Espanha para constituir, concomitantemente, as seções da AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores) e da ADS (Aliança da Democracia Socialista) – tendência interna de Bakunin na AIT.

Giuseppe Fanelli iniciou sua viagem de mobilização política em terras espanholas no final de 1868, partindo da cidade de Gênova, Itália. Chegando a Barcelona, Fanelli entrou em contato com Élie Reclus e com Aristide Rey – provavelmente os primeiros viajantes indicados por Bakunin para penetrar na conjuntura espanhola daquele momento¹².

Élie e Aristide estavam iniciando uma turnê de propaganda com militantes de orientação política republicana-federalista, dos quais se destacavam líderes como Fernando Garrido e José Maria Orense – fato não incidental e que ilustra, em partes, uma certa miscelânea ideológica existente naquele momento.

Após este contato inicial, Fanelli seguiu, brevemente, com os propagandistas federalistas. Dias depois, modificou o seu trajeto e foi até Madrid para prosseguir com a obra expressamente solicitada por M. Bakunin.

¹¹ Narrativa ficcional escrita por Francisco Madrid a partir dos relatos pessoais de Elie Reclus sobre a chegada de Giuseppe Fanelli à Espanha. Tal relato foi traduzido por Eusébio C. Carbó, militante anarquista e jornalista espanhol, e publicado em vários exemplares da Revista Blanca, a partir da edição n. 211, de 01/03/1932. MADRID, Francisco. *Antologia documental del Anarquismo Español*. Madrid: Fundación de Estudios Libertários Anselmo Lorenzo, 2001, p. 13. Tradução nossa.

¹² Clara E. Lida, historiadora especialista em história do anarquismo espanhol do século XIX, cita um enviado de M. Bakunin anterior aos dois mencionados. Trata-se de Alfred Narquet, médico de orientação política republicana radical e que também participou da fundação da ADS. Lida relata que Narquet teria ido a Barcelona ainda em 1867, porém não temos mais informações a respeito deste primeiro contato. LIDA, Clara. *Anarquismo y Revolución en la Espanha del siglo XIX*. México DF: Siglo Veintiuno de España, 1972.

Na capital, Fanelli conseguiu estabelecer contato com jovens operários e artesãos do Sindicato do Fomento das Artes, que possuíam certa simpatia pelas ideias de Pierre-Joseph Proudhon em razão de algumas recentes traduções de suas obras – realizadas pelo destacado líder republicano Francisco Pi y Margall. Seus contatos eram sempre na sua língua materna ou, ocasionalmente, no idioma francês.

Deste grupo sobressaía Tomás González Morago, futuro militante coletivista. Morago sabia francês e, portanto, pôde se comunicar melhor com Fanelli. Organizou um encontro que se desdobrou de 3 a 4 sessões de propaganda. O próprio Anselmo Lorenzo foi um dos que assistiram àquelas palestras e que, inclusive, relatou detalhes daqueles encontros na sua obra “O proletariado militante”, abordando-os com bastante efusividade¹³. Nas reuniões, segundo as descrições de Lorenzo, Fanelli teria deixado cópias do estatuto da AIT, do programa da ADS e de alguns regulamentos de sociedades operárias suíças com exemplares de seus respectivos jornais.

Em janeiro de 1869, Fanelli regressa para Barcelona. Assim como na capital, o anarquista italiano entra em contato com diferentes núcleos operários interessados no tema. Seguindo o mesmo procedimento adotado anteriormente, apresenta os estatutos da AIT e da ADS, fomentando a criação de uma seção espanhola das referidas entidades.

Contudo, o perfil social daqueles que acudiram às reuniões na Catalunha era um pouco distinto. Além de operários, havia também advogados, médicos, estudantes etc. Dentre as personalidades de maior destaque, podemos citar José Luís Pellicer, Rafael Farga Pellicer, Ramón Cortana, García Viñas, Gaspar Sentiñón, Trinidad Soriano, Antonio Gonzalez Menezes, dentre outros¹⁴. No dia 2 de maio de 1869, é efetivamente constituída a seção de Barcelona, filiada à AIT. Consideramos a não existência de um consenso historiográfico a respeito da verdadeira influência que estas reuniões doutrinárias – realizadas por Fanelli em francês e italiano – tiveram no decorrer do desenvolvimento e do enraizamento ideológico do anarquismo espanhol.

George Woodcock é enfático ao ressaltar o poder de tais reuniões em determinar os rumos do anarquismo espanhol:

O anarquismo espanhol começou neste extraordinário momento de comunicação acima dos obstáculos da língua. A maior parte dos ouvintes de Fanelli converteu-se imediatamente à doutrina bakuninista, e alguns dias depois, ao retornar a Barcelona, Fanelli repetiu sua proeza missionária. Nas poucas semanas em que esteve na

¹³ LORENZO, 1974. *El proletariado militante: memorias de un internacional*. Madrid: Alianza, 1974.

¹⁴ GOMEZ, Francisco de Paula Fernandez. *De Fanelli a Angiolillo. El anarquismo en el estado español del siglo XIX*. Barcelona: Ateneo Libertário del Besos, 2006.

Espanha, mal aprendeu uma palavra de espanhol, mas, reunião após reunião, logrou a conversão inclusive daqueles que não sabiam outra língua. Nunca, nem antes nem depois dessa experiência, Fanelli mostrou poderes missionários tão excepcionais [...]¹⁵.

Salvador Gurucharri afirma, em posição diametralmente oposta – exposta na introdução de sua robusta compilação bibliográfica a respeito do anarquismo espanhol – que os encontros realizados com Fanelli não surtiram o efeito esperado: foram pouquíssimas reuniões e, como uma agravante, foram proferidas em línguas que a maioria dos presentes sequer compreendia. Em sua visão, muito provavelmente surtiu maior efeito o contato destes militantes com obras de Saint Simon, Charles Fourier, Robert Owen e Étienne Cabet¹⁶.

Francisco Madrid figura como um importante interlocutor teórico, responsável por uma das mais completas teses sobre a imprensa anarquista espanhola, por sua vez sustenta uma posição mais ponderada e, ao nosso ver, a mais apropriada:

Tradicionalmente tem se dado uma importância desmedida a chegada de Fanelli. Não duvidamos de sua importância, porém apenas sua chegada não explicaria o desenvolvimento posterior dos fatos e a difusão da ideologia anarquista se não tivéssemos em conta, ao mesmo tempo, os contatos internacionais que propiciaram sua chegada¹⁷.

Além de considerar os elementos do contexto histórico que propiciaram a propagação rápida dos ideais coletivistas, na sua argumentação Madrid sopesa o papel desempenhado por outros proeminentes militantes de origem espanhola. Celso Gomis, sindicalista catalão e militante da ADS, por exemplo, teve uma vultosa experiência ativista em Genebra – sede da tendência de Bakunin após a fracassada insurreição federalista de 1869. Naquele reduto do coletivismo anarquista, chegou a ser secretário-geral da organização e estudou, de forma aprofundada, os seus princípios e os seus documentos de fundação.

Segundo Madrid, outros dois militantes que devem ser levados em consideração são Rafael Farga Pellicer e Gaspar Sentiñon. Os dois estiveram presentes no congresso da Basileia em setembro de 1869 e entraram em contato direto com Bakunin e com a organização – passando também por uma experiência de formação e que lhes possibilitou influenciar, substantivamente, a orientação desenvolvida pela internacional espanhola. Esta

¹⁵ WOODCOCK, George. *História das ideias e movimentos anarquistas vol. 2*. Porto Alegre: LP&M, 2006, p. 106.

¹⁶ GURUCHARRI, Salvador. *Bibliografía del Anarquismo Español (1896-1975)*. Barcelona: Librería la Rosa del Foc, 2004.

¹⁷ MADRID, Francisco. *Antología documental del Anarquismo Español*. Madrid: Fundación de Estudios Libertarios Anselmo Lorenzo, 2001, p. 68. Tradução nossa.

que foi nomeada de Federação Regional Espanhola (FRE) em seus primeiros anos de existência.

Em nosso entendimento, não se pode desconsiderar a importância de Fanelli nos primeiros passos do anarquismo espanhol. Entretanto, além de outros personagens históricos daquele nascente coletivismo anarquista catalão, a cultura política que se vivenciava em Barcelona, tal como alguns eventos políticos do final da década de 1860, foram elementos de suma importância.

Inicialmente, é necessário ponderar que a cultura política associativa operária já estava presente há mais de 40 anos no país. Por mais que as ideias internacionalistas tenham chegado apenas no final da década de 1860 na Espanha, a partir do início dos anos 1840 as sociedades de socorro mútuo começaram a ganhar força em regiões de predomínio industrial urbano. Naquele contexto, tratava-se quase que exclusivamente da região catalã e, marcadamente, da indústria têxtil.

Tais sociedades começaram a ser fundadas em 1774. No entanto, para se filiar a alguma delas havia uma taxa de adesão não acessível para a maior parte da nascente classe operária espanhola. Sem contar que, na maioria dos casos, tratavam-se de confrarias geralmente ligadas às instituições religiosas que ofereciam maior suporte em casos de doenças ou de óbito. Por estas razões, tais instituições não conseguiram se estabelecer como o principal centro de organização operária.

As sociedades de resistência foram surgindo de maneira paralela. Com seu foco nas ações operárias de greve ou nos auxílios em casos de demissão, as novas organizações possuíam taxas de filiação muito mais acessíveis e travavam uma luta mais direta com o patronato no campo econômico. Portanto, eram muito mais perseguidas pelo Estado e eram, também, mais próximas da classe trabalhadora.

O primeiro “sindicato espanhol” nos moldes das sociedades de resistência foi criado justamente na cidade de Barcelona, em 1840. A Sociedade de Proteção Mútua dos Tecedores de Algodão de Barcelona foi uma instituição pioneira nas formas de proteção laboral e na organização dos operários na busca por melhores condições de trabalho¹⁸.

Poucos anos após a sua criação, os chamados governos moderados, que estiveram à frente do estado espanhol de 1843 a 1854, reprimiram duramente as organizações de

¹⁸ Sobre as origens organizativas do movimento operário catalão, cf. SIRVENT, Pere Gabriel. Sobre la cultura política popular i obrera a Catalunya al segle XIX. Algunes consideracions. *Revista d'Història Cultural*, Barcelona, n. 8, v. 1, 2005.

resistência – tais como a referida sociedade de tecedores – pois estas eram formadas por políticos apoiados pela nascente classe patronal têxtil.

Para continuar dando o seu suporte laboral, estas entidades foram forçadas, com frequência, a adentrar na clandestinidade – traço que será muito marcante na constituição das organizações anarquistas a partir da década de 1880. Com a chegada do biênio progressista (1854-56), as sociedades de resistência puderam atuar com uma maior liberdade e lograram organizar a primeira greve geral da Espanha, em 1855¹⁹.

Além de criar um ambiente de intensa repressão e de semiclandestinidade, o governo espanhol também efetuava contínuas reduções de direitos trabalhistas. Esta conjuntura forçou as sociedades de resistência a uma luta constante, para evitar mais perdas sem, contudo, conseguir elaborar ações conjuntas e nem alimentar demandas insurrecionais – restringindo-se, portanto, às pautas reformistas.

Tratava-se de um movimento extremamente pragmático, reformista e com uma certa confiança no sistema político. É somente a partir da tentativa revolucionária de 1868²⁰ que ocorreu um salto nas reivindicações das organizações operárias: passou-se a uma confrontação mais direta do sistema político estabelecido e, progressivamente, foi incluindo o ideal antipolítico na agenda operária.

No contexto do intento insurrecional de 1868, o operariado já possuía uma relativa experiência de luta de classes e, também, havia passado por uma complexificação estrutural ideológica. Pelo menos quatro tendências já podiam ser observadas e todas participaram ativamente do Congresso de 1870.

A primeira era a tendência societária, muito próxima ao sindicalismo britânico *trade-unionista*. Fundada nas bandeiras do trabalho seguro, do pão barato e da boa jornada, tinha um viés marcadamente reformista. A segunda era a cooperativista, de maior relevância e incidência a partir de 1865, representada por algumas figuras emblemáticas do movimento operário como as de José Roca y Galés, Antonio Gusart, Ramón Vieta, Pedro Freixa e Ramón Cartaña. Tal setor era totalmente favorável à participação política institucional. Os

¹⁹ Dentre as principais bandeiras levantadas nesta greve, estavam o livre direito de associação e a redução da jornada de trabalho. Uma greve paradigmática, não apenas por ter sido a primeira, mas também pela tônica de repressão às greves desencadeada nos anos seguintes com intervenção militar contra os grevistas, perseguições a vários líderes sindicais e um conseqüente aumento das ações reivindicativas operárias. LOPEZ, Alexandre Ruiz. *Internacionalismo y propaganda por el hecho en la España del siglo XIX*. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, 2013.

²⁰ A revolução de setembro de 1868, também conhecida como *La gloriosa*, ou setembrina, foi um levante levado a cabo por militares, com caráter progressista e contrário a Rainha Isabel II. Houve mobilização popular no processo, foram criadas juntas revolucionárias e a Rainha foi destronada, indo para o exílio. No período que se seguiu, inicia-se o chamado Sexenio Democrático (1868-1873) que culminou na 1ª República Espanhola, no dia 11 de fevereiro de 1873.

cooperativistas buscavam inserir referências operárias dentro do parlamento e enfocavam no cooperativismo como a forma de organização dos trabalhadores. Tal corrente foi a que mais confrontou a tendência coletivista no paradigmático congresso operário de 1870.

As duas últimas correntes, a republicana e a nascente coletivista, estavam, de certa forma, muito conectadas. Paulatinamente, os coletivistas prevaleceram em detrimento da linha republicana.

A historiografia sobre o período é praticamente consensual ao afirmar que houve um nexos profundo entre estas duas correntes. Praticamente todos os principais quadros do nascente coletivismo saíram das fileiras do republicanismo espanhol. Gerard Brenan apresenta, em sua obra “O labirinto Espanhol”, mapas da cidade de Barcelona e demonstra como praticamente se sobrepõem às áreas de maior desenvolvimento das duas correntes políticas²¹. O próprio Federico Urales afirma que os princípios federalistas, defendidos por Pi y Margall em sua vasta obra, foram a base teórica do anarquismo espanhol²². Sem contar que Margall também nutria simpatia pelas ideias de Pierre Proudhon e chegou a traduzir algumas de suas obras para o castelhano.

Javier Paniagua, em seu artigo publicado pela revista *Germinal* – no qual se dedica exclusivamente a analisar as interpretações do porquê do enraizamento ideológico anarquista na Espanha, um tema exaustivamente tratado pela historiografia do anarquismo espanhol sem existir um consenso estabelecido – traz uma importante contribuição na descrição desta miscelânea cultural, que é partilhada pelos setores republicanos e coletivistas:

Por mais que os anarquistas propunham uma sociedade sem Estado baseada no comunismo libertário, os extratos ideológicos libertários se apropriavam de muitos elementos culturais e políticos que defendiam os republicanos, supostos representantes de uma classe média tais como funcionários, intelectuais, advogados; pequena burguesia que pretendia racionalizar o espaço da política e introduzir os elementos de modernização na escola e na economia, eliminando os obstáculos que consideravam obsoletos, próprios de uma Espanha atrasada e reacionária que vivia sob um estado ineficaz com dirigentes envolvidos em políticas sem grandes respostas aos problemas sociais e com uma igreja e um exército que controlavam parcelas de poder sem terem que responder por isso. Para os republicanos era mais adequado falar de povo e não de classe porque aquele aglutinava todos os setores

²¹ BRENAN, Gerard. *El labirinto Español: antecedentes sociales y políticos de la guerra civil española*. Barcelona: Ibérica ediciones, 1978.

²² Francisco Madrid defende amplamente tal visão colocando, inclusive, trechos da obra de Federico Urales. Cf. MADRID, Francisco. *La prensa anarquista y anarcosindicalista en España desde la I Internacional hasta el final de la guerra civil*. Barcelona: Universitat Central de Barcelona, 1989. Seguindo sua argumentação, Madrid faz referência, também, ao primeiro jornal catalão anarcocoletivista, *A federação* que, em sua primeira edição, proclamava apoio à República Federalista como forma de governo mais conveniente aos interesses da classe trabalhadora.

que viviam de seu esforço no trabalho. Era essa cultura popular a que fazia factível a convivência em patrimônio comum [...]”²³.

O apelo à categoria “povo” em detrimento da de “classe” permaneceu subjacente na cultura política anarcossindical até o período da guerra civil. Esta é ainda parte de um processo de autoafirmação ideológica e que os quadros militantes do anarquismo espanhol elaboraram para cristalizar as suas posições – em franca oposição às ideias e às práticas dos socialistas, os quais nunca abdicaram do conceito de classe para compreender a sociedade e estabelecer os sujeitos históricos capazes de levar a cabo uma revolução social²⁴.

O republicanismo tentava alcançar algumas reformas sociais moderadas e reclamava a participação política dos operários em favor da tríade composta por republicanismo, por federalismo e por democracia. Seu discurso era alicerçado nas melhorias das condições de vida dos trabalhadores, bem como seus militantes se mobilizavam também no auxílio aos desempregados nutrindo reivindicações laborais precisas e detalhadas. Sua atuação diária reivindicativa acontecia em clubes e em comitês republicanos – prática consideravelmente exclusivista e paternalista que custará caro ao movimento republicano pela perda progressiva de poder dentro do operariado, no decorrer da década de 1870.

Destes núcleos do federalismo republicano nasceram os elementos anarquistas e internacionalistas do movimento operário espanhol. Eles também estavam presentes nas principais cooperativas, iniciando o processo de radicalização do discurso e, ao mesmo tempo, questionando pilares do sistema de produção – abordando assim, pela primeira vez, ideias relacionadas, por exemplo, com a propriedade coletiva da terra e dos meios de produção²⁵.

No primeiro momento, as ideias republicanas ainda eram hegemônicas no movimento operário. Em 1868, por exemplo, as sociedades operárias fundaram o Centro Federal de Sociedades Operárias de Barcelona. O movimento se aproveitou do contexto de relativa liberdade, estabelecido após a revolução de setembro de 1868, buscando criar uma plataforma de representação de seus interesses de classe com certa convivência com o Estado. Ideais antipolíticos – como a do rechaço integral a todas as esferas do estado e dos partidos políticos – só se tornaram efetivamente presentes na cultura do movimento operário catalão

²³ PANIAGUA, Francisco Javier. Otra vuelta de tuerca: las interpretaciones del arraigo del anarquismo en España. *Revista Germinal*, Madrid, 2006, n. 1, p. 12. Tradução nossa.

²⁴ DA CAL, Enric Ucelay. El pueblo contra la clase: populismo legitimador, revoluciones y sustituciones políticas en Cataluña (1936-1939). *Revista Ayer* Madrid, n. 50, v. 1, 2003.

²⁵ A respeito dos embates entre as tendências republicana e coletivista no bojo do nascente movimento operário catalão, cf. ESTUDILLO, Antonio Lopez. El anarquismo español decimonónico. *Revista Ayer*, Madrid, n. 45, 2002, p. 73-104.

no decorrer da década de 1870, com o desenvolvimento da Federação Regional Espanhola (FRE), filiada à AIT.

A referida revolução de setembro, também presente no excerto inicial deste Capítulo – sobre a chegada de Fanelli na qual ele supostamente teria ficado assombrado por adentrar numa cidade sem a efervescência revolucionária que aparentemente buscava encontrar – atravessou fronteiras, chamou a atenção dos quadros militantes da AIT e ajudou, indiretamente, no processo de inserção do anarquismo na região.

Tanto Bakunin quanto outros delegados da Federação do Jura voltaram os olhos para o caso espanhol e passaram a enviar diversos manifestos de teor insurrecional, motivando os trabalhadores a aprofundar as reivindicações e colocar como um norte concreto a revolução social²⁶. Trata-se, portanto, de um primeiro contato com as ideias mais radicais no tocante às posturas adotadas diante do Estado, aos mecanismos diretos de emancipação da classe trabalhadora e formas de organização internacionalista – superando os limites, até então presentes, da compreensão nacional do problema e do cooperativismo associativista.

Após a revolução de setembro de 1868, o governo recém estabelecido suspendeu as juntas revolucionárias e não cumpriu com algumas das principais bandeiras levantadas durante o levante insurgente: a reforma agrária e o fim do serviço militar obrigatório. Ao contrário, o novo governo manteve os impostos indiretos (que impossibilitavam qualquer modificação na estrutura fundiária) e também decretou o envio de 25 mil homens para Cuba em decorrência dos conflitos coloniais, desencadeando o referido levante.

Mesmo não obtendo êxito, este intento insurrecional evidenciou a posição moderada dos republicanos, os quais, além de não se inserirem no processo, desestimularam as ações diretas. Em um artigo bastante incisivo do jornal *A Federação* no qual aborda os eventos de 1868, datado de 12 de junho de 1870, temos o seguinte:

Nós da classe trabalhadora e da política começamos por declarar que não estamos de acordo com o que fizemos no começo da revolução de setembro de 1868. Cometemos um erro e reconhecendo-o hoje, nossa lealdade exige que nos confessemos culpados pelo que fomos [...]. Estamos cansados de ir da República à monarquia e da monarquia à República sem perceber transformações substanciais na nossa condição operária. O povo se subleva contra as medidas limitantes da liberdade e pessoas como Castelar, Figueras, Pi y Margall, que são membros destacados no parlamento, longe de participarem do movimento insurrecional,

²⁶ Fritz Heng e Adhemar Schwitzguébe assinaram o manifesto por parte da Federação. Há referências também a um manifesto realizado pelo próprio conselho geral da AIT. MADRID, Francisco. *La prensa anarquista y anarcosindicalista en España desde la I Internacional hasta el final de la guerra civil*. Barcelona: Universitat Central de Barcelona, 1989.

solicitaram aos insurretos depor as armas e se colocarem ao lado do governo para a conveniência de não suscitar transtornos²⁷.

Sendo assim, os republicanos demonstraram incapacidade generalizada de se relacionar com o levante insurgente. Em tal conjuntura se configurou um campo aberto para a introdução dos ideais antipolíticos e antiestatais. Paulatinamente, o próprio movimento republicano deixou de reproduzir os documentos da AIT nos seus veículos de imprensa, passando, inclusive, a criticar abertamente aos internacionalistas.

Além disso, os republicanos começaram a defender uma postura política mais moderada. Adotaram o modelo clássico de partidos com minoria parlamentar e com pequenos diretórios, direcionando as suas forças para a realização de pactos eleitorais e parlamentares.

Em sua antologia documental, Francisco Madrid deixa disponível um documento muito significativo acerca do momento de transição da cultura política dentro do movimento operário. Trata-se do “Manifesto dos Trabalhadores Internacionais da Seção de Madrid Aos Trabalhadores da Espanha”, publicado ao final de 1869²⁸. Um documento relativamente extenso no qual os militantes madrilenhos defendem, sucintamente, que o foco central do movimento operário deve ser o da luta pela emancipação econômica – em detrimento da busca por direitos e por liberdades políticas. Reforçam, ainda, a necessidade de se organizar como classe para além das fronteiras, no sentido de que as suas demandas não ficassem dependentes de caixas de resistência e do já estabelecido modelo cooperativista.

Em 1869, Tomás G. Morago e outros incipientes internacionalistas passam a dirigir a seção de Madrid da AIT em dezembro daquele ano. Internamente, passou-se a professar os ideais coletivistas. Externamente, conscientes de como a ideologia republicana ainda estava impregnada no ambiente operário, os líderes da associação apenas reforçavam a necessidade de se filiar a internacional para se conseguir melhorias nas condições de vida²⁹.

²⁷ GOMEZ, Francisco de Paula Fernandez. *De Fanelli a Angiolillo. El anarquismo en el estado español del siglo XIX*. Barcelona: Ateneo Libertário del Besos, 2006, p. 5. Tradução nossa.

²⁸ Para inteiro teor do referido documento: MADRID, Francisco. *Antologia documental del Anarquismo Español*. Madrid: Fundación de Estudios Libertários Anselmo Lorenzo, 2001, p. 68, p. 78.

²⁹ A postura pública reticente também deriva das ideias de M. Bakunin. Em seu artigo, A política da internacional, o líder coletivista expressa claramente a função das organizações operárias de massa, fazendo referência direta à AIT: “Pensamos que os fundadores da associação internacional procederam com grande prudência ao eliminar de seu programa as questões políticas e religiosas. Não é porque careciam de opiniões políticas e antirreligiosas concretas mas se abstiveram de introduzi-las no programa porque sua finalidade principal era, acima de tudo, unir as massas operárias do mundo civilizado numa ação comum.” MINTZ, Frank. *Las influencias de Bakunin y Kropotkin sobre el movimiento libertário español. Historia Actual On-line*, Cadiz, n. 21, v. 1, jan./mar. 2010. Tradução nossa.

Sendo assim, tais dirigentes se posicionaram publicamente pela necessidade de criar um congresso operário, sem exclusões ideológicas. Alguns meses antes, em Barcelona, em agosto de 1869, Farga Pellicer se declara membro da ADS em uma carta enviada para Bakunin.

Aos poucos, a credibilidade das notórias figuras republicanas passou a reduzir. Elementos importantes, tais como: Pi y Margall perderam popularidade também porque a maioria dos militantes de vanguarda do movimento operário já não viam com bons olhos a ação política institucional. Muito menos a intromissão dos partidos políticos nas associações operárias, por melhor conceituados que fossem tais militantes. Paulatinamente, o coletivismo, sem a tutela dos partidos políticos, começa a tomar forma³⁰.

Em suma, Fanelli e as suas ideias obtiveram êxito porque o seu discurso de doutrinação coletivista se encaixava em um ambiente de efervescência do movimento operário – cujas lideranças possuíam considerável acúmulo de lutas e estavam abertas quanto à assimilação de princípios de independência de classe e do questionamento das estruturas do Estado.

Da mesma forma, tal doutrina – manifestada por Fanelli em poucas reuniões – foi potencializada por eventos insurrecionais que fizeram eco internacional no nível de mobilização política da classe trabalhadora espanhola; e que, adicionalmente, possibilitaram um maior contato das lideranças catalãs com os militantes do movimento internacionalista europeu organizado – fosse por meio da AIT ou da ADS de Bakunin.

No início de 1870, o movimento deliberou pelo primeiro congresso operário de Barcelona, o qual se realizou em junho do mesmo ano. O objetivo era o de alcançar melhor consistência e organização das sociedades operárias, muitas delas recém aderidas a AIT. A escolha da cidade condal³¹ para a efetivação do encontro não foi casual: tratava-se do local com a maioria absoluta das associações operárias do país. O evento foi realizado entre os dias 19 e 26 de junho, no Teatro do Circo de Barcelona, com a presença de aproximadamente 100

³⁰ Sobre a redução da influência republicana no movimento operário catalão, cf. ZUGASTI. *La clase obrera hace historia. Raíces históricas (1840-1910)*. Madrid: Fundación Emanuel Mounier, 2009.

³¹ O epíteto de cidade condal a Barcelona remonta à história medieval. No século IX, a região da Catalunha passou a ser governada pelo Conde Ramón Berenguer e a cidade de Barcelona tornou-se o centro do que foi intitulado Condado de Barcelona.

delegados³². Dada a importância histórica deste congresso na difusão do anarquismo espanhol trataremos, em detalhes, de alguns eventos ligados a ele.

No congresso em questão, pela primeira vez, alguns dos princípios coletivistas foram formalizados por meio das deliberações finais do encontro, após intensos debates e disputas ideológicas das tendências presentes. Assim como a ADS de Bakunin disputou a hegemonia política nos congressos da AIT (principalmente com a corrente marxista), os membros da ADS espanhola também se estabeleceram como um grupo organizado dentro deste congresso. Percebendo que, no caso específico da conjuntura do congresso de 1870, os cooperativistas ainda tinham elevada inserção no movimento, habilmente os coletivistas se organizaram como um grupo de pressão para conseguir impor as suas demandas nas deliberações finais do evento.

Nos meses que antecederam ao congresso, os membros da ADS espanhola realizaram um intenso trabalho de propaganda com as sociedades operárias estabelecidas, logrando um número considerável de delegados. Os resultados destes esforços políticos foram notórios, ou seja, já em sua primeira sessão a FRE foi fundada e ficou deliberada a imediata adesão a AIT.

Dentre suas principais resoluções, destacam-se aquelas relativas ao modelo organizativo de produção – deixando o cooperativismo em segundo plano. Ao invés de um instrumento de emancipação social, como se pretendia a tendência cooperativista, apenas se deliberou na direção da formação de cooperativas como: uma ferramenta de auxílio à sobrevivência imediata da classe, com o estabelecimento de caixas de socorro aos necessitados, grevistas, desempregados – claramente uma tática para atingir os elementos moderados do meio operário, conforme pré-estabelecido pela corrente coletivista ligada à ADS.

Como consequência deste objetivo de cooptação operária, a FRE foi formulada com uma profunda ênfase na ação sindical. Como um prenúncio do que seria o viés sindicalista da CNT, décadas depois, foi adotada uma estratégia persuasiva e coerente com o objetivo de filiação sindical, tal como observa Estudillo:

³² Não há um consenso em relação ao número de delegados presentes. Clara Lida estipula, genericamente, por volta de 100 delegados das sociedades operárias. Woodcock menciona 90 delegados representando 150 associações de trabalhadores, o que corresponderia a 40 mil membros. Alejandro Lopez, de maneira mais enfática e precisa, faz referência a 89 delegados, sendo 74 da região catalã, 5 da região de Madrid e o restante de outras partes do país. Antônio Lopez Estudillo também ratifica a cifra de 40 mil operários representados, adicionando a representatividade de 36 localidades espanholas. LIDA (1976); WOODCOCK, George. *História das ideias e movimentos anarquistas vol. 2*. Porto Alegre: LP&M, 2006; LOPEZ, Alexandre Ruiz. *Internacionalismo y propaganda por el hecho en la España del siglo XIX*. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, 2013.

A FRE colocaria toda a ênfase na ação sindical e nas caixas de resistência. As vantagens atribuídas a luta sindical eram múltiplas: colocava os limites entre as classes em conflito, negava a harmonia entre classes proclamada em projetos reformistas e melhoraria as condições materiais e intelectuais dos trabalhadores – o que colocaria os trabalhadores em condições mais favoráveis para a luta por sua plena emancipação³³.

O ponto de maior embate entre as correntes presentes no congresso, e que determinou uma guinada em direção as posições aliancistas-coletivistas, foi a questão da relação entre a AIT e a esfera política. Pedra angular da futura cultura política da CNT (Confederação Nacional do Trabalho), os princípios antipolíticos sobressaíram nas resoluções derivadas deste embate. Como exemplo, uma das deliberações finais foi a da recomendação da renúncia diante de qualquer ação focada em reformas políticas institucionais – chegando, inclusive, a se apropriar de um trecho de um congresso bakuninista suíço, inserindo-o no preâmbulo da resolução³⁴.

Francisco Madrid também coloca em relevo esta deliberação, apresentando-a como paradigma de fundação de uma das bases do anarquismo espanhol:

A grande importância deste congresso reside no fato de que os aliancistas conseguiram dar um giro antipolítico contra os republicanos e os cooperativistas. As resoluções no ponto de pauta “A Internacional e a Política” entraram na linha de negação de seguir os movimentos burgueses e o rechaço indiscriminado a todo estado e forma de poder político colocando dessa forma as bases ideológicas do anarquismo espanhol³⁵.

Outras deliberações também tiveram a sua importância. A constituição de um partido político nos moldes marxistas foi totalmente descartada. Na parte de resistência e de ação sindical, ficou expressa a ideia da busca pela emancipação econômica do proletariado, mencionando-se a greve como ferramenta de luta.

Foi escolhido o modelo federativo quanto à forma de organização da FRE, uma influência direta da cultura política republicana. Cada trabalhador deveria estar filiado a um sindicato de ofício, o qual, por sua vez, seria federado aos demais sindicatos do país da mesma modalidade na federação de ofício. Paralelamente seria criada, em cada localidade, uma federação local reunindo todos os sindicatos ou as seções de ofício do município. As federações locais também se agrupariam em outra regional, que se organizaria com as demais

³³ ESTUDILLO, Antonio Lopez. El anarquismo español decimonónico. *Revista Ayer*, Madrid, n. 45, 2002, p. 73-104, p. 85. Tradução nossa.

³⁴ *Ibidem*.

³⁵ MADRID, Francisco. *La prensa anarquista y anarcosindicalista en España desde la I Internacional hasta el final de la guerra civil*. Barcelona: Universitat Central de Barcelona, 1989, p. 71. Tradução nossa.

regionais em uma outra nacional e, assim, progressivamente, até uma suposta federação mundial de trabalhadores³⁶. Na prática, muito pouco de tal modelo foi implementado, em virtude principalmente do nível incipiente da capacidade organizativa do movimento operário³⁷.

O coletivismo bakuninista se enraizou no decorrer da década de 1870. Bakunin não era partidário apenas da questão sindical como um elemento central e estratégico: dentre seus principais postulados estava a ideia da insurreição popular, completamente independente de qualquer partido e de jogo político institucional. Entretanto, por mais que considerasse a violência revolucionária como um meio imprescindível, a organização sindical era de extrema importância.

Em sua perspectiva, o foco estratégico era direcionado ao desenvolvimento dos sindicatos com ideologia revolucionária – inclusive porque estes seriam precisamente a célula básica da futura sociedade comunista, com a ideia de “livre federação de livres associações de produtores livres”³⁸. Ou, como bem resume Frank Mintz “[...] o fundamental da ação bakuninista, era “[...] o rechaço a alianças políticas, a submersão na organização proletária e, em períodos revolucionários, fundir o poder na coletividade”³⁹.

Como os líderes da FRE eram fortemente influenciados por essa ideologia, passaram os próximos anos quase que exclusivamente fortalecendo a federação a despeito de qualquer outro elemento estratégico de mobilização do operariado. O foco central era na conscientização ideológica e revolucionária da massa trabalhadora. Como bem ilustra o folheto anarquista impresso pela FRE em meados de 1872: “Educar socialmente a classe trabalhadora [...] transformar gradualmente as condições econômicas da classe trabalhadora.

³⁶ LOPEZ, Alexandre Ruiz. *Internacionalismo y propaganda por el hecho en la España del siglo XIX*. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, 2013.

³⁷ É interessante observar que este modelo de sociedade corporativa – organizada totalmente a partir da esfera do trabalho em detrimento da esfera política institucional e do modelo de Estado moderno com sua respectiva burocracia – foi quase totalmente preservado na cultura política anarquista no período da 2ª república. A tendência coletivista que se apresentou a partir de um sindicalismo moderado, intitulado de trentista, reafirmou, continuamente, este modelo de organização com algumas ressalvas, evidentemente enfocando na sua implantação já dentro dos limites do estado republicano. A tendência insurrecional, por sua vez, considerava a implantação deste modelo social somente após o advento da revolução social. ABAD DE SANTILLÁN, Diego. *Organismo Económico da Revolução: a revolução espanhola*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980.

³⁸ MAURA, Joaquim Romero. *La rosa del fuego. El obrerismo barcelones de 1899 a 1909*. Madrid: Alianza, 1989, p. 198. Tradução nossa.

³⁹ Desta forma, vale destacar que, *a priori*, Bakunin defendia levantes insurrecionais e ações violentas a depender do contexto. Em todo caso, o bakuninismo em terreno espanhol progressivamente se direcionou para a organização dos trabalhadores e luta laboral, com foco, num segundo momento, na greve geral revolucionária. MINTZ, Frank. Las influencias de Bakunin y Kropotkin sobre el movimiento libertario español. *Historia Actual On-line*, Cadiz, n. 21, v. 1, jan./mar. 2010, p. 83. Tradução nossa.

Cortar privilégios do capital, enfraquecê-lo, bloqueá-lo [...] com a arma legal e força da greve⁷⁴⁰.

Os anos de 1870 foram marcados pela forte convicção nos postulados da Primeira Internacional. Dentre os princípios da AIT, destaca-se a ideia de se formar a grande federação dos trabalhadores para, em um segundo momento – por meio da atuação incisiva e perene de uma minoria militante anarquista – conseguir mobilizar os trabalhadores em direção ao processo insurgente, violento e transformador.

Com a federação se tornando, progressivamente, o eixo central, a instituição passou a ser um elemento intocável ao qual todos deveriam se filiar e dar satisfações – fosse em nível local, regional ou federal. Em poucos anos, tal rigidez organizativa deu claros sinais de desgaste e sucumbiu diante de um nascente desejo antidirigista e antiburocrático, alicerçado em pequenos grupos insurrecionais, concebidos como o único meio de organização, tal como veremos a seguir.

De qualquer forma, é necessário ressaltar que a assimilação dos pressupostos coletivistas não foi tão abrangente. O grande efetivo de trabalhadores filiados à FRE se deixava levar, principalmente, pela perspectiva legalista e pacifista da entidade, de táticas baseadas na greve e na propaganda ideológica. A perspectiva da ação violenta era evocada apenas diante da repressão realizada pelo Estado, no transcurso da luta de classes.

Uma outra ponderação a ser feita diz respeito à qualificação da classe trabalhadora como um todo. Não é verossímil dizer que, durante este período, o movimento operário catalão foi de cunho coletivista. Os pressupostos ideológicos de Bakunin seguramente afetaram as formas de agir e de se organizar dos dirigentes da federação. Contudo, não havia reverberação suficiente sobre a classe como um todo. Obviamente que, em alguns períodos históricos, o coletivismo assumiu um nível considerável de hegemonia, como o foi no início da década de 1870⁴¹.

Em outras palavras, qualificar o movimento de forma totalizante exclui da análise as dinâmicas sindicais concretas das sociedades de ofício e a experiência palpável da luta destes trabalhadores – as quais não eram permeadas necessariamente por alguma ideologia, mas sim pela presença de sujeitos históricos que assimilavam formas de resistência e de sobrevivência nas lutas por melhores condições de trabalho nas fábricas – e se constituíam enquanto classe. Como bem afirma E. P. Thompson:

⁴⁰ BERNECKER, Walter. Acción directa y violencia en el anarquismo español. *Revista Ayer*, Madrid, n. 13, v. 1, p. 147-188, jan./mar. 1994. Tradução nossa.

⁴¹ Sobre as formas de assimilação ideológica no movimento operário catalão, cf. BONAMUSA, Francesc. *Congreso de constitución de la Confederación Nacional del Trabajo*. Barcelona: Cuadernos Anagrama, 1976.

A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como estas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistema de valores, de ideias e formas institucionais⁴².

Ou seja, o escopo de configuração da cultura política operária daquele período não era definido, *a priori*, exclusivamente pela ideologia predominante, mas por um movimento amplo e polifacético, reconfigurado continuamente pela luta de classes. Ademais, tal generalização analítica também omite a maneira, (por que não?) conflituosa e instável da relação entre a classe dirigente sindical e a massa trabalhadora.

Após o congresso de 1870, a FRE passou a impulsionar a criação de dezenas de federações locais por todo o país. Em dezembro deste ano, paradoxalmente, o efetivo de filiados se reduziu a 2.932⁴³. Em outras palavras: a maioria dos participantes do congresso não se manteve filiada, principalmente em decorrência do valor das cotas sindicais e das dificuldades financeiras da classe trabalhadora. Em suma, as extenuantes jornadas de trabalho e a dificuldade material de participar de qualquer atividade sindical fizeram com que os dirigentes da federação fossem, na sua maioria, artesãos e intelectuais.

O ano de 1871 se inicia com um agudo nível de conflitividade laboral. Uma das principais greves foi a dos curtidores na cidade de Barcelona, que durou seis meses. No entanto, o advento da Comuna de Paris reverberou de forma incisiva no movimento operário espanhol, introduzindo pela primeira vez no imaginário do operariado ações diretas violentas e conseqüente tomada do poder local. Dessa forma, ainda que a Comuna não constitua uma insurreição popular *stricto sensu*, a possibilidade concreta de não estar subjugado ao poder central ampliou o leque tático de como afrontar os donos do poder instituído.

De fato, a Comuna produziu um impacto direto em diferentes aspectos da conjuntura política espanhola. Tanto as estruturas repressivas do Estado quanto um setor expressivo de militantes da FRE não passaram incólumes aos eventos parisienses.

A Comuna de Paris transformou o imaginário anarquista da época. Pela primeira vez, na história política europeia, um ensaio insurgente, com duração de 3 meses, é colocado em prática. Ideias como a do município livre, da efetiva coletivização de produção, da participação direta popular, da federação de comunas livres, dentre outras, reforçaram a

⁴² THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa. I – A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004, p. 9.

⁴³ GOMEZ, Francisco de Paula Fernandez. *De Fanelli a Angiolillo. El anarquismo en el estado español del siglo XIX*. Barcelona: Ateneo Libertário del Besos, 2006.

possibilidade concreta de um êxito insurrecional. Muitos militantes passaram a questionar as estratégias sindicais e a pensar mecanismos concretos para se atacar diretamente o Estado espanhol e implantar o comunismo libertário.

Os anarquistas espanhóis ainda estavam longe de tentar efetivamente levar a cabo a revolução. Contudo, no plano discursivo, pela primeira vez, realizam constantes declarações de guerra contra as instituições do Estado e propagandeiam a necessidade concreta de um levante anarquista. Diferentes periódicos anarquistas, tais como *La Federación* e *Emancipación*, começam a incitar a ação violenta e a efetuar incisiva apologia da Comuna de Paris.

A Comuna também influenciou os republicanos federalistas radicais. Os eventos de Paris chegaram na Espanha tal como se a Internacional houvesse sido protagonista no levante. Em virtude desta imagem de êxito insurrecional federal, dezenas de militantes republicanos radicais também ingressaram nas fileiras da FRE, mesmo mantendo os seus princípios políticos de inserção parlamentar⁴⁴.

A historiadora Clara Lida introduz um outro elemento original de extrema relevância. Para além das influências acima retratadas, Lida argumenta que a Comuna, inicialmente, e a insurreição de Alcoy, em um segundo momento, propiciaram um salto no nível de organização da Federação⁴⁵. A autora defende que, além da mudança no imaginário anarquista, a Comuna alterou a estratégia de luta quanto à repressão do Estado.

No período abordado pelo artigo – que conta com excelente base documental sobre as trocas de informações entre as federações locais e o Conselho Federal da FRE – a autora sustenta que, progressivamente, a partir de práticas preventivas à repressão, foram sendo criados diversos mecanismos de proteção, tais como: reuniões secretas, ocultação de documentos do movimento operário, inscrição na prefeitura de ateneus anarquistas como simples centros de cultura, dentre outros mecanismos.

De forma consciente, os líderes do movimento já previram a clandestinidade que ocorreria a partir de 1874 e se prepararam para isto. Fizeram diversos esforços para seguir com a militância, mesmo após o período de intensa repressão relacionado com a Insurreição de Alcoy e a Insurreição Cantonal, a respeito das quais será abordado em seguida. Não incidentalmente, após sete anos de clandestinidade, a nova federação, criada em 1881 – a

⁴⁴ ESTUDILLO, Antonio Lopez. El anarquismo español decimonónico. *Revista Ayer*, Madrid, n. 45, 2002, p. 73-104.

⁴⁵ LIDA, Clara. Hacia la clandestinidad anarquista. De la comuna de París a Alcoy, 1871-1874. *Revista Historia Social*, Valência, n. 46, p. 49-64, 2003.

FTRE (Federação dos Trabalhadores da Região Espanhola) – imediatamente contou com milhares de filiados.

Soma-se a isto a criação de uma rede clandestina da Federação por intermédio dos chamados Grupos Secretos Defensores da Internacional. Clara Lida apresenta diversas cartas do Conselho Federal, instruindo diferentes federações locais a formar grupos reduzidos de militantes. Podemos considerar, inclusive, que tais grupos representaram o gérmen dos futuros grupos de afinidade anarquista, que se desenvolveram no decorrer da década de 1880.

Contudo, não foi um processo unilateral de desenvolvimento organizativo: as estruturas repressivas do Estado aceleraram a maturação organizativa clandestina da FRE. Da Comuna de Paris até a insurreição de Alcoy, dos levantes cantonais até a perseguição, esta aumentou consideravelmente. Até então, a internacional espanhola era vista pelo governo e pelas classes dominantes como um instrumento de organização sindical dos trabalhadores. Após o levante de Paris, ela passou a ser considerada como a encarnação do perigo vermelho. A FRE passou a ser foco de atenção e de preocupação, inclusive nos debates parlamentares e na tramitação de leis contrárias à federação.

Como consequência, vários jornais anarquistas e centros sociais operários ligados à federação foram fechados⁴⁶. O próprio conselho federal se viu obrigado a um breve exílio em Portugal. Na região de Barcelona, apareceram as chamadas “partidas de la porra”, grupos financiados pelos industriais catalães para reprimir e para sabotar as atividades sindicais dos internacionalistas.

No dia 11 de fevereiro de 1873 foi fundada a república, após histórica votação no parlamento espanhol: o rei Amadeo de Saboya abdica do poder perante um complexo quadro de crises. Havia muitos conflitos nas colônias, fortes embates internos com os setores dominantes, uma tensão social considerável, especialmente nas zonas latifundiárias da Andaluzia e uma crise econômica que agravava a capacidade de governabilidade do rei.

Contudo, o quadro instável e conflitivo não se alterou nos breves 10 meses de República. Ao contrário, foi um período de enfrentamentos e de experiências insurgentes que contribuíram para a conformação inicial dos preceitos insurrecionais, dentro do nascente anarquismo espanhol. Para se ter uma ideia, em menos de um ano de experiência republicana, o governo passou por 4 presidentes.

⁴⁶ O jornal *Solidaridad*, órgão oficial de imprensa dos internacionalistas de Madrid, foi fechado no dia 21/01/1871. GOMEZ, Francisco de Paula Fernandez. *De Fanelli a Angiolillo. El anarquismo en el estado español del siglo XIX*. Barcelona: Ateneo Libertário del Besos, 2006.

As experiências insurrecionais coincidiram com o líder republicano Francisco Pi y Margall no poder – o segundo governo que foi formado. Margall tentou a aprovação de uma nova constituição de teor progressista, que foi vetada pelo parlamento. Após o veto, dezenas de localidades se rebelaram e foram proclamadas como municípios livres – acontecimento que ficou conhecido como Revolta Cantonal. Em razão das suas ideias republicano-federalistas – próximas, inclusive, ao federalismo anarquista da FRE – Margall não reprimiu os levantes da maneira incisiva que a assustada burguesia espanhola exigia e entregou o cargo em julho daquele ano.

O movimento cantonal foi obra de um setor republicano radical. Assim como endogenamente no anarquismo, no interior do movimento republicano duas tendências estavam em disputa. De um lado, uma ala moderada, favorável a uma república com poderes centralizados; de outro, os federalistas, que pleiteavam maior autonomia local. É justamente a partir de um pequeno setor radical, dentro da última tendência, que brota o movimento cantonal⁴⁷.

Cantões independentes foram proclamados, principalmente na região da Andaluzia e do Levante. No dia 12 de julho se destaca a proclamação do Cantão de Cartagena. Na semana seguinte, os levantes cantonais se espalharam exponencialmente, dos quais podemos citar os cantões de: Loja, Écija, Béjar, Alicante, Sagunto, Orihuela, San Fernando, Sevilla, Valencia, Cádiz, Almansa, Torre Vieja, dentre outros.

Os internacionalistas representaram um papel secundário nestes levantes e sempre fizeram oposição ao regime republicano⁴⁸. Fosse por sua ideologia antipolítica ou, ainda, pela falta de coesão organizativa em nível nacional, os internacionalistas participaram em alguns levantes de forma isolada – espontaneamente, sem uma deliberação prévia da FRE que legitimasse a ação. Pelo contrário, a FRE se colocou publicamente desfavorável aos levantes cantonais, retratando-os como obra de burgueses radicais e de militares.

De qualquer forma, ainda que os anarquistas coletivistas da FRE não tenham lutado como um grupo organizado nas diferentes localidades nas quais os Cantões foram

⁴⁷ Sobre os embates internos dos republicanos na primeira república espanhola, cf. SIRVENT, Pere Gabriel. Elite y República. Sobre las elites profesionales y económicas en el republicanismo español del siglo XIX. *Revista Historia Contemporánea*, Madrid, n. 23, p. 509-542, 2001.

⁴⁸ A relação do movimento anarquista espanhol com experiências de governos liberais, republicanos ou socialistas – como o foi na 2ª República – amiúde, foi pautada por uma leitura antipolítica superficial. Os anarquistas, exceto após algumas evoluções estratégicas no período republicano (1931-1936), não compreenderam a fundo as contradições do regime, as correlações de força dentro do parlamento e a possibilidade de aproveitar governos mais permissivos para conseguir suas demandas econômicas imediatas. A ideia de combater, *a priori*, todas as formas de governo, muitas vezes determinou uma equivocada leitura de conjuntura política e uma prática titubeante, que não se aproveitou dos momentos de maior liberdade para conquistar melhores condições de vida para a classe trabalhadora.

instituídos, a repressão advinda após o mês de julho, recaiu-lhes duramente. Em resposta à violência repressora, seguindo a espiral dialética repressão do Estado-organização operária, a FRE passou a estimular protestos em todo o país, com seu foco principal nos camponeses. Seu discurso era centrado na necessidade de vingança social, em virtude da violência prévia do Estado e da condição de miséria experimentada (principalmente nas regiões agrárias do Sul). Estudillo lança um argumento lúcido e factível desta escolha pela apologia da violência:

Esta opção legitimava a ira impotente de seus militantes perseguidos e isolados e tratava de conciliar de alguma forma sua debilidade extrema e o clima de iminência revolucionária que afirmavam que existia cultivando o mito dos pequenos levantes capazes de arrastar as massas atrás deles⁴⁹.

Em outras palavras, mesmo que os levantes cantonais não tenham levado o movimento anarquista coletivista à prática insurrecional, a repressão que se seguiu foi tamanha que, embora a FRE tenha ficado à parte dos levantes, viu-se forçada a reivindicar ações diretas insurgentes como uma última cartada.

Aos poucos foram sendo introduzidas no movimento coletivista práticas violentas – como as de ataques às propriedades de inimigos declarados do movimento, de incêndios de plantações, de furtos e de sequestros – principalmente na região da Andaluzia. Soma-se a isto o contexto de clandestinidade abordado acima e se chega aos principais ingredientes que conformarão os passos da FRE, de 1874 até a sua extinção em 1881. Não é por acaso que a região sul será a primeira a se colocar como reduto do anarcocomunismo.

Nesse contexto de ebulição social ocorreu uma rebelião que merece destaque particular: a Revolução de Alcoy, que é, sem sombra de dúvidas, o levante mais significativo que os internacionalistas organizaram no período. Trata-se do primeiro momento da história do anarquismo espanhol, episódio no qual houve um amplo uso de ações diretas violentas e uma tentativa de controle do poder local – prática que será efusivamente repetida no contexto da 2ª República, a qual abordaremos no capítulo central da tese.

Alcoy era uma cidade já marcada pela militância coletivista e internacionalista. O líder do movimento era professor e militante anarquista declarado, Severino Albarracín Broseta. No dia 07 de julho de 1873, os trabalhadores da cidade entraram em greve geral, reivindicando uma das principais bandeiras do movimento internacionalista: a jornada de 8 horas. Após uma resposta negativa da classe patronal em ceder à essa demanda, o prefeito da

⁴⁹ ESTUDILLO, Antonio Lopez. El anarquismo español decimonónico. *Revista Ayer*, Madrid, n. 45, 2002, p. 73-104, p. 76. Tradução nossa.

cidade Agustín Albors solicita ao governo civil da província a repressão à greve, dando início à radicalização do movimento.

Dois dias após o início da contenda, líderes do movimento, tais como o próprio Albarracín e Francisco Tomás, reuniram-se com o prefeito exigindo o cumprimento das oito horas e ameaçando tomar o controle da cidade. Imediatamente, então, foi ordenado o recrudescimento da repressão, ocasionando 4 mortes e cerca de 20 feridos. As tropas chegaram a abrir fogo, indiscriminadamente, na praça central da cidade na qual os quase 10 mil operários em greve estavam mobilizados.

Em resposta à brutalidade do Estado, os trabalhadores invadiram a prefeitura e assassinaram o prefeito após serem recebidos com tiros. Alguns policiais ficaram feridos e o movimento elegeu uma junta, que prendeu mais de quarenta pessoas, supostamente envolvidas na ação repressora. A cidade virou um campo de batalha e houve baixas consideráveis de ambos os lados. Algumas fábricas foram queimadas, casas de ricos da cidade foram saqueadas e as cabeças de alguns patrões assassinados foram exibidas publicamente pelo movimento insurgente.

No dia 12 chegaram as tropas solicitadas pelo próprio governador. Entretanto, a maior repressão acontece no dia 23, com a proclamação de estado de sítio e a presença de quase 200 agentes repressores do Estado, entre guardas civis e soldados. No campo jurídico, as garantias constitucionais são suspensas e foi nomeado um juiz especial para levar a cabo o processo de 282 pessoas, denunciadas por sedição, incêndio, lesões, assassinatos e roubos⁵⁰.

A primeira questão sumamente importante que esta revolta nos traz é a evidente e completa incapacidade do Estado – mesmo nos moldes de um republicanismo moderado – de dialogar com o setor radical do movimento operário anarquista. Diante de demandas reformistas, as quais os trabalhadores da cidade cobravam de maneira pacífica, o Estado e a classe dirigente, imediatamente, reagiram com violência institucional generalizada. O pânico moral da classe dirigente, somado à cultura repressiva do Estado espanhol, desencadearam uma resposta violenta totalmente desproporcional à atitude dos trabalhadores em greve.

Um outro elemento a ser considerado é a especificidade da insurgência em relação aos levantes cantonais. Ela foi fruto de uma demanda estritamente relacionada ao campo laboral, da luta de classes por melhorias nas condições de vida e trabalho. A ação violenta de ambos os lados foi seguramente mais aguda do que nos conflitos relacionados aos Cantões Republicanos.

⁵⁰ LIDA, Clara. Hacia la clandestinidad anarquista. De la comuna de París a Alcoy, 1871-1874. Valência: *Revista Historia Social*, n. 46, p. 49-64, 2003.

A composição social dos participantes também era bastante distinta. Enquanto nos cantões participaram diferentes classes e setores sociais e não havia uma estratégia unificada e decidida de atuação, Alcoy teve, como sujeitos históricos, quase que exclusivamente os operários locais e contou com claros objetivos em pauta. Por último: enquanto nos Cantões o foco era na autonomia do município e na consolidação de um republicanismo federalista radical, a insurgência de Alcoy não foi algo premeditado e, portanto, não se desenvolveu com a finalidade expressa da conquista do poder local.

Os eventos insurrecionais de Alcoy deixaram marcas profundas e ecoaram por toda a Espanha. A imprensa espanhola efetuou um sistemático ataque, elaborando uma narrativa baseada na caricaturização dos operários como assassinos incendiários e que cometeram horrores que, até então, só teriam sido vistos nas bárbaras colônias espanholas. Após estes eventos, o movimento internacionalista organizado ficou estigmatizado como um símbolo de violência contra a propriedade, a sociedade e o Estado.

Por outro lado, a imprensa anarquista introduziu esta experiência insurgente no imaginário revolucionário como um exemplo de ação a ser seguida. Os líderes mortos, feridos e encarcerados receberam a chancela de mártires do movimento.

Trata-se, portanto, de um processo paradigmático na compreensão da evolução histórica da cultura insurgente anarquista. Não apenas pelo pioneirismo nessa forma de agir frente ao Estado, mas, principalmente, por introduzir de forma definitiva a violência e a ação direta revolucionária no imaginário anarquista que, até então, era majoritariamente alicerçado na organização dos trabalhadores pelas reivindicações de melhorias nas condições de trabalho. Como veremos a seguir, o período clandestino irá introduzir estes elementos não apenas na cultura política do movimento, mas também na sua forma de organização.

Após esses eventos, ocorreu uma alteração no discurso dos militantes anarquistas. A violência passou a ser ecoada no interior do movimento como uma estratégia válida para afrontar um estado que havia se mostrado intransigente e violento no tratamento da questão operária. Contudo, tal violência, professada e praticada a partir de um viés pouco elaborado – sem compreensão estratégica e sem unidade – visou, muitas vezes, apenas determinadas pessoas da classe dirigente – em uma ingênua compreensão de vingança social, e não de um meio para se chegar, de forma organizada, à sociedade comunista.

Sendo assim, em se tratando de história do anarquismo insurrecional espanhol, objeto central do trabalho proposto, podemos considerar Alcoy como o lampejo inicial do movimento insurgente anarquista. Mesmo que a tentativa de destituir o poder local não tenha sido previamente organizada, ela representou uma via concreta de exacerbação da ação direta

violenta dentro dos marcos do Estado espanhol, uma vez que a Comuna de Paris havia tido semelhante contribuição como uma referência estrangeira.

Os anarquistas de Alcoy confrontaram o poder local ao se valer de ação direta para combater as instituições do Estado presentes no município; sem, contudo, apresentar um programa coerente com esta *práxis* e nem haver ligação com um movimento em caráter regional ou nacional.

Para além dos limites da cidade insurgente, o levante de Alcoy também marcou profundamente a mentalidade das lideranças anarquistas daquele período. A maioria dos membros do Conselho Federal da FRE, ainda que em um contexto de clandestinidade, passaram a fomentar a violência social como um mecanismo legítimo para seguir na luta social.

Aos poucos, breves instruções da FRE quanto à forma de organização em pequenos grupos para responder à violência do Estado, repassadas para seus militantes, começaram a aparecer timidamente, em detrimento da ação sindical como o único meio possível de militância.

Assim, somado ao impulso inicial da Comuna de Paris, Alcoy serviu, também, para uma transformação na compreensão das táticas possíveis de enfrentamento do Estado. Paulatinamente, estes dois eventos se tornaram mitos da prática insurrecional libertária e contribuíram para conformar táticas de lutas nos 7 anos de clandestinidade que se seguiram.

Após menos de um ano da primeira experiência republicana espanhola, no dia 3 de janeiro de 1874, o parlamento foi dissolvido por pressão dos militares conservadores a partir de um golpe de Estado. A resistência foi praticamente simbólica, com raras exceções. O único bastião de resistência foi Barcelona e o cinturão industrial a sua volta, onde foram levantadas barricadas e foi decretada a greve geral.

Apenas uma semana depois, a FRE foi dissolvida e diversas das regionais foram ocupadas pelo exército. Inúmeras seções locais da federação foram totalmente suprimidas. Dezenas de militantes foram presos ou exilados, praticamente todos os jornais foram fechados e se inicia, portanto, o período de clandestinidade total.

De uma maneira geral, o período de clandestinidade apenas aprofundou os processos de desenvolvimento organizativo da FRE, os quais apareceram, pela primeira vez, após os eventos insurrecionais acima citados.

A estrutura clandestina, a atuação de grupos e a prática violenta – manifestada, seja em resposta a alguma repressão institucional ou decorrente de dinâmicas de vingança – passaram a estar na ordem do dia e ocasionaram que, em 7 anos de militância subterrânea

(1874-1881), o movimento anarquista organizado assimilasse solidamente estas práticas e que abrisse as portas para a ideologia anarcocomunista (que se desenvolveria no decorrer da década de 1880).

Não obstante, antes de finalmente adentrarmos em um dos períodos mais profícuos em termos de desenvolvimento das práticas insurrecionais do período monárquico, são necessárias algumas considerações que ilustram a forma como as práticas de grupos transformaram a entidade em sua fase clandestina.

A primeira deliberação da FRE foi a de um decreto do Conselho Federal que acabou com os congressos gerais anuais. Em seu lugar, foram propostas conferências secretas com a presença de alguns delegados, responsáveis por coordenar a entidade e por transmitir para suas respectivas regionais os acordos tomados⁵¹.

No verão de 1875, em Barcelona, ocorreu a primeira conferência secreta. A deliberação de maior importância foi da organização da entidade em unidades menores e autônomas, a partir de comarcas⁵² correspondentes às regiões geográficas da Espanha. Com exceção da Andaluzia – que foi separada em duas comarcas em razão do nível de conflitos – a grande capacidade de mobilização política dos militantes e da sua dimensão territorial.

A responsabilidade das comarcas era a de manter estreito contato com os seus membros e de prosseguir clandestinamente com a formação política e com as práticas de ação direta. As práticas violentas se solidificaram no discurso dos militantes e dos dirigentes das comarcais, ou seja, passaram a efetuar intenso trabalho de apologia aos atos violentos, fomentando, assim, a ação revolucionária com medidas práticas para assegurar, o quanto antes, o triunfo da revolução social e da destruição do Estado. Com isso, os elementos de um incipiente setor insurrecional começam a se estruturar no interior da entidade – não mais como atos isolados de pequenos vilarejos, nem exclusivamente por meio de um componente discursivo.

Nos anos seguintes aconteceram mais resoluções nesta direção. O Conselho Federal determinou a criação de uma comissão executiva que organizaria dois tipos de grupos com funções táticas bem definidas na conferência secreta de 1876. Alguns deles com função de vigilância, outros com a de propaganda revolucionária.

As comarcas teriam, ainda, a responsabilidade de formar um “comitê revolucionário ou de guerra”, com o objetivo de estudar meios para a conflagração de

⁵¹ *Idem*. Sobrevivir en secreto. Las conferencias comarcales y la reorganización anarquista (1874-1881). *Cahiers de Civilization Espagnole Contemporaine*, Nanterre, n. 2, v. 1, 2015.

⁵² A definição de comarca utilizada no trabalho proposto corresponde a uma unidade administrativa inferior à província ou Estado e superior aos municípios.

conflitos sociais de grandes proporções e de mecanismos práticos para obtenção de armas – além de efetuar represálias aos inimigos de classe.

A cautela e o sigilo estavam na ordem do dia, bem como todas estas deliberações iam acompanhadas de instruções para que fossem mantidas em absoluto segredo. Essas práticas comportaram o desenvolvimento de códigos próprios de comunicação, como o envio de cartas sem selos ou sem identificação dos militantes, além de uma imediata retaliação a qualquer delator do movimento.

No tocante ao processo de descentralização de poder da FRE (começado com os levantes de 1873), a conferência de 1876 deliberou o seguinte: no caso de alguma localidade deflagrar o levante insurrecional, ela poderia atuar em completa independência e autonomia, sempre e quando buscase propagar a insurreição. Nas deliberações finais apareceu, ainda, a determinação para que o município, por ventura sublevado, estabelecesse relação direta com as demais localidades que estivessem com alguma rebelião em curso.

Por fim, a historiadora Clara Lida apresenta um importante trecho da memória final desta conferência. Em uma parte do referido documento, fica bastante evidente a nova postura violenta institucional da FRE: “socialização ou destruição da propriedade individual e dissolução do Estado e de suas instituições por meio de medidas de convencimento e força – caso fosse necessário”⁵³.

Comparando tais deliberações com a postura da FRE – desde sua fundação até o início da clandestinidade – vemos que, enquanto naquele caso o poder central do Conselho Federal da entidade acumulava muitas funções, neste, o conselho passava a assumir um papel residual, secundário.

Além das memórias das conferências secretas, Clara Lida traz algumas circulares da FRE que reforçam ainda mais a postura belicista assumida durante o período. Por exemplo, a circular de 01/03/1876 é bastante ilustrativa nesse aspecto, porque orienta as comarcais a “inserir no ânimo do povo” a necessidade de “tirar do meio” o maior número de “inimigos reacionários”. E conclui a partir de uma justificativa com claros matizes de vingança e com uma apologia à retaliação por intermédio de ações diretas: “o povo não perdoa seus inimigos e opressores, o povo acaba com eles”⁵⁴.

A mesma circular incitava também todas as federações à destruição física do inimigo. Complementando o argumento, Alejandro Lopez apresenta um artigo do jornal *El Orden*, datado do mesmo mês e nº 42, no qual eles expunham o endereço e a identidade de

⁵³ *Ibidem*.

⁵⁴ *Ibidem*, p. 6. Tradução nossa.

um funcionário supostamente culpado pelo encarceramento e pela deportação de internacionalista às Filipinas – uma referência à necessidade de um "núcleo vingador executivo".⁵⁵

Uma outra circular que, à primeira vista, passa despercebida, elenca um aspecto absolutamente importante da nascente cultura política grupista. É o primeiro documento histórico do período, ao qual tivemos acesso e em que aparece uma instrução a respeito dos critérios para se nomear os grupos recém-formados: Trata-se da circular 4 de 20/09/1878⁵⁶. Nela, militantes da comarca de Aragão sugerem que os distintos grupos recém-formados se identifiquem por meio de lemas, de princípios e de práticas do movimento. Ainda que tal prática de nomenclatura já fosse usual, principalmente nos grupos anarquistas franceses, a sugestão, ao nosso ver, nasce como uma primeira referência aos grupos acerca da indicação de uso de nomes provocadores e belicistas, no caso espanhol.

A mesma circular também destaca um elemento sintomático das comarcas com uma maior capacidade de ação. Não por acaso, a Comarcal da Andaluzia do Oeste votou, por unanimidade, pela propaganda pelo feito e pelo dever de efetuar represálias violentas aos inimigos da FRE. Estes militantes insistiram, ainda, na aprovação de incentivo à produção de pequenos folhetos e de jornais para propagar os princípios anarquistas a todas as comarcas, de caráter independente e não oficial – algo que se tornará tática permanente dos grupos de afinidade nos anos seguintes.

No início da década de 1880, a FRE passa a ponderar as ações diretas violentas em razão da experiência concreta de represálias sofridas pela violência estatal, durante toda a década anterior. Mesmo que os documentos do período estimulassem colocar em circulação um programa de realização prática da revolução, aparece um ajuizamento importante: executar represálias não apenas quanto às pessoas e bens dos burgueses, mas também aos trabalhadores traidores da causa, porém repudiando completamente “atos de castigo inspirados por paixões pessoais” – uma vez que toda ação individual deveria estar submetida à disciplina e ao interesse do grupo⁵⁷.

Em suma, o período clandestino deixou o legado da ação violenta, reconhecida e assimilada institucionalmente pela própria federação, como tática considerada legítima de

⁵⁵ LOPEZ, Alexandre Ruiz. *Internacionalismo y propaganda por el hecho en la España del siglo XIX*. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, 2013, p. 24. Tradução nossa.

⁵⁶ *Ibidem*, p. 7.

⁵⁷ Reforma do Estatuto das comarcais da FRE de 16 de outubro de 1880. LORENZO, 1974. *El proletariado militante: memorias de un internacional*. Madrid: Alianza, 1974, p. 413-415.

atuação perante à repressão e à impossibilidade de se organizar publicamente, algo que não deve ser desprezado. Nas próprias palavras de Clara Lida:

Não falta razão a Max Nettlau ao argumentar que verdadeiramente notável não era que depois de quase 8 anos de perseguição e vida secreta a federação tivesse sido dizimada. O excepcional era que, apesar disto, ela tivesse conseguido manter um núcleo tão sólido de militantes comprometidos⁵⁸.

Em outras palavras, ainda que em condições completamente desfavoráveis, os militantes e os grupos que permaneceram organizados, além de solidificar novas formas de ação, conseguiram manter uma rede ativa de militantes por meio das federações locais e comarcais. Vale lembrar, ainda, que os intentos de cristalizar uma prática violenta tiveram relativo êxito em frear o processo de fragmentação do movimento por reforçar a coesão dos grupos existentes.

Tal esforço tornou possível a criação da FTRE no ano de 1881 que, de imediato, já contava com centenas de militantes com relativo dinamismo. Dentre as regiões de maior destaque aparecia a Comarcal da Andaluzia do Oeste, que possuía um enorme poder de mobilização e de ação violenta. Esta comarca foi a primeira a se manifestar como anarcocomunista.

Os princípios anarcocomunistas começaram a ecoar na Espanha, principalmente a partir do Congresso de Londres de 1881⁵⁹ – no qual as teses insurrecionais do esforço individual e violento de cada militante anarquista tomaram forma. Ainda que não seja objeto do trabalho proposto, é oportuno evidenciar uma breve imersão nos preceitos da doutrina anarcocomunista para compreender em que medida ela se diferenciava das ideias coletivistas e, mais importante ainda, como o movimento anarquista se apropriou destes conceitos na sua *práxis* cotidiana.

A ojeriza por federações centralizadoras – como foi o caso da FRE – é um primeiro elemento de caráter organizativo a se destacar. A flexibilidade organizativa, preconizada por esta via do anarquismo, derivou em um objetivo estratégico concreto: o de

⁵⁸ LIDA, Clara. Sobrevivir en secreto. Las conferencias comarcales y la reorganización anarquista (1874-1881). *Cahiers de Civilization Espagnole Contemporaine*, Nanterre, n. 2, v. 1, 2015, p. 9. Tradução nossa.

⁵⁹ Trata-se do Congresso Internacionalista Antiautoritário de Londres. A Internacional Negra e as teses comunistas violentas foram aprovadas neste evento, e disseminadas no interior do movimento anarquista insurrecional europeu. Dentre as deliberações, estava a recomendação expressa pela propaganda pelo feito e o estudo das ciências químicas (para confecção de artefatos explosivos, por exemplo), como instrumentos antipolíticos relacionados com a iminente revolução que se aproximava. LOPEZ, Alexandre Ruiz. *Internacionalismo y propaganda por el hecho en la España del siglo XIX*. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, 2013.

dessacralizar a federação e as demais instituições do movimento operário construídas na década anterior.

Outras características desta ideologia foram totalmente de encontro a alguns preceitos e práticas coletivistas estabelecidas durante a década de 1870. Um dos embates, de matiz puramente doutrinal, tem a ver com a forma de organização da produção na futura sociedade comunista. Contudo, tratava-se de um desacordo eminentemente teórico e com poucas implicações na prática do movimento anarquista.

Sucintamente, os coletivistas prenunciam que o fruto do trabalho de cada indivíduo deve ser produto deste mesmo trabalhador, ainda que os meios de produção sejam coletivos. Disto deriva a necessidade da criação de uma comissão encarregada de valorar o produto integral viabilizado dentro da coletividade. A seu modo de ver, socializar completamente a produção de cada indivíduo geraria um espontaneísmo prejudicial à coletividade, que desencadearia a falta de estímulo ao trabalho – que, por sua vez, levaria à drástica redução da produtividade e consequente miséria⁶⁰.

Do outro lado, os anarcocomunistas consideravam que os membros desta comissão passariam, necessariamente, a uma prática burocrática e autoritária da nova sociedade a qual poderia se degenerar em estruturas partidárias e, inclusive, em um novo Estado. Na prática, segundo eles, manter a propriedade individual sobre o produto do trabalho de cada representante da coletividade determinaria uma hierarquização entre as diferentes profissões e a permanência das trocas por meio da moeda – processos totalmente condenáveis à luz da ideologia anarcocomunista⁶¹.

Tal como mencionado acima, a tendência comunista libertária aceitava somente organizações absolutamente imprescindíveis para a estruturação da nova sociedade comunista. Sendo assim, para uma desburocratização completa, era oportuna a socialização total do produto do trabalho de todos os indivíduos da sociedade, independentemente da capacidade de produção de cada um.

Em todo caso, entendemos que as principais diferenças devem ser buscadas nos processos cotidianos e na forma pela qual as discordâncias se tornaram históricas e concretas. Ao nosso ver, o ponto de maior atrito desenvolvido na prática destas tendências está

⁶⁰ Sobre os princípios anarcocoletivista, cf. WOODCOCK, George. *História das ideias e movimentos anarquistas vol.1 A ideia*. Porto Alegre: L&PM, 2007; MINTZ, Frank. *Bakunin, crítica y acción*. Buenos Aires: Libros de Anarres, 2006. BAKUNIN, M. *Textos anarquistas; seleção e notas de Daniel Guérin*. Porto Alegre: L&PM, 2006.

⁶¹ Sobre a ideologia anarcocomunista, cf. BERKMAN, Alexander. *El ABC del comunismo libertario*. Madrid: Libros de Anarres, 2009. KROPOTKIN, Piotr. *A anarquia. Sua filosofia, seu ideal*. São Paulo: Imaginário, 2000.

diretamente relacionado com a forma de organização do movimento libertário e às preocupações táticas para se alcançar o comunismo libertário.

Os coletivistas entendiam, ao focalizar as massas trabalhadoras, que um processo de contínua organização do movimento operário – por meio da luta de classes cotidiana, da organização dos sindicatos e das federações – era o ponto central e o esforço imediato de qualquer organização anarquista.

Do outro lado estavam os comunistas que, em razão da postura contrária às instituições centralizadoras, deslocavam o olhar das massas para os indivíduos abnegados e comprometidos com o projeto de destruição do Estado. Isto tudo em um contexto de crescente assimilação das práticas violentas⁶² por parte do movimento libertário espanhol, muito bem representadas pela propaganda pelo feito⁶³.

Com isso, a organização a partir de grupos de afinidade foi prontamente assimilada pela cultura política libertária de várias tendências. Não apenas pelos anarcocomunistas, pois mesmo o setor coletivista mais radical, que vivenciou o período clandestino, também foi influenciado pela organização nuclear e subterrânea – muitos destes militantes, inclusive, acabaram por se converter à ideologia comunista. Organizar-se paulatinamente por meio de grupos passou a ser visto como uma forma legítima e eficaz de confrontar o Estado, em qualquer conjuntura política institucional.

Sendo assim, a ideia de grupo passa por uma certa revolução copernicana. Enquanto, inicialmente, esta foi concebida como uma tática periférica para afrontar a clandestinidade, em um segundo momento o grupo começa a orbitar o núcleo organizativo central da cultura política anarquista da década de 1880 e, com uma maior intensidade, a doutrina comunista, que ganhava cada vez mais espaço⁶⁴.

⁶² Rafael Cruz, historiador especialista em cultura política violenta contemporânea, oportunamente afirma que, no final do século XIX, se instaurou, em diferentes correntes revolucionárias, a violência como ação legítima do processo libertador e da conformação da nova ordem social, incluindo, nesse bojo, a violência também em relação às táticas para se concretizar a estratégia da revolução social. CRUZ, Rafael. *Pensar la violencia colectiva europea en perspectiva histórica*. In RODRIGO, Javier. *Culturas y política de la violencia: España Siglo XX*. Madrid: Siete Mares, 2005.

⁶³ As principais características da ideologia favorável à propaganda pelo feito eram: mística e apologia da violência, voluntarismo revolucionário com plena confiança na transformação a partir da ação concreta de indivíduos comprometidos com a causa – muitas vezes à revelia do próprio movimento operário –, a exaltação do indivíduo herói-mártir que, após ações diretas violentas, acabava sendo morto ou preso e que representava um modelo de conduta a ser seguido, dentre outros. A proposta era a de evidenciar a propaganda pelo feito oral e escrito para que o movimento, como um todo, abandonasse permanentemente as suas supostas ilusões em relação às práticas institucionais e legais. Em suma, os defensores desta tática violenta, majoritariamente integrantes da tendência comunista, viam, em tais ações, um mecanismo mais efetivo de propaganda.

⁶⁴ Frank Mintz menciona que as obras de P. Kropotkin ecoaram mais que as de M. Bakunin no cenário espanhol. A obra de Piotr Kropotkin, segundo o autor, teve mais títulos traduzidos para o castelhano. Além disso, a linguagem violenta e os títulos apelativos de suas principais obras atraíam mais leitores. Como exemplo basta citar *A conquista do Pão*, frase que, fatalmente, atraía a atenção de muitos militantes da região andaluza, que

A conjuntura favorável à ação descentralizada era tamanha que a forma de atuação era executada, não raro, por grupos de pouquíssimos membros ou, até mesmo, individualmente – de forma completamente atomizada e desconectada das estruturas institucionais do movimento anarquista daquele período. Como bem observa J. Romero Maura:

Os militantes propriamente ditos estavam organizados em grupos de caráter e descrição muito diversos. A célula organizativa anarquista por antonomásia era o grupo de afinidade. As distintas fontes só dão notícias em um ou outro momento de um punhado destes grupos. [...] Não parece que estes grupos de afinidade tiveram uma estrutura fixa. Os membros novos entravam por recomendação de algum militante antigo e seguiam juntos até que as desavenças ou a repressão desagregavam o núcleo⁶⁵.

Tais grupos eram formados por pessoas de diferentes estratos sociais e sem praticamente nenhuma pauta definida ou disposição para justificar seus atos a nenhuma organização⁶⁶. Não há cotização obrigatória, nem mesmo coesão entre os membros do grupo, como era possível observar a partir do modo como eles surgiam e, após pouquíssimas ações diretas, já se dissolviam. A estrutura organizativa efêmera não se fez presente nos grupos de afinidade da 2ª República – como veremos no capítulo 3.

O grupismo insurrecional pioneiro apreendia do anarcocomunismo alguns princípios claros. A insurreição era considerada o mecanismo mais eficiente de luta e deveria ser buscada por intermédio do constante assédio às instituições do Estado, utilizando táticas violentas, alicerçadas na propaganda pelo feito. A fórmula econômica da sociedade futura era baseada no comunismo radical, também propagado pela ideologia comunista libertária.

Um outro fator que diferencia esses grupos iniciais daqueles formados no período prévio a 2ª República, é a maneira de cooptação. Os membros da FAI (Federação Anarquista Ibérica) atraíam os trabalhadores comuns para os grupos de afinidade por meio de sua inserção nos sindicatos e não exclusivamente em decorrência da sociabilidade primária desenvolvida entre parentes e conhecidos da vizinhança como ocorria com os grupistas de final do século XIX.

viviam em estado de fome e miséria alarmantes. MINTZ, Frank. Las influencias de Bakunin y Kropotkin sobre el movimiento libertario español. *Historia Actual On-line*, Cadiz, n. 21, v. 1, jan./mar. 2010.

⁶⁵ MAURA, Joaquim Romero. *La rosa del fuego. El obrerismo barcelones de 1899 a 1909*. Madrid: Alianza, 1989, p. 247. Tradução nossa.

⁶⁶ Pessoas de diferentes ambientes sociais e culturais participaram destas ações diretas e da formação destes grupos de afinidade efêmeros. Um setor da classe média que vivenciava a boemia – presente nos bairros do centro de Barcelona (como, por exemplo, o Paralelo), próximo as ramblas centrais da cidade – ou, ainda, trabalhadores desempregados sem qualquer formação política prévia que perambulavam pelo centro antigo em busca de qualquer oportunidade de emprego – ainda que por um dia de trabalho, os chamados *jornaleiros*.

A sociabilidade em voga era reforçada por atividades culturais locais de escopo libertário. Recitais, excursões, cantos de corais: essas dentre outras atividades integravam diferentes membros da família e da vizinhança na esfera pública, na qual se desenvolvia a nascente cultura política anarcocomunista.

Mesmo em termos de propaganda escrita, os grupos apenas produziam jornais de pequena circulação, que não chegavam a 5 exemplares na imensa maioria dos casos. Muitos, inclusive, apenas publicavam panfletos com uma linguagem carregada de expressões violentas.

Contudo, em muitos casos, as práticas de determinados grupos ou de indivíduos ficaram à margem da doutrina anarcocomunista. No seio do movimento anarquista, alguns defensores dos atentados individuais começaram a aparecer. Tratava-se, portanto, de uma autonomia quase absoluta por parte de um voluntarismo individual como norma básica para se organizar – um fruto direto da influência do individualismo anarquista na cultura política libertária daquele período.

O traço individualista perpassava as ações dos grupos e se fundia, ainda que marginalmente, no imaginário dos anarquistas defensores da propaganda pelo feito. Em razão de caracterizar uma prática pouco fundamentada no plano ideológico, não há como dizer em que medida os atores sociais foram diretamente influenciados pelos teóricos do individualismo anarquista – em conjunto com a nascente e mais bem estruturada ideologia anarcocomunista.

Após uma imersão bibliográfica sobre o período, encontramos a disseminação da ideologia individualista libertária somente na década de 1890 – a partir de revistas culturais plurais e que reuniam intelectuais simpáticos ao individualismo libertário – principalmente na região de Barcelona⁶⁷.

Como nossa proposta de trabalho busca compreender, em primeiro lugar, as manifestações históricas concretas do insurrecionalismo⁶⁸ anarquista – que sempre foi marcada pela ambiguidade, pelo paradoxo e pela pluralidade – não temos a pretensão de

⁶⁷ A ideologia anarcoindividualista penetrou em um círculo cultural muito reduzido e conseguiu ser disseminada nesse contexto social por meio da literatura. Diferentemente da ideologia anarcocomunista que, na Espanha, foi inserida na classe operária a partir da imprensa escrita e da militância política. DIEZ, Xavier. *El anarquismo individualista em España (1923-1938)*. Barcelona: Vírus Editorial, 2007.

⁶⁸ Alexandre Lopez traz, ainda, o conteúdo moral desta perspectiva. Uma moral anarquista que, ao julgar a humanidade, constata a necessidade de sua total destruição. Utilizando como meio a fâsca que deveria acender a transformação a partir da dinamite. Será justamente nesses anos a gênese de um movimento antipolítico organizado, no qual se estabelecerá a prática da ação insurrecional com o uso frequente da propaganda pelo feito. LOPEZ, Alexandre Ruiz. *Internacionalismo y propaganda por el hecho en la España del siglo XIX*. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, 2013.

qualificar nenhuma ação ou setor do movimento libertário espanhol como uma doutrina integralmente manifestada.

Outrossim, podemos incluir uma outra característica deste nascente movimento insurrecional, que corresponde à ideologia do anarquismo individualista, ou seja, a radical busca pela liberdade individual. Na ideologia anarquista individualista, o indivíduo assume a centralidade do projeto de emancipação social estando acima, inclusive, de referências como grupo ou como classe social.

Tal pressuposto ideológico, muitas vezes, pode incorrer em uma prática elitista completamente descolada do movimento operário e que provocava um distanciamento ainda maior em relação aos trabalhadores. Como bem aponta Alvarez Junco:

E naturalmente, esta rebeldia implacável contra as mais sutis formas de coação política, econômica, ideológica ou social não corresponde às massas proletárias (cujas consciências não costumam se elevar mais além das necessidades de umas melhorias materiais ou, como máximo, da tomada de posse dos instrumentos de propriedade pela classe trabalhadora) mas a um tipo humano mais evoluído, sensível e capaz de valorizar sua própria individualidade e liberdade. O que não tem porque levar a uma ação solidária frente a opressão, mas que pode, muito bem, culminar num distanciamento, por definição elitista, da sociedade⁶⁹.

Ao nosso ver, a tendência ao elitismo e ao distanciamento progressivo não estão presentes no insurrecionalismo da 2ª República em razão, principalmente, do processo de amadurecimento organizacional que os grupos experimentaram após período intenso de luta de classes de 1917 a 1923 – ainda em decorrência do constante exercício tático de penetração no movimento operário que os militantes da FAI realizaram, denominado de *Trabazón* – do qual trataremos oportunamente no decorrer do trabalho.

De qualquer forma – mesmo que o foco destas ações não tenha gerado uma mobilização massiva dos trabalhadores – não se pode negar um pequeno legado para o movimento anarquista como um todo. A informalidade, a ausência de hierarquia e a proximidade devido aos laços de sociabilidade primária dificultaram a ação repressiva do Estado na sua tentativa de aniquilamento das forças libertárias nos períodos de recrudescimento autoritário.

Sem contar que as constantes agitações, as ações violentas por intermédio da propaganda pelo feito, os atentados individuais, as queimas de colheitas, os justiciamentos de patrões e os membros do aparato repressivo do Estado foram o combustível da cultura

⁶⁹ JUNCO, José Alvarez. *La ideología política del anarquismo español (1868-1910)*. Madrid: Siglo XXI editores, 1991. Tradução nossa.

insurrecional daquele período e mantiveram acesa a tradição rebelde, tanto a do sul do país quanto a de Barcelona.

Vejam agora como se deu o embate no processo histórico do nascente grupismo insurrecional com o setor sindicalista coletivista. Em setembro de 1881, foi convocado um congresso operário em Barcelona, no qual foi decidida a criação da FTRE. A base ideológica seria ainda o coletivismo e a atuação legal. O uso da violência aparece apenas em casos estritamente necessários. Na prática, era a mesma FRE, mas com uma outra roupagem.

Sua estrutura organizativa era considerável e contribuía com as críticas voltadas para a organização central, realizada pelos comunistas. Em cada local em que os filiados estivessem deveriam ser criadas as seções de ofício que, em seguida, formariam a federação local. Por sua vez, as federações locais e as suas respectivas seções elegiam, anualmente, um conselho comarcal. Em nível nacional, os congressos que elegiam os membros do Conselho Federal da FTRE eram realizados com uma frequência anual. Havia, ainda, a possibilidade de uniões de ofício de mesma categoria se unirem nacionalmente e formarem conselhos próprios intitulados como Conselhos da União⁷⁰.

Imediatamente após o surgimento da FTRE, os atritos começaram a aparecer. Uma federação pública e com uma atuação dentro da legalidade prontamente entrou em atrito com as práticas violentas e clandestinas, cada vez mais presentes e viabilizadas pelos grupos de afinidade de orientação anarcocomunista.

Desde os primórdios da entidade, a polarização também apresentou um elemento regional importante. A região da Catalunha, principal polo industrial do país e que vivia um momento de prosperidade econômica, concentrava a sua atuação no universo sindical.

O principal periódico que defendia as teses coletivistas era o *Revista Social*. Esta publicação se comportava como um porta-voz da comissão federal da FTRE, apresentando suas deliberações e, ainda, as resoluções de seus congressos. Não se comparava a nenhum outro meio de comunicação operário do período, uma vez que tinha uma tiragem de 4.000 exemplares. Foi o meio que combateu mais abertamente a radicalidade dos grupos de afinidade, bem como as suas ações violentas marcadamente ocorridas no sul do país. Vejam, a título de ilustração, um trecho deste jornal, datado de 23/02/1882:

Revolução não é motim, não é pronunciamento, não é um levante [...] Revolução é educar o ignorante, dar consciência ao oprimido, inteligência e vigor ao explorado, produzindo nele a ideia de que não há providência divina que lhe salve, nem

⁷⁰ MADRID, Francisco. *La prensa anarquista y anarcosindicalista en España desde la I Internacional hasta el final de la guerra civil*. Barcelona: Universitat Central de Barcelona, 1989.

redentor que de forma desinteressada trabalhe por sua emancipação, pois esta só chegará caso ele procure alcançá-la por si mesmo⁷¹.

Na outra ponta do conflito estava a região sul do país. A dura realidade rural, latifundiária e excludente, impunha um regime de miséria aos camponeses⁷². Em virtude desta desigualdade social, Andaluzia foi o cenário ideal para o avanço das ideias comunistas radicais.

Nesse estado de miséria profunda, palavras sobre a necessidade de organizar um sindicato e de se filiar à FTRE não reverberavam. Ao passo que incitação direta à violência contra os proprietários de terras e as suas lavouras, a luta armada e o levante rebelde contra o poder local eram expressões que se encaixavam, perfeitamente, naquela realidade socioeconômica⁷³.

No Congresso da FTRE de 1882, realizado em Sevilha, as correntes se enfrentaram pela primeira vez. Tal certame foi celebrado entre os dias 24 e 26 de setembro e contou com a presença de 254 delegados, representando 495 seções. O número exato de filiados não é passível de determinação, mas alguns autores trabalham com a cifra entre 30 mil e 60 mil filiados⁷⁴. Houve a presença de 11 uniões de ofício, 14 federações comarcais e 222 federações locais. Tratou-se, portanto, de um breve período de apogeu da federação.

Dentre todos os congressos anuais celebrados na primeira metade da década de 1880, esse se destaca tanto pelo nível de mobilização operária quanto pelo debate aberto e intenso entre as duas tendências. Foi nesse certame que, inclusive, os radicais coletivistas passaram a criticar abertamente a estrutura central da federação.

Outro elemento a ser destacado acerca do congresso foi o aparecimento da organização secreta intitulada Internacional dos Deserdados, ou, simplesmente, *Los*

⁷¹ *Ibidem*, p. 103. Tradução nossa.

⁷² Alejandro Lopez apresenta também outros números bastante ilustrativos do quadro geral de miséria. Sobre a estrutura fundiária, o autor aponta que mais da metade das propriedades com pelo menos 2.000 hectares integravam as posses de um único latifundiário, diante de uma massa trabalhadora de 80% de assalariados sem-terra, que recebiam conforme o dia trabalhado – chamados de *jornaleros*. Prevalciam também os altíssimos índices de analfabetismo. Sem contar as epidemias que elevavam as já altas taxas de mortalidade. LOPEZ, Alexandre Ruiz. *Internacionalismo y propaganda por el hecho en la España del siglo XIX*. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, 2013.

⁷³ Em todo caso, as práticas violentas não excluía as lutas no âmbito laboral. Ocorreram diversas greves gerais levadas a cabo por grupos que reivindicavam o anarcocomunismo com relativo êxito no início dos anos 1880. GOMEZ, Francisco. *Anarcocomunismo en España (1882-1896)*. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, 2014.

⁷⁴ Francisco Madrid menciona estas cifras variáveis. Romero Maura corrobora a cifra de 60 mil presentes. Zugasti faz referência à presença de 254 delegados representando quase 500 sessões e, ainda, 48.000 Federados. MADRID, Francisco. *La prensa anarquista y anarcosindicalista en España desde la I Internacional hasta el final de la guerra civil*. Barcelona: Universitat Central de Barcelona, 1989; MAURA, Joaquim Romero. *La rosa del fuego. El obrerismo barcelonés de 1899 a 1909*. Madrid: Alianza, 1989; ZUGASTI. *La clase obrera hace historia. Raíces históricas (1840-1910)*. Madrid: Fundación Emanuel Mounier, 2009.

Desheredados. Esse grupo representou a maior organização antiolecionista durante os primeiros anos da década de 1880⁷⁵. Eles ficaram notabilizados nesse congresso, porque a sua existência não foi permitida pela comissão federal da FTRE, levando-os, imediatamente, a um enfrentamento com a federação.

No decorrer do congresso, o debate entre as tendências foi personificado em dois militantes: Josep Lluas, líder sindicalista da Catalunha, e Miquel Rubio, destacada liderança da cidade de Sevilha e o primeiro representante do anarquismo espanhol a se proclamar como um defensor da doutrina comunista libertária.

O teor do debate se resumiu aos principais preceitos e às perspectivas organizativas de cada tendência. Rubio chegou a afirmar que a via insurrecional era o único mecanismo legítimo da ideologia anarquista. Ao final do evento, as teses coletivistas continuaram triunfando. No entanto, as rugas já haviam sido estabelecidas e os “inimigos” já estavam identificados.

No ano seguinte, a FTRE inicia a perseguição política aos comunistas de diferentes seções filiadas – principalmente os do sul do país. Tal acossamento não foi iniciado por meio de um processo sistemático e organizado de expurgo político: a federação começou a atuar desautorizando e expulsando militantes que a comissão federal da FTRE considerava como perturbadores do movimento operário.

No início de 1883, um processo judicial instaurado contra uma suposta organização anarquista conhecida como *Mano Negra* provocou um aumento e diversificação nos mecanismos de perseguição ideológica no interior da entidade. Entendemos que se trata de um evento paradigmático, seja na conformação do desenvolvimento da doutrina anarcocomunista, seja no avanço dos mecanismos de repressão do Estado espanhol.

Adentremos em suas nuances: a Mano Negra foi uma suposta organização anarquista, secreta e violenta, que atuou na região da Andaluzia no início da década de 1880. Dos autos policiais apareceram acusações tais como as de assassinatos, de incêndios de colheitas e de propriedades rurais durante o biênio 1882-83. Não há um consenso

⁷⁵ MADRID, Francisco. *Antologia documental del Anarquismo Español*. Madrid: Fundación de Estudios Libertários Anselmo Lorenzo, 2001.

historiográfico no tocante à comprovação histórica da existência desse grupo, muito menos no tocante à autoria dos crimes que lhe foram imputados⁷⁶.

No final de 1882, o alto Escalão da guarda-civil da Andaluzia ocidental encontra uma cópia de supostos documentos pertencentes à organização, alegando se tratar de uma prova concreta da autoria dos crimes relatados⁷⁷. Duas semanas após o envio dos documentos para Madrid, o governo destaca um considerável efetivo policial para a cidade de Jerez de la Frontera com o intuito de efetuar a prisão de dezenas de militantes supostamente envolvidos, o que desencadeou um processo judicial de grandes proporções – chegando à cifra de mais de 300 militantes condenados.

A questão central para o crescimento da doutrina comunista, em virtude de tal episódio, ocorreu, principalmente, por conta da postura adotada pela FTRE quanto aos acusados. Diante da intensa repressão, militantes coletivistas radicais e aqueles que acabavam de se autodeclarar anarcocomunistas pressionaram a federação para que pautasse pela defesa dos acusados e deliberasse a favor de ações diretas, para pressionar o Estado pela libertação dos envolvidos.

A resposta da entidade foi exatamente na contramão: a comissão federal da FTRE passou a se posicionar como publicamente contrária aos supostos envolvidos nos crimes e como favorável à punição. Em seus meios de comunicação, reforçaram energicamente a sua postura legalista e contrária às ações violentas. A postura moderada da entidade perante aos fatos gerou um enorme desconforto interno na federação e potencializou, ainda mais, o debate organizativo – levando centenas de militantes, até então contemplados com a postura sindical coletivista, a passar para o lado dos comunistas.

⁷⁶ G. Woodcock é enfático ao qualificar Mano Negra como um bode expiatório a serviço da repressão estatal. F. Gomez argumenta, na mesma linha, dizendo que, de fato, foi uma manobra da guarda-civil como resposta ao ascendente panorama insurrecional da região sul do país. Zugasti reconhece que crimes desta natureza aconteceram com muita frequência no início da década de 1880, principalmente nas cidades de Jerez de la Frontera e de Fronteira de Arcos. Contudo, na sua visão, imputar tais crimes à suposta organização também é objeto de uma trama policial para justificar a repressão que se seguiu. Por fim, posso citar a visão de Alejandro Lopez, que aponta como verossímil tanto a existência da organização secreta quanto os assassinatos que foram apresentados pela polícia. Entretanto, a seu ver, as fontes históricas disponíveis não permitem afirmar se tais atos foram perpetrados, efetivamente, pelos membros da agrupação Mano Negra. WOODCOCK, George. *História das ideias e movimentos anarquistas vol. 2*. Porto Alegre: LP&M, 2006; GOMEZ, Francisco. *Anarcocomunismo en España (1882-1896)*. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, 2014; ZUGASTI. *La clase obrera hace historia. Raíces históricas (1840-1910)*. Madrid: Fundación Emanuel Mounier, 2009; LOPEZ, Alexandre Ruiz. *Internacionalismo y propaganda por el hecho en la España del siglo XIX*. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, 2013.

⁷⁷ Os documentos supostamente encontrados foram: “A Mano Negra – regulamento da sociedade de pobres contra seus ladrões e carrascos” e outro intitulado apenas “Estatutos”. O teor dos documentos era genérico. Neles, aparecem a expressão Mano Negra e algumas normativas sobre a necessidade de se constituir um núcleo da organização, secretamente, em cada localidade, com o objetivo de castigar os crimes da burguesia. ÁVILES, Juan. *La daga y la dinamita. Los anarquistas y el nacimiento del terrorismo*. Barcelona: Editorial Tusquets, 2013.

Além disso, como se não fosse o suficiente, a entidade começou a perseguir diversos militantes que confrontaram a FTRE diante dos processos da Mano Negra. Líderes sindicalistas e membros da comissão federal, tais como Josep Llunas, iniciaram uma verdadeira “caça às bruxas” no interior da entidade.

Um dos primeiros a ser expulso foi o próprio Miquel Rubio que, em virtude dos debates realizados no congresso anterior, estava estigmatizado na entidade como um símbolo da tendência comunista. Muitos outros foram expulsos em seguida e um grupo de 12 militantes, que solicitou a revisão dos estatutos da entidade, também foi sumariamente banido. A justificativa apresentada era a de “conduta imoral e prejudicial à organização”⁷⁸.

Em virtude da postura autoritária por parte da comissão federal, o setor coletivista radical passou a se declarar abertamente favorável à propaganda pelo feito, à ação clandestina grupal e acusaram a comissão federal de ter reprimido a base combativa da entidade, no intuito de frear a ânsia que o movimento tinha por ações diretas violentas.

Enquanto a comissão federal seguia aprovando resoluções coletivistas em torno da jornada de oito horas de trabalho e expurgando militantes de oposição, a base do movimento propunha o enfrentamento direto com o Estado e com as classes dominantes do campo e, em um segundo momento, da cidade – já que a reivindicação insurrecional urbana se iniciou por meio dos coletivistas radicais, em sua maioria oriundos do contexto industrial de Barcelona. O primeiro grupo da cidade a defender publicamente as táticas violentas surgiram da *Población de Gracia*⁷⁹, que fazia fronteira norte com Barcelona.

No começo de 1884, iniciou o declínio da FTRE. O grupo Os deserdados foi um dos principais responsáveis por fazer frente à institucionalidade coletivista. A partir de seu jornal, *La Revolución Social*, o grupo começou a fazer duras críticas à entidade e a propor congressos operários em separado que, progressivamente, foram ganhando cada vez maior adesão. De início, contou com a presença de militantes próximos da cidade de Arcos, da região da Andaluzia (onde se iniciou o grupo), mas, aos poucos, virou referência no cenário político libertário e passou a atrair a atenção de centenas de militantes coletivistas radicais, contrários às recentes perseguições feitas pela comissão federal da FTRE.

⁷⁸ GOMEZ, Francisco. *Anarcocomunismo en España (1882-1896)*. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, 2014.

⁷⁹ Devido ao processo de conturbação ocorrido após a expansão e a modernização da cidade de Barcelona no início do século XX, esta região passara a ser apenas um bairro, um subúrbio proletário com grande tradição insurgente. Diferentemente dos demais subúrbios da cidade, Gracia era formada por artesãos qualificados com uma formação militante radical – além de imigrantes anarcocomunistas, franceses e italianos. OYON, José Luis. *El cinturón rojinegro. Radicalismo cenetista y obrerismo en la periferia de Barcelona (1918-1939)*. Barcelona: Ediciones Carena, 2004.

A maior crítica apresentada por *La Revolución Social* foi feita por meio de uma denúncia contra os líderes da FTRE. Os deserdados diziam que a federação havia, propositalmente, ocultado as deliberações do Congresso de Londres, realizado em 1881. Eles defendiam que, enquanto os demais países europeus com organizações anarquistas já haviam passado às práticas violentas, a Espanha estava um passo atrás justamente pelo ocultamento destas práticas, bem como pela perseguição que a FTRE estava realizando no bojo do movimento libertário espanhol contra os pioneiros das ações violentas no país.

Nos anos subsequentes, o termo propaganda pelo feito passou a ser apropriado por correntes individualistas que faziam o uso dos atentados políticos individuais contra chefes de Estado, contra membros do alto escalão da igreja e do exército. É importante ressaltar que esta ampliação semântica da propaganda pelo feito produziu efeitos catastróficos na cultura política libertária, principalmente na Espanha durante a década de 1890, tal como veremos a seguir. Não apenas pelo fracasso em que resultou a prática como forma de mobilização, mas pela associação direta entre terrorismo e anarquismo, que foi propagada a partir do período em questão.

Não se trata apenas de uma transformação conceitual da propaganda pelo feito: houve uma implicação prática direta na forma de agir destes movimentos. Se, inicialmente, propagandear pelo ato implicava motim, ensaio de rebelião, greves com ações diretas violentas contra as fábricas ou edifícios da classe patronal (o que se viu nos primeiros anos da FTRE espanhola), nesse novo contexto, o termo passou a incluir ações como o uso de dinamites em diferentes situações, ou seja, assassinatos de membros da classe dominante, de altas patentes do exército e da guarda-civil etc.

Os próprios documentos apresentados pelo Congresso de Londres expandiam o raio da ação violenta. Em sua declaração publicada e datada de julho de 1881, tem-se na sua primeira parte uma coadunação com os preceitos iniciais da ideia de propaganda pelo feito:

É estritamente necessário realizar todos os esforços possíveis para propagar, mediante atos, a ideia revolucionária e o espírito de revolta nesta grande fração da massa popular que ainda não toma parte ativa no movimento e cria para si mesma ilusão sobre a moralidade e a eficácia dos meios legais. Saindo do terreno legal no qual em geral permaneceu até agora, para levar a ação ao terreno da ilegalidade, que constitui o único caminho em direção a revolução, é necessário recorrer aos meios que estejam em conformidade com este propósito. As perseguições feitas contra a imprensa revolucionária pública em todos os países nos obrigam a estabelecer uma imprensa clandestina. Devido a grande massa dos trabalhadores do campo estarem totalmente à margem do movimento socialista revolucionário resulta absolutamente necessário dirigir nossos esforços nesta direção recordando que o mais simples feito dirigido contra as instituições atuais dialoga com as massas que milhares de

impressos e ondas de palavras. Vale ressaltar que a propaganda pelo feito nos campos tem ainda mais importância que nas cidades⁸⁰.

Dito de forma genérica, pode-se observar que o texto defende o ilegalismo, as práticas clandestinas e menciona também os feitos em direção das instituições. No entanto, na parte final do documento já se evidencia a aceção violenta dos atentados individuais:

Já que as ciências técnicas e químicas têm rendido serviços para a causa revolucionária, o congresso recomenda às organizações e aos indivíduos que formam parte da associação internacional dos trabalhadores para que deem uma grande importância ao estudo e à aplicação destas ciências como meio de defesa e de ataque⁸¹.

Sendo assim, a prática violenta individual, inserida na ampliação do conceito de propaganda pelo feito, tornou-se uma realidade no contexto espanhol no final da década de 1880. Ela foi assimilada, inicialmente, no plano discursivo. Será apenas no decênio seguinte que os atentados efetivamente aparecerão no território espanhol – marcadamente após eventos de mesma classe ocorridos na França, em 1892.

Na segunda metade da década de 1880, enquanto a prática dos atentados seguia na esfera da proposição discursiva e ideológica, os anarcocomunistas espanhóis lograram propagar, com uma maior intensidade, a sua ideologia – o que enfraqueceu ainda mais a FTRE.

Foi no Congresso da FTRE em Madrid, no ano de 1887, que resoluções de tonalidade comunista apareceram. Teses que abordavam “os vícios antianárquicos”, presentes na federação com clara alusão ao centralismo e ao suposto burocratismo da entidade foram aprovadas. Simbolicamente, também, foi extraída a palavra “íntegro” do princípio coletivista quanto à propriedade do produto do trabalho realizado na futura sociedade anarquista por parte de cada um de seus indivíduos.

A partir de 1885, os embates entre as duas tendências – que, até então, haviam se manifestado no interior dos congressos e a partir das práticas de expurgo realizadas pelos coletivistas presentes na comissão federal da FTRE – tornam-se profusos nos veículos impressos.

Um dos jornais que figurou como porta-voz do anarcocomunismo sulista foi o *Justicia Humana*. Um artigo de 18/04/1886 deste periódico, que nos parece muito exemplar da linha narrativa adotada pela doutrina anarcocomunista, segue abaixo:

⁸⁰ *Ibidem*.

⁸¹ *Ibidem*.

Somos anarquistas comunistas e viemos por meio da imprensa propagar essas ideias [...] Não somos partidários de organizar as classes trabalhadoras em sentido positivo, desejamos uma organização negativa. Anarquistas em toda a extensão da palavra sem formar um corpo manejável – já que o mesmo pode servir menos em benefício do que em prejuízo do objeto para que foi criado [...] somos comunistas anárquicos e, portanto, inimigos da propriedade individual que os coletivistas determinam através do produto íntegro do trabalho de cada um [...] Da escola coletivista nos separa aquilo que santifica a propriedade individual que resulta do trabalho de cada um⁸².

Progressivamente, os principais periódicos anarquistas se transformaram em folhetins de intenso conteúdo proselitista de autoafirmação de suas respectivas tendências. Por parte dos coletivistas legalistas existiam, por exemplo, *Acracia*, *El Condenado*, *El Grito del Pueblo*, *La Organización Obrera*, *El Esclavo Moderno*, *La Solidaridad*, dentre outros. Do lado anarcocomunista estavam *La Tribuna Libre* de Sevilha, *El Combate* de Bilbao, *El Corsário* de La Coruña, *La Revolución Social*, *Tierra y Libertad*, *El Productor* e *La Revancha*, todos de Barcelona⁸³.

A polarização se tornou insustentável do ponto de vista organizativo, levando à extinção da FTRE em 1888. Os dois setores criaram as suas próprias organizações. Nos dois casos, foram instituições efêmeras e de pouco impacto no meio operário. A cisão interna representou o primeiro momento histórico, no qual as concepções sobre a forma de organização do movimento anarquista se chocaram sobremaneira.

A FRC (Federação de Resistencia ao Capital) se tornou a instituição representante dos ideais coletivistas. Formada a partir de seu primeiro congresso, em setembro de 1888, o seu objetivo central era colocado de forma genérica: como uma organização em defesa da classe trabalhadora. Advogavam, também, os Pactos de União e Solidariedade entre indivíduos, sociedade e federações.

A própria motivação para ocultar princípios anarquistas em seus primeiros postulados derivava do seu anseio de penetrar na classe trabalhadora sem dogmas, buscando

⁸² *Ibidem*, p.45. Tradução nossa.

⁸³ Destaque-se *El Productor*, *Tierra y Libertad* e *La Revolución Social*. Os dois primeiros foram jornais de longa duração. O primeiro se limitou ao período de final do século XIX e compunha a linha de frente nos embates entre as tendências. Já o segundo, objeto principal de análise do trabalho em questão, neste momento (1888-1889), se proclamava anarcocomunista. Contudo, sofrerá inúmeras transformações editoriais chegando inclusive a ser utilizado pela família Montseny, proprietária da paradigmática Revista Blanca, no período em que a revista não pode ser publicada com o seu próprio nome. No capítulo correspondente à análise das fontes primárias, adentraremos nas suas principais transformações. Por fim, *La Revolución Social* foi o jornal de linguagem mais exaltada entre os citados. Em seu primeiro número, já se colocavam como partidários da expropriação violenta como uma ferramenta legítima de luta. O Próprio Errico Malatesta concedeu artigos e efetuou participações diretas na redação de cada um deles. MADRID, Francisco. *Antología documental del Anarquismo Español*. Madrid: Fundación de Estudios Libertários Anselmo Lorenzo, 2001.

se inserir na dinâmica das lutas econômicas laborais e atuar com os sindicatos por meio da luta pela jornada de 8 horas de trabalho como um mote central.

Do campo anarcocomunista, a OARE (Organização Anarquista da Região Espanhola), criada no mês de outubro após a celebração de um congresso extraordinário em Valência, expressava, abertamente, a sua orientação ideológica como princípio de organização. Seus anseios eram proclamados por meio de palavras de ordens anarquistas, focadas nas ações necessárias para se criar a base de uma revolução comunista anárquica. Consoante com a ideologia comunista libertária, a entidade não possuía nenhum estatuto e previa a total liberdade de funcionamento tático aos militantes e aos grupos afiliados.

O conflito de paradigmas organizativos e de dissensões táticas foi uma tônica no seio do movimento anarquista espanhol, durante toda sua história até o período da guerra civil espanhola. Ao nosso ver, durante todo este período, esteve presente uma dialética de unidade-conflito, a qual pode ser considerada como um dos pilares do enraizamento tão profundo do anarquismo naquele país.

Grosso modo, em contextos de debilidade organizativa, considerando o recrudescimento autoritário do estado espanhol, os grupos sobressaíram e conseguiram manter acesa a chama da ideologia anarquista por intermédio de diferentes formas de ações diretas e instáveis organizações clandestinas.

Nos momentos de relativa legalidade e de permissividade do Estado para com a militância política no interior do movimento operário, os coletivistas-sindicalistas logravam uma amplitude maior de reverberação ideológica e de organização de massas. Somente no período da 2ª República essa equivalência se dissolveu, uma vez que os grupistas insurrecionais, além de controlar parcialmente a CNT, conseguiram ampla inserção social em um contexto de relativas liberdades políticas.

No início dos anos 1890, os anarquistas conseguiram uma considerável mobilização operária. Ainda que o movimento operário de cunho libertário estivesse sem uma organização central, os atos de primeiro de maio foram massivos e pautados por ambas tendências⁸⁴. Especificamente, no contexto de Barcelona, ocorre um aumento substantivo de greves.

No contexto de ausência de uma entidade geral, paradoxalmente, as tendências se reaproximaram. Os atos passaram a ser organizados e realizados de maneira conjunta – ainda

⁸⁴ Precisamente em tal ano começaram os atos de 1º de maio. A data foi deliberada pelo Congresso da II Internacional, celebrado em 1889. A justificativa foi pautada pelos incidentes ocorridos em Chicago no ano de 1886, naquilo que ficou conhecido como Mártires de Chicago – em decorrência de uma mobilização operária em torno da jornada de 8 horas, que teve como resultado a prisão e a condenação de 8 militantes anarquistas.

que as respectivas interpretações conjunturais e posturas táticas tivessem permanecido como separadas. Os coletivistas insistiam na bandeira das 8 horas e os comunistas fomentavam uma greve geral revolucionária, que abarcasse as demandas laborais com ações diretas violentas. E mesmo que não houvesse um projeto sindical estável e estruturado, os atos de 1º de maio possibilitaram aos militantes anarquistas se recolocar como uma vanguarda ativa do operariado catalão até 1893⁸⁵.

No âmbito rural, o Sul prosseguiu na sua tradição anarcocomunista insurrecional. A cidade de Jerez de la Frontera, mesmo cenário da perseguição por meio dos processos da Mano Negra, sublevou-se. Na madrugada do dia 8 de janeiro de 1892, centenas de camponeses entraram na cidade proclamando a anarquia em palavras de ordem, carregando ferramentas de trabalho e pouquíssimas armas de fogo. O sentimento geral era de indignação pela recente prisão de 65 militantes da região, acusados de promover tentativas de rebelião.

Imediatamente, a guarnição local da guarda-civil se aquartela e aguarda reforços da cavalaria, que se posicionam ao redor da cidade. Os insurretos saem pelas ruas em direção a cadeia local, para libertar os detentos e, no caminho, ao que parece, um pequeno grupo entrou em conflito com três jovens, supostamente de origem burguesa, e os assassinaram⁸⁶. Após a ordem de repressão, centenas de pessoas foram encurraladas e brutalmente surradas, porém a rebelião foi rapidamente contida. O saldo de prisões alcançou mais de 400 detidos.

O processo judicial que se seguiu foi executado a cargo do exército por meio do conselho de guerra. A prática incriminatória ostensiva, com confissões sob tortura e com condenações sumárias, foi mantida. O resultado do julgamento teve um saldo de dezenas de prisões perpétuas e pena capital para 4 supostos envolvidos. Eles foram mortos na praça pública da cidade com suporte de um sórdido instrumento de execução chamado de garrote vil.

O levante também foi um pretexto para o governo decretasse o fechamento de vários centros sociais, cooperativas e jornais. A título de ilustração, a pessoa imputada como

⁸⁵ A disputa política pela hegemonia no movimento operário espanhol também se iniciou neste período. Os socialistas conseguiram se estabelecer melhor na região de Castilha, notadamente na capital, e no norte do país. Seu projeto era ainda mais legalista que o dos anarquistas coletivistas, já que previa a aprovação de leis e a eleição de deputados representantes dos trabalhadores. Como a atmosfera antipolítica e antilegalista se havia enraizado tão firmemente na região da Catalunha e no sul do país, o projeto socialista não se disseminou nestas regiões. ESTUDILLO, Antonio Lopez. El anarquismo español decimonónico. *Revista Ayer*, Madrid, n. 45, 2002, p. 73-104.

⁸⁶ Entendemos ser imperativo adotar cautela na descrição destes fatos, tendo-se em vista que as fontes primárias decorrentes destes eventos – as quais pudemos ter acesso por meio da bibliografia consultada – são de jornais de grande circulação e de orientação monárquica ou republicana ou, pior: dos autos policiais. Sabe-se, ao menos, que havia um policial infiltrado no movimento de codinome *El Madrileño*, que incentivava as ações violentas. O que dificulta ainda mais o discernimento em relação à autoria dos atos violentos. ZUGASTI. *La clase obrera hace historia. Raíces históricas (1840-1910)*. Madrid: Fundación Emanuel Mounier, 2009.

principal líder da insurreição foi Fermin Salvoechea, um destacado líder anarcocomunista do Sul que se encontrava preso no contexto da revolta. Outra agravante para tal incriminação, antes mesmo de sua prisão, Salvoechea havia publicado um artigo no qual se dizia contrário à rebelião produzida.

Ocorreu um enorme clamor público acerca do que foi chamado pela imprensa anarquista da Espanha (e de outros países) como “Mártires de Jerez”. O jornal anarcocomunista *El Produtor* conseguiu arrecadar mais de 11 mil pesetas para a defesa dos acusados⁸⁷. Em Barcelona, várias greves foram realizadas como uma forma de protesto e de pressão pela liberdade dos militantes presos.

A menção ao levante se justifica não apenas como demonstração do nível de mobilização dos anarcocomunistas no Sul, mas como uma ilustração da maneira como o Estado espanhol incriminava, prendia e executava militantes anarquistas, supostamente envolvidos em levantes e em ações diretas violentas.

Os procedimentos coercitivos foram as principais motivações apresentadas pelos autores dos atentados individuais de maior impacto, ocorridos a partir de 1892. Adentraremos, brevemente, nos três principais ataques individualistas ocorridos na cidade de Barcelona, durante o período de 1892 e 1896, para fundamentar nossa proposição acima⁸⁸.

No dia 24 de setembro de 1893, Paulino Pallas Latorre lança duas bombas em um desfile militar, com a intenção de assassinar o general Arsênio Martínez Campos – comandante-geral da Catalunha. Ele é detido imediatamente após a explosão por se autoidentificar no meio da multidão aos gritos de “viva a anarquia!”. Seu processo durou menos de duas semanas. Ele foi condenado à morte e executado por um pelotão de fuzilamento. Na prisão, escreveu uma carta autobiográfica, publicada um dia após a sua execução em um dos principais jornais da Espanha, *El País*. Nela, Pallas admite o feito e o justifica em nome das barbaridades perpetradas pelo Estado espanhol nos eventos de Jerez de la Frontera, ocorridos no ano anterior⁸⁹.

⁸⁷ GOMEZ, Francisco de Paula Fernandez. *De Fanelli a Angiolillo. El anarquismo en el estado español del siglo XIX*. Barcelona: Ateneo Libertário del Besos, 2006.

⁸⁸ Como o objeto principal do trabalho está voltado para os grupos de tendência insurrecional e a sua evolução no decorrer da história do anarquismo espanhol até o início da guerra civil espanhola, não nos parece pertinente abordar a fundo os atentados individuais (terroristas ou não) ocorridos neste breve período. Consideramos tais eventos como uma prática periférica, de uma tendência mais individualista do que comunista libertária e que não produziu legados para além da década de 1890. Registra-se também que outras bombas foram explodidas pela cidade desde 1889. No entanto, em nenhum dos outros eventos a repercussão foi substantiva, seja por não causar mortes ou em razão do Estado não ter logrado inculpar os supostos autores.

⁸⁹ LOPEZ, Alexandre Ruiz. *Internacionalismo y propaganda por el hecho en la España del siglo XIX*. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, 2013.

No dia 07 de novembro de 1893, Santiago Salvador Franch lançou duas bombas no Teatro do Liceu de Barcelona, durante a apresentação de uma peça de teatro. Diferentemente do primeiro caso, ele fugiu e só foi capturado após meses. Durante seu julgamento, justificou seus atos pela condenação e execução de Pallas. Ele também foi condenado à pena de morte e executado por garrote vil.

Após um breve período sem incidentes relacionados, no dia 07 de junho de 1896, uma bomba é atirada na parte final de uma procissão de *Corpus Christi*, quando a procissão passava pela rua *Cambios Nuevos*. Nos dias que se seguiram, o governo suprimiu as garantias constitucionais e efetuou a prisão imediata de 87 suspeitos – no decorrer do processo, o saldo chegaria a centenas de detidos.

Ao contrário dos anteriores, não é possível afirmar de quem foi a autoria do atentado, principalmente porque o processo instaurado, que ficou internacionalmente conhecido como Processo de Montjuic, chegou às condenações por meio das confissões sob bárbaras torturas. Vários jornais da época, desde a tendência republicana até a anarquista, questionaram, inclusive, se não haveria sido uma ação da própria polícia – uma vez que todas as autoridades, eclesiásticas e políticas, se encontravam na parte dianteira da procissão⁹⁰. O Processo de Montjuic foi concluído com um saldo final de 8 penas capitais – as quais, após uma ampla mobilização internacional, ficaram reduzidas para 5 – e dezenas de condenações perpétuas ou de longos períodos de reclusão.

Para concluir o capítulo, deixamos para seu final algumas interpretações a respeito dos atentados individuais finisseculares. Entendemos que é de suma importância ressaltar o debate historiográfico a respeito dos atentados “terroristas” por duas razões. Algumas obras que se concentram na análise do que seria o terrorismo anarquista, incorrem em conclusões generalizantes incriminatórias, além de invisibilizar o movimento anarquista organizado do período.

Rafael Nuñez Florêncio, por exemplo, qualifica o resultado dos primeiros atentados da seguinte forma:

[...] as consequências mais importantes de tudo aquilo foram, por uma parte, a progressiva redução da base operária do anarquismo que nos próximos anos seria reforçada notavelmente pela repressão. Por outra, que a típica forma de organização fosse, sobretudo em Barcelona, a de pequenos grupos que gozavam de uma autonomia absoluta, que se formavam e se desfaziam com facilidade, e de cujas filas surgiam, às vezes movidos por um impulso individual, os autores dos atentados⁹¹.

⁹⁰ WOODCOCK, George. *História das ideias e movimentos anarquistas vol. 2*. Porto Alegre: LP&M, 2006.

⁹¹ FLORENCIO, Rafael Nuñez. *El terrorismo anarquista (1888-1909)*. Madrid: Siglo XXI Editores, 1983, p. 45. Tradução minha.

Concordamos com a afirmativa do autor de que estes atos isolados foram respondidos com uma repressão desmesurada, que desarticulou sobremaneira o movimento operário de cunho libertário daquele período. No início dos anos 1890, como já mencionamos acima, mesmo com o final da FTRE havia um esboço de reorganização a partir das manifestações de 1º de maio – que, em meados da mesma década, perdeu-se quase por completo em virtude da reação do Estado espanhol frente aos atentados individuais.

Entretanto, sua argumentação nos induz a duas generalizações temerárias: a culpabilização dos militantes defensores da prática violenta pelo fracasso do projeto sindicalista libertário e a apresentação da forma de organização por meio dos grupos de afinidade, como fonte exclusiva de um individualismo anarquista violento.

Ao colocar em primeiro plano que os atentados individuais produziram uma “progressiva redução da base operária”, desloca-se para um segundo nível o “terrorismo” de Estado como principal, ou único, agente aniquilador das forças políticas libertárias. Como pudemos observar na descrição dos principais atentados acima, as próprias estruturas policiais forjaram provas, torturaram militantes, introduziram falsos agitadores para desencadear ações violentas, detiveram centenas de trabalhadores etc. E, principalmente, valeram-se destes poucos atos individuais como uma justificativa para reprimir entidades de trabalhadores, censurar ou fechar periódicos anarquistas, centros sociais e demais instituições de ócio e de cultura libertária.

A rigor, a principal tese subjacente na sua obra é a de que as ações organizadas por pequenos grupos, em sua maioria embebidos de um individualismo “romântico e violento”, foram os principais responsáveis pela suposta separação do movimento libertário das massas trabalhadoras. Isto parece-nos no mínimo imprudente, seja por qualificar genericamente os grupos de afinidade como individualistas ou por, *a priori*, deslegitimar por completo ações diretas violentas⁹².

Ora, acabamos de dimensionar o quanto os princípios anarcocomunistas haviam se colocado na cultura política libertária na década anterior e que estavam minimamente inseridos no tecido social operário. Sua atuação por grupos e por táticas de ações diretas violentas foram os mecanismos encontrados para o enfrentamento contra grandes proprietários rurais no Sul e por greves alicerçadas nas ações diretas contra a classe patronal

⁹² Guardadas as devidas proporções, veremos, no capítulo correspondente, como outros historiadores partiram destas mesmas premissas generalizantes em suas interpretações a respeito do anarquismo insurrecional durante o período da 2ª República.

na Catalunha. Sua forma de agir, ao nosso ver, possibilitou uma sobrevida dos ideais ácratas em contextos de severas repressões – o que é ignorado pelo autor.

Assim, reduzir a atuação dos grupos a bombas e terrorismo nos parece uma postura teórica, ao menos, descuidada. A parte uma exceção feita a Pallas que, efetivamente, havia militado em grupos anarcocomunistas, os outros autores dos atentados ou são desconhecidos ou correspondiam a uma figura alheia ao meio militante. Sem contar que tanto Pallas quanto Salvador justificaram os seus atos em decorrência da repressão estatal.

A respeito da dimensão violenta das ações grupistas, a sua análise eclipsa ações voltadas para o enfrentamento com a classe dominante no contexto de luta de classes, maximizando os minoritários atos nos quais se produziram as vítimas por bombas. No nosso entendimento, tal generalização oculta uma deslegitimação, *a priori*, de qualquer ato violento. Gomez introduz em sua tese doutoral um elemento importante nessa perspectiva à luz do Estado contemporâneo:

Todos os movimentos antagônicos ou opositores a determinada a ordem estabelecida neste caso liberal e capitalista deve necessariamente ser pacíficos para serem respeitados e admitidos, enquanto que aqueles que optarem por possíveis formas de resistência ou violência política necessariamente serão terroristas e não aceitáveis⁹³.

No exercício da interpretação historiográfica, não nos cabe referendar ou negar moralmente ações políticas de sujeitos históricos de um determinado contexto. Entretanto, com o respaldado de uma perspectiva alicerçada na história social, parece-nos imperativo o intento de dimensionamento da reverberação de tais ações no meio operário. Outro esforço teórico fundamental é o de apresentar a cultura política, que revestia seus atos com uma relativa legitimidade. Por fim, e sem realizar um juízo de valor, entendemos como relevante um olhar sobre as consequências dos atos em evidência, contrastando-os com a finalidade do que almejaram os atores sociais. Vale frisar que determinadas ações tiveram rotundo fracasso, uma vez que buscavam efetuar uma denúncia sobre a repressão estatal, mas apenas produziram pânico coletivo e uma forte estigmatização social.

Um outro autor que apresenta uma interpretação historiográfica muito próxima daquela defendida por Nuñez Florêncio é Juan Áviles. Este utiliza a terminologia terrorismo para referenciar a maioria das práticas violentas realizadas pelos anarquistas espanhóis na última década do século XIX – inclusive para alguns eventos que não tiveram comprovação

⁹³ GOMEZ, Francisco. *Anarcocomunismo en España (1882-1896)*. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, 2014, p. 22. Tradução nossa.

da autoria acerca dos atentados. Em seus escritos, podemos observar uma postura que corresponde com a que fora apresentada por Florêncio.

Vejamos sua definição de terrorismo na qual, supostamente, se enquadraria o anarquismo espanhol daquele período: “Minha própria definição de terrorismo seria, pois, a de uma violência clandestina exercida contra pessoas não combatentes com o propósito de gerar o clima de temor favorável aos objetivos políticos daqueles que a perpetraram”⁹⁴. Em seu conceito, observamos um reducionismo ainda mais incisivo sobre as práticas dos anarquistas na última década de 1890 e um flagrante anacronismo no que diz respeito à sua concepção de terrorismo na compreensão dessas práticas. A expressão “exercida contra pessoas não combatentes” ignora a realidade concreta presente na cidade de Barcelona, trazendo em seu bojo uma conotação de conflito bélico que não é plausível.

Em seu exercício teórico de aplicar uma acepção válida, tanto para compreender as ações anarquistas daquele período, quanto para outras práticas – inclusive as de movimentos religiosos⁹⁵ – Áviles subtrai da análise a complexidade das vertentes anarquistas que permeavam aquele contexto e também a dimensão absolutamente minoritária de tais atos no amplo mosaico da práxis anarquista daquela conjuntura específica.

Contrastando essa definição com a dos atentados individuais descritos nas páginas anteriores, percebemos uma outra descontextualização. Com exceção do último ato perpetrado contra uma procissão, sobre o qual não se sabe a autoria, nos outros dois eventos os próprios autores dos atentados justificaram aquelas ações como uma forma de vingança às ações de repressão do Estado e não “com o propósito de gerar o clima de temor favorável aos objetivos políticos daqueles que a perpetraram”.

Contudo, um outro artigo deste autor, ao qual tivemos acesso, traz algum alento teórico à sua análise⁹⁶. No ensaio em voga, o autor argumenta sobre o modo como os objetivos implícitos nas ações anarquistas violentas não lograram o resultado esperado de propagar o ideal. Esta propaganda, paradoxalmente, foi conquistada pela maneira atroz com que o Estado espanhol agia na repressão a estes atos – o que foi chamado por ele de propaganda pela repressão. Tendo-se em vista, por exemplo, que os Processos de Montjuic ou dos Mártires de Jerez produziram uma mobilização internacional do movimento libertário e

⁹⁴ ÁVILES, Juan. *La daga y la dinamita. Los anarquistas y el nacimiento del terrorismo*. Barcelona: Editorial Tusquets, 2013, p. 17, tradução nossa.

⁹⁵ Este anacronismo é ainda mais presente em um artigo no qual Aviles compara o movimento anarquista com o terrorismo islâmico. Cf. Idem. Terrorismo anarquista y terrorismo yihadí: un análisis comparativo. *Revista Historia y Política*, Madrid, n. 27, v. 1, 2012.

⁹⁶ AVILES, Juan. Propaganda por el hecho y propaganda por la represión: anarquismo y violencia en España a fines del siglo XIX. *Revista Ayer*, Madrid, n. 80, v. 1, p. 165-192, 2010.

que trouxeram parte da opinião pública para a defesa dos envolvidos, esta contribuição nos parece mais acertada.

Por fim, corroborando seu ponto de vista, acreditamos que os anarcocomunistas espanhóis efetivamente tiveram pouco êxito de inserção nas massas, sobretudo em meados da década de 1890. No entanto, isso não foi devido aos poucos atentados individuais que lhe foram atribuídos, mas, principalmente, pela sua radical ojeriza às organizações centralizadas. Seu ímpeto de atuar clandestinamente e de maneira violenta acelerou a desintegração da FTRE – e não foi propositivo o suficiente para criar uma alternativa histórica efetivamente capaz de levar o movimento anarquista em direção à insurreição comunista.

A incapacidade de compreensão da necessidade organizativa para se enfrentar o Estado espanhol custou bastante caro aos anarcocomunistas. Não incidentalmente, nos primeiros anos do século XX, a tendência sindicalista passará a ganhar ainda mais reverberação e imersão na classe operária, culminando com a fundação da CNT, no ano de 1910.

Concluindo, as primeiras décadas do anarquismo espanhol introduziram elementos fundamentais para o surgimento das táticas insurrecionais e para a institucionalização da organização em forma de grupos de afinidade.

No bojo do movimento operário, surge o anarquismo espanhol coletivista a partir de um processo de autoafirmação ideológica perante outras correntes como a republicana e a cooperativista. Com a consolidação da corrente coletivista, o pilar fundamental antipolítico se estabelece por intermédio da FRE e o anarquismo de matriz sindicalista inicia sua trajetória.

No entanto, principalmente após o período de clandestinidade, grupos de afinidade são formados para fazer frente à ilegalidade da federação. Tais agrupações se consolidarão a partir da proposta descentralista do anarcocomunismo na década de 1880.

Com a insurreição de Alcoy e, anos depois, com o levante de Jerez de la Frontera, abriu-se caminho para táticas de ação direta violenta e de propaganda pelo feito como forma embrionária, diga-se, de confrontar o poder local, superando assim a clássica mobilização exclusiva por meio de greves, pois introduz-se definitivamente a violência política como mecanismo considerado legítimo pelos próprios sujeitos históricos envolvidos.

A repressão advinda das ações diretas violentas e dos breves intentos insurrecionais impossibilitou uma maior amplitude da ideologia anarcocomunista e permitiu, com isso, que os coletivistas voltados para as ações no campo sindical chegassem ao início do século XX com mais possibilidades de expansão e fortalecimento. Já os grupos de afinidade finisseculares se perderam enquanto legado antiorganizativo. Somente quase vinte anos após a

retração da ideologia anarcocomunista que outros grupos de afinidade surgirão. Agora, com inserção na classe operária e um novo repertório tático de ações violentas.

A dualidade organizativa tão presente na história do anarquismo espanhol se consolida: ora um desenvolvimento maior da corrente sindicalista, ora da corrente grupista. Desse modo, o sindicalismo voltado para a organização dos trabalhadores e grupos dispostos a afrontar diretamente o sistema político instituído confrontar-se-ão, em maior ou menor grau, durante todo o período histórico entre o surgimento da proposta grupal (1880) e a guerra civil espanhola (1936-1939).

Assim, a cultura política insurrecional dava seus primeiros passos. De maneira excessivamente reativa – diretamente relacionada com um ato de violência do Estado que a precedia –, os primeiros defensores do anarquismo insurrecional não lograram formular uma estratégia que propusesse minimamente a atuação conjunta com demais grupos em diferentes localidades – tamanha a atuação atomizada e a rejeição de uma organização central. Os anarquistas insurrecionais só irão começar a assimilar a imperativa necessidade organizativa com a criação da Federação Anarquista Ibérica, o que ocorreu apenas 17 anos após o surgimento da CNT, em 1927.

Capítulo 2 – O prenúncio da insurreição republicana: sociabilidades, conflitividade sindical e o surgimento da FAI (1900-1930)⁹⁷

No início do século XX, a Espanha ainda era um país predominantemente rural, com cerca de 65% da população vivendo no campo⁹⁸. Entretanto, a indústria têxtil concentrada na região de Barcelona despontava no cenário econômico espanhol e inseria definitivamente o setor secundário industrial no PIB do país.

Em que pese o crescimento industrial, outras variáveis econômicas estavam em queda. O setor da construção, por exemplo, estava em declínio e as taxas de desemprego eram altíssimas. Sem contar que mais da metade da massa trabalhadora do país era analfabeta e não possuía instrução técnica compatível com o referido desenvolvimento industrial⁹⁹.

No campo da luta social, a década de 1900 se inicia na Espanha com um arrefecimento da luta de classes e uma desorganização generalizada das entidades libertárias. Após a breve onda de atentados terroristas e o tímido intento de reorganização sindical a partir das manifestações de 1º de maio de 1892, tardarão vários anos para a consolidação da criação da CNT em 1910.

Contudo, a nova geração de militantes libertários iniciava, a passos pequenos, uma tentativa de se organizar a partir dos sindicatos acenando com um novo rearranjo de forças. Conforme frisa Romero Maura, a nova juventude libertária somava inexperiência e rebeldia, mas sem fazer uso das táticas finisseculares ocasionais de magnicídio e atentados contra entidades religiosas¹⁰⁰.

Walter Bernecker considera que o nascente desejo organizativo possuía novos elementos sistematizadores da doutrina anarquista, mas sem necessariamente apresentar uma

⁹⁷ No capítulo em questão faremos referência quase exclusiva aos processos históricos ocorridos na região da Catalunha. Tendo em vista nosso objeto de estudo principal, concentraremos nossa análise na formação e desenvolvimento da CNT, na consolidação das duas principais forças políticas da entidade, nos conflitos sindicais ocorridos durante 1917 a 1923 e na atuação da CNT e dos grupistas durante a ditadura de Primo de Rivera (1923-1930). Por meio da análise evidenciada, tentaremos construir a complexa conjuntura que se consolidará no início da 2ª República. Como a CNT se estruturou fortemente primeiro na Catalunha e como os conflitos sindicais violentos também ocorreram na região, Catalunha será o norte do capítulo em voga.

⁹⁸ FERRER, Raimundo. *Durruti, 1896-1936*. Barcelona: Editorial Planeta, 1985.

⁹⁹ Joaquim Romero Maura salienta que, na primeira década do século XX, a indústria têxtil chegou a produzir excedentes e foi capaz, inclusive, de gerar exportações para a América Latina. Barcelona concentrava um quarto das indústrias do país com um total aproximado de 13 mil fábricas. MAURA, Joaquim Romero. *La rosa del fuego. El obrerismo barcelones de 1899 a 1909*. Madrid: Alianza, 1989.

¹⁰⁰ O autor destaca que, no período, existiriam entre 200 e 300 militantes organizados de forma permanente no meio operário catalão. (*ibidem*).

elaboração teórica estrutural em relação aos sindicatos e à revolução social¹⁰¹ – algo que viria alguns anos depois com a criação da CNT. Sendo assim, o ímpeto dos anarquistas nas ações diretas violentas dos atentados¹⁰² e da tradição violenta da doutrina anarcocomunista foi, paulatinamente, substituído por ações de greves gerais violentas. Em fevereiro e março de 1902, estouraram as primeiras greves na capital catalã que culminaram em uma greve geral¹⁰³.

Antonio Bar atribui um peso histórico considerável para essa greve. Em sua visão, trata-se do rito primordial do anarcossindicalismo¹⁰⁴ espanhol, tendo em vista, principalmente, o contexto histórico de estagnação do modelo anarcocomunista e sua extenuante prática de violência grupista. Por fim, o autor ressalva que tal greve não culminou em um imediato ascenso da classe trabalhadora, mas instaurou uma preocupação organizativa em nível sindical que progrediu lentamente nos anos seguintes¹⁰⁵.

No entanto, há um intenso debate historiográfico a respeito das principais influências internas e estrangeiras na gênese do anarcossindicalismo espanhol. Não se trata de uma reflexão central ao nosso trabalho, porém nos parece importante um breve comentário a respeito, tendo se em vista que o setor anarcossindical, voltado para a luta no campo

¹⁰¹ BERNECKER, Walter. *Colectividades y Revolución Social: El anarquismo en la Guerra Civil española (1936-1939)*. Madrid: Editorial Crítica, 1982.

¹⁰² Entretanto, houve uma última onda de bombas e atentados na cidade de Barcelona de 1904 a 1909 totalizando 66 explosões. Não nos parece de fundamental importância tal referência na medida em que a historiografia sobre o tema é praticamente consensual em afirmar que foram atos perpetrados pela própria polícia, liderados pelo controverso Joan Rull, ex-militante anarquista que, em 1904, passou a agir a mando das forças de segurança. BRENAN, Gerard. *El labirinto Español: antecedentes sociales y políticos de la guerra civil española*. Barcelona: Ibérica ediciones, 1978. CASANOVA, Julian. *La cara oscura del anarquismo*. In JULIÁ, Santos. *Violencia política en la España del siglo XX*. Madrid: Taurus, 2000. SMITH, Angel. *Anarchism, Revolution and Reaction: Catalan Labour and the Crisis of the Spanish State, 1898-1923*. Nova York: Berghahn Books, 2007.

¹⁰³ Esta greve geral se iniciou a partir de uma ampla mobilização do sindicato dos metalúrgicos. Em seguida, outros setores ampliaram a greve e a mobilização dos trabalhadores da indústria catalã, principalmente os tipógrafos e os têxteis. HERR, Richard. *Ensayo histórico de la España contemporánea*. Madrid: Ediciones Pegaso, 1977. FLORENCIO, Rafael Nuñez. *El terrorismo anarquista (1888-1909)*. Madrid: Siglo XXI Editores, 1983.

¹⁰⁴ A título de esclarecimento, utilizaremos o conceito de anarcossindicalismo como um sinônimo de diferentes vocábulos, tais como: sindicalismo trentista, sindicalismo puro, sindicalismo libertário. A grande preocupação semântica do trabalho proposto em relação aos vocábulos citados é, justamente, contrapor todos os conceitos que podem ser atribuídos aos militantes que desenvolveram quase exclusivamente a luta no campo econômico, algo muito mais próximo do anarcocoletivismo finissecular, daqueles que se valeram de ações diretas violentas e intentos insurrecionais. Neste último caso, utilizaremos conceitos similares, ou seja: anarquistas puros, grupistas, militantes dos grupos de afinidade – ainda que muitos desses militantes tenham se introduzido no cenário sindical, uma vez que a militância sindical será sempre um objetivo secundário para propagação do ideal anarquista entre os trabalhadores por meio da tática *Trabazón* que trataremos adiante. Por fim, compreendemos o campo do anarcossindicalismo como referência genérica considerando a maioria dos filiados à CNT, que se ocupavam exclusivamente dos problemas nas fábricas e nos sindicatos, bem como aos líderes que tinham como prioridade o pleno desenvolvimento da confederação antes de abordar a possibilidade de uma revolução social. Já em torno do anarquismo, fazemos referência aos militantes que se pautavam por um processo insurrecional como estratégia central, valendo-se de sua inserção no sindicalismo e na CNT apenas como forma de propagar os ideais anarquistas e manter o primado antipolítico da entidade.

¹⁰⁵ BAR, Antonio. *La CNT en los Años Rojos. Del sindicalismo revolucionario al anarcossindicalismo (1910-1926)*. Madrid: Akal Editor, 1981.

econômico, tornar-se-á a maior força da CNT e protagonizará, no tocante ao setor insurrecional, uma grande disputa interna da entidade no contexto da 2ª República – como veremos no terceiro capítulo.

Alguns autores insistem que o sindicalismo revolucionário francês¹⁰⁶ desenvolvido ainda no século XIX foi determinante na constituição dos princípios anarcossindicalistas espanhóis. O próprio Antonio Bar defende esta postura e adiciona a liderança de Alejandro Lerroux, membro do Partido Republicano Radical, muito presente no meio sindical, como outro importante contributo da cultura política operária da época¹⁰⁷.

Para Gomez Casas, o sindicalismo revolucionário francês foi fundamental no processo de criação e viabilização de mais sindicatos em detrimento das sociedades operárias, modernizando, portanto, a estrutura sindical libertária¹⁰⁸. Alvarez Junco, por sua vez, entende que esta ideologia francesa introduziu um corpus teórico àquilo que, na prática, já estavam gerando¹⁰⁹.

Já na análise de Angel Smith, a influência francesa foi fundamental no afastamento de lideranças socialistas que ainda estavam presentes nos primeiros anos da Solidariedade Operária (S.O.), entidade criada em 1907 que se tornaria a CNT¹¹⁰. Xavier Diez afirma que a própria constituição da S.O., em 1907, só foi possível pelo amadurecimento das relações entre os anarcossindicalistas espanhóis e os sindicalistas revolucionários franceses¹¹¹.

Por fim, há uma perspectiva diametralmente oposta que compreende essa gênese como fenômeno fundamentalmente endógeno. Pere Gabriel, por exemplo, é contumaz ao frisar tal aspecto. Em diferentes estudos sobre a cultura política do movimento operário

¹⁰⁶ Sucintamente, o sindicalismo revolucionário francês surgiu a partir das Bolsas de Trabalho por volta de 1884. Tais espaços autônomos operários, que de início apresentavam um caráter eminentemente assistencial, passaram a ganhar tons revolucionários e, em seguida, funda-se a CGT (Confederação Geral do Trabalho). A greve geral e o primado da luta econômica são os pilares fundamentais de tal ideologia. Assim como no anarcossindicalismo, há também bastante lacuna teórica e pouco desenvolvimento a respeito da sociedade futura. O sindicato é considerado mais que um instrumento reivindicativo, é a base social da revolução. A perspectiva revolucionária rechaça mecanismos de conciliação – ao contrário do nascente sindicalismo anarquista espanhol. A ação direta individual também é relegada a um segundo plano – em franca oposição com os grupistas insurrecionais. As táticas mais aceitas são: greve, boicote, label e sabotagem. Cf. WOODCOCK, George. *História das ideias e movimentos anarquistas vol. 2*. Porto Alegre: LP&M, 2006.

¹⁰⁷ BAR, Antonio. *La CNT en los Años Rojos. Del sindicalismo revolucionario al anarcossindicalismo (1910-1926)*. Madrid: Akal Editor, 1981.

¹⁰⁸ CASAS, Juan Gomez. *História de la FAI. Aproximación a la historia de la organización específica y sus antecedentes de la Alianza de la Democracia Socialista*. Madrid: Fundación Anselmo Lorenzo, 2002.

¹⁰⁹ JUNCO, José Alvarez. *La ideología política del anarquismo español (1868-1910)*. Madrid: Siglo XXI editores, 1991. Tradução nossa.

¹¹⁰ SMITH, Angel. *Anarchism, Revolution and Reaction: Catalan Labour and the Crisis of the Spanish State, 1898-1923*. Nova York: Berghahn Books, 2007.

¹¹¹ DIEZ, Xavier. *El anarquismo individualista en España (1923-1938)*. Barcelona: Virus Editorial, 2007.

catalão no início do século XX¹¹², o autor diz que personagens como Anselmo Lorenzo, Ricardo Mella e Jose Pratt foram referências teóricas espanholas do anarcossindicalismo forjadas no bojo das experiências de lutas de classes do período e contribuíram grandemente para os matizes específicos do anarcossindicalismo espanhol – havendo pouca influência francesa.

Ao mesmo tempo, ainda segundo o autor, nascentes lideranças operárias de base tornaram-se sujeitos históricos no processo de constituição da CNT, das quais podemos destacar Salvador Seguí, Joan Peiró e Ángel Pestaña. Sendo assim, o elevado grau de sociabilidade dos trabalhadores foi, em sua visão, o principal instrumento de articulação política da classe trabalhadora daquele período.

Ferran Gallego compartilha parcialmente o argumento em questão. Segundo o autor, os anarcossindicalistas espanhóis, desde os primórdios da S.O., criaram estratégias, espaços de soberania e identidade ideológica *sui generis*. A cultura política surgida da sociabilidade dos bairros operários, principalmente na região de Barcelona, foi responsável direta na conformação do anarcossindicalismo espanhol com diferenças substantivas do modelo sindicalista revolucionário francês¹¹³.

É notória a existência de um debate ainda em vigor que ao menos lança uma luz a respeito da provável influência do sindicalismo revolucionário francês na constituição do anarcossindicalismo espanhol e da CNT. A nosso ver, qualquer interpretação demasiado assertiva a respeito subestima o processo histórico interno do constante fazer-se da cultura operária local a partir de sua própria dinâmica de luta de classes.

Entraremos na sociabilidade desenvolvida nos *barris obrers*¹¹⁴ que, no nosso entendimento, conformaram uma cultura política difusa, ilegalista e refratária as estruturas de poder da sociedade espanhola: Estado, partidos políticos, polícia e igreja. Ainda que tenha havido uma influência externa, para o propósito do trabalho em evidência, parece-nos indispensável apresentar as relações sociais e os espaços de sociabilidade que permitiram a profusão da doutrina cenetista e também faísta, em um segundo momento.

¹¹² SIRVENT, Pere Gabriel. Sobre la cultura política popular i obrera a Catalunya al segle XIX. Algunes consideracions. *Revista d'Història Cultural*, Barcelona, n° 8, v.1, 2005. SIRVENT, Pere Gabriel. Sobre la cultura política popular i obrera a Catalunya al segle XIX. Algunes consideracions. *Revista d'Història Cultural*, Barcelona, n. 8, v. 1, 2005.

¹¹³ MARGALEF, Fernando José Gallego. *Barcelona, mayo de 1937: La crisis del antifascismo en Cataluña*. Barcelona: Random House Mondadori, 2007.

¹¹⁴ Bairros operários, em catalão. Expressão comum na historiografia do anarquismo espanhol a respeito dos diferentes bairros de maioria operária desenvolvidos durante o processo de modernização da cidade no início do século XX.

Os ateneus figuraram como principal instituição cenetista de acesso à atmosfera dos bairros operários de Barcelona. Em muitos casos, para além de sua agenda cultural, foram escolas fundadas no ensino laico baseado na pedagogia de Francisco Ferrer i Guardia – teórico da chamada pedagogia racionalista que afrontava os valores das escolas espanholas que possuíam profundo cunho religioso católico¹¹⁵.

Além disso, os ateneus também passaram a ser espaços de refúgio dos trabalhadores fora de seus horários laborais tornando-se um importante instrumento de integração e unificação popular¹¹⁶. Essas instituições se encontravam muitas vezes em ambientes marginalizados nos quais as instituições do Estado espanhol não apareciam ou apenas por meio de suas estruturas repressivas. Da mesma forma, raros eram os membros de partidos políticos que tentavam acessar tal espaço.

Existiam também alguns bairros nos quais a vida noturna permitia certa sociabilidade libertária mesclada com a boemia do centro da cidade. O bairro de *Paralel*, por exemplo, que misturava prostíbulos e bares, era muito frequentado pelos membros da CNT. Alguns bares, em especial, eram pontos de encontro muito conhecidos dos grupistas da década de 1920. O bar *Tranquilidad* foi durante muitos anos reduto fixo de Durruti e dos demais *Los Solidarios*¹¹⁷.

Sendo assim, ainda que os ateneus fossem peça central no amalgama social dos bairros operários, existiam outros locais que sedimentavam os laços comunitários nos bairros. Um pouco antes da 1ª Guerra Mundial, momento que antecedeu a rápida modernização da cidade, clubes operários, cooperativas de consumo, pequenas sociedades de socorro mútuo complementavam as redes sociais daqueles indivíduos. Apenas a partir de 1920, quando se diversificaram as opções de ócio e lazer que apareceram esportes, cinemas, excursões campestres, dentre outros¹¹⁸.

¹¹⁵ Foram registrados casos de ateneus que lograram tamanha diversificação e possuíam seções inteiras de cooperativas, economia, construções de refúgios, dentre outras áreas de conhecimento. GUSSYNER, Pere Solá. Grups culturals llibertaris i revolució social a l'àrea de Barcelona durant la II República. In OYON, José Luis. *El Cinturón Rojinegro. Radicalismo cenetista y obrerismo en la periferia de Barcelona (1918-1939)*. Barcelona: Ediciones Carena, 2004.

¹¹⁶ SIRVENT, Pere Gabriel. Sociabilitat de les classes treballadores a la Barcelona de entreguerras. In OYON, Jose Luis. *Vida Obrera en la Barcelona de Entreguerras*. Barcelona: Centro de Cultura Contemporánea de Barcelona, 1988.

¹¹⁷ *Los Solidarios* foram um grupo de afinidade de grande notoriedade. No momento adequado explanaremos sobre seus membros e ações. PAZ, Abel. *Durruti en la Revolución Española*. Madrid: Fundación de Estudios Libertarios, 1996.

¹¹⁸ A partir de tal diversificação foram surgindo os grupos naturistas, esperantistas, antimilitaristas, vegetarianos, que iam ao campo debater ideias com base nas obras de referência para os anarquistas espanhóis como Isaac Puente, Federica Montseny ou clássicos do anarcoindividualismo como Émile Armand. Dolors Marin descreve minuciosamente as novas vivências que se tornaram possíveis pela expansão da rede societária barcelonesa. SILVESTRE, Dolors Marin. *La llarga tradició de la revolta. Records i testimonis del procés de construcció de la*

Progressivamente, quanto mais Barcelona se modernizava e criava periferias carregadas de operários, mais ateneus apareciam, mais escolas racionais, mais teatros populares, mais cooperativas e mais boemia proletária¹¹⁹. Com isso, no decorrer das três primeiras décadas do século XX, o bairro foi se tornando a lógica central da articulação anarcossindicalista. Ou como especifica Ucelay da Cal: a base atômica indivisível de toda a grande rede cenetista e o local da criação de instituições sindicais paralelas ao poder institucional¹²⁰.

Com efeito, surge uma nova geração fundada em uma renovação cultural e popular *sui generis*, mesclando elementos do anarquismo¹²¹ e da ojeriza às instituições formais do Estado¹²². Em outras palavras, um associativismo plural e difuso que concatenava diferentes expressões do popular e do campo libertário funcionava também como um mecanismo de articulação de classe para além da experiência forjada na disciplina político-partidária dos comunistas e socialistas, por exemplo.

Anna Monjo nos oferece uma excelente ilustração do caminho que o morador do bairro passava para chegar a ser um militante cenetista. Os ateneus figuravam como uma porta de entrada. Dali, caso o indivíduo se tornasse um frequentador assíduo ou tivesse laços de sociabilidade primária nos espaços da CNT, como irmãos ou primos, ascendia ao posto de militante de base. Nesta função passava a resolver os problemas locais nas fábricas. E, apenas depois de vários anos, chegaria ao seletivo grupo dos militantes responsáveis pelos principais postos da entidade¹²³.

cultura llibertària a la Catalunya dels anys vint. *Revista d'etnografia de Catalunya*, Barcelona, v. 1, n. 11, p. 119-130, 1997.

¹¹⁹ José Luis Oyon nos oferece uma boa dimensão da modernização de Barcelona. Segundo o autor, a cidade passou por uma verdadeira mutação, “uma explosão do artefato urbano”. Um elevado crescimento industrial acompanhado de uma diversificação do setor secundário injetou na economia catalã um montante de capital que permitiu grandes investimentos em obras de urbanização. Com isso, não havia mão de obra suficiente na cidade. De 1900 a 1930, ocorreram diferentes ondas de migração de outras regiões do país para a Catalunha. O fluxo migratório foi tamanho que, em 1930, 75% dos lares eram compostos de famílias não nascidas em Barcelona. OYÓN, José Luis. *La quiebra de la ciudad popular: espacio urbano, inmigración y anarquismo en la Barcelona de entreguerras, 1914–1936*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2008.

¹²⁰ DA CAL, Enric Ucelay. Un andamio en movimiento: organigrama y territorio en la CNT. In OYÓN, José Luis. *El Cinturón Rojinegro. Radicalismo cenetista y obrerismo en la periferia de Barcelona (1918-1939)*. Barcelona: Ediciones Carena, 2004.

¹²¹ As duas principais contribuições da ideologia anarquista na conformação do anarcossindicalismo polifacético dos bairros foram: o antipoliticismo, ou seja, a negação em compactuar com instituições políticas do governo e de partidos políticos; e o federalismo, reproduzido por intermédio do poder local dos sindicatos e, posteriormente, das federações locais da CNT.

¹²² Pere Gabriel adiciona elementos, irmandades operárias, times de futebol e cooperativas para eventos culturais. SIRVENT, idem.

¹²³ MONJO, Anna. *Militants, democràcia i participació a la CNT als anys trenta*. Barcelona: Editorial Laertes, 2003.

Contudo, não se tratava de um ambiente hermético e exclusivamente autodeterminado. Ainda que esta dinâmica favorecesse a constituição do militante cenetista: do trabalhador honrado, cordial, disciplinado, honesto e consciente; no caso dos adeptos da ação direta violenta que serão parte fundamental do insurrecionalismo barcelonês na 2ª República, fatores externos foram mais determinantes.

A polícia e a repressão desencadeada nos bairros contribuíam para a experiência adquirida dos trabalhadores, criando dialeticamente uma reserva material de saber empírico sobre como responder à repressão, como evitá-la e como não ser preso por ela mesmo cometendo pequenos atos ilegais como furtos e roubos para provento próprio. Sendo assim, como será visto a seguir, serão forjados, com maior frequência, militantes anarquistas não compatíveis exclusivamente com a moral do trabalho e a militância em sindicatos típica dos cenetistas sindicalistas¹²⁴.

As condições econômico-sociais dos bairros operários também interferiam nas relações sociais dos trabalhadores. Mesmo sendo a cidade famosa por bombas, subalugueis, milícias e pistoleirismo; a possibilidade real de um emprego trazia milhares de espanhóis de outras regiões¹²⁵. Entretanto, o setor industrial não lograva assimilar tal contingente. Por isso, os bairros tornaram-se verdadeiros “guetos operários” com diferentes percepções, culturas antepassadas e capacidade de inserção laboral – havendo, entre eles, uma boa parcela de desempregados vivendo de pequenos trabalhos diários.

Em muitos casos, os “guetos” não permitiam uma separação entre a vida privada e o espaço público, pois os bairros eram repletos de moradias que comportavam dois ou mais

¹²⁴ É importante ressaltar que, no contexto das lutas de classe do período de 1917 a 1923, vários anarquistas adeptos das práticas violentas também foram inseridos nos sindicatos e fizeram uma dupla militância entre o grupo de afinidade e a esfera laboral. Entretanto, segundo a bibliografia consultada, é flagrante como, na maioria dos casos, os membros dos grupos de ação foram oriundos do setor mais pobre dos bairros operários. Jose Luis Oyon confirma essa tendência do perfil do militante anarquista. O autor ainda apresenta a rígida estratificação social dos bairros para reforçar sua argumentação: operários qualificados, encarregados, artesãos e, por fim, imigrantes analfabetos e desempregados. Pere Sola também corrobora nossa argumentação. Segundo o historiador, que fundamenta seu argumento tendo como fontes primárias cartas de intenções dos principais ateneus de Barcelona, os setores mais marginalizados dos bairros operários não conseguiam uma inserção digna no setor industrial e se viam impelidos às opções políticas radicais e violentas por sua própria condição miserável de vida: moradia precária, desemprego, sem assistência médica etc. OYON, José Luis. *Vida obrera en la Barcelona de entreguerras, 1918-1936*. Barcelona: Centro de Cultura Contemporánea de Barcelona, 1998. GUSSYNER, Pere Solá. Grups culturals llibertaris i revolució social a l'àrea de Barcelona durant la II República. In OYON, José Luis. *El Cinturón Rojinegro. Radicalismo cenetista y obrerismo en la periferia de Barcelona (1918-1939)*. Barcelona: Ediciones Carena, 2004.

¹²⁵ A historiadora Mercedes Vilanova traz uma consideração importante a respeito da mentalidade dos migrantes recém-chegados de outras partes do país. A miséria imposta pelo latifúndio no sul ou a intensa exploração das regiões mineiras ao norte motivavam os trabalhadores a se trasladar para Barcelona em que pese a “fama” acima descrita. RIBAS, Mercedes Vilanova. Fuentes orales y vida cotidiana en la Barcelona de entreguerras. In OYON, Jose Luis. *Vida obrera en la Barcelona de entreguerras, 1918-1936*. Barcelona: Centro de Cultura Contemporánea de Barcelona, 1998.

núcleos familiares. Com isso, as relações sociais primárias, entre membros de uma mesma família ou de diferentes famílias em coabitação, geravam uma rede de apoio mútuo dentro da própria residência¹²⁶. Considerando a existência de pequenas casas com muitos moradores, a rua se tornava um prolongamento obrigatório das residências, uma vez que forçava um segundo conjunto de relações sociais no plano da sociabilidade secundária entre vizinhos. De acordo com o que Jose Luis Oyon afirma, a questão geoespacial do operariado catalão surgia como um fator determinante na experiência de classe dos moradores, convertendo a rua no eixo central de sociabilidade, convivência e do contínuo refazer identitário dos moradores dos bairros¹²⁷.

Os bairros operários foram fruto de uma modernização avassaladora que acabou sendo somada com a chegada de um enorme contingente de migrantes de outras partes da Espanha. Enquanto as redes institucionais, criadas pela CNT, possibilitaram a expansão da entidade e a criação de um padrão de militante disciplinado ideal, um outro setor não assimilado pela indústria catalã, analfabeto e desempregado experimentou mais frequentemente o confronto policial e a prisão devido pequenos delitos de furtos e roubos para “chegar ao fim do mês”. Serão tais indivíduos, a nosso ver, que constituirão grande parte do radicalismo anarquista fundado na ação direta violenta – em um primeiro momento – e nas práticas insurrecionais – na conjuntura republicana.

O crescimento da linha sindicalista, por sua vez, para além dos ateneus e demais entidades criadas para reproduzir a ideologia cenetista, decorre também de seus esforços iniciais de organização que foi mais absorvido pela classe trabalhadora já desgastada com as tentativas de ações diretas violentas finisseculares.

No entanto, é necessária uma importante ressalva. Os militantes envolvidos na nova tendência sindical eram, em sua maioria, alheios aos grupos de afinidade do período.

¹²⁶ Pere Solá é ainda mais enfático a respeito. Na sua visão, os laços primários de sociabilidade serão o verdadeiro “cimento social da comunidade”. A partir dela, surge a sociabilidade secundária da vizinhança transbordando o apoio mútuo estritamente familiar para o âmbito coletivo extradomicílio. Ou seja, para Solá, as relações de parentesco dos bairros operários eram a base determinante das relações sociais ocorridas nas ruas, nos centros de ócio, nos ateneus etc. GUSSYNER, Pere Solá. Grups culturals llibertaris i revolució social a l'àrea de Barcelona durant la II República. In OYON, José Luis. *El Cinturón Rojinegro. Radicalismo cenetista y obrerismo en la periferia de Barcelona (1918-1939)*. Barcelona: Ediciones Carena, 2004.

¹²⁷ O autor ainda oferece pequenos relatos cotidianos nos quais se fundava o apoio mútuo dentro da vizinhança: cuidar de crianças, idosos doentes, trabalhos de reformas de moradias, acompanhamento de gestantes, dentre outros. Ademais, a convivência se potencializava nos ambientes de encontros como lojas, mercados, tavernas etc. Para completar, eventos festivos tornavam-se, segundo Oyon, manifestações coletivas que finalmente produziam o máximo de unidade e pertencimento comunitário. OYÓN, José Luis. *La quiebra de la ciudad popular: espacio urbano, inmigración y anarquismo en la Barcelona de entreguerras, 1914-1936*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2008.

Uma parcela considerável dos militantes adeptos dos grupos de afinidade de ações diretas violentas foi pouco incorporada pela crescente tendência sindical.

Outros autores confirmam tal perspectiva. Gomez Casas, por exemplo, considera que os militantes insurgentes finisseculares se desmembraram e ficaram completamente isolados das sociedades de resistência operária. Em muitos casos, insiste o autor, os grupos já começaram a ser desmantelados concomitantemente com a dispersão da AIT em território espanhol¹²⁸. Angel Smith alega que a maioria dos poucos grupos de afinidade que restaram, viviam alheios à questão sindical e se isolavam em uma sociabilidade restrita aos bares e tavernas¹²⁹.

Romero Maura é ainda mais rotundo a respeito: “isolados da classe operária, os anarquistas se fecharam em si mesmos e desde 1903 a 1907 viveram marginalizados no mundo endogâmico de seus míseros centros e publicações”¹³⁰. O autor alcunha de anarquistas o que, na acepção referida em nosso trabalho, aproxima-se da ideia do militante libertário que desconsidera a matriz sindical como ponto nevrálgico de sua ideologia. Em outras palavras, Maura trata diretamente dos grupos de afinidade adeptos das insurreições mencionadas no capítulo anterior.

Há também um evento histórico no ano de 1905 que reafirma a presença marginal destes anarquistas. Levando em conta a fragilidade organizativa dos trabalhadores em diferentes espectros ideológicos, os sindicatos republicanos se aproximaram da nascente vertente anarcossindical para uma aliança de cunho eminentemente tático e voltado para o fortalecimento da classe trabalhadora nos conflitos laborais fundando a Liga de Defesa dos Direitos do Homem. Imediatamente à consecução da aliança, os anarquistas, frequentemente adjetivados de puros, rebelam-se contra a postura dos sindicalistas libertários e passam a se isolar ainda mais¹³¹.

Em suma, não era um fator limitante aproximar-se da classe trabalhadora – inclusive porque os próprios anarcocomunistas assim o fizeram nos chamamentos de 1º de maio de 1892. Entretanto, seja pela influência parcial do sindicalismo revolucionário ou pela nascente preocupação interna por militância sindical, os sindicatos passaram a ser tratados, muitas vezes, como panaceia para se chegar à revolução social. Sendo assim, sindicatos como

¹²⁸ CASAS, Juan Gomez. *História de la FAI. Aproximación a la historia de la organización específica y sus antecedentes de la Alianza de la Democracia Socialista*. Madrid: Fundación Anselmo Lorenzo, 2002.

¹²⁹ SMITH, Angel. *Anarchism, Revolution and Reaction: Catalan Labour and the Crisis of the Spanish State, 1898–1923*. Nova York: Berghahn Books, 2007.

¹³⁰ MAURA, Joaquim Romero. *La romana Del diablo*. Madrid: Ediciones Marcial Pons, 2000, p.43. Tradução nossa.

¹³¹ JUNCO, José Alvarez. *La ideología política del anarquismo español (1868-1910)*. Madrid: Siglo XXI editores, 1991.

eixo central da organização anarquista tornavam-se um grande empecilho para o engajamento dos militantes grupistas.

Ainda que houvesse uma desavença ideológica, algumas nascentes lideranças conseguiram atrair um número reduzido de anarquistas para a S.O. Anselmo Lorenzo, por exemplo, aproximou-se dos poucos grupos de afinidade que se reuniam na zona boêmia de Barcelona com um discurso antirreformista radical, argumentando que na S.O. não seriam aceitas posturas reticentes ou políticas¹³². Estes poucos militantes anarquistas fizeram uma pequena oposição no interior da entidade. Contudo, a partir de 1917, ocorrerá um aumento vertiginoso de militância anarquista no seio da CNT, fruto da violenta resposta patronal às greves do período – como será visto em seguida.

De qualquer forma, em que pese os esforços da nova vertente sindicalista, o movimento libertário carecia de inserção nas massas. As sociedades de resistência operária, por exemplo, apenas se mantinham a par dos assuntos sindicais internos, sem progredir para uma forma sólida de organização que pudesse efetivamente confrontar a classe patronal daquele contexto.

O único evento sindical de destaque do período foi o Congresso Regional de Sociedades Operárias realizado em Madrid no ano de 1900. Nele, houve um pacto de solidariedade sindical que fortaleceu o vínculo entre as entidades operárias afiliadas e também deliberaram pela reconstituição da FRE. A partir de então, o movimento pôde, ao menos, efetuar congressos anuais até o ano de 1906¹³³.

Em 1906, o Pacto de Solidariedade se dissolve. Na Catalunha, forças políticas progressistas, tendo como maior protagonista o republicanismo inserido nos sindicatos, fundam uma organização operária intitulada Solidariedade Catalã. Por se tratar de forças voltadas para o embate político institucional-eleitoral, os sindicalistas libertários fundam, meses depois, já no ano de 1907, a entidade Solidariedade Operária (S.O.).

Essa nova instituição já recolhia os frutos que o Pacto de Solidariedade havia produzido em termos de organização sindical. Já se percebe na S.O. um núcleo reduzido de militantes sindicalistas profissionais e começa a se desenvolver uma cultura política de negociação e “jogo de cintura” diante do patronado – o que, na leitura de Antonio Bar, que

¹³² BAR, Antonio. *La CNT en los Años Rojos. Del sindicalismo revolucionario al anarcosindicalismo (1910-1926)*. Madrid: Akal Editor, 1981.

¹³³ JUNCO, José Alvarez. *La ideología política del anarquismo español (1868-1910)*. Madrid: Siglo XXI editores, 1991.

nos parece plausível, foi o golpe de misericórdia para as propostas grupistas violentas dos últimos vestígios anarcocomunistas da década de 1900¹³⁴.

O primeiro conselho diretivo da entidade se formou com duas comissões: ensino e propaganda¹³⁵. Em 1908, considerando o poder industrial da Catalunha, S.O. se transfere para Barcelona – que se tornaria o centro do anarcossindicalismo espanhol¹³⁶. A primeira edição de seu órgão de imprensa ocorre no dia 19 de outubro de 1907. Somente em 1910, com a fundação da CNT, que S.O. passa a ser exclusivamente o nome daquele que seria o mais importante periódico diário anarcossindicalista da história do movimento libertário espanhol¹³⁷.

De 1907 até a fundação da CNT, a economia catalã se recupera parcialmente. Há um considerável aumento do número de empresas, da indústria de cabotagem e também da bolsa de valores. Esses fatores foram ao encontro dos anseios organizacionais dos sindicalistas¹³⁸. Com uma massa operária empregada, progressivamente, os membros da S.O. lograram fundar mais sindicatos e desenvolver o cotidiano da luta sindical: reivindicação *in loco* nas fábricas, aumento da capacidade de negociação com a classe patronal e inserção dos líderes sindicais nos bairros operários agregando demandas surgidas no tecido social do operariado.

Aos poucos, a fisionomia do anarquismo espanhol passa a ganhar entornos majoritariamente sindicais, com relativa inserção na massa laboral, com uma ideologia flexível e pragmática que marcará profundamente a cultura política da entidade. Como exemplo, o congresso das federações do S.O. de 1908 conseguiu agregar mais de 130 entidades entre sociedades de resistência e sindicatos¹³⁹. Salvador Seguí, que seria uma das principais lideranças sindicalistas na década de 1910, começa a se destacar no contexto. De fato, esse anarquismo forjado por meio da inserção no meio laboral, será um anarcossindicalismo que herdará do anarquismo apenas dois pressupostos ideológicos: os princípios de poder local a partir da estrutura federalista e a ojeriza aos partidos políticos em decorrência do princípio antipolítico.

¹³⁴ BAR, Antonio. *La CNT en los Años Rojos. Del sindicalismo revolucionario al anarcosindicalismo (1910-1926)*. Madrid: Akal Editor, 1981.

¹³⁵ BUENACASA, Manuel. *El movimiento obrero Español (1886-1926)*. Madrid: Editorial Jucar, 1977.

¹³⁶ JUNCO, José Alvarez. *La ideología política del anarquismo español (1868-1910)*. Madrid: Siglo XXI editores, 1991.

¹³⁷ De fato, apenas no ano de 1917 S.O. passou a ser efetivamente um jornal de publicação diária. Antes disso, ocorreram muitas oscilações nas publicações e o jornal era tido como órgão de imprensa apenas da CRT (Confederação Regional dos Trabalhadores) da Catalunha.

¹³⁸ MAURA, Joaquim Romero. *La romana Del diablo*. Madrid: Ediciones Marcial Pons, 2000.

¹³⁹ *Ibidem*.

O desenvolvimento progressivo e relativamente pacífico das entidades sindicais só foi interrompido pela fervorosa violência anticlerical no verão de 1909, intitulada de Semana Trágica¹⁴⁰. Barcelona ardeu em chamas durante um curto período. O estopim foi o envio de tropas militares para a então colônia Marrocos. Imediatamente, um pequeno setor popular inicia ataques anticlericais motivados pela proximidade simbólica da igreja com as estruturas de poder e a pequena participação popular dos grandes centros urbanos em atividades religiosas¹⁴¹. O foco das ações diretas violentas estava voltado, justamente, para as construções e as personalidades da Igreja Católica. No entanto, as ações foram muito infrutíferas, pois não conseguiram interromper o envio das tropas, bem como ainda ocorreram formas de repressão direcionadas às diversas entidades operárias. Ao final dos conflitos, o saldo de edifícios queimados, de mortos e de pessoas presas foi considerável¹⁴².

Finalmente, entre os dias 30 de outubro e 01 de novembro de 1910, ocorre o famoso Congresso das Belas Artes em Barcelona, também conhecido como Congresso de Constituição da CNT. O documento final do evento ilustra claramente o perfil sindicalista da entidade. As palavras utilizadas trazem um teor revolucionário. Contudo, nas entrelinhas, já se pode observar como o setor majoritário do anarcossindicalismo catalão pensava a revolução em um segundo momento, quando houvesse ampla mobilização do proletariado e condições claras e objetivas de se efetuar o assalto final ao Estado burguês. Essa posição ficará bastante flagrante no contexto da 2ª República.

Em diferentes trechos da Ata oficial do Congresso há inferências e “emancipação econômica integral da classe operária” por meio da “expropriação revolucionária da

¹⁴⁰ Consideramos um fato de segunda importância para o nosso trabalho, tendo em vista que a motivação principal dos conflitos não teve relação direta com o operariado nem com o anarquismo insurrecional. Em nenhuma das ações, inclusive, havia um caráter classista, de ataques aos burgueses industriais. A relação com a dinâmica dos conflitos laborais pode ser buscada apenas porque uma greve geral antecedeu os conflitos. Autores como Alvarez Junco defendem que tais eventos não tiveram nada de contestador ou antissistema, mas apenas uma insatisfação que exacerbou um histórico anticlericalismo. Já Lerroux, “imperador do bairro Paralelo”, perdeu bastante credibilidade no meio operário devido seu protagonismo nos eventos. Segundo Eduardo Calleja, tratou-se da última rebelião marcada por táticas finiseculares sem os modernos instrumentos de protesto que a cultura política operária do século XX desenvolveria. Por fim, vale destacar que devido à Semana Trágica Francisco Ferrer i Guardia foi preso, condenado e assassinado como suposto líder dos acontecimentos. JUNCO, José Alvarez. *La ideología política del anarquismo español (1868-1910)*. Madrid: Siglo XXI editores, 1991. HOBBSAWM, E. J. *Rebeldes Primitivos. Estudos de formas arcaicas de movimentos sociais dos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1970. CALLEJA, Eduardo Gonzalez. *El Máuser y el sufragio: orden público, subversión y violencia política en la crisis de la Restauración (1917-1931)*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1999.

¹⁴¹ RUIZ, Manuel Delgado. Violencia anticlerical e iconoclasta en la España contemporánea. In RODRIGO, Javier. *Culturas y política de la violencia: España Siglo XX*. Madrid: Siete Mares, 2005.

¹⁴² Segundo Julian Casanova, o saldo final contou com mais de 2 mil presos, 800 condenados, sendo 59 com pena perpétua. No tocante aos alvos eclesiásticos, Romero Maura fala em 104 mortes, 296 feridos, 2 policiais mortos e 49 feridos. Em relação aos edifícios: 21 igrejas e 30 conventos foram queimados. CASANOVA, Julian. *La cara oscura del anarquismo*. In JULIÁ, Santos. *Violencia política en la España del siglo XX*. Madrid: Taurus, 2000. MAURA, 2000 op. cit.

burguesia”. Todavia, na mesma formulação é colocado o condicionante fundamental: “assim que o sindicalismo seja considerado bastante forte numericamente e bastante capacitado intelectualmente”¹⁴³.

No tema 8 do referido documento, recorre-se à máxima expressão da AIT: a emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos próprios. Com isso, buscava-se, ao mesmo tempo, demonstrar a filiação ideológica aos primórdios do coletivismo finissecular e rechaçar a mediação de partidos políticos e líderes “demagógicos”¹⁴⁴.

Já no tema 7, sobre a greve geral, uma vez mais a moderação e a perspectiva distante do processo revolucionário aparecem: há consciência de que permanecer exclusivamente nas greves locais causaria um labor exaustivo e contraproducente. No entanto, só admitem a possibilidade de uma greve geral revolucionária quando todo o país estiver capacitado para semelhante esforço transformador¹⁴⁵. Sucintamente, a base programática da CNT se fundou em três pontos principais: federalismo, ação direta e antiautoritarismo¹⁴⁶.

Durante os primeiros anos da CNT, não existiram possibilidades de maior crescimento. Ainda que a economia tivesse melhorado, somente no contexto da 1ª Guerra Mundial que a indústria catalã dará um salto produtivo e criará abundantes oportunidades de empregos para a classe operária¹⁴⁷. A expansão da CNT caminhou paralelamente ao desenvolvimento econômico do país. Com a diversificação da economia e, por conseguinte, uma estrutura industrial estabelecida, a CNT começará a ganhar ares de entidade de massa em nível nacional.

O crescimento da entidade condicionado ao rápido desenvolvimento econômico no país devido o status de neutralidade da Espanha na 1ª Guerra Mundial e país fornecedor de matéria prima e industrial para a contenda pôde fazer com que a entidade saltasse de 15 mil

¹⁴³ BONAMUSA, Francesc. *Congreso de constitución de la Confederación Nacional del Trabajo*. Barcelona: Cuadernos Anagrama, 1976.

¹⁴⁴ *Ibidem*.

¹⁴⁵ *Ibidem*.

¹⁴⁶ Segundo Anna Monjo, tais princípios foram o alicerce da entidade durante toda sua existência até a guerra civil espanhola. Antiautoritarismo, em razão da tradição antipartidária herdada da 1ª Internacional. Ação direta grandemente fundamentada nas greves locais e gerais. Federalismo como referência organizacional, privilegiando as dinâmicas locais e construindo a entidade a partir de esferas locais, regionais e nacionais. Tal diretriz, complementa Ucelay da Cal, se inseria no grande projeto de territorialidade e expansão do anarcossindicalismo para todo o país. MONJO, Anna. *Militants, democracia i participació a la CNT als anys trenta*. Barcelona: Editorial Laertes, 2003. DA CAL, Enric Ucelay. Un andamio en movimiento: organigrama y territorio en la CNT. In OYON, José Luis. *El Cinturón Rojinegro. Radicalismo cenetista y obrerismo en la periferia de Barcelona (1918-1939)*. Barcelona: Ediciones Carena, 2004.

¹⁴⁷ OYON, Jose Luis. *Vida obrera en la Barcelona de entreguerras, 1918-1936*. Barcelona: Centro de Cultura Contemporánea de Barcelona, 1998.

filiados no ano de 1915 para mais de 700 mil, ao final do conflito mundial, em 1918¹⁴⁸. Um dos sindicatos que mais irá se beneficiar deste boom econômico será o da construção¹⁴⁹ – um dos futuros bastiões do grupismo de ação direta violenta no período de 1917 a 1923.

No geral, o trabalhador comum via na CNT uma chance para sobreviver no interior do universo laboral operário. CNT tornava-se sinônimo de emprego estável, capacidade de melhoria de vida e inclusão social no interior dos chamados *barris obrers* – havendo, portanto, pouca cumplicidade da massa filiada com qualquer princípio ou doutrina estabelecida do anarquismo.

Há alguns outros fatores internos à dinâmica da entidade e dos conflitos laborais que corroboraram para este vultoso aumento. Em 1916, por exemplo, houve uma greve geral que alcançou praticamente todo o país e contou também com a mobilização da central sindical socialista, UGT (União Geral dos Trabalhadores). Tal processo só se tornou factível devido ao pacto estabelecido entre as entidades¹⁵⁰. Trata-se, pois, do início da organização efetivamente em nível nacional, demonstrando uma considerável capacidade de negociação e mobilização – o que atraiu milhares de trabalhadores e sindicatos¹⁵¹.

Um outro elemento a se destacar foi a multiplicação de jornais operários a partir de 1916. Para Susanna Tavera, o período de 1916 a 1919 foi quando efetivamente o movimento operário anarcossindical se massificou *pari passu* com a imprensa operária. A iniciativa de diferentes sindicatos e da própria CNT de produzir seu próprio material gráfico foi possível pela melhoria da estrutura sindical em expansão. Outro fator que a autora aponta, em razão do desenvolvimento econômico, diz respeito ao fato de que a classe patronal estava mais permissiva diante das reivindicações dos trabalhadores por causa também da urgência no aumento da produção industrial pela demanda gerada a partir da 1ª Guerra Mundial¹⁵².

Assim, a luta de classes permanecia no limiar da negociação laboral, da melhoria das condições de vida dos trabalhadores e da estruturação sindical em nível nacional das

¹⁴⁸ MAURA, Joaquim Romero. *La rosa del fuego. El obrerismo barcelones de 1899 a 1909*. Madrid: Alianza, 1989, p. 198. Tradução nossa.

¹⁴⁹ O historiador Angel Smith afirma, inclusive, que tal sindicato se tornou o carro chefe de praticamente todas as greves do período. No entanto, em vários setores, segundo o autor, houve também elevado grau de sindicalização. SMITH, Angel. *Anarchism, Revolution and Reaction: Catalan Labour and the Crisis of the Spanish State, 1898–1923*. Nova York: Berghahn Books, 2007.

¹⁵⁰ BUENACASA, Manuel. *El movimiento obrero Español (1886-1926)*. Madrid: Editorial Jucar, 1977.

¹⁵¹ Aconteceram também ações de greve com menor impacto. Algumas paralizações gerais, em 1911, e greves no setor ferroviário com alguma amplitude. Em nenhum caso se teve a dimensão das ações relativas ao pacto entre CNT e UGT. CALLEJA, Eduardo Gonzalez. *El Máuser y el sufragio: orden público, subversión y violencia política en la crisis de la Restauración (1917-1931)*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1999.

¹⁵² GARCIA, Susanna Tavera. *Solidaridad Obrera. El fer-se i desfer-se d un diari anarco-sindicalista (1915-1939)*. Barcelona: Col·legi de Periodistes de Catalunya, 1992.

principais entidades sindicais do país: CNT e UGT (União Geral dos Trabalhadores). O contexto em questão impedia o recrudescimento dos conflitos nas fábricas e mantinha o nível de produção elevado. Foram tempos de solidificação da cultura política sindicalista, da solidariedade nos bairros operários, do discurso pautado pela negociação com os patrões e mobilização nas portas de fábricas. Aos poucos, tornar-se-ia hegemônico no meio operário cenetista a ideia de que sucessivas ondas grevistas com vista para uma greve geral era o melhor instrumento estratégico de luta pela implantação, a longo prazo, do comunismo libertário.

Entretanto, no ano de 1917, com o advento da Revolução Russa e com um conjunto de greves durante o verão em Barcelona¹⁵³, as relações laborais patrão-empregado se transformaram completamente diante do ideário concreto e possível da revolução social e das primeiras experiências radicais de enfrentamento à classe patronal.

Há diversos relatos de militantes do período tratando com profunda admiração os eventos na Rússia. Manuel Buenacasa, então líder anarcossindicalista da CNT, disse que em um primeiro momento, o bolchevique russo era quase um “semideus”, um portador da liberdade comum¹⁵⁴. A própria entidade demonstrava um imenso entusiasmo com o poder popular supostamente nas mãos dos soviets. No entanto, com os primeiros relatos dos anarquistas ucranianos a respeito da repressão soviética à Machnovitina, instaura-se um sentimento de dúvida e distanciamento¹⁵⁵. Meses depois, os líderes da CNT Andreu Nin e Ángel Pestaña foram à Rússia e voltaram com informes pouco animadores a respeito da maneira supostamente autoritária como o Partido Operário Social Democrata Russo (POS DR) exercia o poder e o controle dos soviets, provocando a saída da central sindical da Internacional Comunista.

Gomez Limon dimensiona a inserção no imaginário popular revolucionário espanhol à luz do jornal *Tierra y Libertad* (TYL):

O movimento anarcossindicalista acolheu com júbilo as notícias da revolução bolchevique na Rússia. Toda a imprensa anarquista bradou um apoio entusiasta ao bolchevismo inclusive a tendência dos anarquistas chamados puros através do Jornal *Tierra y Libertad*. Cada notícia proveniente da Rússia era propagada por todas as tendências do catecismo anarquista espanhol: desde os decretos de expropriação dos

¹⁵³ Principalmente ocorridas durante o mês de agosto, as greves tiveram como saldo final do confronto mais de 80 mortos e 2 mil presos. Iniciava-se a partir daí um período de vários anos de enfrentamentos violentos entre a classe trabalhadora e as paramilícias a mando da classe patronal. Cf. ANDRES, Carlos Gil. “A mano airada”, la violencia en la protesta popular. In RODRIGO, Javier. *Culturas y política de la violencia: España Siglo XX*. Madrid: Siete Mares, 2005.

¹⁵⁴ BUENACASA, Manuel. *El movimiento obrero Español (1886-1926)*. Madrid: Editorial Jucar, 1977.

¹⁵⁵ MAURA, Joaquim Romero. *La romana Del diablo*. Madrid: Ediciones Marcial Pons, 2000.

latifundiários e a entrega de terra aos camponeses até a declaração bolchevique a favor de uma paz sem anexações e ainda a luta levada contra a intervenção imperialista para destruir o novo poder operário¹⁵⁶.

Diante de toda efervescência sindical, a Confederação Regional do Trabalho da Catalunha (CRTC) anuncia a organização do Congresso de Sans, em 1918. Tal encontro foi de extrema importância na estruturação da entidade principalmente pela criação dos chamados sindicatos únicos. Eles seriam, a partir de então, a base da organização, o núcleo nevrálgico do movimento sindicalista libertário.

A sua importância reside na mudança dos sindicatos por ofício para sindicatos por ramo de trabalho, ampliando a abrangência e dinamizando o poder sindical local. Conforme considera Anna Monjo, delegar poder a todos os trabalhadores locais por ramo de categoria contribuiu profundamente para a participação do operariado na tomada de decisões a respeito de problemas locais por meio dos chamados “plenos de militantes”¹⁵⁷.

Ricardo Sanz, destacado militante dos grupos de afinidade da década de 1920, considerou o surgimento dos sindicatos únicos como a maior revelação histórica da entidade¹⁵⁸. Ao mesmo tempo, diferentes historiadores reconheceram o grande aumento na capacidade de mobilização e inserção na massa operária da Catalunha. Susanna Tavera, por exemplo, reconhece neste feito o paradigma do processo de modernização sindical da CNT que possibilitou não apenas a dinamização das ações sindicais nos bairros operários como a territorialização da entidade¹⁵⁹ e, em consequência, o aumento considerável no número de filiados.

O próprio congresso dava sinais de que tempos de lutas violentas se aproximavam. Dentre suas resoluções, a criação de comitês de propaganda e ação foi aprovada. Os elementos participantes eram responsáveis por fomentar greves e protestos

¹⁵⁶ O autor ainda menciona que tamanha admiração se traduziu na aprovação por ampla maioria da entrada da CNT na Internacional Comunista no Congresso do Teatro da Comédia, de 1919. GOMEZ-LIMON, Victor Taibo. *La revolución inconclusa – El movimiento anarcosindicalista*. Madrid: Marcial Pons, 2013, p. 13, tradução nossa.

¹⁵⁷ MONJO, Anna. *Militants, democracia i participació a la CNT als anys trenta*. Barcelona: Editorial Laertes, 2003.

¹⁵⁸ SANZ, Ricardo. *El Sindicalismo y la Política. Los Solidarios y Nosotros*. Toulouse: Dulaurier, 1966.

¹⁵⁹ O processo de territorialização decorria dos sindicatos únicos de cada ramo organizarem a federação local. Progressivamente, foi possível também erigir as federações regionais e nacionais. Tal medida tornou as relações entre operários de diferentes categorias mais próximas, fortalecendo os vínculos de solidariedade entre os trabalhadores em detrimento do vínculo corporativo que a antiga estrutura oferecia. Ainda em 1917, forma-se também a Confederação Regional do Trabalho da Andaluzia. BUENACASA, Manuel. *El movimiento obrero Español (1886-1926)*. Madrid: Editorial Jucar, 1977. GARCIA, Susanna Tavera. *Solidaridad Obrera. El fer-se i desfer-se d un diari anarco-sindicalista (1915-1939)*. Barcelona: Col·legi de Periodistes de Catalunya, 1992.

violentos. Muitos dos militantes que se inseriram no referido comitê passaram a enfrentar a polícia com armas em punho e trocas de tiros¹⁶⁰.

No contexto que prenunciava conflitos violentos frequentes e no qual a CNT demonstrava intensa capacidade de mobilização e negociação com a classe patronal a partir de seus sindicatos únicos, os anarquistas dos grupos de afinidade passam a ver a entidade com um traço combativo e começam a filiar-se em considerável número¹⁶¹. Tais militantes passaram progressivamente a ingressar no universo das lutas laborais. Entretanto, não abriam mão de sua talante violenta e, frequentemente, passaram a andar armados nos bairros operários e nos arredores das fábricas.

Não incidentalmente, no Congresso que se realizou no ano seguinte, em 1919, intitulado Congresso do Teatro da Comédia, em Madrid, o discurso violento se torna predominante e os anarquistas favoráveis ao enfrentamento armado tornam-se segunda maior força da CNT¹⁶². Sendo assim, a CNT já contava com mais de 500 mil filiados e uma greve ocorrida no ano de 1919, “Greve da Canadense”, marca o aprofundamento da violência sindical e a formação de grupos de ação especializados em sabotagens e ataques a: patrões, encarregados de fábricas, operários considerados traidores do movimento, policiais, dentre outros. Sanz, que vivenciou este conturbado período, diz em sua autobiografia: “a greve saía do estado platônico para o da ação contundente”¹⁶³.

A empresa popularmente conhecida como Canadense era, na verdade, *Barcelona Traction Light and Power*, uma companhia de energia elétrica da qual um banco canadense era seu acionista majoritário. A greve ocorreu, justamente, porque o período de crescimento econômico proporcionado pela 1ª Guerra Mundial havia estagnado e a burguesia catalã interrompeu bruscamente as concessões feitas por pressões trabalhistas em ocasiões anteriores.

¹⁶⁰ SMITH, Angel. *Anarchism, Revolution and Reaction: Catalan Labour and the Crisis of the Spanish State, 1898–1923*. Nova York: Berghahn Books, 2007.

¹⁶¹ BUENACASA, idem.

¹⁶² Juan Gomez Casas chega a afirmar que no evento operário as forças políticas anarquistas favoráveis ao confronto aberto e violento chegaram a praticamente 90% dos presentes. Não há como confrontar tal cifra ainda que nos pareça exagerada. Em todo caso, entre anarquistas e sindicalistas radicais, muitos dos presentes acabaram absortos pela atmosfera de confrontos violentos que se avizinhavam. Já Susanna Tavera, em uma análise a nosso ver mais ponderada, apenas admite que as resoluções do referido Congresso, pela primeira vez, qualificavam a CNT como entidade “explicitamente anarquista” e não mais simplesmente anarcossindical. CASAS, Juan Gomez. *História de la FAI. Aproximación a la historia de la organización específica y sus antecedentes de la Alianza de la Democracia Socialista*. Madrid: Fundación Anselmo Lorenzo, 2002. GARCIA, Susanna Tavera. La historia del anarquismo español: una encrucijada interpretativa nueva. *Ayer*, Madrid, n. 45, p. 13-37, 2002.

¹⁶³ SANZ, Ricardo. *El Sindicalismo y la Política. Los Solidarios y Nosotros*. Toulouse: Dulaurier, 1966.

A partir da intransigência inicial da empresa, os grevistas continuaram o movimento e foram duramente reprimidos. Houve intervenção direta do governo espanhol na resolução do conflito. O Capitão Geral da polícia catalã, Milans del Bosh, ordenou a prisão de todos os trabalhadores envolvidos filiados à CNT. Ato contínuo, o movimento grevista se radicaliza¹⁶⁴ e passa a ganhar adesão de diversos outros sindicatos da cidade¹⁶⁵. Em resposta, no dia 18 de janeiro de 1919, é declarada a suspensão das garantias constitucionais até o final de março, chegando a um breve período de “estado de guerra”.

A greve foi paradigmática em vários aspectos. Sobre o conflito laboral em si, foi uma vitória estrondosa do movimento, com retorno de centenas de militantes aos seus postos de trabalho e aceite da proposta salarial dos sindicalistas da Canadense. No âmbito da entidade, a CNT sai do conflito com maior visibilidade nacional e, conseqüentemente, com outro aumento no número de filiados.

Já nas disputas internas, o setor sindicalista que havia logrado controlar a entidade por quase 10 anos e imprimir uma cultura política de negociação na base – principalmente após a criação dos sindicatos únicos – inicia um processo de perda de protagonismo por conta da ascensão de lideranças de base vinculadas às ações diretas violentas e ao confronto armado com as forças policiais. Sem contar que aquelas lideranças que lograram durante todo o período controlar o ímpeto combativo da minoria anarquista radical foram, em sua maioria, presos, abrindo o caminho para o aumento das ações violentas por membros não exclusivamente sindicalistas da CNT.

Por fim, em relação aos aspectos negativos para a CNT, a greve trouxe à tona diferentes setores paramilitares¹⁶⁶ que se alçaram contra a confederação e tiveram apoio da classe patronal e conivência do Estado espanhol. Além disso, ao final da negociação da Canadense, os líderes grevistas não se contentaram com a vitória e prolongaram a greve em defesa de outras categorias. Já sem a mobilização e a força de enfrentamento de outrora, a

¹⁶⁴ Segundo Julian Casanova, a radicalização se desenvolveu a partir de uma pauta comum entre todos os sindicatos que aderiram à greve em solidariedade. Após a prisão de mais de 3 mil trabalhadores, os líderes da CNT, dos quais já se destacava Salvador Seguí, exigem a imediata libertação dos presos. O Estado espanhol se mantém irredutível e os confrontos *callejeros* ganham uma enorme proporção. CASANOVA, Julian. *La cara oscura del anarquismo*. In JULIÁ, Santos. *Violencia política en la España del siglo XX*. Madrid: Taurus, 2000.

¹⁶⁵ Em seu auge, a greve chegou a mobilizar mais de 100 mil trabalhadores e a paralisar cerca de 70% da indústria local. Cf. CALLEJA, Eduardo Gonzalez. *El Máuser y el sufragio: orden público, subversión y violencia política en la crisis de la Restauración (1917-1931)*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1999.

¹⁶⁶ Dentre os mais destacados havia os Sindicatos Livres e os Somatens que serão explicados a seguir.

repressão veio de forma ainda mais incisiva¹⁶⁷, prendendo outros milhares de militantes e desorganizando completamente os quadros dirigentes da entidade. Fato que, indiretamente, também ajudou no processo de ascensão dos anarquistas a alguns cargos centrais da CNT.

Sendo assim, em um processo histórico breve, mas conturbado, a conjuntura se transforma completamente. De um lado, corpo policial estatal auxiliado por grupos paramilitares a mando da classe industrial adquiriram poder discricionário para prisões e assassinatos. Do outro, anarquistas radicais progressivamente no controle da entidade e com presença considerável em vários sindicatos responderam de maneira profundamente violenta. Ou seja, aqueles indivíduos desempregados das periferias da cidade, concentrados nos bairros operários e dispostos a pequenos delitos para “chegar ao fim do mês”, aproximaram-se dos grupos de afinidade que já contestavam com armas as ações violentas das paramilícias a mando da classe patronal.

Tal cenário não se alterou completamente até o início da Ditadura de Primo de Rivera em 1923 e transformou uma geração de militantes jovens que não havia tido contato com grupos de afinidade violentos, pois tais agrupamentos praticamente haviam desaparecido ao final da década de 1900. Tamanha a importância deste novo tipo de grupos de afinidade que entraremos em pormenores dos conflitos que vicejaram muitos daqueles que serão dirigentes da FAI e militantes experimentados na luta de classes violenta – eles farão franca oposição aos sindicalistas no contexto da 2ª República.

A primeira questão que urge na análise é relativizar os eventos da greve da Canadense. Por mais que, a partir deste embate, houvesse um salto no número de militantes adeptos da via violenta, tais táticas de assédio e assassinato de membros do patronato não era um elemento inédito à realidade conflituosa da região industrial catalã. Conflitos resultando em mortes já ocorriam desde 1913, porém, como algo marginal. Segundo o historiador Fernando del Rey, especialista em violência política com ênfase na 2ª República e na Guerra civil espanhola, de 1913 a 1918, um período de relativa estabilidade e reduzido número de conflitos violentos, houve mais de 200 mortes em toda Espanha¹⁶⁸.

A parte os casos fatais, o movimento operário organizado já começava a desenvolver práticas de coação ao patronato. Eduardo Calleja menciona o aparecimento de

¹⁶⁷ Aconteceram, inclusive, alguns episódios de assassinatos sumários de membros da CNT. Gerard Brenan menciona um caso no qual 21 dirigentes sindicalistas foram executados. BRENAN, Gerard. *El labirinto Español: antecedentes sociales y políticos de la guerra civil española*. Barcelona: Ibérica ediciones, 1978.

¹⁶⁸ O autor ainda discrimina as vítimas: 3 patrões, 17 encarregados, 7 agentes de autoridade, 145 trabalhadores que o movimento libertário chama de “amarelo” (pelego) e 9 membros da CNT. REGUILLO, Fernando del Rey. *Protesta obrera y sindicalismo en la industria tabaquera española (1887-1939)*. *Hispania*, Madrid, v. 60, n. 206, p. 1067-1126, 2000.

“cortejos” a industriais e seus familiares, ocasiões em que os trabalhadores os seguiam e os ameaçavam pelas ruas¹⁶⁹. Além disso, soma-se a ocorrência de sabotagens em diferentes parques industriais da grande Barcelona. Entretanto, como acima mencionado, tais ações não estavam na ordem do dia e não eram práticas comuns no meio operário.

Em 1918, como acima referenciamos, greves violentas no verão, criação dos sindicatos únicos, fortalecimento da CRT da Catalunha e da tendência anarquista que defendia o uso da violência transmudam a experiência de classes antes forjada nas negociações sindicais. Agora, um conjunto de conflitos laborais modificará o comportamento e a percepção de muitos trabalhadores filiados à CNT no que tange ações diretas violentas e uso de armas de fogo.

No mesmo ano, dezenas de grupos de afinidade realizam uma conferência anarquista em Barcelona e deliberam pelo ingresso massivo nas organizações sindicais¹⁷⁰. Os três anos que se seguiram foram chamados de triênio bolchevique¹⁷¹, seja pela introdução da Revolução Russa no imaginário anarquista espanhol ou pelos violentos enfrentamentos ocorridos no período entre anarquistas e diferentes forças a mando da classe patronal. Outro nome bastante usado para referenciar o período é pistoleirismo pela óbvia denotação do uso corrente de armas de fogo¹⁷². Adentremos, pois, nos principais eventos violentos e sujeitos históricos do período.

Por parte da burguesia industrial catalã, a principal entidade que ordenava e organizava o assédio aos cenetistas era a chamada Federação Patronal que, por sua vez, era formada pelo Fomento Nacional do Trabalho, pela Câmara Oficial de Indústria e Comércio e

¹⁶⁹ CALLEJA, Eduardo Gonzalez. *El Máuser y el sufragio: orden público, subversión y violencia política en la crisis de la Restauración (1917-1931)*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1999.

¹⁷⁰ HERNANDEZ, Oscar Fréan. ¿Cómo hacer la revolución? Los anarquistas y la crítica de la violencia insurreccional. *Cahiers de Civilization Espagnole Contemporaine*, Nanterre, n. 2, v. 1, 2015.

¹⁷¹ O termo triênio bolchevique é utilizado comumente na historiografia do anarquismo espanhol como referência exclusiva aos embates ocorridos na região industrial catalã. Entretanto, Gomez Limon faz referência ao triênio bolchevique andaluz. Segundo o autor, os camponeses andaluzes *jornaleiros* (com trabalhos sazonais e soldos por dia de trabalho) que sofriam de fome e miséria se rebelaram intensamente no período. Sua pauta era ligeiramente distinta, reivindicavam: redução dos preços dos alimentos, libertação de presos políticos e fim da repressão. Como no caso catalão, a direita também se organiza a partir de uma paramilícia intitulada Coletividades das Pessoas Amigas da Ordem que os assassinavam. As táticas daqueles anarquistas eram: queimas de colheitas, sacrifício de animais dos latifundiários, dentre outros. Desafortunadamente, não pudemos encontrar muitas referências bibliográficas a respeito para se pensar uma análise comparativa dos dois casos no referido período. GOMEZ-LIMON, Victor Taibo. *La revolución inconclusa – El movimiento anarcosindicalista*. Madrid: Marcial Pons, 2013.

¹⁷² Ainda que o termo seja utilizado para caracterizar os dois lados da contenda, alguns autores trabalham com o uso do termo apenas em referência aos bandos paramilitares fomentados pela burguesia industrial catalã. Adentraremos rapidamente no debate historiográfico a respeito do termo a seguir. Cf. GOMEZ, Manuel Casal. *La "Banda Negra", origen y actuación de los pistoleros en Barcelona (1918-1921)*. Madrid: Editora Icaria, 1977.

pela Liga Regionalista – espécie de entidade patronal exclusiva da Catalunha¹⁷³. Tal entidade não agia diretamente nos confrontos violentos, mas financiava boa parte dos grupos paramilitares que assediavam os sindicatos e assassinavam líderes sindicais¹⁷⁴.

O personagem central na mediação entre a paramilícia e os industriais inicialmente era Bravo Portillo, um policial envolvido em espionagem pró-germânica no contexto da 1ª Guerra mundial que acumulou bastante dinheiro vendendo informações aos alemães e que, findado o conflito, se inseriu na repressão aos sindicatos ligados à CNT. De caráter autoritário e pragmático, Portillo conseguiu a aprovação por parte da Federação Patronal de constituir aquilo que ficou conhecido como *bandas negras* – forças para-policiais que atuavam sem qualquer restrição do Estado espanhol.

Esses grupos eram formados muitas vezes por pessoas completamente alheias às instituições policiais. Não raro, ex-presidiários com índole violenta eram contratados imediatamente ao saírem dos presídios. Alguns membros eram ex-capangas de ricos industriais, que direcionaram sua atuação para uma organização maior também a mando de Bravo Portillo¹⁷⁵.

Por volta de março de 1919, a estrutura das *bandas negras* já estava consolidada e suas ações passaram a ocorrer com maior frequência, tais como: espancamentos de líderes sindicais, assassinatos, serviços de espionagem sindical, dentre outros¹⁷⁶. Entretanto, no primeiro momento havia pouco serviço de inteligência em relação aos nomes e locais de reuniões dos principais líderes, acessos às assembleias, participação em grupos de afinidade etc. Somente com a morte de Portillo e ascensão do Barão de Koenig¹⁷⁷ que melhorará as estruturas repressivas do patronato e produzirá um amplo arquivo com dados da CNT e seus principais militantes. Portillo foi morto, muito provavelmente, pelos próprios grupos de afinidade após o mesmo ter liderado, dois meses antes, a execução de Pablo Sabater,

¹⁷³ GOMEZ, Manuel Casal. *La "Banda Negra", origen y actuación de los pistoleros en Barcelona (1918-1921)*. Madrid: Editora Icaria, 1977.

¹⁷⁴ No início dos anos 1920, a animosidade na luta de classes e no enfrentamento por meio do uso de armas de fogo chegou a um nível tão exacerbado que a própria Federação Patronal fez uma petição ao poder público para que fossem colocados anarquistas mortos em postes (*ibidem*).

¹⁷⁵ *Ibidem*.

¹⁷⁶ Obviamente a morte por armas de fogo era o mais recorrente. Contudo, Dolores Marin também cita casos de mortes por facas e punhais e ainda um curioso caso ocorrido em 1919 quando as *bandas negras* colocaram uma garrafa de água envenenada no interior de uma fábrica em Barcelona. SILVESTRE, Dolores Marin. *La llarga tradició de la revolta. Records i testimonis del procés de construcció de la cultura llibertària a la Catalunya dels anys vint*. *Revista d'etnografia de Catalunya*, Barcelona, v. 1, n. 11, p. 119-130, 1997.

¹⁷⁷ Seu nome original era Friedrich Stalman. WINSTON, Colin. *La clase trabajadora y la derecha en España, 1900-1936*. Madrid: Editora Cátedra, 1989.

presidente do sindicato único dos tintureiros, em julho de 1919¹⁷⁸. Ainda em setembro, Koenig assume seu posto de trabalho¹⁷⁹.

Diferentemente de Portillo, Koenig não tinha origem nas forças policiais, mas havia acompanhado de perto o trabalho daquele e soube dinamizar e estruturar muito eficazmente a referida entidade paramilitar em poucas semanas. Ele basicamente dividiu as *bandas negras* em três partes: espionagem buscando se infiltrar no tecido social operário, policiais à paisana que se inseriam em diferentes sindicatos e grupos de ação responsáveis por: detenções e assassinatos de operários, forjar explosões à bomba etc. Tamanho era o nível de suas atrocidades que um expressivo setor da Federação Patronal não aceitava suas táticas¹⁸⁰.

Para ilustrar o nível de controle sobre as informações a respeito dos sindicalistas militantes da CNT, Gomez Casal apresenta em seu livro diversas fontes das próprias *bandas negras*. Sobre o militante Francisco Gascá do sindicato único da construção – um dos maiores redutos do anarquismo de ação violenta – tem-se o seguinte:

Francisco Gascá antes da bomba da rua do consulado pertencia ao Grupo Ação e havia sido detido em outras ocasiões por exercer a violência. Atualmente prestava seus serviços em casa do patrão Sr. Farigola e era delegado do sindicato do ramo da construção [...] vive amigado com uma mulher, segundo informe do interessado, e tem uma filha chamada Igualdade, Liberdade e Fraternidade. A detenção de Gascá causou o desaparecimento de vários membros do grupo, entre eles José Torres, Segismundo Albaricia, Antonio Aristano, Salvador Gomez, Leonardo Sarrio e Juano Tremps detidos por suposta cumplicidade com Gascá, pertencentes ao Grupo Ação e que se encontravam também por aquelas imediações com objetivo de favorecer a fuga do anarquista¹⁸¹.

Há ainda em sua obra informes sobre tendências internas em disputa. Em um dos documentos há referência aos coletivos e jornais contrários à vertente sindicalista, citando o jornal *Bandera Roja*, do Bairro de Grácia – outro conhecido reduto do anarquismo de ação violenta. Por último, aparecem também os nomes de todos os militantes da CNT que saíram de Barcelona para o Congresso do Teatro da Comédia de 1919 em Madrid¹⁸².

¹⁷⁸ Os detalhes de sua morte evidenciam por completo a orgânica relação entre os patrões e os pistoleiros dos Sindicatos Livres, que trataremos logo mais. Agustin Sierra, um dos principais líderes patronais tintureiros, emprestou seu carro particular para um grupo dos Livres assassiná-lo no bairro de *Poblenou*. SANZ, Ricardo. *El Sindicalismo y la Política. Los Solidarios y Nosotros*. Toulouse: Dulaurier, 1966.

¹⁷⁹ Segundo Gomez Casal, os dois assassinatos representaram o momento paradigmático da passagem de conflitos laborais com baixa intensidade e violência para a intitulada guerra social do triênio bolchevique, com frequentes conflitos *callejeros* armados e “verdadeira caça aos líderes” cenetistas. GOMEZ, Manuel Casal. *La "Banda Negra", origen y actuación de los pistoleros en Barcelona (1918-1921)*. Madrid: Editora Icaria, 1977.

¹⁸⁰ *Ibidem*.

¹⁸¹ *Ibidem*, p. 123. Tradução nossa.

¹⁸² *Ibidem*.

Mesmo com todas estas informações sobre o movimento operário barcelonês, faltou, finalmente, a presença de um governo civil e de um chefe de polícia que não apenas ignorasse suas ações, mas oferecesse melhor estrutura para levar a cabo a repressão de maneira mais ampla. Foram eles: Governador Civil Severiano Martinez Anido e Chefe Geral de Segurança de Barcelona Miguel Arlegui Bayonés. A dupla Anido-Arlegui ficará marcada como a gestão de segurança pública mais violenta do país. O próprio jornal TYL fará inúmeras menções a seus atos de repressão, como veremos no próximo capítulo.

As autoridades acima referidas passaram a atuar em conjunto no ano de 1920. Durante mais de um ano, Arlegui irá atuar organicamente com as *bandas negras* aumentando drasticamente o número de operários assassinados e do uso de bombas. Gomez Casal chega a mencionar que as *bandas negras* alcançaram uma estrutura bastante superior diante do que costumava ser apresentado pelos próprios corpos policiais legais¹⁸³.

A estrutura em questão será posta em cheque após um plano mal executado do próprio Koenig. Este, como chefe das *bandas*, forja um plano para assassinar um dos líderes patronais, Felix Graupera, sem que Anido soubesse, no intuito de conseguir mais financiamento e mais estrutura para seus agrupamentos. Sua tentativa não é bem-sucedida e Graupera sobrevive ao atentado. Rumores sobre seu plano chegam à própria Federação Patronal, que exige de Martinez Anido a demissão de Koenig e o fim das *bandas negras*.

Anido aceita o pedido da Patronal pela demissão de Koenig colocando um fim na enorme estrutura clandestina para-policial. Contraditoriamente, o que se seguiu no ano de 1921 não foi uma redução da violência contra o operariado. Pelo contrário, houve um aumento significativo. Agora, o próprio Estado daria relativo suporte para as práticas das *bandas negras* por meio de seu corpo policial e de duas estruturas paramilitares que surgiram no bojo dos conflitos: os Somatens e os Sindicatos Livres (SL).

Os Somatens surgiram na idade média, por volta do século XI. Eram grupos paramilitares tradicionais e exclusivos da região da Catalunha. A função inicial de tais grupos era a autoproteção dos feudos da região. Na sua constituição contemporânea, passaram a auxiliar as classes dominantes contra o operariado no contexto urbano de Barcelona. Um de seus mais conhecidos atos, a partir da nova conformação, foi a prisão de Francisco Ferrer i Guardia, idealizador das escolas racionais e da pedagogia libertário, que foi considerado

¹⁸³ Os dois serão demitidos de suas funções apenas em outubro de 1922. SANZ, Ricardo. *El Sindicalismo y la Política. Los Solidarios y Nosotros*. Toulouse: Dulaurier, 1966.

culpado pelos eventos da Semana Trágica de 1909 e condenado a morte pelo rei Alfonso XIII¹⁸⁴.

O regulamento moderno da entidade foi feito em 1875, mas ainda no contexto pós-feudal tratava-se de um método excepcional de defesa territorial. Até o início do século XX, os Somatens ainda tinham suas ações restritas ao universo rural. Em 1919, o Marques de Cornella com bastante suporte de Anido e seus consortes, trará os Somatens para Barcelona sob as ordens do comandante geral Pedro Cavanna. A partir de então, tornar-se-á uma instituição de caráter paramilitar permanente, com estrutura militar castrense, rígida conduta e hierarquia com franca e violenta interferência nos conflitos laborais da região¹⁸⁵.

Em outubro do mesmo ano, para agudizar ainda mais a “guerra social”, a Federação Patronal inicia uma greve (lock-out) que durou mais de 2 meses. Com o patronato agindo ativamente no campo laboral fechando dezenas de fábricas, os Somatens receberam o sinal verde para se introduzir ostensivamente no cenário conflitivo, pois exatamente após este lock-out a milícia passou a andar pelas ruas de Barcelona com fuzis no ombro, uniforme e mobilização permanente¹⁸⁶.

Um ano depois, os Somatens já eram uma entidade legalizada pelo Estado Espanhol com mais de 9 mil homens em suas fileiras. A participação de setores conservadores cresce exponencialmente ao passo que os Somatens passam a desenvolver os “chamamentos de defesa da sociedade” que nada mais eram do que atividades de policiamento e repressão do operariado. Grandes comerciantes, operários anticenetistas conhecidos como “amarelos”, capatazes de fábricas, ex-militares etc., participavam das ações dos paramilitares somatenistas armados e a mando da classe patronal tornando-o, segundo Calleja, portanto “um confuso conglomerado multiclassista, aglutinado pelos difusos valores de cidadania e anticomunismo”¹⁸⁷.

Com relação aos *Sindicatos Libres*, também houve um processo de transformação para o enfrentamento armado com os operários nas ruas de Barcelona. Trata-se de sindicatos

¹⁸⁴ WINSTON, Colin. *La clase trabajadora y la derecha en España, 1900-1936*. Madrid: Editora Cátedra, 1989.

¹⁸⁵ Assim como as *bandas negras*, eles também realizavam um serviço de espionagem do qual se destaca o famoso “Ficheiro Lasarte” – um considerável arquivo para controlar os sindicalistas. Tal nome se deve a seu idealizador Capitão Julio Lasarte, que chegou a reunir informações sobre mais de 7 mil operários. CALLEJA, Eduardo Gonzalez. *El Máuser y el sufragio: orden público, subversión y violencia política en la crisis de la Restauración (1917-1931)*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1999.

¹⁸⁶ Segundo Casanova, um dos principais objetivos dos Somatens era demonstrar a capacidade de mobilização de seus representantes criando uma espécie de mito mobilizador que atraiu ainda mais outros setores conservadores da sociedade catalã para suas fileiras. CASANOVA, Julian. *La cara oscura del anarquismo*. In JULIÁ, Santos. *Violencia política en la España del siglo XX*. Madrid: Taurus, 2000.

¹⁸⁷ Com o passar do tempo, ainda segundo Calleja, os Somatens pararam de efetuar exibições públicas para se restringir a ações clandestinas de pistoleirismo. Em tal contexto, a entidade se tornou refúgio seguro de capangas e delinquentes que ainda recebiam salários das instituições militares catalãs. CALLEJA, idem.

tradicionalistas fundados no início do século XX, de orientação monárquica. Sua ideologia era reacionária e buscava resgatar a “nobreza” dos ofícios, batendo de frente com o anarcossindicalismo que priorizava nivelar todos os tipos de trabalho, principalmente com a criação dos sindicatos únicos. Sua base social era formada por catalães que haviam migrado da zona rural da Catalunha para Barcelona. Completamente arredios às ações diretas nas negociações com os patrões, reproduziam a doutrina católica conservadora espanhola em seus centros operários.

No contexto do triênio bolchevique, passaram a se organizar em função de combater os líderes sindicais da CNT, seguindo os passos das *bandas negras* e dos Somatens. Após uma reunião em outubro de 1919, os Sindicatos Livres da Região Catalã são fundados¹⁸⁸. Ainda no mesmo ano, muitos membros destes sindicatos entraram em contato com Koenig e seu bando paramilitar.

Na nova entidade, setores conservadores da cidade como a própria Federação Patronal, os monarquistas e várias autoridades militares passam a apoiar e financiar seu funcionamento determinando diretrizes violentas de ataques aos cenetistas. Entretanto, considerando a sua precária condição enquanto organização operária, em seus dois primeiros anos, seus dirigentes concentraram suas forças lutando pela manutenção e expansão da entidade. Ainda que tivessem conhecimento das táticas das *bandas negras*, atividades violentas de repressão aos trabalhadores da CNT por parte dos SL só serão correntes a partir de 1921 – até então, houve apenas alguns atos isolados de jovens monarquistas presentes em suas fileiras.

Assim como aconteceu com os Somatens, ao entrar em sua fase violenta, diversos criminosos comuns se filiaram e também passaram a receber salários para coagir e assassinar operários cenetistas¹⁸⁹. Ao final, passaram de sindicatos autônomos contrários aos anarcossindicalistas e com pouca luta sindical contra o patronato a simples correia de transmissão da Federação Patronal, sendo instrumentalizada como mais um braço armado.

¹⁸⁸ CALLEJA, Eduardo Gonzalez. *El Máuser y el sufragio: orden público, subversión y violencia política en la crisis de la Restauración (1917-1931)*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1999.

¹⁸⁹ Um dos mais notórios assassinatos cometidos por esses grupos foi o de Salvador Seguí. Grande líder anarcossindicalista que esteve presente em todo o processo de fundação da CNT, bem como de quase todos os movimentos grevistas do período de 1917 a 1923. Foi secretário geral da entidade em 1918. Também foi membro de um grupo de afinidade intitulado *Los hijos de puta* ainda na década de 1900, começando a interessar-se pela questão sindical em 1907 quando da fundação de “Solidaridad Obrera”. Seu assassinato irá gerar uma onda de ataques dos grupos de afinidades aos órgãos de repressão do Estado e aos pistoleiros dos SL e dos Somatens. Outro caso emblemático foi a explosão de uma bomba deixada por Inocência Calvino, membro dos SL, no Café Pompéia, reduto cenetista, ocasionando a morte de 3 operários e deixando mais de 20 feridos. PEIRATZ, José. *La CNT y la Revolución Española*. Madrid: Ediciones Ruedo Ibérico, 1978. CALLEJA, idem.

Por fim, além de coadunar com as práticas paramilitares, o próprio Estado espanhol, a partir de suas forças policiais, criou um outro mecanismo de repressão ao operariado. A partir de 1921, se insere a prática intitulada lei de fugas como mecanismo à revelia da legalidade para assassinar os principais líderes cenetistas presos. A prática consistia em liberar presos cenetistas durante à madrugada e assassiná-los nas proximidades dos centros de detenção alegando tentativa de fuga¹⁹⁰. Ocorreram também casos de assassinatos de operários ainda no interior das dependências policiais que, posteriormente, tinham seus corpos levados para locais próximos indicando também a suposta culpabilidade dos fugitivos¹⁹¹.

Os anarquistas, por sua vez, respondiam aos atos de violência perpetrados por todos os grupos paramilitares acima citados. Acreditamos que, em suma, a postura retroativa e igualmente violenta determinou em grande medida os embates sangüinários nas ruas de Barcelona no período de 1917 a 1923, principalmente no triênio bolchevique (1918-1921). A cada militante anarcossindicalista assassinado, os anarquistas respondiam com mais derramamento de sangue¹⁹².

Por isso, as ruas dos bairros operários que compunham um imaginário popular de sociabilidade público-privada, transformam-se no contexto de recrudescimento da violência policial e parapolicial. De ambiente comunitário, completamente alheio às estruturas do estado, igreja e polícia, desenvolvido por práticas de ação mútua; após 1917, os bairros passam a ser considerados pelos trabalhadores como verdadeiros campos de batalha, lugar das trincheiras¹⁹³ e de outro tipo de vivência: a camaradagem bélica dos grupistas desenvolvida no enfrentamento às estruturas repressivas do regime. Agora, as ruas eram espaços para exibição cotidiana de elementos simbólicos ostensivos e ameaçadores. Os grupistas, que passam a confrontar o regime com armas, veem nela o lugar ideal para caminhar com suas pistolas,

¹⁹⁰ A prática tornou-se tão recorrente que os próprios presos criaram estratégias no interior das prisões para não deixar nenhum militante isolado com as forças policiais e também negarem coletivamente a liberação de qualquer preso durante o período da madrugada. Cf. SANZ, Ricardo. *El Sindicalismo y la Política. Los Solidarios y Nosotros*. Toulouse: Dulaurier, 1966.

¹⁹¹ Um dos casos mais notórios da aplicação da lei de fugas foi o assassinato do então Secretário Geral da CNT Evelio Boal, que foi preso e, durante a mesma noite de sua prisão, foi liberado durante a madrugada e, ato contínuo, assassinado em uma rua próximo à Prisão Modelo de Barcelona. CALLEJA, idem.

¹⁹² O próprio Ricardo Sanz, militante confederal que participou do principal grupo de afinidade do período intitulado *Los Solidarios*, em sua autobiografia, considerava que os grupos se valiam da lei de talião, ou seja, reagiam da mesma forma como eram reprimidos. SANZ, Ricardo. *El Sindicalismo y la Política. Los Solidarios y Nosotros*. Toulouse: Dulaurier, 1966.

¹⁹³ Chris Ealham, profundo conhecedor das dinâmicas insurrecionais anarquistas no período republicano, argumenta que a própria barricada carregava em si um elemento simbólico e mobilizador, ela reafirmava o espírito de solidariedade e se apresentava como uma ferramenta delimitadora do poder autônomo dos bairros. EALHAM, Chris. *The crisis of organized labour: the battle for hegemony in the Barcelona workers' movement, 1930-6*. In *Red Barcelona. Social protest and labour mobilization in the twentieth century*. Londres: Routledge, 2002.

repreender ações anticenetistas de qualquer ordem e confrontar com tiros seus “inimigos de guerra”.

Todavia, algumas similaridades ocorreram entre as duas forças para que chegassem a fase violenta mais aguda. Assim como as paramilícias, os anarquistas já efetuavam ações violentas que incluíam assassinatos, no início da década de 1910. Entretanto, nos primórdios das ações diretas violentas, além de serem esporádicas, eram direcionadas principalmente aos sindicalistas amarelos ou sindicatos anticenetistas¹⁹⁴.

Outro elemento que aproxima os dois setores da contenda foi o caráter dúbio de muitos militantes que adentraram na CNT a partir de 1918. Tanto os SL como Somatens, no decorrer dos conflitos, passaram a ter em suas fileiras presos comuns, mercenários com salário. Não foi completamente distinto no lado cenetista ainda que, a nosso ver, no referente caso, em uma dimensão menor.

Há na historiografia do anarquismo espanhol um intenso debate bastante pertinente para os argumentos do trabalho proposto com relação ao pistoleirismo. Assim como ressaltamos no primeiro capítulo, há historiadores que buscam simplesmente criminalizar a postura violenta do movimento sem auferir em que medida foram inseridos em uma cultura política forjada na violência da luta de classes que era, portanto, considerada pelos atores históricos como legítima e produzia resultados seja no âmbito laboral ou no aspecto mobilizador da entidade.

Em nosso entendimento, um contingente expressivo de trabalhadores recém migrados para Barcelona se viram forçados a buscar mecanismos ilegais para sobreviver. Em um segundo momento, muitos indivíduos que experimentaram as práticas ilegais e se tornaram inimigos das forças policíacas em razão das ações repressivas e prisões, desenvolveram um *ethos* combativo, de constante confronto, no momento em que os conflitos de classe se exacerbaram para as táticas de guerrilha urbana nas ruas da cidade. Independente do qualificativo de pistoleiros e criminosos, parece-nos central apenas considerar os elementos que tornaram possíveis o desenvolvimento desta cultura política ilegalista e belicista. Vejamos alguns historiadores que se inserem no debate.

¹⁹⁴ Há uma excelente tese de doutorado que analisa os meandros da violência sindical nas duas primeiras décadas do século XX na Catalunha. Juan C. Marinello discorre sobre os altercados e ataques entre anarquistas e amarelos demonstrando que a talante violenta no âmbito sindical já despontava como elemento constitutivo da cultura política cenetista muito antes do triênio bolchevique. A conflitividade exacerbada do período produziu um salto exponencial das ações violentas e ampliou o leque de vítimas dos grupos de ação anarquista adicionando, para além dos amarelos, patrões, encarregados, policiais, etc. Cf. BONNEFOY, Juan Cristóbal Marinello. *Sindicalismo y violencia en Cataluña (1902-1919)*. Barcelona, Universitat Autònoma de Barcelona, 2014.

Alguns autores insistem que também no lado anarquista criou-se uma maioria de pistoleiros a soldo. G. Brenan é taxativo a respeito. Segundo o autor, com o desenrolar dos conflitos, os radicais anarquistas passaram a aceitar inúmeros pistoleiros na mesma intensidade que nas paramilícias¹⁹⁵.

Ainda com a mesma linha de pensamento, Julian Casanova apenas pondera que o número de pistoleiros não era tão significativo. Entretanto, o autor afirma que, de fato, se desenvolveu na CNT, principalmente nos sindicatos controlados pelos anarquistas, uma “indústria da morte” com assassinos pagos pelos sindicatos¹⁹⁶. É importante notar que, para embasar seu argumento, Casanova cita pronunciamentos de Ángel Pestaña que, naquele contexto, era um dos principais militantes sindicalistas que fazia oposição aos anarquistas dentro da entidade¹⁹⁷.

Sem contar que, a partir de 1920, inicia-se uma crise econômica que desfavorece a conjuntura sindical e acaba por completo com a permissividade patronal ocorrida durante a 1ª Guerra Mundial. A nova conjuntura substancialmente desfavorável para as negociações sindicais gerou inúmeras derrotas de diferentes sindicatos de Barcelona. Com isso, o setor anarquista radical exige participação ativa dos sindicalistas nos conflitos *callejeros*. Pestaña nega apoio às ações violentas gerando uma ruptura entre as duas tendências.

Eduardo Calleja também cita, com posição semelhante, Pestaña¹⁹⁸ ao embasar seu argumento no sentido de criminalizar as ações violentas ao invés de contextualizá-las historicamente e compreendê-las no bojo da cultura política anarquista daquele momento¹⁹⁹.

¹⁹⁵ BRENAN, Gerard. *El labirinto Español: antecedentes sociales y políticos de la guerra civil española*. Barcelona: Ibérica ediciones, 1978.

¹⁹⁶ CASANOVA, Julian. La cara oscura del anarquismo. In: JULIÁ, Santos. *Violencia política en la España del siglo XX*. Madrid: Taurus, 2000. MAURA, 2000 op. cit.

¹⁹⁷ Em uma das falas de Pestaña referenciadas pelo autor, ao mencionar a perda de poder por parte dos sindicalistas dentro da CNT, escreve Casanova: “A repressão bloqueou os caminhos da negociação, tirou do caminho os principais líderes sindicais e deixou a organização nas mãos de grupos de ação, daqueles que acreditavam, como manifestava Pestaña, que “preparar-se para a revolução era gastar em comprar pistolas com os fundos dos sindicatos”. CASANOVA, idem, p. 89, tradução nossa.

¹⁹⁸ Como exemplo, o autor menciona que Pestaña teria dito que não havia qualquer dúvida a respeito dos pistoleiros profissionais pagos pelos anarquistas. Reiterando, utilizar como argumento um sujeito histórico que estava em plena confrontação com os anarquistas, objeto de sua análise, parece-nos uma imprudente aproximação ao universo sindicalista da CNT. O próprio autor admite, inclusive, que Pestaña, em 1921, realizou inúmeros esforços para erradicar os grupos de ação anarquista. CALLEJA, Eduardo Gonzalez. *El Máuser y el sufragio: orden público, subversión y violencia política en la crisis de la Restauración (1917-1931)*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1999.

¹⁹⁹ Consideramos especialmente errática a maneira como o autor se aproxima em demasia do setor sindicalista. Em uma outra passagem de sua obra: “A burocracia sindicalista, representada por Seguí ou Pestaña, orientada na defesa de uma formação obreirista pura, apolítica, racionalizada e pronta a um compromisso que permitisse a sobrevivência da organização confederal, se submergiu em árduas disputas com o maximalismo do anarcossindicalismo que [...] pareciam empenhados em uma cruzada sem quartel contra a ordem social vigente” (*Ibidem*, p. 141. Tradução nossa).

O autor traz um dado a respeito: o sindicato dos metalúrgicos²⁰⁰ de Barcelona teria naquele contexto, supostamente, 218 indivíduos a soldo de entre 1000 e 1500 pesetas para ações violentas, intimidações e assassinatos. Em seguida, o autor pondera que muitos dos envolvidos em atos de pistoleirismo eram militantes orgânicos da CNT que atuavam diretamente nos sindicatos únicos respectivos de sua profissão²⁰¹.

Na sequência de sua argumentação, o autor caricaturiza os principais militantes de grupos de afinidade que atuaram nos confrontos armados com as paramilícias, considerando Buenaventura Durruti, Francisco Ascaso, Garcia Oliver, Ricardo Sanz, dentre outros, como ativistas ultrarrevolucionários, delinquentes e visionários²⁰².

Tais militantes, no nosso entendimento, participaram ativamente dos dois principais grupos de afinidade deste período até a 2ª República (*Los Justicieros* e *Los Solidarios*)²⁰³, que enfrentaram a reação patronal e lograram com que muitos anarquistas que haviam se afastado do sindicalismo desde início do século XX, ingressassem na CNT e militassem diretamente nos sindicatos únicos. Forjados em um contexto de *luchas callejeras* chegaram ao período republicano com um *ethos* combativo *sui generis*, capaz de se propor a assediar o Estado espanhol, mesmo em contextos de relativa permissibilidade daquele regime e impossibilidade concreta de confrontação.

Em outro momento de seu artigo, Eduardo Calleja apresenta os grupos de afinidade como uma tendência oportunista que buscava imediatamente a Revolução Social. Como não viram ambiente propício, “encontraram no pistoleirismo e no atentado pessoal os eventos perfeitos para uma impraticável ação revolucionária de massas”²⁰⁴. Tal postura, em nosso entendimento, desconsidera completamente a espiral de violência provocada pelos paramilitares e, anteriormente, pelas *bandas negras*. Antes que uma perspectiva revolucionária imediatista, acreditamos que os anarquistas que atuaram com pistolas no triênio bolchevique agiam simplesmente a reboque da conjuntura violenta sem nem ao menos esboçar qualquer estratégia e tática de assediar o regime em prol da Revolução Social.

²⁰⁰ Tal sindicato, o Sindicato da Madeira e o da Construção foram os maiores redutos dos grupos de afinidade que se inseriram no universo sindical.

²⁰¹ CALLEJA, Eduardo Gonzalez. *El Máuser y el sufragio: orden público, subversión y violencia política en la crisis de la Restauración (1917-1931)*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1999.

²⁰² *Ibidem*.

²⁰³ Outro grupo de afinidade de bastante destaque foi *Los Justicieros*. Inicialmente formado em Zaragoza, chegaram a planejar o magnicídio do Rei Alfonso XIII, mas foram dissuadidos pelas forças policiais. Muitos de seus membros escaparam e se refugiaram em Barcelona. Na Catalunha, foram um dos primeiros grupos de afinidade a buscar a criação da Federação Regional de Grupos da Catalunha que apareceria anos depois. BUENACASA, Manuel. *El movimiento obrero Español (1886-1926)*. Madrid: Editorial Jucar, 1977.

²⁰⁴ CALLEJA, *op. cit.*

Assim, em nossa perspectiva, uma cultura política de talante violenta foi gestada durante as principais greves da década de 1910 e dos conflitos com os sindicatos anticenetistas. Após o período de bonança econômica, o patronato torna-se irredutível às demandas operárias, constrói diferentes mecanismos coercitivos violentos que promove, indiretamente, uma reestruturação da CNT com anarquistas nos cargos da entidade e na linha de frente dos conflitos armados das ruas de Barcelona.

A ideia de revolução social não estava tão inserida no tecido social operário anarquista a ponto de conformar claras estratégias nesta direção – algo que veremos, ao menos em nível discursivo na 2ª República. Entretanto, entendemos que as ações diretas violentas do primeiro terço do século XX, comparativamente com as ações dos anarcocomunistas do século XIX, tiveram uma perspectiva tática determinada pelo contexto histórico repressor. Enquanto nas ações finisseculares nutria-se a ideia de propaganda pelo feito, no outro contexto, principalmente no período de 1917 a 1923, a violência seria justificada como recurso tático para o enfrentamento das forças oficiais e informais da burguesia industrial catalã.

Por fim, Calleja tenta substanciar seu argumento com uma síntese analítica que, ao menos, reconhece outros fatores que determinaram o exacerbar da cultura política violenta sem buscar explicá-la pela criminalização ou caricaturização dos grupos de afinidade. Em suas palavras:

Ainda que o pistoleirismo tenha surgido como alternativa à crise de organização sindical posterior à 1ª guerra mundial, não há dúvida de que o societarismo barcelonês, especialmente o de signo anarquista, carregava uma tradição violenta que respondia à existência de um Estado repressor permanente²⁰⁵.

Seguindo a linha de esclarecimento sobre a postura violenta dos cenetistas, há um elemento importante a ser considerado e que fora identificado nos conflitos a partir de 1920 com a criação dos chamados grupos de ação dentro da CNT. Esses grupos trabalharam exclusivamente na organização e execução de ações armadas. Tais agrupamentos de ação não eram os mesmos que os grupos de afinidade ainda que alguns membros tenham ingressado nos grupos de ação nos momentos mais agudos de conflitividade laboral – como, por exemplo, na greve geral desencadeada em outubro de 1920, surgida espontaneamente após a morte do líder republicano Francisco Layret²⁰⁶.

²⁰⁵ *Ibidem*, p. 227. Tradução nossa.

²⁰⁶ BUENACASA, Manuel. *El movimiento obrero Español (1886-1926)*. Madrid: Ediciones Jucar, 1977.

A partir de então e, principalmente no ano de 1921, ataques dos grupos de ação contra os SL e os somatenistas tornam-se frequentes. Ou seja, tais grupos passaram de ações de retaliação para ataques surpresas nas saídas das manifestações dos grupos paramilitares ou nas sedes de suas respectivas entidades. Com a redução dos ganhos a partir das cotas sindicais, no mesmo período, também aumentaram os assaltos a bancos como mecanismo de autofinanciamento²⁰⁷.

Os grupos de ação, ao contrário dos de afinidade, não requeriam uma filiação sindical ou ideológica prévia – o que contribuía para o ingresso de oportunistas e criminosos comuns, assim como havia ocorrido com todas as paramilícias²⁰⁸. Tratavam-se de agrupações fisiológicas sem a ideologia anarquista subjacente. Ainda assim, tais grupos só foram numericamente significativos, a nosso ver, pela viabilidade das ações tendo em vista a postura truculenta do Estado espanhol. Sem contar que o acesso às armas a partir da fronteira francesa era relativamente fácil. Segundo Eduardo Calleja, o contrabando pela fronteira era intenso: uma região repleta de fábricas clandestinas de artefatos explosivos e venda de armas²⁰⁹.

Quanto mais crescia a espiral de violência, mais aumentava a influência dos grupos de ação no interior da CNT. Aos poucos, tiveram acesso inclusive às cotas sindicais que, na maioria dos casos, eram investidas na compra de armas e no pagamento de advogados para assessorar militantes presos²¹⁰. Tais grupos também se aproveitaram do poder local dos sindicatos únicos e chegaram, em alguns casos, a se tornar delegados, favorecendo ainda mais a captação de recurso e mobilização de trabalhadores sindicalizados para suas práticas. Eles foram os principais responsáveis pelas coações e assassinatos de patrões, capatazes, gestores e operários que faziam oposição à CNT.

Por fim, ao contrário dos grupos de afinidade que permaneceram como tendência importante da CNT, a partir de então até à guerra civil espanhola, os grupos de ação se

²⁰⁷ Apenas no ano de 1921 houve um saldo de 311 mortos somando-se as baixas dos dois bandos. CASANOVA, Julian. La cara oscura del anarquismo. In JULIÁ, Santos. *Violencia política en la España del siglo XX*. Madrid: Taurus, 2000.

²⁰⁸ Outra grande diferença a salientar, os grupos de afinidade além de participar ativamente de seu respectivo sindicato de ramo, militavam nos processos de aproximação de outros sindicatos únicos. Segundo Abel Paz, havia ainda uma consciência estratégica bem definida em um tríplice objetivo: fazer frente ao pistoleirismo, manter as estruturas sindicais da CNT e criar uma Federação Anarquista – objetivo alcançado apenas em 1927. PAZ, Abel. *Durruti en la Revolución Española*. Madrid: Fundación de Estudios Libertarios, 1996.

²⁰⁹ Ainda segundo o autor, as pistolas eram levadas clandestinamente da fronteira direto para os grupos de ação da CNT que chegavam a vender as armas por cerca de 45 pesetas. CALLEJA, idem.

²¹⁰ Os advogados que mais se destacavam no auxílio aos operários presos de Barcelona eram: Francisco Layret, Lluís Companys e Pedro Homes. Companys tornou-se referência republicana catalã e chegou a ser *President de la generalitat de Catalunya* na 2ª República. Sua atuação junto aos sindicatos da CNT lhe rendeu uma prisão meses após a subida ao poder da dupla Anido-Arlegui. Homes, curiosamente, passou para o lado patronal em meio aos conflitos de 1917-1923 e chegou a participar de ações armadas contra os militantes cenetistas. CASANOVA, Julian. La cara oscura del anarquismo. In JULIÁ, Santos. *Violencia política en la España del siglo XX*. Madrid: Taurus, 2000.

dispersaram com o refluxo dos conflitos no ano de 1923. Ainda segundo Calleja, grande parte deste contingente rompeu sua relação com a CNT e passou a sobreviver de roubos e assaltos²¹¹.

Com efeito, a própria CNT, a partir de 1921, do ponto de vista estritamente sindical, entra em uma longa fase de debilidade organizativa²¹² e pouca capacidade de mediação dos conflitos laborais muito em decorrência do fechamento de todos os sindicatos filiados à CNT determinado pelo governo espanhol após o aumento das ações dos grupos de ação²¹³. Na mesma medida, o governo passou para as mãos dos militares a mediação dos conflitos sindicais. Somente com a proclamação da República que as práticas de negociação sindical voltarão a se expandir e permear o tecido social operário catalão.

No ano seguinte, forma-se em Barcelona o mais notório e ativo grupo de afinidade do período: *Los Solidarios*. Tal grupo se formou do desmembramento de um outro chamado *Los Justicieros* que atuava na região ao norte de Barcelona, Aragão. Após uma fracassada tentativa de magnicídio tendo como suposto alvo o próprio Rei Alfonso XIII, a polícia fecha o cerco e vários membros dos *Los Justicieros* fogem para Barcelona. Ali se encontram com alguns dos principais líderes da futura FAI na 2ª República: Buenaventura Durruti, Francisco Ascaso, Garcia Oliver, Ricardo Sanz, dentre outros²¹⁴. Os demais componentes do grupo vieram do Sindicato da Madeira, outro reduto do grupismo de ação violenta. Entretanto, devido à repressão presente na cidade, no ano seguinte a maioria dos membros dos solidários partem para a América Latina.

Ainda em 1922, o governo espanhol interrompe parcialmente sua política repressora em Barcelona e reestabelece as garantias constitucionais que haviam sido suprimidas em 1919 – que tinham como justificativa a repressão ao chamado pistoleirismo operário. Vários líderes sindicalistas são soltos e ensaiam brevemente o retorno ao controle da CNT. Contudo, meses depois, em março de 1923, um grupo armado liderado por Pedro Homs, antigo advogado dos sindicatos da CNT, assassina a um dos maiores líderes sindicalistas: Salvador Seguí²¹⁵ e os ânimos se acirram ainda mais.

²¹¹ CALLEJA, Eduardo Gonzalez. *El Máuser y el sufragio: orden público, subversión y violencia política en la crisis de la Restauración (1917-1931)*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1999.

²¹² No ano de 1921 o número de filiados da CNT cai bruscamente chegando a cifra de 10 por cento do auge de 1919: 170 mil filiados. Do outro lado, no ano seguinte, os SL chegaram ao seu auge com 250 mil filiados (*ibidem*).

²¹³ OLIVER, Juan Garcia. *El eco de los pasos. El anarquismo en la calle, en el comité de milicias, en el gobierno, en el exílio*. Barcelona: Ruedo Ibérico, 1978.

²¹⁴ FERRER, Raimundo. Durruti, 1896-1936. Barcelona: Editorial Planeta, 1985.

²¹⁵ Salvador Seguí, chamado por amigos de *Noi del Sucre*, personificava o arquétipo típico ideal do líder sindical. Seguí possuía muita credibilidade no interior da CNT e também grande capacidade de negociação em conflitos sindicais e de diálogo intenso com os anarquistas para conter parte de suas ações e intentos de deixar a CNT. Sua

A resposta dos anarquistas foi imediata. As ações violentas realizadas com o uso de armas que começavam a reduzir, em razão das perdas recentes quanto ao protagonismo dos anarquistas dentro da CNT, recobrou forças, o que impediu o reestabelecimento permanente da linha sindicalista no interior da entidade. Durruti, por exemplo, após tomar ciência do ocorrido, aciona alguns membros de seu grupo de afinidade que iniciam intensas trocas de tiros nas sedes dos grupos paramilitares²¹⁶.

Em maio de 1923, uma breve onda de assassinatos se inicia. Marcelino del Campo e Gregório Superviella, que haviam participado do grupo de afinidade *Los Justicieros*, matam o governador de Viscaya. Francisco Ascaso e Garcia Oliver, dos Solidários, tentam matar uma liderança dos SL, Ramon Laguna. Semanas depois, em junho, ocorre o assassinato do Bispo de Zaragoza – muito provavelmente a cargo de outros membros dos Solidários.

Além das ações armadas violentas, ocorre ainda uma reunião nacional da CNT celebrada em Valência, no mês de julho de 1923. No encontro, com substancial presença dos anarquistas dos grupos de afinidade, foi aprovada a tática de assaltos aos bancos para fortalecer a organização e financiar o armamento para uma possível insurreição a médio prazo²¹⁷.

A morte de Seguí também foi muito representativa na medida em que até os líderes sindicalistas como Pestaña e Peiró²¹⁸ acenaram para o confronto aberto e violento contra o Estado espanhol²¹⁹. Os dois tentaram realizar ações conjuntas com radicais republicanos, mas os intentos de unidade fracassaram. Tais líderes perceberam que a

morte marcou um afastamento ainda maior entre as principais tendências cenetistas. Não por acaso, segundo Angel Smith, após seu falecimento o corpo editorial do jornal *Tierra y Libertad* chega a romper publicamente com a CNT por um curto período de tempo. SMITH, Angel. *Anarchism, Revolution and Reaction: Catalan Labour and the Crisis of the Spanish State, 1898–1923*. Nova York: Berghahn Books, 2007.

²¹⁶ FERRER, Raimundo. Durruti, 1896-1936. Barcelona: Editorial Planeta, 1985.

²¹⁷ Exatamente no período em questão ocorre um dos mais famosos assaltos ao Banco de Espanha em Gijón, no norte do país. Segundo Calleja, o saldo final do primeiro semestre de 1923 foi de 23 assaltos, 22 tiroteios e mais de 50 mortos. A Federação Local de Grupos Anarquistas de Barcelona também foi criada na época. No total, do período entre 1917 e 1923, ocorreram 440 atentados contra operários e 208 contra empresários e industriais. Já Dolors Marin considera imprecisos as fontes e os números a respeito do número de incidentes violentos e vítimas fatais. Em todo caso, ela apresenta a cifra de 230 operários, 27 patrões e 27 encarregados de fábricas mortos. CALLEJA, Eduardo Gonzalez. *El Máuser y el sufragio: orden público, subversión y violencia política en la crisis de la Restauración (1917-1931)*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1999. SILVESTRE, Dolors Marin. *Anarquismo, una introducción*. Barcelona: Editorial Ariel, 2014.

²¹⁸ Joan Peiró, ao contrário de Pestaña e Seguí, não era um líder sindicalista moldado exclusivamente na negociação sindical e na consolidação do projeto de massas da CNT. Peiró tinha uma orientação ideológica fundada em claras convicções anarquistas como projeto final de sociedade. Ele apenas criticava o que considerava um espontaneísmo exagerado dos anarquistas dos grupos de afinidade, mas não seu trabalho proselitista. BERNECKER, Walter. Acción directa y violencia en el anarquismo español. *Revista Ayer*, Madrid, n. 13, v. 1, p. 147-188, jan./mar. 1994.

²¹⁹ Pestaña também havia sofrido uma tentativa de assassinado em agosto de 1922, que ajudou no processo de acirramento de ânimos no interior da tendência sindicalista. SANZ, Ricardo. *El Sindicalismo y la Política. Los Solidarios y Nosotros*. Toulouse: Dulaurier, 1966.

conjuntura era desfavorável, uma vez que boatos sobre golpes de Estado com participação de militares começaram a surgir.

De fato, era bastante verossímil o protagonismo militar em um golpe de Estado que se avizinhava. Durante a década de 1910, principalmente no período de conflitos sindicais violentos iniciados em 1917, o Estado espanhol escancarou sua incapacidade na intermediação dos conflitos e abriu as portas para a progressiva ação e influência das castas militares em conflitos internos.

A título de exemplificação, nos conflitos desencadeados a partir da greve geral de 1917, os militares formam as juntas de defesa, compostas exclusivamente por membros do exército, para intervir como força policial, com complacência do governo de Madrid. Conforme aumentavam os confrontos armados nas ruas de Barcelona e com a suspensão das garantias constitucionais em 1919, um prematuro estado de exceção se fundava dando claras indicações do protagonismo dos militares numa conjuntura substantivamente instável. Alguns militares de alto escalão, tendo como líder o Capitão Geral da Catalunha Miguel Primo de Rivera atentos à debilidade institucional iniciam o golpe de Estado no dia 13 de setembro de 1923²²⁰.

O Governo Espanhol, então profundamente afetado pelos eventos ocorridos entre 1917 e 1923, já praticamente entregue diante da atuação dos militares em assuntos internos, oferece pouquíssima resistência. No dia seguinte, o governo solicita ao Rei a demissão de todos os generais sublevados e a convocatória das cortes gerais. Ao contrário, Alfonso XIII ignora a exigência e nomeia Primo de Rivera novo Presidente do Governo espanhol²²¹.

Com Rivera no poder, os grupos paramilitares catalães ganharam mais poder de ação, principalmente os Somatens que o ditador chamava de “movimento cidadão”. De força policial informal à serviço da classe patronal, os Somatens passam a ser uma força institucional legítima que poderia ser acionada por Rivera em qualquer conflito laboral que o ditador considerasse necessário transformando-os em “agentes governativos”, ou seja, parte da institucionalidade do regime²²².

²²⁰ DIAZ, Santos Juliá. *Historia de España*. Barcelona: Marcial Pons, 2013.

²²¹ As primeiras medidas foram: criação de um diretório militar composto por 8 generais, extinção dos partidos políticos, a exceção de seu partido o União Patriótica, e suspensão da constituição. Não há comprovação histórica de participação ativa do rei nos eventos. Contudo, já em 1917, Alfonso XIII acenava para a composição de um governo militar e nada fez para impedi-lo em 1923. DIAZ, *idem*.

²²² Primo de Rivera ainda chegou a criar diversos mecanismos de proteção aos Somatens. Como exemplo, qualquer ameaça feita a um membro somatenista seria agora julgada pelos próprios militares. CALLEJA, Eduardo Gonzalez. *El Máuser y el sufragio: orden público, subversión y violencia política en la crisis de la Restauración (1917-1931)*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1999.

O golpe de Estado marca o fim de uma era da CNT. A partir de então, suas duas principais tendências passam à marginalidade política e reduzem drasticamente sua inserção na classe operária até o final da década de 1920. Os sindicalistas saem muito mais desfavorecidos, pois a relativa normalização das relações laborais do segundo semestre de 1923 criava uma conjuntura favorável à sua reinserção na massa operária. Entretanto, com Primo de Rivera no poder, tornam-se totalmente controlados pela ditadura²²³, com uma legislação corporativista que impossibilitava a ação autônoma da entidade, ocasionando inúmeras desfiliações.

Já os anarquistas, reduzida a sua influência nos sindicatos únicos radicalizados e, conseqüentemente, diminuídas as cotas sindicais que financiavam parcialmente suas ações, prosseguem com ações violentas e breves ensaios insurrecionais nos anos seguintes. Entretanto, foram levantes mal planejados, em muitos casos, sufocados antes mesmo de seu início – como veremos a seguir. Somente com a criação da FAI e, posteriormente, com a sua inserção nas greves de locatários de Barcelona, reiniciarão seu ascenso no interior do movimento operário espanhol.

Se compararmos com o regime anterior, a maior mudança não reside no nível de repressão – que foi igualmente violento –, mas nos mecanismos de controle do movimento operário e das entidades sindicais. No período anterior, mesmo com milícias, sistemas clandestinos de espionagem, lei de fugas, chefes de governo e polícia violentos (Martinez Anido e Miguel Arlegui) havia capacidade de mobilização e ação da CNT, seja no nível sindical ou de ações violentas por meio dos grupos de ação.

Já na ditadura primorriverista, o controle interno das entidades tornou-se o suficientemente grande como para evitar qualquer intento de uma greve geral, por exemplo, ou de campanhas sindicais em nível nacional. Tratou-se de um regime à margem de legalidade, sem parlamento, com censura prévia militar e, a partir de 1924, com a presença de partido único: o União Patriótica²²⁴.

Diferentemente dos sindicalistas, enclausurados nas leis de controle sindical corporativa, os anarquistas não se sujeitaram ao regime e, mesmo sem a base sindical que havia antes da ditadura, buscaram alianças com diferentes setores políticos, incluindo

²²³ Dentre as medidas impostas pelo novo regime, destacam-se: obrigatoriedade de tornar públicos as atividades de todos sindicatos filiados, apresentar todas as atas, estatutos, regulamentos e contabilidade ao governo, justificação e prestação de contas de todos sindicatos filiados e, por fim, notificação de todas as nomeações de cargos diretivos da entidade. A ditadura instituiu, portanto, um regime de controle das relações laborais, erigindo um estado autoritário de controle corporativo próximo da proposta fascista na Itália. CALLEJA, *idem*.

²²⁴ A gestão pública sobre a ordem social que incluía conflitos laborais foi marcada pela militarização do poder de governo nas províncias, arbitrariedades à revelia da lei na sua função repressiva – inclusive legalizando os Somatens – e diversas normas e leis que restringiam as liberdades individuais e coletivas. CALLEJA, *idem*.

militares, buscando sempre combater o regime instituído. Ao contrário do que veremos estrategicamente desenhado no contexto da 2ª República, no regime ditatorial, não se pode observar nenhuma estratégia minimamente elaborada. Como veremos a seguir, foram eventos extremamente prematuros e mal organizados.

Findado o período dos confrontos *callejeros*, os anarquistas dos grupos de afinidade que restaram iniciaram uma tentativa de organização federal no início de 1923 com a criação da FRGAC (Federação Regional de Grupos Anarquistas da Catalunha). Futuros dirigentes faístas como Valeriano Orobón Fernández ou Ricardo Sanz foram os protagonistas deste embrião organizacional. Em março do mesmo ano, em Madrid, é fundada a FNGA (Federação Nacional de Grupos Anarquistas).

As duas federações apresentavam como objetivos principais: evitar a influência comunista no operariado e confrontar a tendência sindicalista exigindo a permanência dos princípios anarquistas na então esfacelada CNT – algo que será melhor desenvolvido na 2ª República. Trata-se, portanto, da primeira iniciativa organizacional dos grupos.

De dentro da Federação Regional de Grupos catalã, surge ainda um setor minoritário e adepto das práticas violentas herdadas do triênio bolchevique com táticas de assédio à ditadura. Autodenominado de Comitê Regional de Relações Anarquistas da Catalunha, tal entidade era formada, não incidentalmente, pelos principais membros do grupo de afinidade *Los Solidarios* que não saíram para o exílio²²⁵. O Comitê estará presente em todos os atos anarquistas violentos dos próximos anos e será o núcleo central de constituição da FAI, em 1927. Aos poucos, a talante violenta destes grupos se insere nos bairros, aumentando, com isso, o efetivo do Comitê de Relações²²⁶.

A primeira tentativa insurrecional do período ocorreu no pequeno município de Vera de Bidasoa, em Navarra. No entanto, a extrema desorganização e a difícil relação entre as diferentes federações anarquistas impossibilitou a execução dos planos. Durruti dirigiu o grupo do Comitê de Relações francês pois se encontrava em exílio. Com um ímpeto acentuado, fruto da experiência de luta de classes do triênio bolchevique, Durruti decide com García Oliver e Francisco Ascaso a imediata entrada em terras espanholas por meio do País

²²⁵ Segundo Eduardo Calleja, ainda em outubro de 1923, o grupo dos Solidários consegue comprar mais de mil rifles e 200 mil cartuchos preparando-se para os intentos insurrecionais. Além desse arsenal, haveria um outro que não se pode mensurar por ser resultado de contrabando fronteiriço. Tais armas ficavam escondidas nos principais bairros operários com influência do Grupo de Relações e ainda numa conhecida fábrica de fundição de ferro localizada no Bairro de *Poblenou*. CALLEJA, idem.

²²⁶ Havia ainda o Comitê de Relações Anarquistas de Língua Espanhola composto por anarquistas que estavam exilados na França que foi criado também em 1924. Por estarem em um ambiente menos autoritário e menos persecutório, a partir de 1926, este Comitê foi o que melhor logrou mediar a relação entre os comitês clandestinos da ditadura espanhola e alguns grupos de afinidade que se encontravam em Portugal.

Vasco. Outros militantes concentrados ao sul dos Pirineus recebem a mensagem tardiamente e também entram pela Catalunha no dia 6 de novembro de 1924. Entre norte e sul, havia cerca de mil anarquistas armados supostamente preparados para entrar clandestinamente na Espanha. Contudo, o desencontro de informações, a provável presença de espiões a mando do governo e a atitude imediatista de Durruti e seu grupo delataram as ações conjuntas e possibilitaram a rápida repressão por parte do Estado espanhol²²⁷.

O estrondoso fracasso da intentona de Vera de Bidasoa gerou uma mudança no comportamento dos grupistas. Pela primeira vez, torna-se flagrante para todos que não haveria a possibilidade de afrontar a ditadura sem a realização de alianças com setores progressistas como republicanos, socialistas e inclusive militares contrários à ditadura de Primo de Rivera.

Dentre os mais exaltados que conseguiram retornar a França, Durruti, Garcia Oliver e Ricardo Sanz se reúnem em Paris e decidem viajar para a América Central e do Sul com o intuito de arrecadar fundos para a CNT a partir de ações diretas que incluíam assaltos a bancos²²⁸. Com o nome de *Los Errantes*, atuaram principalmente em Cuba, México, Argentina e Chile desfazendo por completo o até então mais famoso grupo de afinidade do anarquismo espanhol: *Los Solidarios*.

Em 1926, quando Durruti e demais membros dos *Los Errantes* retornam à França se inicia, segundo Garcia Oliver, um plano para assassinar Benito Mussolini que visitava Paris. Entretanto, em maio daquele ano, os grupistas descobriram que o rei Alfonso XIII estaria na França naquele período. Abruptamente, mais uma vez sem nenhuma mediação entre as demais federações, nem tempo hábil para a devida execução do plano, Durruti e Oliver marcam para o dia 26 de maio a data do magnicídio real. O resultado foi muito próximo do ocorrido em Vera de Bidasoa: antes mesmo do atentado, todos os envolvidos foram presos²²⁹.

Ainda em 1926, ocorre a primeira tentativa de golpe de Estado perpetrada fundamentalmente por alguns militares liberais de alto escalão. Por ter sido planejada para se iniciar às vésperas das festas de São João, 24 de junho, ficou conhecida como *Sanjuanada*.

²²⁷ O resultado foi catastrófico. Vários militantes mortos e destacados membros das federações presos: Orobon Fernandez foi preso e Marcelino del Campo foi assassinado. A Confederação Regional do Trabalho da Catalunha – que era praticamente constituída pelo Comitê de Relações – é suspensa. No total, mais de 200 presos e fechamento dos principais jornais operários como o próprio *Solidaridad Obrera*. CALLEJA, Eduardo Gonzalez. *El Máuser y el sufragio: orden público, subversión y violencia política en la crisis de la Restauración (1917-1931)*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1999.

²²⁸ As ações de maior destaque do grupo em seu périplo pelas américas incluíram desde assassinatos de patrões açucareiros em Cuba, assassinato de um policial em Buenos Aires, assaltos a bancos por toda Argentina e no Chile, dentre outros. Ao final, a maior parte do dinheiro arrecadado foi para a CNT na Espanha. PAZ, Abel. *Durruti en la Revolución Española*. Madrid: Fundación de Estudios Libertarios, 1996.

²²⁹ OLIVER, Juan Garcia. *El eco de los pasos. El anarquismo en la calle, en el comité de milicias, en el gobierno, en el exílio*. Barcelona: Ruedo Ibérico, 1978.

Dentre eles, se destacava um oficial de media patente de nome Capitão Fermin Galán, um dos poucos militares que exigia a proclamação da república. Os demais líderes do movimento, ao contrário, tinham principal objetivo apenas reestabelecer a Constituição de 1876²³⁰ e as cortes parlamentares que foram suspensas em 1923. Como os intentos anarquistas, a Sanjuanada também foi rapidamente contida e Galán foi preso com uma pena de reclusão de 6 anos. Na prisão, irá conviver com muitos membros da CNT, o que levará ao planejamento coletivo da Sublevação de Jaca, de 1930 – que trataremos no próximo capítulo²³¹. Mais uma vez, os serviços de espionagem da ditadura e a desorganização do movimento foram os determinantes do fracasso.

Seguindo seu projeto de controle do operariado espanhol, Rivera decreta a criação dos comitês paritários. Tal iniciativa previa a existência de um organismo institucional de resolução de conflitos laborais. O grande problema, na visão tanto de cenetistas quanto de grupistas, era que tais comitês teriam a presença não apenas de patrões e empregados como também de membros do governo para controlar as negociações e, principalmente, os possíveis resultados.

Ainda que os cenetistas buscassem alguma inserção institucional para tentar uma maior inserção no operariado, o predicado antipolítico presente também nos sindicalistas impossibilitou a aceitação dos comitês paritários em um primeiro momento²³². Os próprios cenetistas realizarão uma *mea culpa* no período republicano, pois, em sua análise retrospectiva, perceberam que os socialistas e sua central sindical UGT chegaram às portas da República com uma estrutura e um efetivo absolutamente superior aos da CNT considerando a aceitação imediata dos referidos comitês.

Entretanto, o setor sindicalista da CNT tentava timidamente dialogar com o regime. Ainda em 1926, alguns dirigentes cenetistas do campo sindical escrevem um “documento público de benevolência” para Primo de Rivera, solicitando a imediata libertação dos presos políticos que àquela altura eram milhares, muitos deles envolvidos nos conflitos barceloneses de 1917 a 1923.

²³⁰ Basicamente, a constituição que determinava o regime interrompido em 1923: Monarquia Parlamentar.

²³¹ Na bibliografia consultada não encontramos indícios da participação de membros da CNT. Porém, no processo de repressão à tentativa de golpe, o líder sindicalista Angel Pestaña também é preso. DIAZ, Santos Juliá. *Historia de España*. Barcelona: Marcial Pons, 2013.

²³² Ricardo Sanz alega que, no final da ditadura, a própria CNT chegou a aceitar os comitês paritários o que, na sua visão, figurou como o momento de maior traição à ideologia antipolítica cenetista. No entanto, os sindicalistas teriam se valido de subterfúgios para tanto. O autor cita dois casos de associações operárias coordenadas por cenetistas sindicalistas que foram geridas fora da CNT para poder aceitar os comitês paritários. Como exemplos dessa prática, Sanz menciona a Associação de arte Fabril Têxtil e a Federação de entidades do porto, ambas de Barcelona. SANZ, Ricardo. *Los Treinta Judas*. Buenos Aires: La Protesta, 1933.

Para a maioria dos anarquistas dos grupos de afinidade, no caso, a carta representava uma traição ao princípio antipolítico da entidade. Ricardo Sanz irá denunciar essa e outras tentativas de diálogo com o regime em sua obra profundamente antissindicalista intitulada *Los Treinta Judas* – em alusão ao Manifesto dos Trinta do qual trataremos no próximo capítulo²³³.

Enquanto os sindicalistas ensaiavam propostas de reinserção de massas a partir de pequenas aberturas do regime, os anarquistas seguiram na sua linha antipolítica radical e progressivamente tentaram aproximar os diferentes comitês e federações que não apresentavam nenhuma coordenação entre si. Sendo assim, ora a federação de grupos de Barcelona agia sem respaldo da federação de Madrid, ora os próprios comitês reivindicavam um protagonismo imediatista que inviabilizava qualquer possibilidade de convergência entre as distintas entidades.

Em todo caso, no dia 20 de março de 1927, ocorre uma importante reunião em Barcelona. Muitos grupos de afinidade que não estavam no exílio habitavam a cidade condal e tal encontro ocorreu, justamente, no sentido de afinar as propostas das entidades dispersas e deliberar pela criação de uma única instituição que coordenasse todas as federações: portuguesa, espanhola e os federação dos exilados franceses²³⁴. Meses depois, nos dias 25, 26 e 27 de julho, essa deliberação se concretiza: a Federação Anarquista Ibérica (FAI) é fundada em uma conferência de grupos de afinidade realizada na cidade de Valência²³⁵. Participaram cerca de 20 delegados representantes das diferentes federações e tendo como um dos protagonistas Manuel Buenacasa, então um dos dirigentes do jornal *El Productor* de verve anarquista antissindicalista²³⁶.

A FAI, desde sua criação até a guerra civil espanhola, será uma entidade marcada pela sua inserção nas camadas mais pobres e pouco organizadas do proletariado – estrato

²³³ Sanz será um dos mais entusiastas detratores da tendência sindicalista cenetista. Em sua obra, por exemplo, o autor defende incessantemente que o conteúdo presente no Manifesto dos Trinta, que sucintamente atacava os grupistas insurrecionais do período republicano e gerou a alcunha de trentista, esteve presente durante todo o regime ditatorial. Para Sanz, militantes como Peiró e Pestaña já haviam condenado as ações anarquistas desde 1923 e, a partir da ocasião, eles estariam corrompendo os princípios antipolíticos confederais (SANZ, *op. cit.*)

²³⁴ CASAS, Juan Gomez. *História de la FAI. Aproximación a la historia de la organización específica y sus antecedentes de la Alianza de la Democracia Socialista*. Madrid: Fundación Anselmo Lorenzo, 2002.

²³⁵ Walter Bernecker difere desta constatação. Para o autor, a criação da FAI teve como maior motivação a rejeição que os anarquistas tiveram de atuar dentro da CNT enquanto grupos de afinidade sem organização própria. Segundo Bernecker, os sindicalistas de fato nunca se sentiram cómodos com a presença dos anarquistas no interior da entidade. Líderes com Eusebio Carbó, Angel Pestaña e outros, tentaram com bastante frequência, alianças com diferentes setores, mesmo em contextos anteriores e posteriores à Ditadura de Rivera. Como os anarquistas sempre resistiram à ideia de aliança – exceto no final da ditadura – Bernecker entende que tal postura lhes forçou a criar a própria entidade. BERNECKER, Walter. *Acción directa y violencia en el anarquismo español*. *Revista Ayer*, Madrid, n. 13, v. 1, p. 147-188, jan./mar. 1994.

²³⁶ BUENACASA, Manuel. *El movimiento obrero Español (1886-1926)*. Madrid: Ediciones Jucar, 1977.

social que nem mesmo a CNT lograra se introduzir. O perfil de militantes buscados era de jovens rebeldes com sua situação social, acostumados ao ilegalismo para sobreviver e disposta a agir com violência, se necessário. Outro grupo que os faístas buscavam atrair foi a geração formada pelos conflitos violentos do triênio bolchevique.

Stuart Christie apresenta, embora seja um dos poucos historiadores especialistas na dinâmica da entidade, uma definição a respeito da FAI:

Associação mutualista e voluntária de militantes anarquistas [...]. Eles se organizam a partir de um instrumento conveniente para somar energias com o objetivo específico e concreto de defender os princípios revolucionários da Confederação [CNT]. A intenção de seus militantes não é exercer o domínio sobre a Confederação mas cuidar do papel histórico do anarquismo, buscando combater as ideias autoritárias dentro do movimento operário e manter vivo o espírito anarquista da Confederação [...]. Não há poder central nem poder executivo. Nem ao menos efetivo aparato burocrático por mais que a Federação se estruturasse como: local, Regional e Federal²³⁷.

Percebe-se, portanto, uma filiação ideológica bastante precisa. Se direcionarmos nossa atenção para a tradição anarcocomunista da década de 1880, veremos algumas similitudes. Nos dois casos havia a busca pela organização de um movimento de pequenos grupos sem se criar um aparato burocrático. Naquele contexto havia uma ojeriza quanto às organizações em razão do poder centralizador que a FRE havia forjado. Já nos idos da década de 1920 não encontraremos uma negação de um movimento que o antecedeu, mas dois fatores principais para sua criação: uma crise no setor sindicalista por conta da ditadura e um processo de autoafirmação grupista que não apenas aceitava a CNT como buscava criar uma entidade federal simplificada, sem sólidas estruturas burocráticas, para manter os princípios anarquistas no interior da Confederação.

No mesmo evento fundacional, a prática que irá se consagrar na 2ª República é elaborada formalmente pela primeira vez: a *Trabazón*. Inicialmente pensada como tática para coibir o desenvolvimento da ideologia comunista e socialista no meio operário; com o passar dos anos, voltou-se fundamentalmente para o ingresso dos militantes faístas em sindicatos da CNT com o intuito de inserir a ideologia anarquista e combater as propostas sindicalistas “puras” – sem veiculação ideológica anárquica. Nessa fase prematura, cabia aos líderes

²³⁷ CHRISTIE, Stuart. *We, the anarchists. A study of the Iberian Anarchist Federation (FAI) 1927-1937*. Edimburg: AK Press, 2008, p. 54-55. Tradução nossa. Dolores Marin apresenta uma leitura ligeiramente distinta. A FAI, segundo a historiadora, teria sido fundada como organização específica para vigilar pelo socialismo revolucionário presente na CNT e não permitir que ele se transformasse no sindicalismo puro. Tal entidade, ainda segundo a autora, teve sua trajetória invisibilizada por grande parte da historiografia devido suas ações clandestinas. SILVESTRE, Dolores Marin. *Anarquismo, una introducción*. Barcelona: Editorial Ariel, 2014.

apenas estabelecer a distinção entre as ações específicas dos grupos de afinidade e as ações sindicais, de cunho propagandístico do anarquismo.

Em janeiro de 1928, a FAI já rascunhava a tática *Trabazón*. No dia 15 daquele mês, ocorre a assembleia do Comitê Nacional da CNT em Madrid. Os dirigentes sindicalistas conseguiram aprovar a tentativa de aproximação com Francesc Macia, republicano catalanista. Ao mesmo tempo, membros da FAI, representados dentro do Comitê Regional da Catalunha, conseguem inserir um adendo à proposta: todo pacto realizado com partidos políticos deveria ser previamente aprovado pelo Comitê Nacional da CNT e também pela FAI. Além disso, os anarquistas lograram a aprovação de uma deliberação que citava expressamente a necessidade da criação de grupos de ação revolucionária com a missão de levar a cabo uma revolução social²³⁸ – tática nascida no seio da federação que foi comumente intitulada “ginástica revolucionária”²³⁹. Assim, a FAI começava a dar os primeiros passos em direção à sua estratégia insurrecional desenvolvida na 2ª República.

Em janeiro de 1929, ocorre outro intento malfadado de derrubar Primo de Rivera: a Intentona de Sanchez Guerra. O nome em evidência provém do líder do movimento, um político conservador opositor de Rivera: José Sanchez Guerra. Sendo assim, a participação de membros da CNT foi notória. Apesar do perfil político conservador do mentor do golpe,

²³⁸ Outro ponto levantado pelos anarquistas que, segundo Stuart Christie, pode ser entendido como uma aplicação inicial da *Trabazón*, foi a proposta de conectar organicamente CNT e FAI para combater problemas concretos da ditadura por meio dos grupos de ação de ambas entidades. Walter Bernecker também relativiza o teor da referida tática. O autor entende que a FAI não foi criada para controlar a CNT como Pestaña e Peiró alegavam. Em sua visão bastante oportuna, a *Trabazón* seria um mecanismo de diálogo entre as entidades, inclusive, porque os próprios faístas se sentiam completamente identificados com a CNT, às vezes até mais cenetistas que faístas. CHRISTIE, Stuart. *We, the anarchists. A study of the Iberian Anarchist Federation (FAI) 1927-1937*. Edimburg: AK Press, 2008. BERNECKER, Walter. *Acción directa y violencia en el anarquismo español*. *Revista Ayer*, Madrid, n. 13, v. 1, p. 147-188, jan./mar. 1994.

²³⁹ Alguns autores entendem que este termo foi inicialmente difundido por Garcia Oliver. Basicamente, trata-se de uma tentativa de convocatória do comunismo libertário a partir de enfrentamentos diretos e violentos com as forças de repressão para gerar uma exibição das ações dos grupos de afinidade, atrair militantes e, num segundo momento, levar à insurreição, com a proclamação revolucionária em diferentes locais do país – algo que pode ser entendido como uma atualização do conceito de propaganda pelo feito. Havia, contudo, como tentaremos demonstrar no próximo capítulo, a finalidade de manter a iniciativa estratégica dentro do movimento confederal e pressionar o governo para a obtenção de compensações políticas e sociais. Antonio Pedraza defende que o grupo de afinidade *Nosotros*, principalmente na figura de Oliver, disseminou esse conceito. O autor ainda incrementa a ideia de que, para perfeita execução da referida “ginástica”, estava programada a criação de um aparato político-militar com grupos de afinidade singulares, chamados grupos de defesa confederal – algo que na prática não se consolidou totalmente no contexto republicano ainda que dezenas de grupos de defesa confederal tenham sido criados. A proposta, ainda segundo Pedraza, seria dar protagonismo ao levante urbano, em contraposição as insurreições agrárias, formando uma espécie de guerrilha urbana capaz de dinamitar prédios públicos, atacar postos policiais e estabelecer patrulhas de vigilância revolucionária. Já Stuart Christie defende que o referido termo se popularizou no interior da FAI a partir da criação dos primeiros grupos de defesa confederal no início da República. PEDRAZA, Antonio Fontecha. *Anarcosindicalismo y violencia: la "gimnasia revolucionaria" para el pueblo*. *Historia Contemporánea*, Madrid, v.1, n.11, pp.153-182, 1994. CHRISTIE, Stuart. *We, the anarchists. A study of the Iberian Anarchist Federation (FAI) 1927-1937*. Edimburg: AK Press, 2008.

Guerra conseguiu convencer Lluís Companys, republicano nacionalista catalão, a aderir ao putsch. Companys havia sido durante muitos anos advogado da CNT em Barcelona e, ao menos na cidade condal, logrou atrair dezenas de militantes cenetistas que se prontificaram a participar da ação de destituição de Primo de Rivera. Os objetivos declarados por Guerra eram idênticos aos defendidos na tentativa anterior: retorno da Constituição de 1876 e das cortes parlamentares.

O resultado foi semelhante aos anteriores: antes mesmo de Sanchez Guerra chegar a Valência, conforme o planejamento do golpe, várias províncias que tinham tropas em estado de alerta para intervir em favor do político conservador já estavam sob controle dos militares que defendiam o regime vigente. Em Barcelona não foi diferente. Republicanos e um pequeno setor de cenetistas ficaram na incumbência de decretar uma greve geral revolucionária no dia 29 de janeiro de 1929 que não saiu do papel. O General Lopez Ocho responsável pelo alçamento militar da Catalunha, vendo que o setor civil representado por Companys, correligionários e cenetistas não iniciou a greve, suspendeu a ação militar e saiu em exílio para Paris.

A falta de coordenação em nível nacional, a heterogeneidade das forças políticas envolvidas e o poder de aniquilamento prévio das forças da ditadura foram os determinantes do fracasso. No caso anarquista, segundo Eduardo Calleja, a CNT tentou durante os últimos meses que antecederam ao golpe criar um consenso para participação massiva de seus militantes. No entanto, na maioria dos encontros, o Comitê Peninsular da FAI, órgão máximo da entidade, negou-se terminantemente a apoiar um golpe de Estado com presença de partidos políticos²⁴⁰.

A década de 1920 terminava. A FAI ensaiava sua *Trabazón* e desenvolvia timidamente sua estratégia revolucionária minimamente fundamentada na *gimnasia revolucionária*. Como acordado em 1927, os faístas foram realizando sua inserção no meio popular por meio das greves de locatários de Barcelona. As “casas baratas” – núcleo habitacional miserável da periferia de Barcelona – foram o foco central de cooptação de militantes dos faístas. Já na década de 30, além de suas ações insurrecionais, os faístas lograram atrair centenas de militantes com uma estratégia sólida fundada em três pontos: campanhas de agitação política nas greves de aluguéis, grupos e foros de discussão *in loco*

²⁴⁰ CALLEJA, Eduardo Gonzalez. *El Máuser y el sufragio: orden público, subversión y violencia política en la crisis de la Restauración (1917-1931)*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1999.

para discutir os problemas dos bairros e construção de núcleos de ação direta nos ateneus e centros sociais vinculados à CNT²⁴¹.

²⁴¹ OYÓN, José Luis. *La quiebra de la ciudad popular: espacio urbano, inmigración y anarquismo en la Barcelona de entreguerras, 1914–1936*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2008.

Capítulo 3 – Os grupos de afinidade e o insurrecionalismo anarquista durante a 2ª República por meio do jornal *Tierra y Libertad*

A década de 1930 se inicia com profundas transformações na sociedade espanhola. No plano econômico, houve uma certa influência da crise global de 1929 – ainda que os efeitos não tenham sido tão incisivos no país como foram no restante da Europa Ocidental. Para se ter uma ideia, enquanto as potências europeias e os Estados Unidos apresentavam uma taxa de desemprego próxima de 20% da sua população economicamente ativa, a Espanha ostentava índices na faixa de apenas 10%²⁴².

Entretanto, a relativa estabilidade econômica, paradoxalmente, contrastava com a esfera político-institucional do país. Tal como vimos no capítulo anterior, no final da década de 1920, a ditadura de Primo de Rivera perdeu a sua base de apoio – em decorrência das mobilizações operárias e das diferentes tentativas de golpes de Estado perpetradas por setores sociais diversos: desde os militares facciosos aos anarquistas insurrecionais, passando, também, por republicanos radicais. Vale ressaltar que, inclusive, o Rei Alfonso XIII se absteve, politicamente, sobre a permanência do ditador²⁴³.

Com a entrada do ano de 1930, Rivera percebeu que até mesmo um expressivo setor de seu partido, a União Patriótica, cessou com o seu apoio direto ao regime. Sem alternativas, no dia 27 de janeiro de 1930, entregou o seu cargo, colocando um ponto final em 7 anos de regime autoritário.

A reação popular foi imediata, isto é, não apenas em forma de celebração, mas também por meio de inúmeros atos políticos violentos – dos quais são destacadas ações diretas de hostilidade aos membros do União Patriótica e às suas instituições²⁴⁴.

A efervescência popular cresceu com o passar dos dias e amplos setores da esquerda, que haviam sido perseguidos pelo regime de Rivera, tais como a CNT²⁴⁵, ou que

²⁴² Especificamente, o setor industrial foi o mais atingido pela crise em ambos os casos. O decréscimo produtivo industrial espanhol girou em torno de 15% entre os anos de 1929 a 1933 – quase a metade das cifras apresentadas pelas citadas potências econômicas no período. ACEÑA, Pablo Martín. Problemas económicos y reformas estructurales. *Revista Ayer*, Madrid, v.1, n. 20, 1995.

²⁴³ O historiador Eduardo Calleja argumenta que o Rei Alfonso XIII não se pronunciou em apoio ao Primo de Rivera como uma forma de tentar salvar o seu trono. CALLEJA, Eduardo González. *El mauser y el sufragio. Orden público, subversión y violencia política en la crisis de la restauración (1917-1931)*. Madrid: CSIC, 1999.

²⁴⁴ A título de exemplificação, a sede do Partido União Patriótica em Barcelona foi atacada e vários de seus líderes sofreram diversas agressões. Para detalhes sobre a reação popular frente a queda de Primo de Rivera, cf. CALLEJA, idem.

estiveram controlados pelo modelo corporativo, baseado em estritas leis trabalhistas – como a UGT – voltaram a ocupar as ruas, clamando pelo fim da monarquia.

Grande parte das forças progressistas antimonárquicas foram unificadas em torno daquele que ficou conhecido como *Pacto de San Sebastián* – celebrado no dia 17 de agosto de 1930. A grande maioria dos signatários eram oriundos das fileiras republicanas – ainda que, neste bojo, houvesse diferentes tendências, das quais destacamos os militantes históricos que, majoritariamente, compunham uma ala moderada – e, ainda, o setor republicano radical – partidário da via insurrecional para derrotar a monarquia²⁴⁶.

O historiador Santos Juliá oferece uma adequada descrição panorâmica acerca das tendências políticas envolvidas no referido pacto:

Ação Republicana e Partido Radical Socialista integrados por profissionais que se definiam por seu projeto de um estado laico parlamentar legitimado na soberania nacional, livre de sujeições à Igreja e ao exército e, por inclinação, à reforma social; Partido Republicano Radical de tradição populista que atraía pequenos e médios patrões e alguns importantes homens de negócios; diversos partidos republicanos da Catalunha e da Galícia e grupos ou personalidades políticas que eram procedentes dos partidos dinásticos e mostravam uma recente e entusiasta conversão ao republicanismo [...] ²⁴⁷.

Tratava-se de uma frente política deveras heterogênea – um outro sintoma da debilidade do regime monárquico²⁴⁸. Além disso, segundo Santos Juliá, dois meses após a publicação do Pacto os socialistas e a sua central sindical (UGT) também aderem à proposta, e o cerco final ao regime começa a se consolidar. Em todo caso, em que pese a pluralidade de

²⁴⁵ A historiadora Dolors Marin Silvestre, em sua didática obra introdutória sobre o anarquismo espanhol, afirma que, no início da década de 1930, havia aproximadamente 9.000 militantes anarquistas presos e outras centenas de exilados, principalmente na França e na Argentina. SILVESTRE, Dolors Marin. *Anarquismo, una introducción*. Barcelona: Editorial Ariel, 2014.

²⁴⁶ Contudo, nos meandros do processo de construção do Pacto, as bandeiras insurrecionais de todas as tendências foram deixadas de lado e, especificamente, o setor insurrecional anarquista ficou completamente marginalizado. Eduardo Calleja retrata precisamente este início de marginalização dos insurrecionais anarquistas no bojo das forças progressistas como algo que se perpetuará no decorrer do regime republicano e reforçará o ímpeto de desestabilização do regime que foi propagado pelos anarquistas insurgentes. CALLEJA, Eduardo Gonzalez. La dialéctica de las pistolas: la violencia y la fragmentación del poder político durante la Segunda República. In: RODRIGO, Javier. *Culturas y políticas de la violencia. España siglo XX*. Madrid: Siete Mares, 2005. Sobre os embates internos a respeito do *Pacto de San Sebastián*, cf. DA CAL, Enric Ucelay. Buscando el levantamiento plebiscitario: insurreccionalismo y elecciones. *Revista Ayer*, Madrid, v. 1, n. 20, p. 49-80, 1995.

²⁴⁷ DIAZ, Santos Juliá. *Historia de España*. Barcelona: Marcial Pons, 2013.

²⁴⁸ Um elemento igualmente sintomático foi a composição do primeiro governo provisório, formado após a proclamação da república. Não acidentalmente ele era formado por uma pluralidade de tendências e de partidos cujos membros, em sua maioria, haviam participado da aliança formulada na cidade basca de *San Sebastián*. Sobre as alianças realizadas para as eleições municipais de 12 de abril de 1931 e o consequente abandono do trono pelo rei Alfonso XIII – devido aos resultados eleitorais amplamente favoráveis à coligação republicano-socialistas, cf. SUANZES-CARPEGNA, Joaquín Varela. La constitución de 1931 y la organización territorial del estado. *Iura Vasconiae*, Bilbao, v. 1, n. 10, p. 323-354, 2013.

vieses, o Pacto se tornou um instrumento político fundamental para o triunfo da causa republicana, em abril do ano seguinte.

Em linhas gerais, a plataforma política que unificava os setores bastante diversos era alicerçada em demandas pela modernização do país em diferentes áreas, tais como: romper com a arcaica estrutura administrativa monárquica, instituir o ensino laico (para reduzir a influência da Igreja Católica), modernizar a estrutura do exército (inflacionada com os oficiais, que galgavam postos militares de relevo apenas por sua origem aristocrática), efetuar reformas estruturais (das quais se destacava a reforma agrária por conta das elevadas taxas de concentração de terras, próximas as dos regimes feudais, principalmente ao sul do país) e garantir uma relativa soberania regional (por meio de estatutos de autonomia). No último caso, os catalães – que estavam muito presentes no acordo de *San Sebastian* – eram a vanguarda das propostas federativas de redução do poder central de Castilha.

No meio dessa atmosfera composta por massivas reivindicações de revigoração modernizante das instituições espanholas, os anarquistas dos grupos de afinidade não passaram incólumes. Pelo contrário, até mesmo o setor insurrecional considerava como positiva a possibilidade de se trocar uma ditadura monárquica por uma república federativa; não apenas pela redução do controle do Estado sobre o movimento operário anarquista, mas também pelo aceno inicial dos defensores do Pacto em reduzir o poder da Igreja, em abrir espaço para a difusão das escolas racionais anarquistas e, ainda, em efetuar uma reforma agrária que pudesse contemplar, minimamente, a massa social agrária e miserável dos *jornaleros* sem-terra da Andaluzia – setor com peso considerável na composição da FAI.

Os sete anos de ditadura deixaram a CNT, estruturalmente, muito aquém daquela vigorosa entidade que havia combatido a classe dirigente industrial, praticamente, em pé de igualdade – principalmente na Catalunha – no período iniciado com as greves, de 1917 até a instauração do regime autoritário, em 1923²⁴⁹.

A mesma premissa nos ajuda a compreender a FAI no início dos anos trinta – guardadas as devidas proporções, principalmente tendo em vista que a FAI, ainda, não havia passado por um período de maturação e de massificação, tal como ocorreu com a CNT. Entretanto, é igualmente verdadeira a dificuldade que o regime ditatorial impôs para o pleno desenvolvimento da federação anarquista que, até então, havia atuado integralmente na

²⁴⁹ A CNT retorna à legalidade no dia 30 de abril de 1930, após a aprovação de seu estatuto pelo governo civil de Barcelona. Em poucos meses de legalidade, a central sindical chegou a mais de 500 mil filiados. MONJO, Anna. *Militants, democràcia i participació a la CNT als anys trenta*. Barcelona: Editorial Laertes, 2003.

ilegalidade. Stuart Christie, historiador especializado em anarquismo insurrecional espanhol, atenta para as precárias condições da FAI²⁵⁰:

[...] entre 1927 e 30, a FAI teve uma existência apenas nominal. Suas atividades principais eram concentradas em propaganda anticlerical e de livre pensamento e também fornecer uma rede de distribuição clandestina para imprensa anarquista do período²⁵¹.

Continuando com a sua argumentação, o autor insere o relato de um importante militante faísta daquele período:

Progreso Fernandes, um membro do grupo de afinidade *Ni Dios ni Amo*, apresenta uma visão interna e menos caricata das atividades da FAI em seus primeiros anos, período que ele descreve como “de atividades muito limitadas”. [...] Ele alega que suas principais atividades envolviam “principalmente receber e distribuir jornais como *Tierra y Libertad* e *La Voz del Campesino*, ler e debater livros sobre Kropotkin e também propaganda atea²⁵².

Alguns autores chegam a enunciar que a FAI somente se tornou, efetivamente, uma entidade com base social significativa no ano de 1933. Julian Casanova elenca, inclusive, um reduzido número de militantes que se destacavam naquele contexto – tais como Juan Manuel Molina, José Arbeloa, Miguel Jimenez, José España, Dionisio Eroles, Severino Campos, Jaimes Balius – e os jornais representativos do faísmo – *Tierra y Libertad*, *El Luchador* e *El Libertário*²⁵³. Vale salientar que Molina, Arbeloa, Jimenez e Eroles eram redatores frequentes do TYL.

Garcia Oliver afirmou, por exemplo, que, mesmo em 1931, após um ano de legalidade e de experiência de lutas dentro do contexto republicano, o sindicalismo predominava sobre o anarquismo de ação e, apenas no decorrer de 1932, com seus intentos insurrecionais cristalizados, o anarquismo grupista prosperara²⁵⁴.

²⁵⁰ Para Christie, a FAI nem ao menos alcançou a cifra de 1000 filiados do período que compreende sua criação até o fim da ditadura, 1927-1930. Outra autora que coincide com tal dimensionamento da entidade naquele período foi Eulália Vega. A historiadora em questão é, todavia, mais incisiva ao afirmar que, em 1930, a FAI era uma entidade esvaziada e aqueles que seriam os seus principais porta-vozes durante a guerra civil não eram sequer membros – tais como: Buenaventura Durruti, Francisco Ascaso, Juan Garcia Oliver, dentre outros. CHRISTIE, Stuart. *We, the anarchists. A study of the Iberian Anarchist Federation (FAI) 1927-1937*. Edimburg: AK Press, 2008. VEGA, Eulalia. *Radicales y moderados en Barcelona y su entorno: una reflexión sobre sus causas*. In OYON, José Luis. *El Cinturón Rojinegro. Radicalismo cenetista y obrerismo en la periferia de Barcelona (1918-1939)*. Barcelona: Ediciones Carena, 2004.

²⁵¹ *Ibidem*, p. 66. Tradução nossa.

²⁵² *Ibidem*, p. 46. Tradução nossa.

²⁵³ CASANOVA, Julian. *De la calle al frente. El anarcosindicalismo en España. (1931-1939)*. Madrid: Editorial Crítica, 1997.

²⁵⁴ OLIVER, Juan Garcia. *El eco de los pasos. El anarquismo en la calle, en el comité de milicias, en el gobierno, en el exílio*. Barcelona: Ruedo Ibérico, 1978.

Não obstante, faz-se necessário uma ressalva, ou seja, ainda que a ditadura tenha impossibilitado o desenvolvimento pleno de ambas as entidades, de maneira dialética, o período autoritário ensejou uma nova geração de militantes jovens e entusiastas. Os novos militantes que passaram pela experiência concreta de enfrentamento do regime – que implicava necessariamente um contínuo entrar e sair de cadeias, prisões ou até mesmo exílio – como foi o caso do próprio Buenaventura Durruti, somaram-se àqueles militantes que haviam sido forjados na luta de classe do triênio bolchevique. Sendo assim, constituiu-se um expressivo número de militantes abnegados e devotos da causa anarquista, muito propensos à via insurrecional.

A historiadora Dolors Marin é, inclusive, mais incisiva. O Estado Espanhol, segundo ela, forjou indiretamente centenas de militantes insurrecionais durante toda a história do anarquismo espanhol:

Seus militantes passaram anos e anos na cadeia sob todos os regimes autoritários vivenciados na história da Espanha. Clandestinidade acorrentada com clandestinidade, *toreando* leis que duravam um suspiro, para poder legalizar os sindicatos e a luta social. *Los Solidarios*, e uma centena de grupos mais, foram o resultado natural de uma classe burguesa, intransigente e totalitária, que maltratou ao limite as classes operárias do país²⁵⁵.

Trata-se, portanto, de uma categoria de militantes que se formou, grosso modo, sobre a égide do enfrentamento nas ruas – muito mais intensamente do que nas greves operárias. Gerard Brenan concebe tal distinção entre militantes sindicalistas e anarquistas a partir de um viés geracional, com o qual não compartilhamos integralmente, que ajuda a ilustrar a distinção dos processos políticos, originários dos dois setores:

A diferença pode ser apreciada muito melhor comparando os velhos militantes com os novos. Segui e Pestaña foram essencialmente chefes de sindicato, mesmo que os sindicatos que eles dirigiam fossem extremamente militantes e com fins revolucionários. Sua influência foi exercida, principalmente, nas assembleias das federações locais e regionais. Sua habilidade particular consistia na propaganda e na organização sindical, tendo, como finalidade, a de criar poderosas federações da classe trabalhadora, através de greves cuidadosamente preparadas, fazer frente e derrotar a classe patronal. [...]. Os militantes da FAI, pelo contrário, pertenciam ao tipo de revolucionário que chega à batalha depois de um período de lutas nas ruas [...] eram homens que tinham mostrado seu mérito e sua qualidade nos encontros armados nas esquinas [...]²⁵⁶.

²⁵⁵ SILVESTRE, Dolors Marin. *Anarquismo, una introducción*. Barcelona: Editorial Ariel, 2014, p. 198. Tradução nossa.

²⁵⁶ BRENAN, Gerard. *El labirinto Español: antecedentes sociales y políticos de la guerra civil española*. Barcelona: Ibérica ediciones, 1978.

Há, ainda, uma segunda ponderação que distingue a atuação dos cenetistas e dos faístas no primeiro momento. Enquanto a confederação sindical albergava, inclusive, militantes que assinaram o Pacto e que almejavam, energicamente, um ambiente mais propício para desenvolver melhor a sua luta no campo econômico²⁵⁷, a FAI já se diferenciava por buscar exatamente o perfil de militante traçado acima: preferencialmente jovens com espírito de revolta, que tivessem vivenciado a repressão ditatorial ou o acúmulo de lutas nos embates *callejeros* de 1917 a 1923²⁵⁸.

No início da década de 1930, a Federação também buscou se inserir nos bairros pobres de maioria de imigrantes *jornaleiros* e analfabetos, com plataformas de luta voltadas para as demandas essenciais dessa população miserável. Dentre as principais bandeiras de luta, que lograram uma relativa inserção de massas da FAI, destacam-se as greves de inquilinos²⁵⁹. A partir delas, a FAI alcançava um setor de trabalhadores que a CNT não possuía – justamente por se tratar de uma categoria que não possui empregos fixos e, portanto, não tem filiação sindical²⁶⁰.

²⁵⁷ O historiador Victor Taibo menciona que, inclusive, a entidade CNT acabou aderindo ao pacto. Algo que já havia se renunciado quando Joan Peiró assinou, no mês de março de 1930, o Manifesto de Inteligência Republicana. GOMEZ-LIMON, Victor Taibo. *La revolución inconclusa – El movimiento anarcosindicalista*. Madrid: Marcial Pons, 2013.

²⁵⁸ Há diversas referências bibliográficas que confirmam o perfil radical dos faístas. Jose Luis Oyon, por exemplo, possui um interessante artigo que relaciona os dados de declaração de residência de Barcelona, chamados de *enpadronamiento*, com as cartas de membros das milícias anarquistas durante a guerra civil espanhola. Ao final a inferência é clara: a maior parte dos anarquistas milicianos eram originários dos bairros mais miseráveis da cidade e aqueles com maior influência faísta que cenetista. Chris Ealham esquadrinha, em sua tese de doutorado, o perfil anarquista radical dos pobres que se valiam de pequenos roubos para “chegar ao fim de mês”, ou seja, por meio de uma “delinquência ocasional”. Seu principal argumento é de que a FAI penetrou em tal universo, onde a CNT não chegou, por meio da “politização das estratégias de autoajuda ilegais”. Já Victor Taibo adiciona um outro conjunto de militantes que se tornaram faístas: os membros dos grupos de afinidade pró-presos. Tais grupos eram especializados em prover ajuda legal e financeira aos presos políticos. José Luis. *El cinturón rojinegro. Radicalismo cenetista y obrerismo en la periferia de Barcelona (1918-1939)*. Barcelona: Ediciones Carena, 2004. EALHAM, Christopher. *Policing the Recession: Unemployment, Social Protest and Law-and-Order in Barcelona, 1930-1936*. Londres: University of London, 1995. GOMEZ-LIMON, Victor Taibo. *La revolución inconclusa – El movimiento anarcosindicalista*. Madrid: Marcial Pons, 2013.

²⁵⁹ Em julho de 1931, por exemplo, houve uma enorme greve de inquilinos liderada por líderes faístas do sindicato único da construção, vários pertencentes ao grupo de afinidade *Los Solidarios*. Nesse processo, foi criada a CDE (Comissão de Defesa Econômica) que uniu faístas e inquilinos dos bairros pobres de Barcelona. Por meio dessa comissão, pressionaram o governo catalão a reduzir em 40% o preço dos aluguéis. A demanda não foi atendida, porém a base social da FAI cresceu e a comissão saiu fortalecida após a greve. GOMEZ-LIMON, idem.

²⁶⁰ Jose Luis Oyon afirma, com uma primorosa análise geopolítica da cidade de Barcelona na década de 1930, que a região mais pobre da cidade – conhecida como *Casas Baratas* – foi um dos primeiros locais de atuação incisiva dos insurrecionais, a partir do sindicato único da construção (histórico reduto do faísmo) e das greves de aluguéis. OYÓN, José Luis. *La quiebra de la ciudad popular: espacio urbano, inmigración y anarquismo en la Barcelona de entreguerras, 1914–1936*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2008.

Anna Monjo apresenta uma visão ligeiramente diferente da nossa em sua paradigmática obra sobre a CNT²⁶¹. De forma concisa, a autora enuncia que os anos 20 deixaram a confederação com três tendências bem definidas. A primeira, encabeçada pelo velho líder sindicalista Angel Pestaña, unicamente interessada na via legal e nos pactos com os partidos progressistas. A segunda teria como referencial um outro líder da velha geração, Joan Peiró e, de maneira semelhante, nutria a proposta de uma militância alicerçada no sindicalismo, porém invocante dos princípios libertários e federalistas. Por fim, a autora compreende um terceiro setor, personificado na figura de Manuel Buenacasa, intitulado de anarcossindicalista que, supostamente, buscava transformar os sindicatos em órgãos anarquistas de difusão ideológica por meio da propalada tática da *Trabazón*.

Ao nosso ver, tal análise obscurece parcialmente a cultura política libertária desenvolvida, quase que exclusivamente, pelos setores anarquistas dos grupos de afinidade que, grosso modo, tornaram-se militantes da FAI no decorrer da década de 1930. Entendemos ser imperativo romper com homogeneidades generalizantes. Sendo assim, consideramos de suma importância adentrar nas peculiaridades e nas contradições do setor faísta – tal como veremos posteriormente.

Ao menos a autora reconhece que as redes de sociabilidade secundária, tecidas a partir da convivência nas escolas racionais, nos centros libertários e nos ateneus, tornaram-se mecanismos mais efetivos de difusão da ideologia anarquista do que propriamente daquela promovida no universo laboral. Pere Sola afirma, mais acertadamente, que o próprio campo cultural assumia uma postura de combate: ateneus, muitas vezes, promoviam escolas noturnas, cursos de formação política e bibliotecas populares e, não por acaso, frequentemente foram alvos da repressão policial²⁶².

Por isso, autores como Antônio Pedraza compreendem melhor as nuances do perfil militante insurrecional²⁶³. Esse historiador reconhece uma pluralidade de setores partidários da insurreição. Na figura do histórico militante cenetista Valeriano Orobón Fernandez, apresenta uma linha radical da confederação que não era vinculada à FAI, mas que nutria o imperativo da revolução a partir de atos violentos, como mecanismo de mobilização,

²⁶¹ MONJO, Anna. *Militants, democracia i participació a la CNT als anys trenta*. Barcelona: Editorial Laertes, 2003.

²⁶² GUSSYNER, Pere Solá. Grups culturals llibertaris i revolució social a l'àrea de Barcelona durant la II República. In OYON, José Luis. *El Cinturón Rojinegro. Radicalismo cenetista y obrerismo en la periferia de Barcelona (1918-1939)*. Barcelona: Ediciones Carena, 2004.

²⁶³ PEDRAZA, Antonio Fontecha. *Anarcosindicalismo y violencia: la "gimnasia revolucionaria" para el pueblo. Historia Contemporánea*, Madrid, v. 1, n. 11, 1994, p. 153-182.

que buscava alianças que permitissem este salto histórico. Fernandez foi um dos entusiastas da aliança com os comunistas na insurreição de Astúrias em 1934, por exemplo.

Já estritamente no universo faísta, Pedraza apresenta pelo menos duas tendências constituídas. Sobre a primeira, o autor referencia Diego Abad Santillan e Federica Montseny como representantes do setor intelectual do faísmo. Tais líderes não estavam nas lutas por moradias e nem estavam inseridos combativamente nos sindicatos. Eles atuavam, primordialmente, em revistas e jornais adeptos da vertente insurrecional, tais como *Revista Blanca* e TYL. Sobre a segunda, seria composta dos radicais que atuavam diretamente nos conflitos sindicais e nos intentos insurgentes. Nesse grupo, Pedraza inclui os grupos de afinidade concentrados em Barcelona e os agraristas da Andaluzia. Em todo caso, tal como já afirmamos, em 1930, a FAI apenas dava os primeiros passos e mesmo as lideranças apareceram apenas no decorrer da 2ª República.

Mesmo sendo minoria, após a queda de Primo de Rivera e ascensão temporária ao governo de Damaso Berenguer Fusté, antigo chefe do gabinete militar de Alfonso XIII, houve uma última tentativa de golpe de Estado da qual centenas de militantes faístas fizeram parte. Foi a chamada Sublevação de Jaca. O líder do movimento foi o mesmo capitão que havia participado da Sanjuanada: Fermin Galan. Como mencionamos no capítulo anterior, Galán era partidário de uma República Parlamentar. Nos seus anos de prisão, teve uma convivência duradoura com militantes faístas presos. Ao ser anistiado em meados de 1930 sob o governo de Berenguer, rapidamente retoma seu diálogo com os anarquistas e com um setor progressista do oficialato do exército.

Sua ideia era fazer com que os anarquistas de Barcelona iniciassem uma greve geral na cidade que se espalhasse por todo o país – já que havia uma atmosfera de ebulição política com a queda de Rivera e o fortalecimento das posições republicanas. Da sua parte, Galán garantiu aos militantes da CNT que poderia controlar todas as guarnições de Barcelona – o que permitiria seguir o planejado assediando as forças policiais da guarda-civil e da prefeitura da cidade. Caso houvesse êxito, proclamar-se-ia a república e se convocaria um referendo em três meses para a escolha da melhor forma de governo²⁶⁴.

Curiosamente, os grupistas que participavam da Confederação Regional da Catalunha da CNT defenderam a proposta de Galán e os membros do Comitê Nacional foram contrários. Na inversão de papéis, os sindicalistas alegaram falta de coordenação e

²⁶⁴ CALLEJA, Eduardo Gonzalez. *El Máuser y el sufragio: orden público, subversión y violencia política en la crisis de la Restauración (1917-1931)*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1999.

impossibilidade de sucesso do golpe. Do outro lado, em razão da curiosa proximidade com o capitão, os faístas deixaram de lado sua ferrenha convicção antipolítica.

No momento do golpe, o capitão contava com um pequeno efetivo de um pouco mais de 300 homens faístas filiados à CNT que, por sua vez, também não conseguiram desencadear uma greve geral. Galán insistiu no plano, mas não conseguiu mobilizar as guarnições planejadas resultando em mais um rotundo fracasso. O capitão foi preso e condenado à morte. A partir de então, TYL fara inúmeras referências ao “herói de Jaca” e as intrigas entre os grupistas insurrecionais e os sindicalistas puros entraria em uma espiral de conflitos que levaria à saída dos líderes sindicalistas em 1932.

Sendo assim, no primeiro momento, antes da profusão da entidade no período republicano, os militantes faístas possuíam uma pequena inserção na classe trabalhadora a qual buscavam instrumentalizar por meio de mecanismo de propaganda ideológica reunindo-se em grupos de afinidade – a partir de uma pretensa defesa incondicional das ações diretas violentas e do levante insurrecional. O principal meio utilizado, para tanto, era justamente o jornal citado por Progreso Fernandez, objeto central de análise do trabalho em voga: *Tierra y Libertad* (TYL).

3.1 Primeira Parte. Constantes Discursivas e Base Doutrinal

Inicialmente, vale destacar alguns aspectos do jornal *Tierra y Libertad*. Ainda que de forma intermitente, TYL publicou 219 exemplares durante o período analisado ao longo da investigação proposta – dezembro de 1930 a maio de 1936.

Sua diagramação era precária, muitos artigos eram cortados e prosseguiam em páginas não subsequentes. Determinados redatores que, inclusive, possuíam colunas fixas no jornal, deixavam de contribuir por várias semanas e retornavam já em outras seções do jornal ou, se na mesma coluna, abordando temas totalmente distintos da anterior.

No tocante à periodicidade, seja no período republicano ou durante a guerra civil, houve um esforço disciplinado no sentido de manter a publicação como um semanário, aspecto que só foi alterado em momentos de censura e/ou de debilidade operacional (principalmente por falta de recursos financeiros).

É possível estabelecer alguns padrões de publicação: de início, as duas primeiras páginas eram dedicadas a algum fato conjuntural como manchete principal, esta complementada por artigos de conteúdo puramente doutrinal. Os principais redatores eram militantes intelectuais do movimento, que estabeleciam princípios ideológicos do anarquismo

– agudamente em contraposição à vertente sindicalista. Na maioria dos casos, se tratava de um espaço editorial destinado aos principais colaboradores do periódico que pertenciam à FAI. Havia, também, artigos de militantes ou de intelectuais clássicos do anarquismo tais como Errico Malatesta, E. Reclus, P. Kropotkin, entre outros.

As duas páginas finais caracterizavam um espaço que continha conteúdos diversos: textos de conjunturas internacionais, com foco em outros países da Europa Ocidental e dos Estados Unidos. Alguns artigos de militantes e/ou leitores também eram publicados, sendo que, muitas vezes, eram escritos a partir de uma linguagem rebuscada, estilizada, como contos ou excertos poéticos, que faziam apologia à ideologia libertária²⁶⁵. Um outro elemento que pode ser considerado presente em praticamente todas as páginas é o tom da escrita, isto é, estavam sempre presentes a defesa apaixonada dos princípios e das práticas anarquistas, bem como uma apologia à ação e à intervenção no espaço público.

Entretanto, por conta da confusa diagramação e a constante modificação do corpo editorial²⁶⁶, os padrões acima identificados eram alterados com relativa frequência. Em março de 1931, por exemplo, após análise de quatro meses do jornal, percebe-se que as páginas finais passaram a apresentar conteúdos doutrinários. A partir de junho de 1932, artes gráficas surgiram por intermédio de charges de cunho político-reivindicativo – recurso gráfico que também aparece, intermitentemente, ocupando um considerável espaço central na primeira página na maioria dos casos.

Em julho de 1932, notamos uma alteração ainda maior na estrutura de diagramação e na apresentação dos conteúdos – muito provavelmente devido ao enfrentamento cada vez mais aberto do regime republicano. A primeira página começa a conformar notícias do cotidiano com o único intuito de atacar integralmente todos os atos políticos realizados pelo governo ou pelo parlamento: notícias sobre leis, acordos políticos, atos de repressão policial, conjuntura econômica (com especial destaque para a miséria social) etc. Já a página 2 passa a apresentar notícias sobre dezenas de grupos de afinidades formados,

²⁶⁵ Há, ainda, conteúdos periféricos que aparecem no jornal, mas que, por opção metodológica, não iremos abordar. Levando em conta que nossa proposta é de compreender a cultura política insurrecional e os grupos de afinidade, não priorizamos temas secundários, publicados com menor frequência, ou seja: conjuntura latino-americana com especial ênfase para o anarquismo argentino, gênero e o papel da mulher no processo revolucionário, artigos sobre a parte portuguesa da FAI, que não alterava a dinâmica espanhola e que possuía tímida relevância para a entidade, cartas trocadas com intelectuais e anarquistas de outros países, anticlericalismo, dentre outros.

²⁶⁶ Infelizmente, o jornal não apresentava seu corpo editorial e muitos artigos eram assinados com pseudônimos – o que dificulta ainda mais estabelecer quem foram os principais redatores dos artigos escolhidos para a presente análise. Portanto, no decorrer de nossa abordagem à fonte primária fundamental, faremos uso de referências genéricas como “redatores do TYL” ou “conteúdo apresentado pelo jornal”. No entanto, alguns assíduos escritores do periódico que estiverem com o nome correto, destacaremos no Anexo II – que contém breves dados biográficos dos mesmos.

os processos de criação de federações locais e regionais, as atas e outros documentos internos produzidos pelos grupos e pelas federações²⁶⁷.

Na segunda parte do jornal, constatamos que, em meados de julho de 1932, a terceira página passou a abordar, repetidamente, assuntos sindicais. São colunas que tratam de conflitos de greves, paralisações e confrontos diretos com patrões ou latifundiários.

Sua abordagem sobre a esfera laboral é intencionalmente reticente, pois existe sempre um esforço doutrinário para apresentar os eventos de luta de classes²⁶⁸ como uma parte do problema, mas não como um todo. A partir da clara manifestação de princípios em contraposição aos sindicalistas²⁶⁹, os redatores de TYL dissertam sobre as greves em um amplo contexto, para destacar: o elevado nível de mobilização dos trabalhadores, o nível de instabilidade da república e a maneira autoritária como o Estado oprime o movimento operário para, por conseguinte, desenhar um contexto de iminência revolucionária constante. Por fim, a quarta página passa a assumir, aos poucos, o papel de formadora de opinião, antes voltado para as páginas iniciais e as publicações dos leitores.

Em suma, compreendendo os seis anos de publicação analisados, podemos afirmar que o principal fator que determinava uma alteração na diagramação, no tom do discurso e na prioridade de publicação era o evento insurrecional e também a repressão do Estado. Em datas posteriores aos principais levantes insurgentes ou aos atos de violência do Estado – muitas vezes um em decorrência do outro – TYL maximiza o argumento da iminência revolucionária em praticamente todas as suas páginas, conclamando os trabalhadores, em um tom emotivo e belicista, para a organização e a consecução da obra revolucionária contra a “nefasta república”.

²⁶⁷ Daremos especial atenção para esse tipo de conteúdo publicado, uma vez que representa fontes primárias diretas sobre os mecanismos de ação e organização dos grupos de afinidade. Por isso, serão de extrema valia por figurar como uma ferramenta de contraposição ao conteúdo exclusivamente doutrinário – tal como veremos a seguir.

²⁶⁸ A luta de classes, compreendida como conceito dentro do anarquismo espanhol, diverge da clássica concepção marxista (estritamente conflitos derivados das relações sociais de produção). Em muitos casos, o termo expressa uma ideia mais abrangente e menos rigorosamente definida: trata-se, essencialmente, da ideia de uma guerra social, com foco central na greve geral revolucionária – ainda que setores exaltados como os insurrecionais também adicionassem, a esta perspectiva de luta de classes, a centralidade da rebelião popular. Cf. PEDRAZA, Antonio Fontecha. *Anarcosindicalismo y violencia: la "gimnasia revolucionaria" para el pueblo. Historia Contemporánea*, Madrid, v. 1, n. 11, 1994, p. 153-182.

²⁶⁹ Trataremos, de forma substantiva, o conflito interno entre os setores sindicalistas e insurrecionais ao adentrar nas nuances do conteúdo ideológico do TYL no decorrer do presente capítulo. Por meio dessa ênfase, tentaremos apresentar as nuances do imaginário popular anarquista do período. Na compreensão geral do discurso do jornal, pudemos perceber que, a partir de 04/11/1932, quando o confronto entre as tendências caminhava para o divisionismo completo e a saída de um setor sindicalista da CNT, o TYL passou a dedicar um espaço considerável do jornal exclusivamente para enxovalhar os sindicalistas – com um discurso absolutamente separatista e condenatório, sempre aludindo aos “moderados da CNT” como traidores, burgueses, socialistas, dentre outros.

Nos momentos de reduzido nível de conflito insurgente como, por exemplo, o de outubro de 1932, o jornal apresentava mais textos de intelectuais, escritos de leitores e questões conjunturais internacionais. O exemplar de 14/10/1932 demonstra claramente essa tônica: a totalidade de sua capa frontal se dedica, exclusivamente, a analisar a atmosfera conflituosa internacional da Europa Ocidental e apontar para uma latente guerra mundial que se avizinhava em detrimento da premência do evento insurrecional. Entremos, pois, nas nuances doutrinárias do TYL.

3.1.1 Antipolítica como cláusula pétrea.

O primeiro elemento doutrinário que se repete incontáveis vezes nas páginas do TYL – e provavelmente aquele que mais aparece – é o profundo desprezo por tudo aquilo que deriva da esfera política institucional. Para compreendermos melhor a visão antipolítica dos insurrecionalistas, é necessário recorrer à história do movimento libertário espanhol. Como vimos no capítulo 1, os anarquistas no contexto da 1ª Internacional clamavam por um princípio máximo: a emancipação social será obra dos próprios trabalhadores.

Em uma rígida leitura deste pressuposto, podemos vislumbrar aquilo que os anarquistas do período republicano compreendiam por política e, por conseguinte, a sua irreduzível postura antipolítica. Fazemos referência, pois, a uma interpretação política que não coaduna, em nenhum caso, com qualquer elemento mediador do processo revolucionário – seja o partido político ou o Estado e as suas instituições.

No primeiro exemplar do TYL do referido período, temos um artigo intitulado “A Política”, que lança luz à compreensão antipolítica do jornal:

A Política. Aos partidários das colaborações com os políticos de esquerda para um movimento conjunto que derrube o regime. [...] Insensato seria o indivíduo ou comitê da organização operária ou anarquista que se coloque ao lado de qualquer setor político parlamentar sabendo que nenhum deixará de ser partido da ordem. [...] Se a revolução for feita por nós mesmos, buscando nossa emancipação na busca da liberdade que, durante tantos séculos, nos negaram, seria uma força bruta, uma força cega. Contudo, se ela for feita pelos elementos da esquerda, que aspiram a governar, não será mais que uma tempestade em copo d'água, [...] o fantasma da revolução²⁷⁰.

Recorde-se que em novembro de 1930 a oposição à monarquia estava disseminada em um amplo setor da sociedade, catalisado politicamente pelos republicanos.

²⁷⁰ *Tierra y Libertad*, Barcelona, 08 de novembro de 1930, p. 1. Tradução nossa.

Havia um consenso massivo em defesa da República e, tal como já foi mencionado, setores sindicalistas da CNT já haviam acenado apoio para a causa republicana.

Em que pese tal conjuntura, os anarquistas grupistas eram irredutíveis no tratamento de qualquer força política partidária, mesmo que as correlações de força fossem favoráveis à derrubada da monarquia. Para os anarquistas insurgentes, propagar a ideia da completa independência da esfera político-institucional era um rígido princípio que não se podia dobrar nem nos contextos de transformação política que favorecessem o crescimento de sua própria entidade. Os espaços de ação legítima eram a rua e os demais locais nos quais fossem possíveis atos de rebeldia e de ação direta. Esses lugares eram plenamente reivindicados como cenário da luta antipolítica contra o Estado opressor.

A leitura – de sobremaneira superficial – das forças políticas que disputavam a hegemonia do novo projeto de Estado foi a tônica durante quase toda a república. O trecho do jornal é exemplificador, na medida em que qualquer partido é posto como “um partido da ordem” e toda a transformação política, derivada da ação dos partidos, representa apenas “o fantasma da revolução”.

Ressalva-se que, no bojo da militância dos grupos de afinidade, veremos como os setores internos do anarquismo insurrecional, na sua práxis cotidiana, também dialogavam com a institucionalidade política e realizavam greves e ações diretas contrários às leis que desfavorecessem a base social da CNT. Há, portanto, um lapso entre postulados e práticas insurrecionais, os quais exploraremos adiante.

No seguinte artigo, a alusão ao antipoliticismo surge como um sinônimo de antiautoritarismo em todos os níveis. Uma acepção que não apenas preenche a referência ideológica no rechaço das instituições políticas, mas também nos remete a uma perspectiva ontológica da essência do militante anarquista, o qual não deve se submeter a nenhuma forma de autoridade. Assim, o artigo intitulado “Aos que querem a anarquia”, traz primeiro uma fixa identidade antipolítica: “iremos repetir, pela milésima vez, já que existe um grande afã para esquecê-lo: somos antiautoritários e, conseqüentemente, antiestatistas”. Em seguida, afirmam de maneira categórica que “a guerra contra o Estado e qualquer parte de sua estrutura, de qualquer predicado político, a vontade e o pensamento antiautoritário constituem o denominador comum na múltipla atividade de todos os anarquistas”. Por fim, concluem: “somos, pois, de igual modo antipolíticos (tomada a palavra política em seu sentido histórico),

porque os partidos não são outras coisas que irmãos menores do Estado, estado em potência”²⁷¹.

A tônica antipolítica é, pois, uma pedra angular da ideologia libertária insurrecional e também reverbera em aspectos mais conjunturais acerca da relação dos grupistas insurgentes com o Estado. Note-se que a acepção antipolítica, fundada na 1ª Internacional, está presente nesse artigo por também fazer referência ao povo e à “glória legítima de traçar seu próprio destino”²⁷².

Já no próximo excerto, o antiestatismo determina uma postura não menos doutrinal a respeito das eleições. Com o fim da ditadura de Primo de Rivera e com o aceno para eleições parlamentares e municipais, o TYL evocou os referidos princípios para justificar o seu absenteísmo eleitoral. No jornal de 28 de março de 1931, semanas antes da proclamação da república, encontramos o artigo “As eleições”. Nele, os editores do TYL são bastante taxativos ao dizer que “ir às eleições implica o reconhecimento da ditadura transmitida e continuada pelos poderes, atualmente constituídos na Espanha. Ir às eleições significa a aceitação das etapas de transição que entram nos planos da reação com o propósito de salvar a monarquia e a coroa”. Na continuação do texto há menção ao povo espanhol, o qual “não pode contribuir para o desenvolvimento de tal jogo, deve impedi-lo. Sua ação não deve ser limitada a depositar candidamente um papelzinho eleitoral na urna, que só serviria para perpetuar a escravidão”. Por fim, como os trabalhadores devem ser os únicos e diretos responsáveis pela própria libertação, o voto é colocado como um elemento que só serviria para “afastar o povo de sua glória legítima de traçar seus próprios destinos”, pois “não devemos confiar a ninguém o exercício da própria personalidade”²⁷³.

Entretanto, essa postura absenteísta, ao contrário dos demais componentes ideológicos subjacentes à ideia antipolítica, não foi tão rígida perante as diferentes conjunturas. No final do ano de 1933, após massiva adesão operária à campanha contra o processo eleitoral, uma frente política de direita saiu vitoriosa e instaurou o período chamado de biênio negro (1933-1935). Foram dois anos de inúmeros retrocessos, pois muitas medidas progressistas tomadas pelo primeiro governo republicano foram anuladas. Destaca-se uma profunda revisão da legislação sobre a reforma agrária²⁷⁴, implicando na nulidade de sua

²⁷¹ *Tierra y Libertad*, Barcelona, 06 de dezembro de 1930, p. 1. Tradução nossa.

²⁷² *Ibidem*. Tradução nossa.

²⁷³ *Idem*, 28 de março de 1931, p. 1. Tradução nossa.

²⁷⁴ A lei de reforma agrária foi aprovada em setembro de 1932 e, mesmo durante o primeiro governo republicano-socialista, foi parcamente colocada em prática. Os *jornaleiros*, diaristas camponeses pobres da Andaluzia, praticamente não foram beneficiados e as expropriações dos latifúndios da região sul também quase não saíram do papel. Os grandes proprietários de terra também possuíam grande influência na casta burocrática

aplicação e na retomada de terras recém-desapropriadas, além da agudização da repressão estatal nos conflitos com os trabalhadores.

Com a chegada do ano de 1936 e com as eleições gerais marcadas para fevereiro, os anarquistas insurrecionais, e, por conseguinte, o TYL, não dedicarão mais tantas páginas em defesa do absentismo eleitoral – uma clara mensagem para que os militantes pudessem decidir individualmente qual postura adotar.

Essa atitude demonstra, ainda, uma postura adquirida após o exercício de dois mandatos republicanos muito distintos. Em um contexto de profunda polarização política e de debilidade do Estado na mediação destas forças²⁷⁵, os anarquistas passaram a ter uma compreensão mais refinada a respeito das contradições do Estado e das possibilidades de obtenção de reformas que favorecessem o movimento libertário de alguma maneira – tal como havia ocorrido no primeiro governo republicano de abril de 1931 até novembro de 1933.

3.1.2 Homogeneização dos regimes políticos: República como ditadura.

A ferramenta discursiva de homogeneização dos regimes é, de certa forma, um prolongamento ideológico implícito dos princípios antipolíticos. De fato, são nuances de um mesmo discurso geral, cuja finalidade última é a de propagar a premência do evento insurrecional.

A delimitação conceitual dos signos retóricos – ainda que estejam profundamente imbricados – faz-se necessária como um recurso metodológico que tipifica o léxico insurgente e os mecanismos de reprodução ideológica do setor faísta. Objetiva-se, portanto, mapear categoricamente as nuances de todas as subnarrativas entrelaçadas que, uma vez unidas, conformam a magnitude da elaboração doutrinal da referida tendência. A partir desse esmiuçar poderemos, em um segundo momento, elaborar um exercício analítico a respeito daquilo que o discurso oculta e que distorce ao ser confrontado com a prática insurrecional do período.

dos órgãos públicos responsáveis pela reforma agrária e conseguiram, a partir de seu grande poder de persuasão, fazer com que as suas terras não figurassem entre aquelas passíveis de expropriação. Sobre a atuação dos latifundiários nos processos de expropriação de terras, cf. BARRAL, Jose Miguel Hernandez. *Estratégia de los grandes de España ante la expropiación de la reforma agraria de la segunda república, 1932-36*. In: *Old and New Worlds: the Global Challenges of Rural History | International Conference*, 1, 2016. Conferência apresentada. ISCTE-IUL: Lisboa, 2016.

²⁷⁵ Como afirma, pertinentemente, Eduardo Calleja, a 2ª República Espanhola sobreviveu por apenas 3 mandatos governamentais principalmente em função de uma precária legitimidade, assegurada a partir de um reformismo moderado das suas instituições e de seu aparato repressor. Soma-se a isto um frágil consenso de forças políticas e uma estreita base social de apoio incondicional. CALLEJA, Eduardo Gonzalez. *La violencia política y la crisis de la democracia republicana (1931-1936)*. *Revista Hispania Nova*, Madrid, v. 1, n. 1, 1998-2000.

O discurso do TYL, já abarcava, obviamente, uma linha retórica de ataque permanente, tanto em relação à ditadura de Rivera, quanto ao período de transição para a República. Levando em conta que, em dezembro de 1930, o regime monárquico já dava claros sinais de esgotamento e existiram, inclusive, tentativas tímidas de golpe de Estado por parte de setores antimonárquicos e militares²⁷⁶. A falta de consenso no meio militar determinou o fracasso do intento, ainda que os insurreccionais também tenham canalizado forças para desestabilizar o regime – algo que era evidente nas páginas do TYL do período.

A 2ª República é declarada no dia 14 de abril de 1931, mesma data de início dos trabalhos das Cortes Constituintes. O processo de elaboração da Constituição, entretanto, somente foi finalizado no dia 9 de outubro de 1933²⁷⁷. Durante todo o trabalho legislativo – e mesmo depois de instaurada a constituição – o discurso condenatório da República nunca mudou de tom. TYL buscava, semanalmente, colocar em evidência todos os atos de repressão do regime.

A proposta do jornal é bastante evidente a esse respeito: o argumento de que todos os regimes são iguais, ou – de forma mais incisiva, como apreciamos recorrentemente – a retratação da República como o mais nefasto dos regimes políticos da história do país, carrega em si, implicitamente, a leitura antipolítica e superficial da natureza do Estado e das correlações de forças. TYL se lança contra a República simplesmente por ser o regime vigente: fosse qualquer outro, a crítica seria a mesma.

As contradições do Estado e as idiosincrasias de seu corpo político são, assim, ignorados. Os setores radicais de distintos partidos (de tendências republicanas até socialistas) são colocados no mesmo lado da balança da justiça social e são apresentados como um eterno contrapeso homogêneo e coeso que, em última instância, impede que prevaleça o direito natural do homem emancipado em viver sem os jugos políticos de qualquer entidade ou instituição política.

Há, contudo, uma leitura da República como uma continuidade do regime anterior que não pode ser totalmente descartada. Historiadores como Susanna Tavera reconhecem a

²⁷⁶ Eduardo Calleja argumenta que a violência política e o contínuo assédio ao poder monárquico continuou, porém a queda do regime se deu por uma transição pacífica, em forma de plebiscito, no dia 14 de abril de 1931. Sobre o preâmbulo das alianças e as tentativas de deposição da monarquia, cf. CALLEJA, Eduardo Gonzalez. *El Máuser y el sufragio: orden público, subversión y violencia política en la crisis de la Restauración (1917-1931)*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1999.

²⁷⁷ A promulgação da constituição ocorre, de fato, em dezembro de 31, mas os trabalhos constituintes permaneceram até 1933 – para a confecção das leis complementares. CALVO-SOTELO, Mercedes Cabrera. *Las Cortes republicanas*. *Revista Ayer*, Madrid, v. 1, n. 20, p. 13-48, 1995.

plausibilidade de tal abordagem, tendo em vista as estruturas administrativas da monarquia – que permaneceram intactas, mesmo durante o processo de constituição da 2ª República²⁷⁸.

A autora argumenta que a ruptura do discurso simbólico do regime não foi acompanhada de transformações político-administrativas compatíveis: a casta política e as práticas de alianças espúrias permaneceram. Até mesmo a tradição golpista, que havia se manifestado durante a ditadura de Primo de Rivera – frequentemente assediada por forças conservadoras e progressistas – trouxe para a República uma conotação de fragilidade de sistema de Estado passível de tomada de poder. Não por acaso, em 1936, tais disputas passaram para o campo do conflito militar na esperança de prontamente vingar um novo regime. Em razão ainda de uma conjuntura amplamente contrária à figura do rei, o regime instaurado relegou para o cargo de presidente da república escassos poderes, aproximando-se, assim, muito da monarquia parlamentar.

Outros autores divergem frontalmente dessa análise. Eduardo Calleja entende, a partir de uma leitura alicerçada nos conflitos sociais contemporâneos e na cultura política violenta, a instauração da república como um ato cívico que é revestido de transformação política profunda. São duas as razões elencadas pelo autor. Em primeiro lugar, porque o povo foi galgado à posição de sujeito do processo de queda do regime; seu outro argumento é que, mesmo que a transição política tenha sido pacífica, a monarquia caiu porque sofria assédios subversivos e violentos – frequentemente no período que antecedeu a proclamação do novo regime. Calleja insiste nesse aspecto e qualifica o 14 de abril como a última revolução política da história da Espanha²⁷⁹.

De qualquer forma, como veremos nos exemplos a seguir, o TYL expressa uma caricaturização do regime republicano, sem utilizar qualquer fundamentação teórica. Trata-se, portanto, de mais um elemento discursivo que instrumentalizava o seu discurso insurrecional. Vemos, no artigo em destaque, um primeiro exemplo da leitura homogeneizadora do regime político:

²⁷⁸ Em seu artigo – no qual analisa a cultura política insurrecional anarquista no interior da CNT – a autora argumenta sobre esta “herança” político-administrativa. GARCIA, Susanna Tavera. Una revolución dentro de otra: la lógica insurreccional en la política española, 1924-1934. Madrid: *Revista Ayer*, 1994, n. 13, p. 115-146. Em outro artigo de sua autoria, Tavera intitula a tática narrativa de *muckrakers*, ou seja: prática jornalística de expor e de desqualificar o regime com “puro denunciamento barato”. Na sua leitura, além do TYL, existiam outros jornais que partilhavam dessa prática, dentre os quais se destacam *EL Luchador*, *Solidarid Obrera* e *La tierra*. GARCIA, Susanna Tavera. Anarquisme o anarquismes? La història d'un desplegament revolucionari heterogeni, 1930-1938. n. 5. Barcelona: *Catalan Historical Review*, 2012, p. 225-238.

²⁷⁹ CALLEJA, Eduardo Gonzalez. *El Máuser y el sufragio: orden público, subversión y violencia política en la crisis de la Restauración (1917-1931)*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1999.

Ecos semanais. Fascismo e ditadura. Tinha que suceder. Já havíamos anunciado: os aproveitadores da revolução serão os assassinos das liberdades. E assim foi. Sem efetuar a mais mínima reforma de reconstrução nacional, sem atender aos urgentes e angustiantes problemas existentes, iniciam uma repressão selvagem, sem precedentes contra o proletariado organizado, contra a mais importante e grandiosa de todas as organizações do país: a CNT. As medidas criminais adotadas por este filho da Maura que supera seu senhor pai assassino em ferocidade cruel são inconcebíveis e monstruosas. Depois de ordenar o fuzilamento e de prender povoados em massa, anuncia medidas e decretos que nem a idade média produziu algo comparável. Primos de Rivera e Martinez Anido não tiveram um cinismo tão escandaloso para atentar contra as liberdades públicas e o direito dos trabalhadores. As represálias exercidas por eles são muito mais reacionárias e violentas que aquelas promulgadas pelo bando de Primo de Rivera²⁸⁰.

A violência narrativa expressa no artigo demonstra o esforço doutrinário de criminalizar o estado republicano e as suas ações. Como vimos no capítulo anterior, Martinez Anido – militar e governador civil de Barcelona de 1920 a 1922 – ordenou dezenas de assassinatos no chamado triênio bolchevique. A ditadura de Rivera, por sua vez, além de impedir a existência legal das entidades de classe, por mais de sete anos perseguiu os líderes cenetistas e, inclusive, aprisionou vários deles.

Há na narrativa em voga, por tanto, uma argumentação distorcida e que contemporiza com as práticas violentas do ditador e com os bandos paramilitares, financiados pela classe patronal do período imediatamente anterior. Contudo, não parece ser o objetivo dos redatores. Entendemos que a finalidade última dessa narrativa se encontra no exercício ideológico de rebaixar a República (regime vigente) ao inaceitável, à categorização genérica de tirania – modelo de governo que justificaria a imediata postura violenta dos anarquistas na busca de sua total aniquilação.

A rígida postura homogeneizante também carrega, em si, um esforço determinado por aquela conjuntura, ou seja, percebe-se que os anarquistas, plenamente conscientes do nível de inserção social do republicanismo na massa operária daquele período, buscavam atacá-lo e difamá-lo, por meio da contínua desqualificação do governo republicano. O intuito era o de atrair trabalhadores supostamente iludidos pela mudança de regime.

No seguinte artigo, com o título “Cortes manchadas e governo vil. Antes que a constituição, a vida”, podemos perceber a tentativa de diálogo com o amplo setor popular que apoiou a queda do regime monárquico e que saiu às ruas em defesa da República, uma vez que, como coloca o jornal, “o povo alegre e confiante, que deu poder aos chefes republicanos e aos socialistas, está pagando caro por sua candidez e nobreza”. As referências às instâncias de poder também desqualificam o regime, pois o parlamento é chamado de “corte

²⁸⁰ *Tierra y Libertad*, Barcelona, 1º de agosto de 1931, p. 4. Tradução nossa.

prostituinte” e seus representantes de “deputados prostituintes”. No final do excerto atacam diretamente a coalização socialista-republicana, ao considerá-los “de pura estirpe reacionária, ex-colaboradores do Bourbon e de Primo-Anido”, que “estão inseridos nas alturas oficiais e de lá eclipsam os próprios procedimentos de terror” sendo, portanto, nada mais que “contrarrevolucionários e traidores”²⁸¹.

Assim, os republicanos e os socialistas, que conformaram a primeira coalização de governo da 2ª República, são atacados como se fossem do mesmo grupo. A tautologia discursiva insurrecional se confirma: qualquer governo é reacionário; logo, todos os representantes do referido corpo político são, igualmente, reacionários. Percebe-se que o tom de comparação com o regime anterior é ligeiramente distinto: agora a República aparece como continuidade plena e que, com suas ações igualmente tirânicas, “de terror”, logra, inclusive, eclipsar os feitos históricos repressivos da ditadura de Primo de Rivera.

Constata-se que, nas dezenas de artigos nos quais os redatores do TYL apresentam essa homogeneização discursiva, ocorre uma pequena oscilação: ora a república é apresentada como o regime político mais nefasto, ora como continuidade e perpetuação do Estado – o qual está *sub judice* do antipoliticismo radical. Independente da tendência política que ocupa o poder, o resultado será fatalmente o mesmo.

Para complementar o exemplo anterior, colocamos o trecho do jornal abaixo, que manifesta em plenitude a visão que o TYL nutria a respeito das principais motivações que levaram o povo a sair para as ruas em defesa da República:

A revolução que virá. A passada monarquia – ruína, vergonha e perdição da Espanha –prolonga-se e acentua-se através de uma troca de etiqueta ditatorial, com a qual querem convencer o povo de que suas aspirações reivindicatórias foram realizadas. Porém, a triste realidade é outra. Logrou-se a expulsão de uma velha cara do absolutismo real por outra que, mesmo intitulada republicana, apresenta os mesmos vícios de origem de seu antecessor. Trata-se do mesmo caso, ainda que o sistema tenha sido modificado: criar novos tiranos que buscam se enriquecer sob o pretexto de serem redentores do país que os colocou naquele posto. [...]. Se o povo acreditou na República, um dia, foi porque não soube em quem acreditar, mas nem por isso era republicano. [...]. Hoje, o país reage novamente e se deu conta de que novamente foi enganado: a república o traiu no dia seguinte de sua proclamação. A impunidade se manifesta nas transgressões dos diferentes problemas da economia nacional e aqueles de ordem moral e política. [...]. Na nova revolução que se prepara e que indefectivelmente virá, tomaremos parte ativa. Nós que não intervimos nem direta ou indiretamente no sufrágio imoral político²⁸².

Como se pode observar, a tese sobre a participação popular na proclamação da república está alicerçada em um suposto lapso histórico: o da falta de alternativas

²⁸¹ *Idem*, 22 de agosto de 1931, p. 1. Tradução nossa.

²⁸² *Idem*, 15 de agosto de 1931, p. 2. Tradução nossa.

efetivamente revolucionárias de massa. TYL coloca que o ano de 1930 foi particularmente especial, com uma potência transformadora que não se concretizou na prática – porque um setor político, obviamente considerado como traidor, expropriou o sentido revolucionário do processo de destituição da monarquia e, por conseguinte, enganou o povo. Em todo caso, tal engano, segundo as letras do jornal, foi prontamente constatado pelos trabalhadores do país, uma vez que o regime teria mostrado sua verdadeira face ditatorial, tão ou mais violenta que a monarquia anterior.

Como um último exemplo deste léxico discursivo de qualificação do regime republicano escolhemos um tema que é absolutamente recorrente, qual seja: o aprisionamento de seus militantes. No artigo de título “Os presos. Em plena ditadura social-fascista” expressa a visão de equidade dos regimes considerados, em todos os casos, como autoritários.

Há de se convir que o regime republicano, efetivamente, não reduziu, de maneira substantiva, a política de encarceramento e que reprimiu, duramente, a maioria das ações diretas violentas e dos ensaios insurrecionais. Entretanto, TYL faz uso de uma qualificação de regime que apenas despontava na cultura política das nações europeias naquele período de entreguerras: o fascismo. A violência categorizante, neste caso, provavelmente se deve à centralidade ética da questão do aprisionamento na cultura política do movimento libertário espanhol. A ideia de liberdade, presente no anarquismo, carrega, em si, o dever moral de cada militante: lutar também pela liberdade individual de todos. Discorreremos mais a respeito quando da análise sobre o arquétipo do indivíduo revolucionário.

Assim como o alicerce ideológico antipolítico, a luta pelos chamados presos sociais – que entenderíamos melhor, em nosso contexto, como presos políticos – esteve sempre na ordem do dia, seja através de grupos exclusivamente voltados para a atenção aos presos (intitulados de grupos pró-presos), ou nas principais reivindicações dos anarquistas frente ao governo republicano – uma vez que, como veremos adiante, os insurrecionais também “negociavam” com o regime; apenas o faziam de maneira distinta.

De início reconhece as atrocidades do regime anterior ao se referirem aos “monstros Anido-Arlegui” que “se aquartelaram em Barcelona”. No entanto, subsequentemente, a questão do aprisionamento relega à república pior tratamento que a Ditadura de Rivera pois “nem quando Primo-Anido, dois assassinos, tomaram Espanha por um quartel, as detenções, perseguições, confinamentos, prisões e assassinatos estiveram na ordem do dia do Rei”. Na sequência reestabelece a equidade dos regimes ao constatar que “agora sucede o mesmo. O mesmíssimo, senhores! Sob o manto da demo-cracia, a cracia assassina e joga nas cadeias o demos. [...] Vivemos em pleno terror. Presos governativos.

presos preventivos... presos condenados a morrer vivendo”; todos “reféns do social-fascismo” – um jogo de palavras devido a referência do governo de “social-republicano”²⁸³.

3.1.3 Triunfalismo: apologia constante à oportunidade do triunfo revolucionário como adequação da análise de conjuntura para a ação.

Um outro elemento fundamental do discurso insurrecional é a extenuante avaliação da conjuntura como o momento favorável para se levar a cabo o levante insurrecional. Via de regra, o argumento apresentado nesta constante discursiva se inicia com uma avaliação sobre o nível de conflitividade e de instabilidade do regime, seguido de uma compreensão imediatista da oportunidade única de se colocar em prática o plano da insurreição final.

Vale dizer que o recurso argumentativo de nivelar todas as formas de governo também reforça, caminha contiguamente e, muitas vezes, retroalimenta a análise conjuntural triunfalista. Em outras palavras, o argumento a respeito do momento histórico convulsivo e, claramente, pré-revolucionário, é complementado pela alusão a um estado republicano tirano e ditatorial que recorre ao uso da repressão violenta.

Na narrativa do TYL, apenas um Estado tirano tenta se impor tão violentamente sobre o povo, sendo que tal nível de opressão é a prova da instabilidade e da ilegitimidade do regime. Portanto, a ação violenta do Estado representa a sua incapacidade de prosseguir, ou seja, nota-se um claro sinal de crise do regime e, por conseguinte, uma situação pré-revolucionária evidente.

A conjuntura é apresentada, quase sempre, como um movimento histórico ímpar, carregado de claros sintomas da inédita situação pré-revolucionária. Vejamos no que consiste:

Nossas horas. Não se pode negar que na Espanha se gesta uma revolução. Como ela será depende, em grande medida, da atividade que aporte nela todos os setores organizados. [...] E abandonar a revolução nas mãos de políticos equivale a fazer trabalho contrarrevolucionário. Não importa que o movimento estoure por um fato político. A missão de todo revolucionário verdadeiro é a de intervir em todos os movimentos, para procurar numa causa política o aparecimento de uma causa social. [...]. Nos encontramos ante um caso tão especial, que se apresenta somente a cada 100 anos ou a cada 100 séculos. A liberdade ou a escravidão dependerá do triunfo ou da derrota. O povo espanhol tem, ao alcance de suas mãos, o poder de se desprender de todo um passado de rendição. Com esforço pode chegar a romper os grilhões. [...] Sob esse ponto de vista, *Tierra y Libertad* faz um convite à FAI, a todos os anarquistas não federados e aos sindicalistas revolucionários que deixem

²⁸³ *Tierra y Libertad*, Barcelona, 22 de agosto de 1931, p. 1. Tradução nossa.

questões de forma ou personalismo e se efetue uma conjunção de forças para fazer parte, com eficácia, do movimento revolucionário que se avizinha²⁸⁴.

Percebe-se inicialmente uma riquíssima defesa da doutrina antipolítica; um fato político institucional conjuntural estabelecido (proclamação da república em contexto supostamente revolucionário) não fere ao princípio antipolítico por duas razões, elencadas em seguida: desde que o fato político seja utilizado para gerar um evento desestabilizador, possa ser catalisado pelo movimento revolucionário e que, obviamente, não exista a presença de partidos políticos.

O rigor doutrinário antipolítico está, a todo momento, subjacente. Para abordar o Estado republicano, foi necessária uma justificativa prévia, pois os próprios redatores do TYL se veem obrigados a explicar toda a ação que se aproveita de um evento eminentemente político. Nesse caso, o insurrecionalismo fala mais alto, pois existe a percepção estratégica de que qualquer motivo, muitas vezes enunciado como faísca (mesmo que político), deve ser aproveitado para tentar expandir as “chamas” da revolução.

No artigo aparecem, ainda, uma hiperbolização da conjuntura potencialmente transformadora e uma superestimação da capacidade das massas como sujeito transformador. A data da publicação é de dois dias antes da proclamação da república e o jornal faz coro aos republicanos a respeito do ineditismo do feito. Entretanto, para esse fato político ser considerado como um instrumento inicial da revolução, o texto sugere que basta unificar as forças antipolíticas para que as massas consigam romper todos os grilhões da escravidão aos quais estão submetidas.

No outro artigo, intitulado “A revolução social na Espanha. Os povos da Ibéria em franca rebelião em direção a uma sociedade de produtores”, o editorial do jornal decide que toda a primeira página irá versar e descrever um panorama amplamente favorável à revolução social no país. O texto afirma que o momento atual “não poderia ser mais transcendental”, pois “uma esperança alentadora pulsa em todos os corações” como um fenômeno “de alta e amplíssima envergadura social”. Na conclusão do artigo aquela realidade se torna um panorama que “não pode ser mais promissor, nem estar mais preenchido de promessas libertadoras”, visto que se trata, efetivamente, da “revolução que marcha entre os tecidos da sociedade queimando tudo, carbonizando a podridão dos corpos do Estado e purificando as

²⁸⁴ *Idem*, 12 de abril de 1931, p. 1. Tradução nossa.

partes sanas da vida, representadas pelas massas laboriosas, crenças revolucionárias e anárquicas. Presenciamos a maior ruína de um estado”²⁸⁵.

No plano discursivo, tal artigo já realiza aquilo que o texto anterior coloca como objetivo concreto: usar do fato político para se chegar ao fato social, ou seja, à revolução. Segundo a sua leitura de conjuntura, o Estado, enquanto entidade política e reguladora da sociedade, estava quase integralmente decomposto – quando, na verdade, era apenas o modelo do regime político que acabara de ser modificado.

Trata-se, portanto, de um instrumento retórico metonímico que compreende a parte pelo todo. Instrumentaliza-se o fato político, representado pela queda da monarquia, como um signo da ampla transformação política que compreende, por si só, o início do processo revolucionário – aqui entendido como fato social.

A retórica doutrinária dos insurrecionais, por vezes, obscurece ou monopoliza as ânsias de tal proposta “emancipadora”. Assim como no texto acima, os anarquistas insurrecionais, frequentemente, publicavam artigos nos quais sugeriam que o descontentamento generalizado do regime anterior fatalmente estivesse preenchido por um afã libertador contra todas as formas de estado – não incidentalmente nos moldes da ideologia anarquista insurrecional.

A proposta do jornal, ao nosso ver, não era outra senão distorcer a conjuntura, projetando um cenário mais favorável do que aquele que realmente havia, uma vez que o país não passava, efetivamente, por um processo de ruptura completa das suas instituições políticas. E, ainda que fosse possível vislumbrar esse potencial histórico transformador, não nos parece verossímil que a proposta insurrecional estivesse plenamente enraizada em um amplo setor social.

Uma outra forma de abordagem, que também reforça o triunfalismo conjuntural, ocorre em muitos casos nos quais o jornal apresenta referência aos atos, às manifestações e ações diretas da CNT e da FAI como exemplos de que o nível de organização e de mobilização dos trabalhadores reunia as condições objetivas para a derrubada do Estado Espanhol. Com o nome de “A revolução social em marcha. A Espanha do trabalho depois da anarquia”, o artigo afirma que o povo espanhol estaria “sobre um vulcão, talvez o maior que os séculos viram” em que “o fogo purificador trepida no seu interior cheio de rebeldias”. A analogia ao vulcão se completa, pois a situação alarmante era tamanha que “a lava do vulcão social, que queima no seio do povo, entra em erupção por todas as camadas da vida espanhola

²⁸⁵ *Idem*, 04 de julho de 1931, p. 1. Tradução nossa.

e ameaça acabar com tudo”. Por fim, as explosões do vulcão seriam as ações diretas em diferentes rincões do país. Como exemplo, o artigo apresenta o povoado de “Sama de Langreo (Asturias) ocupou valentemente fábricas, oficinas e minas. Inclusive, se armaram convenientemente para defender seu direito a emancipação”. Em seguida, conclui com outro exemplo ao sul do país: “neste mesmo instante, Sevilha estoura uma formidável greve geral revolucionária”²⁸⁶.

Seguindo a mesma linha de reverberação, qual seja, da conjuntura conflitiva como um claro sinal de situação pré-revolucionária, temos esse artigo – no qual a maximização das ações anarquistas e dos conflitos desencadeados ganham a amplitude de uma transformação insurrecional praticamente consolidada:

Revolução social adiante. O povo produtor diante do comunismo livre. Os feitos da Andaluzia e os carrascos de sua emancipação. A revolução marcha adiante. Como um fenômeno de biologia social. Como um fenômeno da história. Como uma eclosão formidável de vida. [...] A revolução social marcha em uma ascensão incontível, dominando tudo. Vence tudo. Por todos os lados, sua força e sua luz se irradiam. Homens e coisas se submetem ao império libertador dela. O mundo todo a pressente. [...] A última semana foi uma semana de paixão e de morte do povo andaluz. A história é escrita com sangue, heroísmos e traições. E, hoje como ontem, voltamos a escrever páginas inesquecíveis de semanas vermelhas. [...] Inflamada por este pandemônio, guiada por sua arte revolucionária, Andaluzia valente, heroica, sublime, inteligente, realizou na areia de seu solo a jornada precursora imediata da revolução popular na Espanha²⁸⁷.

Outra confusão semântica, frequente e intencionalmente apresentada pelos insurrecionais, incidia na abordagem dos diversos conflitos de pouca reverberação, tais como uma greve geral restrita a um povoado ou ações diretas em vilarejos rurais. Em muitos casos, tais eventos eram colocados como se fossem “jornada precursora imediata da revolução popular”. Atente-se que nem estamos aludindo a uma instrumentalização discursiva em defesa da insurreição a partir de efetivos levantes de caráter local – algo que veremos em seguida.

No caso acima apresentado, alguns conflitos rurais na Andaluzia contra os latifundiários, que resultaram em repressão violenta, já reuniam características suficientes para ser referenciados como a antessala do comunismo libertário.

²⁸⁶ *Idem*, 25 de julho de 1931, p. 1. Tradução nossa.

²⁸⁷ *Idem*, 01 de agosto de 1931, p. 1. Tradução nossa.

3.1.4 Dignidade, rebeldia, abnegação e mártir: a construção narrativa do indivíduo insurrecional.

Por estarmos seguindo o tecido argumentativo dos anarquistas insurrecionais, trazemos, agora, mais um elemento narrativo que se encaixa perfeitamente na complexa trama ideológica discursiva do TYL.

Até o momento, já foi possível demonstrar que TYL apresentava alguns princípios máximos e uma leitura utilitária da conjuntura: o Estado e os seus cúmplices são inimigos, o atual Estado é tão nefasto ou pior que o anterior e as condições atuais são excelentes para o início do exercício revolucionário. Falta, portanto, a peça doutrinal que estabelece o império da ação: o indivíduo.

A maneira de abordagem ao indivíduo insurrecional é uma constante discursiva que se mostra relativamente complexa se analisamos atentamente as diferentes e, em grande medida, paradoxais compreensões ontológicas, as quais se mesclam na composição de tal ser revolucionário, apresentado por TYL.

O indivíduo ideal, consolidado pela narrativa do jornal, pressupõe a busca pela liberdade individual. Entretanto, para alcançar essa libertação, ele deve se entregar abnegadamente ao esforço pelo aniquilamento das forças que impedem tal autonomia. Como no Estado capitalista é impossível o livre exercício de sua individualidade, a única forma de construir sua liberdade é a de se tornar um militante disciplinado e abnegado – um protótipo monástico que não deve regozijar de suas potências enquanto o sistema não estiver destruído. A busca imediata por satisfazer as suas liberdades individuais é considerada um hedonismo inaceitável para a causa insurrecional.

As nuances da ideologia política anarcoindividualista não raro tangenciam aspectos da ideologia insurrecional. Contudo, entendemos que existem mais diferenças que similitudes nos arquétipos ideológicos, oriundos de tais correntes anarquistas. Xavier Diez, especialista em anarcoindividualismo, apresenta uma definição que nos ajuda a estabelecer os limites da proposta individualista. Segundo o autor, o elemento fundamental é a emancipação individual – inclusive anterior a qualquer possibilidade de emancipação coletiva, a qual rejeita, por princípio, os conceitos de classe, de grupo, de nação ou de etnia²⁸⁸.

²⁸⁸ DIEZ, Xavier. *El anarquismo individualista en España (1923-1938)*. Barcelona: Virus Editorial, 2007.

A partir de seus preceitos filosóficos, podemos analisar em que aspectos o individualismo de verve anarquista se aproxima ou nega os fundamentos do insurrecionalismo libertário.

As correntes ideológicas partem de diferentes concepções sobre a natureza do Estado, porém apresentam as mesmas conclusões, antipolíticas e antiestatais. Enquanto os individualistas combatem o Estado – por se tratar de uma dominação moderna, derivada da secularização da fé e que impossibilita a afirmação do indivíduo – os insurrecionais relacionam a esfera estatal às ações repressoras violentas e a consideram o principal obstáculo para a construção do comunismo libertário.

As concepções de dignidade humana também se tangenciam, ou seja, em ambas propostas o Estado submete o indivíduo e o condena a uma condição indigna. Entretanto, na concepção individualista, a luta pela dignidade, pela integralidade única de cada indivíduo, deve ser permanente, porque, mesmo em um contexto de revolução social, sua ânsia iconoclasta destruidora seria oprimida e um domínio apenas seria substituído por outro. Assim, ideias de bem comum, de comunidade libertária e de organismo social podem ser condenadas, pois, supostamente, impediriam a expressão da única realidade imprescindível: o indivíduo.

A divergência fundamental e que nos parece, inclusive, suficiente para separar por completo as duas correntes, é a própria ideia de coletividade. Os insurrecionais buscam, a todo instante, uma massiva mobilização social em busca de libertação coletiva do proletariado. Por outro lado, as massas, tal como o Estado, são instâncias hostis ao pleno desenvolvimento individual, na interpretação individualista. Por isso, o comunismo libertário não é uma bandeira individualista *a priori*. Os individualistas apresentam, como sua última finalidade, uma coletividade em que todas as potências individuais possam ser plenamente satisfeitas. Com isso, podemos inferir que tais elementos apenas se mobilizariam em torno de uma profunda transformação social, com a condição prévia de que todos os indivíduos já estivessem satisfeitos em seus desejos: não há revolução sem uma revolução prévia da mentalidade individual de todos.

Os anarquistas libertários buscam a ampliação constante de uma cultura política, baseada em seus preceitos ideológicos. A cultura como uma expressão universalizante também é rejeitada no anarcoindividualismo, uma vez que as crenças coletivas podem ser compreendidas como preconceitos compartilhados e que devem ser combatidos.

A postura antiorganizativa radical dos individualistas impede, muitas vezes, até mesmo formas nucleares de organização. No caso do faísmo, os sindicatos, os grupos de afinidade e as federações são instituições legítimas na busca pela insurreição social.

Por fim, as preocupações editoriais são completamente díspares. As principais revistas espanholas individualistas, no período republicano, possuíam uma linha editorial bastante limitada de conteúdos e de temas. Dada a centralidade do direito ao prazer e a necessária busca ilimitada pela plena configuração do indivíduo, os principais eixos editoriais são temas como o naturismo, o nudismo, a sexualidade e os artigos sobre filosofia individual²⁸⁹. Como se pode observar na análise acerca do TYL, são assuntos não pautados ou com uma abordagem pontual e de pouca relevância.

Retomando, portanto, a construção narrativa do arquétipo de indivíduo na TYL, o homem não deve ir em busca da felicidade sem limites. É necessário que ele se engaje disciplinadamente na busca de sua libertação, caso contrário será um homem indigno e escravo do sistema opressor. O esforço narrativo do TYL busca, assim, reforçar a construção do indivíduo livre sem incorrer em premissas individualistas radicais. Uma difícil equação, que é solucionada sempre pelo apelo ao levante coletivo e à revolta social.

O conflituoso binômio abnegação-liberdade, conjugado com o olhar radical empregado amiúde pelo jornal, chega a um limite ético paradoxal. O ápice de tal proposta é, justamente, a entrega total pela causa da liberdade, ou seja: o mártir como modelo de conduta a ser reverenciado. Sendo assim, a negação da existência – e, por conseguinte, da liberdade – se torna um sacrifício exaltado e proclamado pelo jornal. Entremos, agora, nas nuances que compõe esse arquétipo.

A ideia de dignidade do trabalhador é um primeiro elemento definidor que podemos destacar no indivíduo. Na doutrina expressa no TYL, nada pode atentar contra o direito natural do homem na busca de sua dignidade que, por sua vez, só se realiza a partir da liberdade individual – em oposição a qualquer forma de opressão exterior. A analogia quase sempre faz referência à dicotomia escravidão/liberdade.

Sabendo que o indivíduo é compreendido como uma essência potencialmente libertadora, qualquer ação do Estado e de suas instituições repressoras que atentasse contra tal liberdade, por intermédio da violência física ou do aprisionamento, é colocada como uma afronta à dignidade. Como o homem não pode permitir viver de forma indigna, ele tem o dever moral de lutar contra a submissão imoral, ou seja, todo trabalhador que aceitasse

²⁸⁹ Dentre as principais revistas espanholas de tendência individualista no período republicano, destacam-se: *Estudios, Ética, Iniciales, Al Margen e Nosotros*.

passivamente um infame ataque à sua dignidade seria, necessariamente, um escravo, um covarde que consente com a violência do estado opressor. Nas palavras do jornal:

Sempre a covardia. Concebo que aquele que não quer se expor, que fique quieto em sua casa junto de seus filhos. Mas não compreendo por que 17.000 homens se deixam ser metralhados por 20 policiais. Não sei quando se vão convencer de que os operários não têm liberdade nem mesmo para conduzir um cadáver em um ato social, por mais plausível e pacífico que seja. [...]. Quando o povo aprenderá a saber que hoje é tão escravo como no tempo de Tertuliano? [...] Liberdade e autoridade não cabem no mesmo plano e, portanto, a autoridade deve ser destruída caso se queira gozar de liberdade. E desgraçadamente sempre, sempre a covardia do povo deixa impune o atropelo da liberdade²⁹⁰.

No próximo exemplo, a imagem narrativa do indivíduo insurrecional recebe mais um contorno: o homem digno é, por excelência, o homem rebelde. São adjetivos condicionantes e inseparáveis na construção do arquétipo de militante que é reverenciado pelo jornal.

Levando em conta que não se pode aceitar ser submisso e indigno, a maneira encontrada para caracterizar o enfrentamento na busca pela dignidade é, justamente, a rebeldia. Tratou-se da primeira publicação do TYL, após ter sido fechado pela censura, no final de 1930. O editorial de primeira página apresenta o seguinte texto: “Outra vez na defesa de nossos interesses”. De início já existe a autoafirmação rebelde “contra tudo que significa tirania, contra toda opressão”. Na sequência, marcando posição sobre o alicerce antipolítico o artigo ressalva que “revolução, com permissão da autoridade que governa, jamais será uma norma do anarquismo” e reitera dizendo que “submeter nossa rebeldia a aprovação dos lacaios de um regime podre seria negar nós mesmos”, ou seja, seria um atentado à dignidade pessoal²⁹¹.

Assim, o ataque à dignidade do trabalhador é o motivo essencial da imperativa necessidade de agir. Com um olhar um pouco mais afastado da realidade concreta, na qual os ataques são perpetrados, o discurso que molda a ideia do indivíduo digno e livre pressupõe que o trabalhador deva se sentir constantemente ofendido e ameaçado na sua dignidade – já que tanto a república quanto o sistema capitalista de produção são sórdidas estruturas escravagistas e opressoras.

Em suma, o ininterrupto discurso em defesa do indivíduo interpela a um contínuo lutar, deixando clara e manifesta a rebeldia individual e a marcha histórica pela revolução social que, por fim, criará as condições dignas de vida. Em alguns exemplos, tal coerção

²⁹⁰ *Tierra y Libertad*, Barcelona, 19 de novembro de 1930, p. 2. Tradução nossa.

²⁹¹ *Idem*, 28 de março de 1931, p. 1. Tradução nossa.

moral para agir contra a macroestrutura indigna se revela plenamente na apologia ao fazer já, ao buscar de todas as formas o início da insurreição final:

A expropriação da terra e o município Livre. Vamos deixar perdurar a vida de morte lenta de fome, de fadigas e de maus-tratos? Vamos seguir vendo com passividade de asno a morte de nossos filhos, de nossas amadas ou de nossos velhos por inanição imposta pelos amos da terra que morrem de fatura e cansados de desfrutar de todos os prazeres do mundo? Arrancando-nos de mão cheia todo o ouro que nós lhes proporcionamos com nossos esforços de escravo? Se for para morrer de um tiro sobre esta terra que queremos, que seja de todos, ou morrer matando nossos inimigos; melhor, digo, é morrer assim e não como o cachorro em um canto ou de fome como um vencido na cama de um hospital indecente. [...] O que vocês acham²⁹²?

Percebe-se no artigo, ainda, que a vida em luta pela liberdade pode resultar, inclusive, na defesa da libertação por intermédio da morte. Ainda que pareça uma afirmação paradoxal, notamos que o agudo tom violento do discurso não se dirige para a ideia de morte como uma necessidade. Entretanto, como as violências perpetradas pelo Estado ou pelo sistema capitalista colocam em cheque a dignidade do indivíduo, estas também atingem, necessariamente, a própria vida em si e, portanto, partindo da defesa dessa premissa ontológica do ser que deve ser rebelde em defesa de sua dignidade, a morte pode ser compreendida como finalidade última de conquista da vida – já que a vida sem dignidade se assemelha à “morte lenta” ou escravidão.

Há também um outro aspecto controverso de tal imagem de indivíduo, construída pelo jornal e que já foi citado acima. O foco no indivíduo como um elemento nevrálgico do império da ação não é colocado, em nenhum momento, como a defesa do domínio das necessidades individuais de se agir livremente sobre qualquer aspecto da vida.

Se o TYL defendesse o primado do indivíduo e das suas volições, o jornal fatalmente incorreria em uma defesa do anarcoindividualismo radical. Assim, a busca primordial e imediata pelo pleno desenvolvimento de suas potencialidades enquanto indivíduo não era uma leitura com a qual os grupos de afinidade compactuavam.

O último elemento dessa alusão ao indivíduo ideal, propagada pelo periódico, vai totalmente de encontro a uma visão, que seria a do hedonismo individual perene: trata-se do conceito de abnegação. Ele está tão presente quanto as outras constantes discursivas, as quais erigem a figura do militante anarquista insurgente.

Nos textos do TYL pudemos constatar que a figura do indivíduo que luta com rebeldia por sua dignidade é complementada por uma maneira bastante rígida, ou seja, por

²⁹² *Idem*, 24 de outubro de 1931, p. 1. Tradução nossa.

meio da entrega disciplinada de corpo e do espírito ao exercício monástico de suas tarefas militantes. Assim, o agir é condicionado ao método disciplinado de ação: não parece suficiente aos redatores do TYL que o indivíduo esteja disposto em alguns momentos para agir em defesa de sua dignidade. O ideal verdadeiramente exaltado é do militante que se dedica integralmente à luta, como podemos perceber no seguinte artigo intitulado “A hora do anarquismo”. Em um trecho, a exaltação do militante que se entrega totalmente a causa é notório: “a luta contra autoridade e o capitalismo, influenciada, poderosamente, pelas façanhas admiráveis dos abnegados ácratas, demonstram eloquentemente como as ideias anarquistas vão tomando expressiva forma na mente das massas”. Em outras palavras, a luta cotidiana é fortalecida, em grande medida, por aqueles militantes que, ao se entregar abnegadamente a suas tarefas, realizam “façanhas admiráveis”²⁹³.

O artigo em questão aborda, principalmente, os intentos insurgentes que haviam acontecido meses antes da publicação. Observe-se que os sujeitos históricos dos levantes são retratados como exemplos que devem ser seguidos, em virtude de sua disposição e da sua entrega total à militância, que culminou com a colocada em prática do exercício revolucionário. Façanhas dessa magnitude – mesmo que prontamente reprimidas – inegavelmente contribuem para a inserção do ideal revolucionário nas massas, na visão do jornal.

Caso aconteça no processo de dedicação exclusiva e integral à causa, do militante se confrontar com a prisão, a deportação ou, inclusive, com a morte, aparece o último elemento apologético da individualidade insurrecional: tornar-se mártir e modelo de conduta a ser seguido, tornar-se um dos heróis do panteão revolucionário. A abnegação, na sua expressão máxima, configura a negação da individualidade pelo aprisionamento ou morte.

Assim sendo, TYL apresenta dois mecanismos de coerção moral para mobilizar os trabalhadores em defesa da insurreição – sempre tendo como referência a ação repressiva do Estado. No caso de o indivíduo rebelde ser preso ou deportado, o jornal sugere o dever da militância na defesa de sua libertação. Caso seja assassinado, a abnegação total se torna ainda mais urgente pois, assim como viver indignamente não deve ser considerado válido, não lutar e assistir passivamente à morte ou à prisão de honrados e dedicados militantes seria uma postura igualmente covarde.

No artigo que segue, há um claro exemplo de apologia aos abnegados assassinados, realizando alusão aos mártires de Chicago – os quais, inclusive, eram lembrados

²⁹³ *Idem*, 06 de fevereiro de 1932, p. 4. Tradução nossa.

em muitas ocasiões. Após fazer uma descrição emotiva e dramática do preâmbulo da morte dos quatro militantes, temos o seguinte trecho:

Os anarquistas de Chicago. [...] Os quatro condenados escutaram orgulhosamente a sentença de morte, brilhando em seus olhos um não sei o que de sobre-humano. No patíbulo, Fisher, o alemão, entoou a Marselhesa, heroica canção francesa cuja asa vermelha flutuava sobre aqueles mártires. O Carrasco agarrou as quatro cordas e passou pelos pescoços, abriram as armadilhas e ali ficaram os quatro enforcados no espaço. [...] Antes de morrer, Spies disse: saudações, tempo no qual nosso silêncio será mais poderoso que nossas vozes afogadas pela morte. Angel gritou: hurra a anarquia! Fischer: viva a anarquia! A última frase do testamento de Lingg era: Viva a anarquia. [...] Ano 1931. Os mortos ainda mandam e falam e exigem de nossa vitalidade a serenidade e o amor ao heroísmo, ao ser e ao universo. Os homens de verdade não morrem nunca. A morte do rebelde é incorruptível. Sua fragrância espiritual perdura através dos séculos. [...] A faísca da dignidade acende o sinal da vingança²⁹⁴.

Percebe-se, claramente, a atribuição de uma aura de herói a todos eles. Na narrativa se exalta a maneira como, supostamente, teriam escutado a sua sentença: “orgulhosamente”. Não há medo, não há dúvida, não há hesitação. Trata-se, pois, da construção de homens exemplares que, por terem se entregado abnegadamente – dando à própria vida à causa – foram considerados seres “sobre-humanos”.

A descrição em voga, que parte de uma caracterização profundamente idealizada, termina com o prenúncio da função social daquelas mortes: elas eternizam a prática revolucionária, clamando a todos para se entregar totalmente à militância. Trata-se de um excerto muito significativo, principalmente em sua parte final, pois nela há uma referência direta a importância daquelas mortes: os mortos exigem amor ao heroísmo e a dignidade é conclamada para representar a heroicidade do ato de morrer pela causa.

Assim, por meio da descrição dos mártires, duas motivações surgem para tornar o agir imprescindível. A primeira pelo exemplo a ser seguido, ao menos em termos de dedicação. A segunda pelo sentimento de vingança, que deve ser considerado como mais uma possibilidade de faísca para a revolução.

Como um último exemplo, elencamos um caso bastante peculiar no qual os redatores do TYL compreendem praticamente todos os elementos acima apresentados e que conformam o modelo de indivíduo apologizado. É um exemplar já do ano de 1932, publicado após um período de várias rebeliões locais, sobre as quais falaremos em seguida. Nele, temos o seguinte:

²⁹⁴ *Idem*, 07 de novembro de 1931, p. 4. Tradução nossa.

Federação anarquista Ibérica. Em diversas cidades da Espanha estourou a revolução anarquista. [...] A revolução, que acabará e varrerá as monarquias, as ditaduras, as repúblicas; avança orgulhosa e arrogantemente e ninguém nem nada poderá pará-la. Tantos séculos de opressão e de repressão contra os elementos mais destacados das ideias da libertação humana serão prontamente recompensados com a implantação de suas próprias ideias. [...] Toda a semente plantada e regada com o sangue dos mais ilustres pensadores e abnegados camaradas colhe seus frutos, germina e fecunda os campos mais ermos nas ideias, penetra no cérebro dos seres de todo o continente²⁹⁵.

A instrumentalização discursiva dos caídos fica evidente no excerto: a conformação de um moral vigoroso – que busca, a todo instante, produzir um efeito mobilizador em prol da revolução – é complementado pelo significado atribuído àqueles que morreram em defesa da insurgência. Somente por conta dos atos heroicos, viris e abnegados – daqueles que combateram a humilhação imposta pelo Estado em diferentes períodos históricos, que lutaram e que caíram com dignidade – foi possível se chegar aos levantes insurrecionais do início de 1932.

O artigo reivindica, para a revulsiva conjuntura presente, o legado do passado fundamentado pela entrega total e pelo mártir. É flagrante a exaltação aos mortos como a causa aglutinadora das ideias e dos atos insurrecionais. Assim, não importa em que momento histórico determinado militante foi sacrificado pela nobre defesa da causa libertária, pois todos juntos representam um acúmulo de mortes produzidas pelo digno enfrentamento à repressão do Estado, o que conformou muitas “faíscas” – ou justificativas – para o “fogo” da revolução.

3.1.5 Grupos de afinidade: a célula organizativa insurrecional.

Partindo da construção narrativa do indivíduo como a força motriz elementar da insurreição social, podemos inserir uma outra constante discursiva que compreende a unidade básica pela qual o indivíduo insurrecional deve se organizar (segundo o TYL). Trata-se da base organizativa fundamental para o agir: o grupo de afinidade anarquista.

O TYL, durante a república, era o jornal de maior tiragem que possuía conteúdo exclusivamente anárquico – sem adotar o viés sindicalista. Portanto, não é necessariamente uma surpresa constatar a defesa do grupo como célula organizativa em suas páginas. Durante toda a história do anarquismo espanhol, desde o seu surgimento até o período republicano, os grupos de afinidade sempre foram uma referência central no que tange aos aspectos organizativos para esta tendência. Como assinala Susanna Tavera:

²⁹⁵ *Idem*, 06 de fevereiro de 1932, p. 1. Tradução nossa.

Trata-se, tão somente, de assinalar que os assim nomeados grupos de afinidade anarquista foram a peça fundamental do mosaico libertário desde antes de ser criada a FAI, e que o grupismo chegava transversalmente ou verticalmente, segundo cada caso, a todos os níveis de militância²⁹⁶.

Em todo caso, a origem e o desenvolvimento de tal forma de organização não foram determinadas exclusivamente por uma aversão à organização sindical²⁹⁷. Um conjunto considerável de fatores deve ser salientados para compreender sua gênese. Dentre eles, destacamos a desilusão das formas organizativas mais centralistas, tais como a tentativa de construção da AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores) na Espanha, a partir de 1869 – apresentada no primeiro capítulo.

Outro fator determinante na configuração dos grupos de afinidade foi a intensa repressão policial do Estado espanhol, que levou à criação de pequenos grupos como um esforço tático de sobrevivência à repressão, estes alicerçados na ilegalidade. No triênio bolchevique, por exemplo, tal como vimos no capítulo anterior, a repressão violenta que foi efetivada por grupos paramilitares (a mando da classe patronal) determinou o surgimento de grupos de afinidade que, pela primeira vez, na sua maioria eram militantes operários com um perfil de classe bem definido – ao contrário do que havia ocorrido com os grupos finisseculares pluriclassistas²⁹⁸.

²⁹⁶ A autora, no entanto, faz uma ressalva pertinente em relação à importância dos grupos de afinidade no contexto geral do movimento operário espanhol. Em termos de movimento de massas, é evidente que a organização grupal não interferia significativamente na dinâmica sindical de base: a CNT, no contexto republicano, chegou a ter mais de um milhão de filiados e a sua hegemonia, compartilhada com a UGT, não era determinada pela dinâmica dos grupos. Algo que, como coloca Tavera, não diminui a importância da militância grupal no bojo do movimento anarcosindicalista, que segue sendo uma das temáticas menos estudadas pela historiografia do anarquismo espanhol. GARCIA, Susanna Tavera. Anarquisme o anarquismes? La història d'un desplegament revolucionari heterogeni, 1930-1938. *Catalan Historical Review, Revista d'Història Cultural*, Barcelona, v. 1, n. 5, 2012.

²⁹⁷ A origem dos grupos de afinidade não ocorreu em solo espanhol: na França, décadas antes do caso espanhol, no início da segunda metade do século XIX, ocorreu o surgimento de grupos fundados na ação direta violenta. Dentre eles destacavam-se militantes como Joseph Dejacque e Ernest Coeurderoy. Dejacque pregava, abertamente, “uma campanha para a abolição definitiva da religião e da propriedade, da família e do Estado que seria levado a cabo por pequenos grupos anarquistas de 3 a 4 ativistas diretos dispostos a empregar o aço, o veneno e o fogo para apressar a destruição da velha ordem”. WOODCOCK, George. *Uma história das ideias e movimentos libertários*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1975.

²⁹⁸ Por conta da falta de acesso aos documentos internos dos grupos de afinidade do final da década de 1910, resulta árdua a tarefa de inferir, de maneira assertiva, o perfil exclusivamente classista desta nova geração de grupos de afinidade. Ao mesmo tempo, a partir da bibliografia consultada, pudemos constatar a presença de dezenas de militantes anarquistas da CNT, filiados aos sindicatos e que também se atrincheiraram nos referidos conflitos do período. Alguns historiadores ressaltam, contudo, a presença de elementos duvidosos no que tange ao comprometimento com a classe operária. Tratava-se, pois, de indivíduos afeitos ao pistoleirismo, que chegaram a efetuar ações diretas violentas, investidos como profissionais pagos pelos sindicatos. Cf. CALLEJA, Eduardo González. *El mauser y el sufragio. Orden público, subversión y violencia política en la crisis de la restauración (1917-1931)*. Madrid: CSIC, 1999.

Por fim, podemos incluir a disputa entre os projetos estratégicos das principais tendências no interior da CNT, elaborados principalmente no período republicano. Enquanto a vertente sindical nutria simpatia visceral pela greve como melhoria nas condições de vida e, em um segundo momento, pela greve geral, esses grupos puramente anarquistas não abriam mão da propaganda pelo feito e pelas ações diretas violentas, objetivando criar a tão propalada faísca que encheria o país da chama revolucionária e, com isso, mobilizaria o proletariado para a transformação social.

O TYL era o órgão de imprensa oficial da FAI que, por sua vez, como bem assinala Victor Taibo, “estava formada por centenas de grupos de afinidades compostos por entre 10 e 15 pessoas que se orgulhavam de sua independência e do seu grupismo organizativo como um traço que demonstrava coerência com os princípios anarquistas”²⁹⁹.

Sendo assim, a defesa dos grupos de afinidade pelo TYL não se desenvolvia direta e clamorosamente tal como nas constantes discursivas doutrinárias anteriores. As entrelinhas das publicações, a respeito dos grupos, nos oferecem uma percepção de organização grupal com a finalidade de lutar pela revolução social – algo que preenche, ao nosso ver, o aspecto doutrinário determinante. Em outras palavras, a opção editorial pelas extenuantes publicações, as quais retratavam a criação de novos grupos, em si, pode ser compreendida como um mecanismo narrativo indireto de apologia ao grupismo insurgente.

Um outro aspecto que aponta na mesma direção são as declarações de princípios dos grupos recém-formados. Em praticamente todos existem referências à imediata filiação à FAI e a busca pela emancipação integral da classe trabalhadora. Com bastante frequência observamos casos nos quais a formação do grupo incita a ação direta violenta e a necessária organização grupal como condições *sine qua non* para se colocar em prática a insurreição anarquista – orientando, inclusive, seus militantes a se engajar nas respectivas federações locais e regionais.

Em muitos casos, a declaração de princípios vinha acompanhada de uma justificativa e/ou motivação para a criação dos referidos grupos. Nelas, as constantes discursivas, que já foram apresentadas, mesclavam-se. Muitos grupos aludiam a sua criação exaltando a iminência revolucionária; outros atentavam para a “nefasta república”, que agia de forma violenta, opressora e indignante. Em muitíssimos casos, havia uma reverência e um voto de solidariedade a todos os militantes presos e deportados. Também não faltaram exemplos de grupos que destacavam uma conjuntura especialmente favorável ao advento do

²⁹⁹ GOMEZ-LIMON, Victor Taibo. *La revolución inconclusa – El movimiento anarcosindicalista*. Madrid: Marcial Pons, 2013, p. 29. Tradução nossa.

comunismo libertário. Em suma, características como antipoliticismo, triunfalismo, exaltação aos mártires etc., carregavam pequenos textos com uma notória carga doutrinal que, no nosso entendimento, justifica a apreciação das pequenas publicações.

Por isso, preferimos apresentar uma perspectiva geral dos grupos a partir das publicações que fazem referência ao modo como foram criados. Deixamos destacados o nome do grupo, a data de publicação, o local³⁰⁰ e a principal motivação apresentada³⁰¹. Em seguida, daremos especial atenção para a justificativa manifestada em cada um deles para inferir – dentro da clara limitação imposta por este tipo de fonte primária – uma tipologia dos grupos de afinidade filiados à FAI³⁰².

Observando, atentamente, as principais motivações manifestadas pelos respectivos grupos, há algo que surge como um obstáculo no intento de inferir mais conclusões a respeito: a maioria dos pequenos relatos traz uma narrativa vaga e imprecisa. Concepções de como propagar o ideal – provavelmente aquela que mais se repete – podem ser concebidas tanto por meio da ação direta quanto pela dedicação no setor de formação política nos ateneus, nas escolas racionais e nas demais instituições de sociabilidade anarquista. A própria concepção de propaganda pelo feito reforça a dubiedade discursiva.

Mesmo as apresentações daqueles grupos que se concentram na acepção de lutar pelo ideal, a dubiedade permanece. Na cultura política insurrecional, todas as formas de expansão do ideal anárquico compreendem a ideia de luta por excelência. No discurso presente no jornal, a luta pela difusão dos ideais a partir dos ateneus carrega o mesmo sentido da luta a partir de ações diretas. A exceção são alguns casos em que se fala abertamente de criar ateneus e centros de formação política, ou, por outro lado, “efetuar ações diretas para acabar com o nefasto regime vigente”, no qual não há como se separar os grupos a partir das referências semânticas. Há, ainda, os grupos que alegam realizar o duplo trabalho de convencimento político e de luta cotidiana e, mesmo nesse quadro, a luta cotidiana não é detalhada ao ponto de podermos mensurar as táticas de ação direta e os seus resultados.

³⁰⁰ A respeito da localidade declarada, optamos, didaticamente, por citar a cidade e a respectiva comunidade autônoma – entidade político-administrativa da Espanha superior à província e imediatamente inferior ao Estado Nacional, que confere uma representação espacial mais significativa para os leitores não familiarizados com as minúcias geopolíticas espanholas. Andaluzia, Catalunha, Castilha, País Basco, Aragão nos remetem, mais precisamente, à sua localidade do que, propriamente, às províncias, tais como: Jaén, Segóvia, Castellón, Cuenca, Huelva, entre outros.

³⁰¹ A tabela com os referidos dados se encontram entre os anexos do presente trabalho com o nome de Tabela 1.

³⁰² Ainda que o espaço amostral não seja estatisticamente representativo, os 362 grupos encontrados, ao menos, ilustram a capilaridade da organização grupal em grande parte do território nacional. Outrossim, destacamos apenas, os grupos recém-formados, pois centenas de outros, criados anteriormente ao período estudado ou, mesmo, durante – e que não foram publicados – nos dariam uma efetiva representatividade da organização grupal anarquista no contexto republicano.

Outrossim, recorremos a um referencial teórico que nos pareceu profundamente balizado para a possível construção de uma tipologia dos grupos de afinidade. Susanna Tavera concebe a existência de três principais tipos de grupos – os quais também eram definidos, tal como tentamos por meio da referida Tabela – a partir das principais tarefas que buscaram realizar: de ação, a sindical e a cultural. A própria autora reconhece que tal tipologia é, antes de tudo, mais uma ferramenta analítica do que um correspondente exato da dinâmica dos grupos anarquistas – inclusive porque muitos militantes participavam de vários grupos (algo que era determinado, em grande medida, pela rede de sociabilidade desenvolvida no local de militância)³⁰³.

A partir do referencial em evidência, no caso, se torna menos arriscado realizar uma possível inferência dos dados apresentados. Grosso modo, acreditamos que praticamente todos os grupos que o TYL publicou (seguidos de suas respectivas justificativas) estão inseridos nessa tríplice possibilidade. Em alguns casos, inclusive, abarcando dois tipos de conjuntos de tarefas. Ressalva-se que o grupo de afinidade do tipo cultural envolve desde atividades de formação política, de acesso às obras literárias e peças de teatro, bem como bibliotecas.

Prosseguindo em sua análise, Tavera reconhece que a dinâmica dos grupos foi o principal amálgama e que possibilitou o crescimento da tendência insurrecional no período republicano. A fragilidade institucional das federações anarquistas e a efemeridade de muitos grupos poderiam, erroneamente, nos levar à conclusão de que a forma de organização grupal seria, naturalmente, preterida pela filiação sindical no contexto de relativas liberdades políticas como ocorreu durante a 2ª República.

Ao contrário, a FAI e a consequente defesa da organização anarquista em grupos, paradoxalmente, cresceu de maneira exponencial no referido período. Muitos fatores determinaram tal crescimento, tais como: o relativo êxito na tática da *Trabazón*, a inserção dos líderes da FAI nos quadros de mando da CNT a partir de 1932, o contexto histórico de crescimento generalizado da violência política como fenômeno arraigado em diferentes ideologias no decorrer década de 1930 etc. A partir da análise de Tavera – que nos pareceu original e pertinente – podemos incluir as relações sociais derivadas do grupismo também como um contributo fundamental para a expansão da FAI.

³⁰³ A diversidade grupal era, portanto, fluída, uma vez que determinado militante poderia, ao mesmo tempo, participar de sua célula sindical, de grupos de ação para disparar tiros, de núcleos de ócio para o naturismo, de idas ao campo para o aprendizado de esperanto, entre outros. GARCIA, Susanna Tavera. Grupos de afinidad, disciplina bélica y periodismo libertario, 1936-1938. *Historia Contemporánea*, Madrid, v. 1, n. 9, p. 167-192, 1993.

Na sua argumentação, a coesão dos grupos supria a carência organizativa centralista. A solidariedade se insere, portanto, como um amálgama do movimento e, inclusive, como um componente coercitivo, o qual dificultava a saída dos membros e revestia o grupo de autoridade. Nesses grupos, como bem aponta Tavera, existiam os chamados *judicis d'honor*, espécie de julgamento moral estabelecido pelos próprios grupos em relação aos seus participantes. Comportamentos considerados desviantes, ou seja: proximidade com militantes trentistas ou republicanos, ações diretas individuais sem consulta ao grupo, participação em atividades de cunho político-institucional, enfim, atitudes incompatíveis com todos os elementos doutrinários já explicados caracterizavam motivos para a expulsão de determinados membros do grupo³⁰⁴. Assim, eram forjados rígidos códigos de conduta e de relações sociais baseadas na lealdade integral ao respectivo grupo³⁰⁵.

Deliberadamente, TYL ocultava os mecanismos de controle coercitivos e os julgamentos de honra. Parece-nos perspicaz tal atitude, tendo em vista que semelhante comportamento poderia ser considerado um afronte autoritário à doutrina anarquista, tão expressa em suas páginas. Para se ter uma ideia, nos seis anos de análise do jornal, encontramos pouquíssimos casos de juízos de honra publicado no TYL. Um deles, em particular, apareceu como um informe impresso, no qual se coloca “ao conhecimento de todos os companheiros e grupos que o companheiro Frasset fica desqualificado por tempo indeterminado até que o Comitê Local de Grupos Anarquistas de Hospitalet e o Comitê Comarcal do Baixo Llobregat de relações anarquistas o determine”³⁰⁶.

Curiosamente, o próprio jornal publicou, três meses depois, o retorno do referido militante às atividades normais da federação de grupos. Contudo, não há qualquer referência, nem ao motivo da expulsão, nem ao do seu retorno. Vejamos:

³⁰⁴ GARCIA, Susanna Tavera. Anarquisme o anarquismes? La història d'un desplegament revolucionari heterogeni, 1930-1938. *Catalan Historical Review, Revista d'Història Cultural*, Barcelona, v. 1, n. 5, p. 225-238, 2012.

³⁰⁵ Pere Sola argumenta na mesma direção. Segundo o autor, a sociabilidade primária tornou-se um “cimento social da comunidade”: as relações sociais nos bairros transcendiam os laços exclusivamente familiares e se consolidavam como um mecanismo de união e de ajuda mútua que reforçava a opção pela organização, por meio dos grupos de afinidade. Dolors Marin, em sua análise sobre os grupos de afinidade, os apresenta como grupos informais que se estabeleciam a partir da miscelânea cultural dos bairros operários, nos quais existia uma complexa rede que envolvia a família, os espaços de mobilização política – como os ateneus – e as estruturais locais sindicais. A autora não busca estabelecer uma tipologia e apresenta, de forma conjunta, como grupos que desenvolviam ações sindicais e políticas com uma “extraordinária solidariedade”, motivados pela ação propagandista e autoeducadora. GUSSYNER, Pere Solà. Grups culturals llibertaris i revolució social a l'àrea de Barcelona durant la II República. In OYON, José Luis. *El Cinturón Rojinegro. Radicalismo cenetista y obrerismo en la periferia de Barcelona (1918-1939)*. Barcelona: Ediciones Carena, 2004. SILVESTRE, Dolors Marin. La llarga tradició de la revolta. Records i testimonis del procés de construcció de la cultura llibertària a la Catalunya dels anys vint. *Revista d'etnografia de Catalunya*, Barcelona, v. 1, n. 11, p. 119-130, 1997.

³⁰⁶ *Tierra y Libertad*, Barcelona, 09 de setembro de 1932, p. 2. Tradução nossa.

FAI. Comarcal do Baix Llobregat. Fica suspensa a sanção moral imposta ao companheiro Frasset, da localidade de Hospitalet a quem os companheiros podem seguir dando confiança da qual ele é credor. Sirvam estas linhas de satisfação ao referido camarada e de orientação a todos os demais³⁰⁷.

A defesa do grupismo insurrecional, realizada pelo TYL, oculta também outros elementos aos quais cabe destaque. A estrutura organizativa da federação e a dificuldade de estabelecer um programa unificado de atuação geravam grupos muito heterogêneos entre si, unificados, fundamentalmente, por um afã transformador – sem nutrir uma perspectiva estratégica elaborada em comum.

A FAI era, nessa ordem, estruturada por meio do grupo de afinidade, da federação local, da comarcal e da federal. Na prática, muito pouco da estrutura regimental, elaborada no ano de sua fundação (em 1927), foi, efetivamente, colocada em prática. Em que pese existissem federações locais de maior vulto, como as de Barcelona e de Madrid, por exemplo, a dificuldade de se fundar uma federação local (ou comarcal) e mantê-la era considerável. O próprio TYL apresenta muitos informes de diferentes federações locais clamando pelo auxílio de seus filiados e por uma maior organicidade.

Stuart Christie evidencia as possíveis heterogeneidades, as quais nos parece de fundamental importância apresentar³⁰⁸. O autor menciona, por exemplo, uma grande querela ocorrida entre a Federação de Grupos de Madrid e a de Barcelona: Miguel Gonzalez, destacado militante da FAI de Madrid, chegou a condenar abertamente a maneira – considerada, por ele, como autoritária – por meio da qual os faístas de Barcelona efetuavam a *Trabazón*. Na sua visão, a FAI não deveria militar nos sindicatos tendo como norte o acesso aos cargos centrais da confederação – algo que, efetivamente, estava se produzindo no contexto catalão a partir de 1932.

Christie apresenta, ainda, um outro exemplo bastante significativo da diversidade no interior da FAI. Ramon Alvarez, um dos principais dirigentes da Revolução de Astúrias, de 1934 – na qual adentraremos adiante – ocupava o cargo de secretário-geral do Comitê Regional da CNT de Astúrias, em 1933. Ele era militante filiado à FAI e também participava do grupo de afinidade Solidariedade, capitaneado pelo principal líder sindicalista, Angel Pestaña. Em que pese sua filiação faísta, na Assembleia Geral da CNT de 1933, este pautou suas ideias em franca oposição ao imediatismo insurgente da FAI, tal como podemos observar no trecho de sua fala:

³⁰⁷ *Tierra y Libertad*, Barcelona, 16 de dezembro de 1932, p. 3. Tradução nossa.

³⁰⁸ CHRISTIE, Stuart. *We, the anarchists. A study of the Iberian Anarchist Federation (FAI) 1927-1937*. Edimburg: AK Press, 2008.

Revolução não é o mesmo que greve geral que pode ser chamada num determinado dia do mês. Revolução é um fenómeno social que se produz no seu próprio tempo, determinado pela consciência dos homens, que pode acelerar ou retardar, mas que não acontece simplesmente por se marcar uma data[...]. Em Astúrias, nós pensamos que aqueles que acreditaram que Espanha estava pronta para a Revolução, foram vítimas do próprio entusiasmo [...]. Em seu lugar, necessitamos manter a calma e fazer análises lúcidas da situação³⁰⁹.

O tom de seu discurso o aproxima muito mais do campo trentista do que, propriamente, faísta. Considerando sua postura, Ramon Alvarez era um militante filiado à FAI e era líder daquele que seria o intento insurrecional mais destacado do período republicano.

Para concluir a seção, a particularidade da narrativa do jornal na defesa do grupo de afinidade insurgente aparecia de forma menos explícita, na qual os componentes doutrinários eram expressos – muitas vezes nas entrelinhas das pequenas publicações a respeito da formação dos grupos de afinidade. Por outro lado, a apologia ao grupismo ocultava as heterogeneidades dos grupos de afinidade e os mecanismos coercitivos, os quais delineavam o comportamento de seus militantes. Ressalva-se, por fim, as limitações já destacadas, as quais nos impedem de realizar um aprofundamento na dinâmica dos grupos e na complexa relação existente nas respectivas federações.

3.1.6 A estratégia frente ao sindicato: reforma como inimigo, os reformadores como traidores e a enérgica resposta por meio da estratégia de cooptação no meio laboral

A postura doutrinal adotada pelo jornal em relação ao binômio reforma versus revolução, não apresenta qualquer hesitação: é incondicionalmente defensora cotidiana da insurreição anarquista. A defesa dos princípios antipolíticos, geralmente, é incorporada ao seu viés antirreformista, uma vez que os “reais defensores do anarquismo” não aceitam nenhuma forma de diálogo e de aliança com qualquer instituição política – sejam partidos ou o Estado. Sendo assim, todas as tratativas que os trentistas fizeram com os republicanos para a derrubada da monarquia e a proximidade com alguns setores de esquerda durante a 2ª República foram consideradas como traição e como grande objeto de crítica por parte dos grupistas.

³⁰⁹ *Ibidem*, p. 95-6. Tradução nossa.

A proposta nos parece bastante clara: os insurrecionais buscavam se isolar como a única alternativa política de oposição ao regime e, ao mesmo tempo: (1) reivindicar ações diretas e insurgentes como a única estratégia política válida para desestabilizar a república, bem como (2) menosprezar as alianças políticas com partidos ou a busca por reivindicações de leis³¹⁰.

O Manifesto dos Trinta, um acordo realizado pelos líderes sindicalistas da CNT – cujo nome serve de epíteto para seus seguidores (trentistas) – ocorrido em agosto de 1931, é, muitas vezes, colocado como uma prova da postura anti-insurrecional de seus signatários³¹¹. Entendemos que tal manifesto foi, antes, uma resposta à postura dos faístas de total confrontação com o regime republicano recém-instaurado. No entanto, o documento traz um notório tom de moderação e de passividade diante do novo regime, além de apontar inúmeras críticas aos faístas – mesmo que uma referência explícita não esteja presente.

Para se ter uma ideia do nível de moderação do discurso trentista, Juan Peiró, que também assinou o Manifesto, publicou como chefe editorial do Jornal *Solidaridad Obrera* – exatamente um mês após a proclamação da república, em um artigo do qual destacamos este trecho:

A CNT diante do momento atual. Queremos deixar claro que a CNT não é contra a república. Mais do que isso, conscientes de que ela representa a alma das massas, a CNT concorda em se opor, por todos os meios necessários, a qualquer tentativa de golpe de Estado reacionária. Querendo ou não, as consequências políticas obrigam-nos a defender a república³¹².

Em todo caso, esta moderação correspondia a uma visão estratégica contumaz, o que faltava aos faístas. Os sindicalistas preferiram aceitar a existência do Estado Republicano com um discurso trajado de civismo: afrontavam o governo federal apenas com relação às leis

³¹⁰ Tentaremos provar, em um segundo momento, que os insurrecionais não agiam sem contabilizar a correlação de forças ou ultimando, sempre, a insurreição. De um lado, há aquilo que se estabelece como padrão de discurso; do outro, está a prática destes grupos, muitas vezes representados pela FAI. E, conforme veremos, havia um diálogo de suas ações com a conjuntura política que se vivia. Nas entrelinhas do jornal também é possível perceber algumas reivindicações contrárias a leis que desfavoreciam o movimento dos trabalhadores ou pela libertação de presos políticos, por exemplo.

³¹¹ Entretanto, muitos faístas acabaram outorgando a chancela de reformista – mesmo para os sindicalistas que atuaram no período que antecede ao Manifesto. Ricardo Sanz, um dos mais representativos militantes faístas – que teve atuação destacada no período do triênio bolchevique e nos principais grupos de afinidade durante a ditadura de Primo de Rivera – argumenta, em sua obra autobiográfica, que o ideal reformista trentista se iniciou no Congresso do Teatro da Comédia, em 1919. Em sua visão, o principal líder sindicalista da década de 1910, Salvador Seguí – que, inclusive, foi morto pelos paramilitares patronais – efetuou manobras “políticas” naquele Congresso, tentando aproximar a CNT dos partidos políticos de esquerda e buscando uma ampla coalização contra a repressão no meio operário. SANZ, Ricardo. *El Sindicalismo y la Política. Los Solidarios y Nosotros*. Toulouse: Dulaurier, 1966. É também de sua autoria, um famoso folheto da FAI, intitulado *Los Treinta Judas*.

³¹² *Solidaridad Obrera*, Barcelona, 14 de maio de 1931, p. 1. Tradução nossa.

que limitavam o poder de atuação nos sindicatos. Outros temas de natureza política e que não guardavam correlação direta com a central sindical eram ignorados. Já os faístas, exatamente por conta desta debilidade de projeto estratégico e pelo viés antipolítico radical que, ao nosso ver, não lograram a massificação no meio operário, tal como o pretendiam.

A estratégia consistia em aproveitar a legalidade para disputar o projeto sindical hegemônico da UGT socialista. Durante toda a década de 1920 (mesmo no período da ditadura de Rivera), a UGT aceitou participar da pauta trabalhista do governo³¹³ e, com isso, chegou aos anos de 1930 apresentando uma poderosa estrutura. Conscientes deste avanço socialista no meio operário, os cenetistas entendiam que a trégua ao regime era o único caminho para a sua expansão e para a disputa de projeto sindical nacional.

Tal postura feria, em parte, o alicerce antipolítico da entidade por abordar, abertamente, a defesa de um regime político instituído. Tais palavras aumentavam a munição dos faístas que, tal como já vimos, não abriam mão, sob nenhuma hipótese, do inflamado discurso purista antipolítico. O Manifesto dos Trinta também se valia desta postura de semilegitimidade republicana, porém não a escancarava da mesma maneira que o artigo acima referenciado.

O primeiro esboço do Manifesto foi, basicamente, uma iniciativa de seu principal representante, Angel Pestaña, escrito em tom abertamente ofensivo e contrário à FAI e aos seus seguidores. Após muitas discussões entre os sindicalistas da CNT, decidiu-se que três renomados militantes redigiriam o seu conteúdo: Agostin Gibanel, Progreso Alfarach e Ricardo Fornells³¹⁴. O resultado foi uma crítica velada aos faístas como se pode observar nos trechos que condenam os grupos defensores de uma visão “cinematográfica, aventureira e simplista do processo revolucionário”. Até mesmo o termo “putchista” serviu como sinônimo de golpistas desesperados no Manifesto.

A partir desse conteúdo – declaradamente contra o imediatismo insurrecional preconizado pelos faístas – e sabendo-se da trajetória sindicalista anti-insurrecional da maioria de seus signatários, os assim chamados trentistas se tornaram um dos principais alvos de

³¹³ O historiador Manuel Macarro escreveu um interessante artigo, no qual analisa tanto o crescimento da UGT a partir dos jurados mistos – espécie de entidade corporativa do governo que atuava na mediação dos conflitos laborais durante a ditadura de Primo de Rivera –, como a tentativa dos sindicalistas da CNT de assimilar esta tática no período republicano. MACARRO, José Manuel. Sindicalismo y política. *Revista Ayer*, Madrid, v. 1, n. 20, p. 141-172, 1995.

³¹⁴ CHRISTIE, Stuart. *We, the anarchists. A study of the Iberian Anarchist Federation (FAI) 1927-1937*. Edimburg: AK Press, 2008.

ataques do TYL no que tange suas posturas reformistas, consideradas como inaceitáveis e como traidoras no meio laboral³¹⁵.

Tais acusações, para além de serem generalizantes pecam, em partes, por sua imprecisão histórica e uma falsa apropriação do legado cenetista. Como afirma Susanna Tavera, a CNT, desde a sua fundação, teve como principal objetivo o de criar as condições indispensáveis nas massas para a efetiva transformação revolucionária ser colocada em pauta³¹⁶. Desta forma soa pouco balizado as alcunhas de “moderado” ou “reformista”. E, em muitos casos, como veremos abaixo, o discurso trentista – de reforçar tais condições, de recusar o imediatismo insurgente e de efetuar uma análise menos triunfalista da conjuntura – é considerado como uma postura alheia aos princípios da confederação.

Em todo caso, no decorrer dos seis anos de publicação do TYL durante o regime republicano, a constante discursiva antirreforma/reformadores somente se alterou em intensidade, mas não em conteúdo. Em momentos de relativa estabilidade interior da CNT, a crítica aos “moderados” não aparecia com tanta frequência. Entretanto, o discurso agressivo contra os traidores do movimento anarquista se tornou, progressivamente, mais agudo e mais desqualificador na medida em que se deu a completa ruptura das duas principais tendências, de modo que os faístas saíram do imbróglio com boa parte da entidade, período que abarca meados de 1931 até o final de 1932³¹⁷.

Como vemos no primeiro exemplo, há, inicialmente, um tom de ameaça, de notificação e de marcação de posição. Os faístas começam a criticar algumas posturas dos trentistas, argumentando que poderiam se tratar de um grave desvio de conduta no que diz respeito ao nível de autonomia dos sindicatos:

³¹⁵ Não por acaso, durante os meses que se seguiram, os faístas lograram pressionar as instâncias superiores da CNT e conseguiram a renúncia de Angel Pestaña, do Comitê Nacional da confederação. Este fato marcará o início do projeto de hegemonização faísta, com a inserção de diversos de seus militantes nos principais cargos da entidade.

³¹⁶ TAVERA, Susanna. *Solidaridad Obrera. El fer-se i desfer-se d un diari anarco-sindicalista (1915-1939)*. Barcelona: Col·legi de Periodistes de Catalunya, 1992.

³¹⁷ É preciso salientar que, até meados de 1931, os trentistas, ainda, controlavam a maioria absoluta dos sindicatos filiados à CNT. No período, alguns poucos sindicatos eram controlados pelos faístas, dos quais se destaca o sindicato da construção de Barcelona – clássico reduto do faísmo. Sobre as dinâmicas de poder no interior da CNT, no período republicano, cf. EALHAM, Chris. *The crisis of organized labour: the battle for hegemony in the Barcelona workers' movement, 1930–6*. In *Red Barcelona. Social protest and labour mobilization in the twentieth century*. Londres: Routledge, 2002.

Desvios perigosos. [...]. Um sindicato, célula orgânica da CNT, não pode obrar como melhor lhe pareça sem ter em conta os princípios e as táticas da organização a que voluntariamente aquele organismo aderiu. [...] Desde que foi instaurado na Espanha a ditadura republicana que começou, como todos os regimes, metralhando o povo, ainda que, desta vez, "democraticamente", percebemos em nossos meios confederais uma adaptação ao conformismo e aos métodos de luta legalista e reformista, que vão deixando em situação ruim a seriedade e o histórico revolucionário da CNT. A funesta política de circunstâncias parece ser a linha de conduta seguida pelos "camaradas" representantes de um setor da Confederação. Vivemos momentos em que é mais propício duas manifestações: a violenta e a platônica; a ação é sobretudo da primeira, pela qual tão sublimes façanhas realizou nossa central operária, digna e herdeira até há um tempo atrás do patrimônio ideológico e revolucionário da corrente libertária que, dentro da primeira internacional, criou o nosso incomparável e muitas vezes esquecido Mikhail Bakunin³¹⁸.

Assim como nos artigos mais diretamente relacionados com a defesa de seus princípios antipolíticos, vemos, no exemplo acima, que a máxima "a emancipação dos trabalhadores deve ser obra deles mesmos" também é plenamente reivindicada. De fato, os redatores do TYL indiretamente – e, em alguns casos, de forma mais clara – se apresentam como os únicos e verdadeiros herdeiros dos princípios da 1ª Internacional.

Há um esforço tático subentendido no artigo, isto é, como os trentistas buscavam uma maior amplitude de inserção de massas, aproximavam-se dos trabalhadores com premissas puramente sindicais – de organização em defesa de melhorias das condições de vida a partir de greves locais, da luta econômica. Essa forma de aproximação era uma ameaça direta para a inserção dos faístas no meio operário. Eles tinham consciência de que o diálogo e a capacidade de mobilização, sem conteúdo doutrinário puramente anarquista, eram os mais eficientes. Sendo assim, a única maneira de destacar a sua forma de militância era acusando os chamados "moderados" de não serem genuinamente anarquistas, mas sim sindicalistas sem ideologia libertária.

No próprio artigo são associadas as práticas puramente sindicais ao legalismo e ao reformismo, ideia que não cabe nem ao legado da 1ª Internacional e nem em uma entidade declaradamente anarquista. Voltar-se para as lutas econômicas foi confundido com práticas políticas institucionais, as quais feririam o primado antipolítico da CNT.

³¹⁸ *Tierra y Libertad*, Barcelona, 25 de julho de 1931, p. 2. Tradução nossa.

Com isso, há dois projetos estratégicos de cooptação sindical que vão, paulatinamente, caminhando para o conflito público e aberto³¹⁹. O TYL não passou ileso por tais processos conflitivos e assumiu a postura faísta em defesa do modelo anarquista de propagar o ideal no meio operário: sem utilizar conchavos e sem apregoar a liberdade federativa radical dos sindicatos para atuar, exclusivamente, como entidades de classe na defesa de seus respectivos trabalhadores.

Um outro traço narrativo do discurso ideologicamente purista é a construção da ideia de que os trentistas estavam muito mais próximos do campo marxista do que do anarquista, de fato. Uma crítica que, desde os primórdios da primeira internacional, era considerada grave. Em se tratando de um contexto político no qual os socialistas faziam parte do governo republicano, a denúncia adquire um peso histórico ainda maior. A suposta proximidade dos trentistas com as práticas dos marxistas também cumpria a função de conceder uma maior legitimidade à orientação política faísta para se contrapor ao modelo de estratégia, exclusivamente sindical. Vejamos como se processa a “acusação” de marxistas:

Nem moderados nem extremistas. Há uma grande batalha em toda a imprensa sobre as duas tendências que existem no seio da CNT: uma chamada de moderada e a outra de extremista que, segundo as palavras de alguns, perseguem os mesmos fins. Sobre isso, vamos argumentar. Na CNT não há moderados nem extremistas, há simplesmente anarquistas e aqueles que não o são – ainda que assim se nomeiem e pareçam ser. Aquilo que separa os dois não é, portanto, uma questão de forma, mas uma questão de fundo, de princípios, de táticas, de fins; em uma palavra: aquilo que vai do "ser" ao "não ser". Uns querem desvirtuar os princípios apolíticos e federalistas que constituem a alma da CNT e outros querem manter incólumes esses princípios ácratas e revolucionários, zelando pela pureza do organismo confederal. Uns querem afastar a CNT das táticas revolucionárias, castrando as energias do proletariado com um vasto reformismo, orientando em direção à uma apaziguadora legalidade[...]. Uns querem o sindicalismo como plataforma burocrática, para substituir o Estado e a atual sociedade capitalista optando pelo centralismo, os outros querem que seja o verdadeiro comunismo libertário a base do mais amplo conceito federalista que substitua o atual sistema social. [...]. Estas são as duas tendências que se debatem continuamente no seio da CNT como se debatia no seio da primeira internacional as duas tendências do socialismo estatal de Marx e

³¹⁹ É necessário destacar que – para além das duas principais correntes que entraram em conflito no interior da CNT – estas divergências internas só foram possíveis pela imprecisão ideológica da entidade e pela substantiva autonomia dos grupos de afinidade filiados. A entidade, quase sempre, abdicou de defender princípios ideológicos rígidos como uma estratégia de filiação de trabalhadores comuns. Assim, consideramos improvável que as divergências internas não chegassem ao ponto de completa cisão como, de fato, ocorreu. Susanna Tavera argumenta, de maneira mais assertiva, que os conflitos entre grupos é que determinaram a dinâmica de poder da CNT desde as Federações Locais, passando pelas Comarcais e até a Comissão Federal da entidade. Anna Monjo, que possui uma obra de referência sobre a participação política dos filiados na CNT, menciona, inclusive, que os debates ideológicos no interior da entidade eram, na prática, proibidos ao militante de base que atuava nos sindicatos. GARCIA, Susanna Tavera. *La historia del anarquismo español: una encrucijada interpretativa nueva*. Ayer, Madrid, n. 45, p. 13-37, 2002. MONJO, Anna. *Militants, democracia i participació a la CNT als anys trenta*. Barcelona: Editorial Laertes, 2003.

antiestatal de Bakunin. Não há, portanto, moderados e extremistas na CNT, mas sim sindicalistas e anarquistas³²⁰.

Os dois exemplos acima comportam uma crítica profunda ao setor sindicalista, acusando-o de propagar um desvio ideológico e, no caso do último artigo, de serem mais próximos da matriz marxista de interpretação da realidade social – por conta de sua hipotética estratégia de sobreposição do estado burguês por uma estrutura burocrática sindical estatizante ou por outro Estado operário – o que, na visão dos faístas, significava o mesmo.

Já no próximo artigo, há um elemento mais radical da crítica, ou seja, os trentistas são acusados não apenas de tentar frear a ânsia revolucionária do povo com suas propostas “reformistas e castradoras”, mas também são considerados um dos principais culpados pelos crimes de repressão do Estado. Com o título “Atualidade Revolucionária” o texto sugere que a repressão denotada pelas cadeias “cheias de trabalhadores” e devido ao fato de que “muitos camaradas partiram rumo a Bata [Nova Guine]”, ou seja, foram deportados, não assusta o governo em relação às possíveis ações violentas e protestos por parte dos cenetistas, pois os trentistas “apregoam a incapacidade das massas para viver no regime libertário, um critério eminentemente refratário e governamental que agrada, enormemente, os inimigos do proletariado e da revolução social. E o artigo é concluído com uma afirmação que não deixa dúvidas quanto à culpa dos trentistas na medida em que tal postura “é, provavelmente, a que mais dificulta o triunfo do proletariado, a que divide em dois bandos os trabalhadores, a que originou a luta de tendências dentro da CNT e a que assassina a revolução começada”³²¹.

No plano argumentativo, o martírio dos abnegados heróis militantes – que estavam lutando cotidianamente pela implantação do comunismo libertário e que foram presos ou deportados para Guine Equatorial (Bata) – é colocado em posição diametralmente oposta aos trentistas. Estes, para além de não se disponibilizarem a lutar bravamente nos conflitos não laborais (e consequentemente não sofrerem as agruras impostas pelo regime), ainda tentam frear as ânsias libertadoras (as faíscas supostamente capazes de espalhar o fogo da revolução social pelo país).

Em outras palavras, a reprodução de um discurso que privilegia mobilização e a organização massiva, em detrimento de uma estratégia imediata de revolução social, é considerada, *ipso facto*, uma atitude contemplativa diante dos horrores perpetrados contra os mártires. Em uma leitura mais aguçada de tal excerto, não propagar a ideia da imediata

³²⁰ *Tierra y Libertad*, Barcelona, 08 de julho de 1932, p. 2. Tradução nossa.

³²¹ *Idem*, 26 de fevereiro de 1932, p. 2. Tradução nossa.

insurgência é o mesmo que ser conivente com o regime e, de certa forma, estimular a permanência das atrocidades cometidas pela república.

O que nos parece surpreendente no artigo é a hiperbolização dos resultados da postura supostamente contemplativa dos sindicalistas. Essa atitude crítica, ao nosso ver, é fruto da conjuntura daquele período: o nível de embate entre as duas tendências, no decorrer do ano de 1932, tornou oportuno aos faístas retratar os sindicalistas como cúmplices do Estado. Em alguns casos, como os do exemplo acima, o discurso sindicalista baseado na cautela já se projetava como uma razão suficiente para tratá-los como inimigos contrarrevolucionários a serviço do socialismo estatista, da burguesia e do Estado.

No plano doutrinal e narrativo, os embates ocorriam na dinâmica acima apresentada. Contudo, havia um componente prático e que extravasava a conflitividade discursiva. A maneira encontrada pelos faístas de impedir os propalados desvios nos sindicatos – e, conseqüentemente, na CNT – era a partir de uma estratégia intitulada *Trabazón*, explicada no capítulo anterior e que surgiu, no primeiro momento, nos discursos proferidos por lideranças da recém-criada FAI, no ano de 1928³²².

Parece-nos importante apresentar a maneira como os redatores do TYL abordavam tal imperativo estratégico e quais eram os seus argumentos para justificar a intervenção política e ideológica nos sindicatos. Como se pode verificar:

Os comícios da CNT, da AIT e da FAI. A posição defendida no congresso da CNT pelas delegações que propiciam "trabazón" espiritual e tática entre o organismo operário e a FAI, segundo correspondências que recebemos dos meios sindicais e de muitos camaradas que possuem cargos nos sindicatos confederados, foi bem acolhida pela parte consciente e revolucionária dos trabalhadores filiados. [...]. Trazemos esperanças pelo trabalho ideologicamente depurador ao qual nos propomos realizar no sindicato. É justamente ali que se deve dar a batalha contra essa influência industrialista e centralizadora. Faremos oposição a esse obreirismo, exclusivamente profissional, com nossos conceitos e aspirações em prol de uma economia humanizada, nós, os anarquistas sindicalizados e militantes do movimento operário confederal. [...]. Na assembleia da FAI sacamos uma grata impressão [...]. Os delegados da FAI, inspirados nas razões expostas anteriormente, acordaram pela atuação anarquista a ser desenvolvida em seus respectivos sindicatos³²³.

A ideia de focar o trabalho nos sindicatos com atuação em defesa dos princípios anarquistas nada mais é do que um prolongamento lógico do discurso dogmático dos anarquistas grupistas. Há de se ressaltar que um discurso com profunda ênfase na ação direta

³²² CASAS, Juan Gomez. *História de la FAI. Aproximación a la historia de la organización específica y sus antecedentes de la Alianza de la Democracia Socialista*. Madrid: Fundación Anselmo Lorenzo, 2002.

³²³ *Tierra y Libertad*, Barcelona, 1º de agosto de 1931, p. 4. Tradução nossa.

revolucionária não comporta militantes que centralizem os seus esforços apenas nas táticas de greves por melhorias de condições de vida.

A solução encontrada foi a de propagandear a atuação nos sindicatos da mesma maneira como atuaram nas outras esferas de militância: impulsionando o insurrecionalismo anarquista e combatendo as posições ditas moderadas – como, por exemplo, a defesa da autonomia do sindicato frente à CNT. Curiosamente, o próprio excerto traz a ideia de depuração, de uma acepção que exemplifica, substancialmente, a compreensão de anarquistas puros. A referência ao Congresso da CNT nos parece bastante significativa, uma vez que tal certame propiciou os primeiros embates abertos entre as tendências no período republicano³²⁴.

Há, contudo, casos em que a argumentação em defesa da *Trabazón* nem chega a mencionar a necessária oposição aos sindicalistas. A maioria das constantes discursivas, que já apresentamos acima, conferem também nexos argumentativo e justificativo em relação à urgência de se inserir os preceitos anárquicos e insurgentes nos sindicatos. No artigo “Normalidade e Revolução” consideram “o espírito revolucionário das organizações operárias como a única oposição real ao regime vigente”, portanto “devemos injetar em nossos sindicatos o vigor revolucionário do anarquismo” já que a conjuntura naquele momento é considerada como antessala da revolução: estamos às vésperas de lutar grandes batalhas contra a fauna republicana e capitalista³²⁵.

Como nos pressupostos ideológicos difundidos pelo jornal não existe uma forma de ação que seja válida no interior de tal regime e, ao mesmo tempo, é estabelecido que o sujeito revolucionário deve sempre lutar contra sua condição indigna, a única solução é o enfrentamento direto. Logo, a *Trabazón* aparece como a ferramenta adequada para difundir o ímpeto revolucionário nas massas operárias e, finalmente, de criar as condições para a implantação do comunismo libertário.

Por fim, apresentamos um caso bastante paradigmático, no qual a crítica profunda das práticas dos sindicalistas se transforma em discurso de completa excisão. Trata-se de um artigo de setembro de 1932, período no qual a separação das tendências estava praticamente consolidada, intitulado “A aventura dos oportunistas”. Com efeito, a crítica ao setor trentista é muito mais radical que nos exemplos anteriores. Esses são chamados de “chauvinistas do sindicalismo político” que “estiveram encobertos com a máscara do anarcossindicalismo”, mas que finalmente “os eternos oportunistas” mostraram sua verdadeira face. Os trentistas, com essa “vestimenta de anarcossindicalistas” se “apoderaram dos postos representativos da

³²⁴ O 3º Congresso Nacional da CNT ocorreu em Madrid entre 11 e 16 de junho de 1931.

³²⁵ *Tierra y Libertad*, Barcelona, 26 de dezembro de 1931, p. 1. Tradução nossa.

organização de Sabadell, lamentavelmente abandonada pelos anarquistas, e fizeram, adulando o espírito messiânico das multidões, que a política penetrasse no ambiente dos trabalhadores”. No fim do excerto faz referência a um manifesto dos sindicalistas de Sabadell e à obrigação de que os anarquistas devem ocupar os principais postos confederais com o objetivo de que “os servidores da burguesia não se apoderem das organizações”³²⁶.

Já não se trata, portanto, de críticas sobre desvios ou sobre posturas e que devem ser revistas para um melhor funcionamento da CNT. O artigo imprime, na atuação sindical dos intitulados moderados, o mesmo vigor crítico adotado na condenação do regime republicano. Em um contexto de máxima confrontação de tendências, a *Trabazón* aparece como uma condição *sine qua non* para que os trabalhadores consigam continuar na luta em defesa dos princípios libertários e da revolução social.

A matéria de capa do jornal realiza uma alusão direta a um dos estopins para a separação completa das tendências. Os anarquistas possuíam uma maior influência nos sindicatos de Barcelona, principalmente nas zonas industriais e nos subúrbios operários. No cinturão industrial externo à cidade – incluindo-se, aí, a cidade de Sabadell – havia um relativo predomínio de forças trentistas.

Em março de 1932, ocorreu uma Assembleia Regional dos Sindicatos da Catalunha filiados à CNT. Dentre os principais pontos de pauta estava o aumento das cotas sindicais para financiar o comitê pró-presos que, naquele momento, concentrava as suas forças na assistência das vítimas da repressão aos intentos insurreccionais de janeiro de 1932. A Federação Local de Sabadell vota contrariamente ao aumento da cota sindical. Tratava-se de uma federação controlada pelos trentistas e que se colocou claramente contrária aos referidos intentos insurreccionais. Por se tratar do momento no qual os membros da FAI já ocupavam a maioria dos principais cargos de alto escalão da CNT, a Federação Local foi expulsa. Com isso, ambas tendências passaram a tornar público, em seus respectivos jornais, suas diferenças com um tom forte e denúncia, o qual serviu como um catalisador da cisão

³²⁶ *Idem*, 23 de setembro de 1932, p. 1. Tradução nossa.

total de tendências³²⁷.

No contexto de agudização de conflitos internos da CNT, o rigor das críticas e as denúncias que foram apresentadas no artigo refletiam plenamente tal conjuntura. Como se pode perceber, o tom do discurso sobrepassa os limites de qualquer possibilidade de diálogo entre as duas tendências dentro da CNT e já prenuncia a inadiável separação completa dos setores. A partir da segunda metade de 1932, expressões como “inimigos da classe” e “servidores da burguesia” passam a figurar frequentemente no periódico como referência à tendência trentista.

3.1.7 Estratégia frente ao Estado: ilegalismo, belicismo e insurrecionalismo

A estratégia de atuação em defesa dos princípios anarquistas de viés insurrecional, não buscou apenas a inserção nos sindicatos. Como se pode observar claramente no discurso do TYL, a conclamação pela imediata derrubada do estado republicano era um lugar comum de seus artigos.

Já demonstramos como, a partir de seu pilar fundamental antipolítico, o jornal condenava o Estado, as suas estruturas e as suas ações repressivas, como uma forma de justificar uma ação violenta, a qual permitisse ao sujeito anarquista revolucionário se libertar deste jugo indignante.

Falta-nos estabelecer os mecanismos discursivos utilizados pelos redatores do jornal para situar a estratégia de combate cotidiana para derrubar o poder estabelecido o que, em grande medida, se reduziu à plataforma insurrecional – uma narrativa que correspondia a um extenuante e disciplinado esforço tático de assediar o Estado constantemente por meio de ações diretas violentas e/ou dos levantes insurrecionais. Algo que se convencionou chamar de “ginástica revolucionária”, termo surgido no contexto espanhol logo após a fundação da FAI, tal como vimos no capítulo anterior.

³²⁷ Os conflitos do Sindicato de Sabadell podem ser considerados como um marco no declínio das relações entre as tendências. Após a expulsão da Federação Local de Sabadell, muitos outros sindicatos foram expulsos ou, voluntariamente, saíram da entidade em defesa dos filiados de Sabadell. No período que se segue, os faístas, que haviam logrado o controle da Federação de Sindicatos de Barcelona, passaram, sistematicamente, a perseguir e a expulsar os membros filiados que fossem considerados trentistas. Esta postura autoritária se repetiu em diversas outras federações, nas quais os faístas faziam parte das Federações locais e/ou regionais. Meses após as expulsões em massa, os trentistas saem completamente da CNT e fundam os Sindicatos de Oposição. No ano de 1934, os sindicatos de oposição fundam a Federação Sindicalista Libertária, tendo como secretário-geral o próprio Angel Pestaña. Somente no Congresso da CNT, de maio de 1936, a unidade na confederação foi restaurada. Acerca da configuração geopolítica das duas tendências no polígono industrial de Barcelona e os conflitos do sindicato de Sabadell, cf. VEGA, Eulalia. *Radicales y moderados en Barcelona y su entorno: una reflexión sobre sus causas*. In: OYON, José Luis. *El Cinturón Rojinegro. Radicalismo cenetista y obrerismo en la periferia de Barcelona (1918-1939)*. Barcelona: Ediciones Carena, 2004.

Entretanto, inicialmente, se faz necessário uma ressalva de contexto histórico para alcançarmos uma compreensão melhor de como a cultura política, em defesa da violência, abarcava várias organizações políticas de diferentes tendências ideológicas. Santos Juliá – cujos trabalhos se destacam pela análise da cultura política violenta contemporânea espanhola – traz uma sucinta qualificação a esse respeito:

Recorrer à violência para transformar o mundo era uma atitude habitual entre os jovens anarquistas, comunistas ou socialistas nos 1930: muitos se alistaram nas milícias uniformadas e ocuparam suas horas de ócio realizando exercícios de instrução militar, quando os anos trinta já avançavam³²⁸.

Antonio Pedraza partilha dessa perspectiva e a expande. Em sua análise, afirma, inclusive, que setores radicais – seja de direita ou esquerda – carregavam o signo violento como uma ação legítima. A rebelião contra o poder se encaixava, portanto, como uma ideologia muito atrativa nesse contexto. A cultura política violenta, inserida em amplos setores militantes, acabou por forjar um temperamento militante agressivo, o que auxiliava no processo de expansão da proposta insurgente. O autor afirma, ainda, que os poucos anos de existência do Estado republicano e a forte polarização ideológica da década de 1930 corroboraram com o enraizamento social da ação política violenta³²⁹.

Julian Casanova apresenta um outro fator determinante para escolha da alternativa política violenta dos faístas, análise com a qual concordamos parcialmente. Segundo o autor, os sindicalistas trentistas aceitaram o novo regime e possuíam uma clara visão estratégica para aproveitar as idiosincrasias de um governo, formado por republicanos e por socialistas, para a sua expansão no meio operário. Como os faístas se “autoexcluíram” das instâncias de poder e das facilidades geradas pela nova conformação política institucional, não havia outro caminho senão proclamar ações diretas nas ruas e ocupar os espaços que lhes cabia, com o objetivo de enfrentar o Estado. Em outras palavras, radicalizar o discurso foi uma imposição decorrente de sua rigidez doutrinal, e não de um projeto estratégico bem definido³³⁰.

³²⁸ JULIÁ, Santos. *Violencia política en la España del siglo XX*. Madrid: Taurus, 2000.

³²⁹ PEDRAZA, Antonio Fontecha. *Anarcosindicalismo y violencia: la "gimnasia revolucionaria" para el pueblo. Historia Contemporánea*, Madrid, v. 1, n. 11, 1994, p. 153-182.

³³⁰ Podemos mencionar, ainda, a própria dificuldade de se conceber, enquanto estratégia, uma busca cotidiana pelo evento insurrecional, em razão da impossibilidade material e concreta de se planificar uma ação a médio e a longo prazo. A simplificação tática da ginástica revolucionária em insistir na defesa de ações diretas *ad infinitum*, dificultou uma perspectiva organizada de ação. De qualquer forma, há nuances no discurso e na prática insurrecional – as quais abordaremos em seguida – que esclarecem, ao menos parcialmente, a perspectiva estratégica do projeto faísta de revolução social. CASANOVA, Julian. La cara oscura del anarquismo. In JULIÁ, Santos. *Violencia política en la España del siglo XX*. Madrid: Taurus, 2000.

Sendo assim, parece-nos bastante natural que o jornal TYL imprimisse o discurso de guerra em suas páginas. A constante discursiva, de cunho belicista, permeava, frequentemente, os artigos do jornal. Em momentos subsequentes às tentativas de insurreição, esse instrumento narrativo aparecia de forma ainda mais agressiva e apologética da violência revolucionária.

Os redatores, principalmente nestes contextos de acentuado conflito, escreviam a partir de um belicismo manifesto na defesa de todas as táticas violentas e ilegais para conformar uma diversificada atuação, com o suposto objetivo de desestabilizar o regime e de criar as possibilidades concretas – muitas vezes chamadas de faísca – para incendiar o povo com as chamadas da insurreição.

As defesas do ilegalismo e das atividades não consentidas pelo Estado podem parecer uma obviedade à primeira vista. No entanto, parece-nos importante apresentar os argumentos que conferiam legitimidade a ação ilegal – sem contar que a perspectiva da ação ilegal, como tentamos demonstrar nos capítulos anteriores, é um traço característico da cultura política grupista desde os primórdios da década de 1870, principalmente após os levantes de 1873. Já no século XX, essa foi aprimorada e ressignificada pela experiência concreta de luta de classes do triênio bolchevique e da luta clandestina no período da ditadura de Rivera. Nas palavras do TYL:

O direito e a lei. É muito frequente ouvir dizer que um homem que estuda leis segue a carreira de direito. Isso é uma aberração e uma falsidade manifesta, pois, o direito e a lei são antagônicos. Em outras palavras, o direito e a lei são os inimigos mais irreconciliáveis. Pelo mero fato de haver nascido, a natureza concede ao homem o direito a viver, a se alimentar com os produtos da terra e a dormir sobre a mesma terra. Mas a lei o priva de exercer este direito. A lei não é obra da natureza, ela foi confeccionada por uma minoria de homens que se impõe a comunidade. A lei reconhece a propriedade privada e ampara aqueles que se apoderam de um pedaço de terra, privando a maioria de seu desfrute e de seus frutos. [...] quando há milhões de homens que morrem, literalmente, de fome enquanto os produtos apodrecem nos armazéns dos ladrões, é necessário pensar em fazer prevalecer o direito sobre a lei, tão manifestadamente injusta. Viver à margem da lei é viver a verdadeira vida. Viver dentro da lei é condenar à morte a humanidade³³¹.

De certa forma, o texto acima traz a perspectiva do jornal, já desenvolvida sobre os direitos naturais do homem e a sua justa luta em defesa de sua íntima dignidade humana, mas não apenas isto. O artigo manifesta, claramente, o primado da defesa desta dignidade em relação à legalidade imposta pelo regime político e pelas classes dominantes. O próprio fato de salientar uma vida às margens da lei, no contexto da nascente república (que possuía

³³¹ *Tierra y Libertad*, Barcelona, 19 de dezembro de 1931, p. 1. Tradução nossa.

relativa aceitação popular), nos oferece a exata dimensão da premissa incondicional da ilegalidade.

Nota-se, ainda, que o artigo aborda a ilegalidade de uma forma quase contemplativa, sem retratar os mecanismos violentos que podem ser empregados à revelia da lei. Em contraste com o exemplo, o próximo artigo, “Povo, à revolução social”, traz uma referência sobre como a necessária ilegalidade, e a subseqüente guerra a ser travada, são dimensionadas em contextos pós-levantes. A perspectiva insurrecional assume ares catastrofistas e iminentes: o povo é chamado para ir às ruas, para pegar em armas e para lutar, com o seu próprio sangue, pela instauração do comunismo libertário.

O artigo começa com alusão aos “sangrentos eventos de Sevilha”, do verão de 1931, a respeito dos quais trataremos em seguida, considerando-o como o início de uma Revolução. Como ocorreu uma restrição quanto à região, o texto condena tal fato: “deixamos criminosamente abandonados as façanhas viris, corajosas e heroicas de nossos camaradas sevilhanos”. Depois disso, repercutiu a repressão violenta abarcando “deportados e milhares de presos que agora sofrem nas cadeias da Andaluzia” além de 4 militantes assassinados. A conclusão a que se chega evidencia que para responder a essa indigna violência “devemos nos armar o quanto antes como seja, devemos estar dispostos a lançar-nos pela rua ao primeiro sinal”. O texto sugerindo diversas ações diretas violentas tais como “ocupar os campos, as fábricas, usinas e minas! Uma expropriação forçada! E depois, vamos colocar fogo nos registros de propriedade para que ninguém possa dizer: isso é meu”³³².

Muitas constantes discursivas, já enunciadas anteriormente, aparecem no artigo, tais como as do heroísmo do indivíduo abnegado e corajoso e a conseqüente construção do mártir, deportado ou preso; o triunfalismo da revolução, já em marcha, distorce a conjuntura do momento e há também a clássica ojeriza ao Estado que sempre será nefasto. Um elemento novo, apresentado por excerto, é o seu conteúdo belicista e insurrecional – profundamente emotivo, muito influenciado pelos recentes eventos ocorridos em Sevilha³³³. Acreditamos que um dos traços mais claros da ideologia insurrecional anarquista do TYL reside, justamente, na forma de expressar o imperativo da insurgência – principalmente após um levante fracassado e a sua conseqüente e severa repressão por parte do Estado espanhol.

³³² *Tierra y Libertad*, Barcelona, 19 de setembro de 1931, p. 4. Tradução nossa.

³³³ Entre 20 a 25 de julho de 1931, os militantes cenetistas de Sevilha declaram uma greve geral, com ações diretas violentas que acabaram se tornando um primeiro e breve ensaio insurrecional. A resposta da República veio com uma estrondosa repressão, que resultou na morte de 20 trabalhadores. A partir destes eventos, as tentativas insurrecionais tornar-se-ão, progressivamente, mais violentas e frequentes. MACARRO, José Manuel. Sindicalismo y política. *Revista Ayer*, Madrid, v. 1, n. 20, p. 141-172, 1995.

No exemplo que se segue há, mais uma vez, uma menção a diversas ferramentas narrativas, as quais já abordamos anteriormente. Entretanto, a compreensão do conflito como guerra é posta em evidência: uma notícia que, a princípio, destaca a formação de grupos da juventude libertária de um pequeno vilarejo, transforma-se num panfleto que distorce a realidade histórica, que defende a ilegalidade como oposição à obediência servil e que promove a via insurrecional como a única solução possível (e já em exercício).

O *nexus* argumentativo permanece: estado tirano que oprime o povo e que o torna escravo; este, por sua vez, deve lutar contra a indigna submissão mesmo que, através desta luta, seja morto, preso ou deportado. Este indivíduo, vítima de um estado facínora, será o exemplo a ser seguido na busca do triunfo revolucionário, que está próximo e que libertará a todos.

A narrativa belicista compreende uma conjuntura de guerra que, como tal, deve ser travada com a mesma violência conferida pelo inimigo – pois, como ressalta tal artigo, seria uma loucura não o fazer. O recurso narrativo que confere um estado de guerra à conjuntura retratada se torna o elemento aglutinador do discurso, a síntese que condiciona a ação permanente. Do TYL de março de 1932:

Palavras de alento. Da Juventude libertária de Sestao. Temos fatos diários que saltam à vista e que clamam justiça, como a deportação dos companheiros para Guiné Espanhola. [...]. Este governo, mil vezes mais tirano que do fatídico Rosas, acreditou que, devido a seus atropelos, iria acabar com a FAI e com a CNT. Que se esqueça deste propósito. O homem que, por sua convicção e por suas práticas e desenganos, alcança a produzir um ideal nobre, justo e humano não se dá por vencido tão facilmente como eles acreditam. [...]. Temos o companheiro Ascaso moído a pauladas na delegacia de polícia e, para que ele se reestabeleça, o colocam nas entranhas do navio Buenos Aires, rumo a Rio del Oro. [...] Correntes, limites e leis são a vontade dos déspotas, que laçam como o cabresto de um potro para prender nosso destino. Há, em nós, a insubmissão, mas em nós mesmos não nos demais. [...] O dilema é este: obedecer ou roubar. Nossa marcha é uma guerra. Na guerra, quem respeita a fortaleza inimiga é um louco e por sua loucura perece. [...] Companheiros caídos não desmaiem pelo despotismo governamental. Sejam fortes e mantenham-se firmes e altivos, pois tenho certeza, que voltarão rapidamente e que as senzalas espanholas serão derrubadas diante do ímpeto revolucionário para sempre³³⁴.

Para concluir a primeira parte da análise a respeito, exclusivamente, da estrutura argumentativa que conformava o viés insurrecional do jornal, deixamos para o final exemplos em que o insurrecionalismo é reivindicado na plenitude. Preferimos, inicialmente, construir o emaranhado argumentativo a partir dos principais elementos doutrinários e particulares, os quais fundamentam a defesa intransigente da insurreição para, uma vez assentada a sua base,

³³⁴ *Tierra y Libertad*, Barcelona, 18 de março de 1932, p. 2. Tradução nossa.

levantar exemplos manifestos e apologéticos do “fazer já”³³⁵. Nesses exemplos, fica facilmente perceptível boa parte das bases discursivas, assinaladas acima.

Em um artigo intitulado “Chegou a hora”, o texto sugere que não há mais espaço para relutância: “o momento é decisivo: ou nos deixamos assassinar vilmente, covardemente nas ruas, deixar que se derrube nosso baluarte, a CNT[...]. Ou nos lançamos valentemente nas ruas, declarando greve geral revolucionária em todo país e, definitivamente, iniciamos a batalha contra estes miseráveis que detêm o poder”. O objetivo é “evitar que a democracia socialista imponha a famosa lei de fugas e que continue a série de assassinatos em massa” pois, do contrário, “perdemos a oportunidade e não respondemos como homem ao desafio”. Na parte final, os redatores do TYL sugerem que, caso não haja uma ação viril e violenta por todo o país, “a responsabilidade do que aconteça amanhã será nossa”; e concluem com brados insurrecionais: adiante pela revolução social! Povo, atrás das armas para conquistar a liberdade³³⁶!

Podemos ressaltar deste excerto praticamente todos os elementos discursivos do insurrecionalismo grupista. Existe uma proposital maximização do poder de ação por meio da distorção da conjuntura, posta em tons triunfais. Há, também, uma qualificação extremamente negativa do regime, nos relatos de violência supostamente perpetrados pelo mesmo – e a referência ao indivíduo rebelde aparece, subliminarmente, ao ressaltar adjetivos “valentemente” em oposição a “covardemente”. A qualificação do momento como uma conjuntura de guerra também emerge.

Aquilo que o insurrecionalismo aporta de novo é a conjunção dos argumentos e a proposição do fazer já. Para reforçar a ideia do imediatismo insurrecional, existe um argumento impositivo, que é subjacente ao império da ação: existe sempre uma suposta responsabilidade histórica, um dever moral de se sair às ruas pois, caso contrário, esses indivíduos serão os responsáveis pela continuidade do regime, pelas prisões, pelas deportações e pelos assassinatos dos heroicos e abnegados militantes, vítimas do regime. Repare-se que a premissa do dever moral do agir é a mesma que é utilizada para atacar os trentistas: quem não age viril e violentamente é corresponsável pela opressão do Estado espanhol.

³³⁵ Ferran Gallego concebe a perspectiva do fazer já oportunamente. Em seu argumento, a ameaça constante da disponibilidade imediata de mobilização política em defesa de ações violentas, transmitia à classe dirigente um estado mobilizado permanente que, aos olhos dos insurrecionais, chegava a favorecê-los nos embates com Estado Republicano. MARGALEF, Fernando José Gallego. *Barcelona, mayo de 1937: La crisis del antifascismo en Cataluña*. Barcelona: Random House Mondadori, 2007.

³³⁶ *Tierra y Libertad*, 15 de agosto de 1931, p. 4. Tradução nossa.

O insurrecionalismo se caracteriza, portanto, por nunca expressar vacilo, temor, receio. Em praticamente todos os artigos nos quais essa proposta do levante insurgente está expressa, não existe margem para a ponderação vacilante: titubear é considerado como um sinal de debilidade, de relativo consentimento com o estado, de covardia, de postura política reformista e traidora que, para os faístas, são as práticas dos republicanos, dos socialistas e, em um segundo momento, até mesmo dos chamados sindicalistas puros.

No próximo exemplo, o autor do artigo não se limita à proposição do fazer já. Tal excerto é particularmente interessante, porque há uma estratégia de luta defendida, que aporta uma luz à maneira como os insurrecionais abordam o início do levante insurgente.

Passado, presente e futuro. Todas as conquistas do passado se devem a ação espontânea do povo que, em cada momento, teve esforçados campeões que a orientaram. [...] O presente é um pouco turvo não devido à força da qual dispõe o inimigo, mas devido à covardia daqueles que começaram se intitulado anarquistas ou socialistas e acabaram se tornando ditadores e enganaram a todos que haviam confiado neles. [...]. Nosso direito já não é uma questão de razão, é questão de força. [...] Todos os outros meios foram empregados e o inimigo burlou-se de nossas ações quando elas foram somente palavras. Feitos, feitos é o que necessitamos para romper nossas correntes, para poder sermos livres, poder construir e poder dar forma mais humana à vida. [...]. É a hora de promover consciência revolucionária, para poder formar minorias aguerridas, que possam orientar e apontar, na luta, um exemplo ou caminho a seguir para o povo faminto de pão e de justiça conquistar a liberdade que tanto anseiam. [...]. Hurra! A todos os rebeldes que, sozinhos ou acompanhados, lançam-se contra o inimigo para destruí-lo ou para seguir as pegadas de todos aqueles que lutaram no passado e nos deram tudo que possuíam: sua vida e liberdade. É o nosso dever fazer o mesmo. Cruzarmos os braços é suicídio³³⁷.

O trecho do jornal apresenta um paradigmático exemplo da visão que os insurrecionais possuíam sobre a viabilidade e a expansão do levante local – a faísca que se espalha como chama insurgente. Ainda que parcamente construído – por não seguir um modelo teórico ou um método rigoroso de ação – podemos destacar que os grupos de afinidade insurrecionais viam em qualquer ação violenta contra o Estado, em qualquer pequena localidade que fosse, um exemplo a ser seguido. A ação, em si, é considerada como um fecundo processo pedagógico, muito superior a qualquer formação política.

Existe, ainda, uma clara referência à ideia de vanguarda revolucionária. Muitas vezes chamada de minoria audaz, tais militantes seriam os formadores de consciências revolucionárias. Entretanto, o processo de cooptação de militantes não se daria pela proposta teórica de formação política, dado que o governo desconsiderou o método de organização – tal como mostra o artigo. Para além do fazer já, o agir é apresentado, ao mesmo tempo, como fazer, como educar pela prática e como cooptar pelo exemplo.

³³⁷ *Idem*, 25 de março de 1932, p. 1. Tradução nossa.

Não fazer, no caso, implicaria uma atitude covarde, irresponsável e traidora, pois não estaria confrontando o Estado da forma que a suposta conjuntura de guerra assim o determina. Não agir imediatamente implica viver no regime indigno, o que é o mesmo que morrer, ou, como sugere o artigo, “cruzar os braços é suicídio”.

3.2 Segunda Parte. *Entre el dicho y el hecho hay un buen trecho*: TYL e as contradições do discurso.

Na primeira parte de nossa análise sobre o jornal, tentamos estabelecer as bases narrativas do discurso insurrecional e, *pari passu*, as maneiras pelas quais a ideologia se manifestava nos seus escritos. Trata-se de um esforço analítico que implicou um recorte muito específico e grandemente direcionado.

O jornal, no entanto, não publicava apenas conteúdos acordes com a doutrina em questão. Pelo contrário, em muitos casos os artigos apresentavam contradições e uma outra faceta da ideologia grupista, sendo que, por vezes, foi ignorado por um considerável setor da historiografia do anarquismo espanhol no período republicano.

Como a defesa intransigente do imediatismo revolucionário aparecia em grau muitíssimo maior, acreditamos que alguns historiadores se deixaram levar por aquilo que entendemos como uma maximização do discurso violento, algo que não correspondia a tudo aquilo que os faístas organizados, efetivamente, tinham como percepção estratégica e tática³³⁸.

O jornal não era um instrumento proselitista monolítico e exclusivamente doutrinador. Muitos militantes que contribuíam com a publicação não escreviam apenas sobre o ideal insurgente, os seus princípios e as suas implicações práticas de ação. Por isso, na segunda parte, tentaremos apresentar elementos discursivos que colocam em cheque a ideia insurrecional do fazer já e do fazer sempre. TYL oferece um conteúdo narrativo plural e que nos serve de fundamentação para compreender as heterogeneidades do discurso. Na terceira parte do presente capítulo entraremos, finalmente, nas práticas divergentes e conflitivas no bojo do movimento anarquista insurrecional, durante o decorrer do regime republicano.

³³⁸ Na parte correspondente à análise historiográfica, a respeito dos insurrecionais na 2ª República, apresentaremos todos os autores que reforçam a caricatura da tendência insurrecional, caracterizada, exclusivamente, pela ação direta violenta irrefletida e sem qualquer projeto estratégico.

3.2.1 A formação política instrumental como propaganda necessária à revolução social

Uma primeira constante narrativa e que destoa do insurrecionalismo incondicional é a frequente publicação sobre a necessidade de formação política de seus militantes. Em artigos que dividiam a mesma página, muitas vezes, havia tanto uma apologia do fazer em detrimento do educar quanto textos em defesa de propagar o ideal pela leitura – com publicações de palestras de intelectuais anarquistas em ateneus ou trechos de livros de teóricos do anarquismo como Bakunin, Malatesta, Kropotkin. O próprio TYL manteve, durante um bom tempo, a publicação de um almanaque, que chegou a contar com milhares de leitores e com a presença substantiva de textos intelectuais³³⁹.

Além disso, o jornal frequentemente publicava propaganda de folhetos anarquistas de formação política, a custos módicos. No geral, eram textos de intelectuais clássicos do anarquismo, com pequenas obras ou trechos de livros de intelectuais e de militantes anarquistas contemporâneos – inclusive os espanhóis.

Havia ainda um número significativo de militantes que se dedicava, exclusivamente, a percorrer os rincões do país pregando a doutrina anarquista e insurrecional. Como bem coloca Gerard Brenan: “viajando de povoado em povoado, a pé, em mulas ou nos assentos dos trens de terceira classe, [...] organizavam novos grupos ou dirigiam campanhas de propaganda. Aqueles “apóstolos da ideia”, como eram chamados, viviam como monges mendicantes da hospitalidade que seus irmãos operários podiam oferecer a eles”³⁴⁰.

Assim, em meio a maioria de artigos apologéticos da insurreição, existiam artigos como o que segue abaixo, no qual além de indicar severa preocupação pelo tema da formação política, coloca, em primeiro plano, justamente o uso do folheto:

Sobre a propaganda. Envolvidas na luta permanente por suas reivindicações econômicas, as organizações operárias se preocuparam muito pouco pelo tema da educação, propaganda e dos problemas morais em geral. [...]. Há um fator importantíssimo da propaganda que se descuidou quase em absoluto: o folheto. Conciso, breve, cômodo e bem apresentado, o folheto é formidável veículo das ideias, que as transporta e as introduz por todas as partes. As revistas e os livros são caros e escassos; o jornal é receptáculo das inquietudes cotidianas, flor de um dia, destruído depois de lido. O folheto se guarda, se transmite e perdura. [...]. É preciso levar ao ânimo do nossos militantes e organizações a importância que a divulgação do folheto tem para a propaganda e as ideias. Se dedicamos a atenção devida a ele, os resultados que obteremos serão surpreendentes. A obra que, neste sentido,

³³⁹ Tal almanaque era de publicação anual – ao menos ao que tivemos acesso a partir da publicidade a seu respeito feita no TYL, no decorrer do ano de 1931. O exemplar correspondente ao ano de 1932 resultou em 240 páginas com “seletos textos dos mestres do anarquismo” e foi colocado à venda a partir de 25/03/1932. *Tierra y Libertad*, 14 de novembro de 1931, p. 4.

³⁴⁰ BRENAN, Gerard. *El labirinto Español: antecedentes sociales y políticos de la guerra civil española*. Barcelona: Ibérica ediciones, 1978, p. 89, tradução nossa.

realizam os amigos da *Revista Blanca* e *Tierra y Libertad* é prometedora e meritória. [...]. Para citar apenas alguns casos, há escritos recentemente publicados na imprensa por Alaiz, Santillan, Fabri, Rocker e outros que poderiam ser solicitados e editados o antes possível. Este é um trabalho que não deve ser adiado³⁴¹.

Ao contrário do que inicialmente retratamos, notamos uma preocupação além do eterno agir. O excerto associa a propagação da ideologia anarquista não apenas por meio do ato insurrecional, mas também pela difusão do folheto anarquista como mecanismo central.

Observamos uma ressalva sobre a importância dos dois únicos jornais de grande difusão de cunho insurrecional: TYL e *Revista Blanca*. Ao final aparecem, ainda, grandes referências teóricas para os faístas – tais como Felipe Alaiz e Diego Abad Santillán, que foram colunista do TYL – ou teóricos estrangeiros – tais como Rudolf Rocker e Luigi Fabri que, frequentemente, tinham trechos de obras publicados no TYL.

Há dezenas de relatos de grupos de afinidade com tendência cultural que organizaram excursões ou palestras em ateneus. A sociabilidade desenvolvida a partir dos bairros operários e das atividades culturais dos ateneus gerava um espaço de interação e de formação política, muito destacado pelo TYL, como vemos no seguinte artigo “Excursão Campestre”. Tal evento, organizado pelos grupos de afinidade Via Livre e Sol, teve a participação, segundo o artigo, de mais de 1.500 pessoas. O texto, no que segue, passa a relatar as principais atividades da excursão: “conferências ao ar livre foram organizadas [...], em seguida, foi proposto que as pessoas falassem sobre táticas do anarquismo” que teve, conforme o escrito, a participação de muitos militantes. Ao final, intervenções de alguns intelectuais do anarquismo espanhol como Federica Montseny, e internacional, como Max Netlau, havendo por fim a apresentação de cartilhas e folhetos escritos por Alejandro Gilabert³⁴².

As excursões ocorriam com bastante frequência, o que pudemos comprovar pela quantidade de publicações a respeito no TYL. Nesse caso, especificamente, destaca-se a presença de diferentes intelectuais de relevo do anarquismo insurrecional. Federica Montseny era filiada à FAI e era pertencente da famosa família Montseny, que publicava a *Revista Blanca*. Gilabert foi um dos principais editores do TYL e participou ativamente na construção do jornal. Ao final, percebemos uma clara declaração de filiação ideológica ao serem propagandeados a presença de Netlau.

Em um informe do Comitê Regional dos Grupos da Região Catalã, publicado no TYL, encontramos outro excerto em defesa da formação política. Trata-se de uma reunião

³⁴¹ *Tierra y Libertad*, Barcelona, 14 de novembro de 1931, p. 1. Tradução nossa.

³⁴² *Idem*, 08 de maio de 1931, p. 4. Tradução nossa.

ocorrida, dias após outra de maior importância, no Comitê Peninsular. Assim, ficou deliberado pela realização de excursões de propaganda nas cidades, nas quais as federações locais de grupos de afinidade estivessem constituídas. No entanto, em seu informe, a Regional da Catalunha supera a demanda peninsular, defendendo que “não apenas devemos preparar uma excursão de propaganda na própria cidade como também devemos fazê-lo nos povoados vizinhos que não tenham grupos constituídos para que se ampliem os efeitos saudáveis da propaganda anarquista”³⁴³.

Uma outra forma de publicar conteúdos, nos quais os redatores do jornal transmitiam uma preocupação com a necessária formação política prévia ao assalto final, deu-se pela declaração de princípios de diferentes grupos recém-criados. Ao mesmo tempo, destacava a organização em grupos e manifestava uma preocupação tática de educar os trabalhadores a partir da doutrina anarquista – e não somente pelo ato insurrecional, como a maior parte das publicações proclamava. Abaixo colocamos um dos documentos de princípios, que é bastante representativo da proposta. Vejamos:

Declaração de princípios. Com o nome de Juventude de Educação Libertária se constitui, em Madrid, uma entidade que terá por objeto o seguinte: agrupar jovens de ambos os sexos, sem distinção de raça e cor, que sintam as inquietudes sociais e o desejo de uma superação que faça do homem um ser livre social e individualmente e igual entre seus semelhantes social e economicamente. [...] O esforço desta agrupação tenderá a criar, nos jovens, uma convicção libertária com a finalidade de prepará-los, individualmente, para lutar contra todas as formas autoritárias, tanto no terreno sindical como ideológico. [...] levando ao ânimo do povo em geral e, particularmente de seus membros, a convicção de que, enquanto a igualdade econômica não for um fato, não será possível a verdadeira igualdade entre os humanos e que a igualdade econômica não será, tampouco, possível enquanto existir a propriedade privada e o Estado³⁴⁴.

No caso abaixo assinalado, apresentamos um informe da própria FAI, que abordava a necessária formação política. Obviamente que, diferentemente da formação a longo prazo que os faístas criticavam na postura trentista, toda formação deveria ser, minimamente, instrumental – para convencer a todos os trabalhadores de todos os cantos do país sobre a imediata necessidade de levar a cabo a revolução social.

No primeiro instante, não se pode considerar que os intelectuais do insurrecionalismo negassem, *a priori*, a formação política. O conflito desenvolvido entre as tendências sobre a questão da formação se resumia à análise de conjuntura: os trentistas alegavam que as massas não estariam, ainda, prontas para desencadear um evento

³⁴³ *Idem*, 11 de julho de 1931, p. 3. Tradução nossa.

³⁴⁴ *Idem*, 17 de outubro de 1931, p. 2. Tradução nossa.

insurrecional de grandes proporções e, com isso, encarregavam-se de transmitir uma mensagem diametralmente oposta àquela dos insurreccionais. A defesa da educação era um elemento plenamente compartilhado. A divergência residia no condicionamento ou não desta educação como um processo necessariamente prévio à deflagração da insurreição. No caso que segue, fica patente a sugestão de formação política instrumental da FAI:

Federação anarquista Ibérica. Imperativo de propaganda. [...]. Nestes precisos momentos de bancarrota do estado capitalista de transcendência importantíssima, julgamos que devemos falar uma linguagem sem eufemismos, dando voz a expressão concreta e sincera: propriedade dos povos sedentos de liberdade e de justiça. Cada palavra deve obrar como um poderoso golpe na consciência dos homens, de modo que, durante todos os instantes de sua existência, eles se lembrem que devem realizar feitos precisos e indispensáveis, cuja execução não pode nem deve ser postergada. [...] A FAI está realizando uma intensa propaganda por todos os povoados da Ibéria empregando, para isso, a tribuna, o jornal, o folheto e o livro. [...] Sabemos que em Barcelona, por exemplo, existem mais de 50.000 anarquistas e simpatizantes, dispostos a sair às ruas em defesa de nosso belo ideal anarquista arrastando, atrás de si, o grosso da população laboriosa. Mas existem lacunas, que não são pequenas. Estamos um pouco menos que desorganizados. De tal forma que duvidamos que, em um momento determinado, sejamos capazes de organizar o supremo ataque contra o estado e o capitalismo organizados. Oh anarquistas! Necessitamos organização, organização e mais organização³⁴⁵!

O tom apresentado no excerto, no que diz respeito a pauta insurrecional imediata, parece-nos como um ponto completamente fora da curva, pois é um dos únicos textos de autoria da própria FAI que evidencia um problema estrutural de organização, por conta da falta de formação política prévia. A referência aos milhares de militantes, dispostos a sair às ruas em Barcelona, é também uma demonstração de poder, uma exibição de força e de capacidade de mobilização.

Outros pontos devem ser destacados desta notícia. Um deles é o realce dado à transmissão direta e sem eufemismos, que traz, nas suas entrelinhas, uma crítica aos trentistas que, como mencionamos anteriormente, buscavam atrair os trabalhadores com uma pauta sem parâmetros ideológicos definidos. Por se tratar de um documento assinado pela própria FAI, é oportuno observar como os próprios faístas dispunham como principais meios impressos de difusão os livros, os jornais e os folhetos.

Cabe salientar, por fim, que alguns trechos desta nota se assemelham mais aos escritos dos trentistas do que, propriamente, daqueles dos insurreccionais. No entanto, percebe-se que a ideia de propagar a ideologia anarquista se resume a um rápido processo de imersão de militantes nos rincões do país – carregando consigo um discurso pragmático e instrumental no qual “cada palavra deve obrar como um golpe na consciência dos homens”. Ressalta-se,

³⁴⁵ *Idem*, 05 de setembro de 1931, p. 4. Tradução nossa.

inclusive, a maneira como o texto confunde a organização estrutural com os mecanismos de difusão ideológica eficientes. E, nos dois casos, todos a serviço da preparação para o “supremo ataque contra o Estado”.

3.2.2 Fontes diretas e os receios por trás do discurso insurrecional.

A intensa carga doutrinal presente nas páginas do TYL não nos impossibilitou de acessar as partes publicadas que eram opostas ao apoio incondicional à imediata insurreição anarquista. Não se trata de um lapso narrativo de seus editores: sendo, pois, órgão oficial impresso da vertente insurgente grupista, o jornal publicava documentos com alguma frequência – a pedido das federações – tais como: atas de reuniões, minutas de deliberações de encontros de grupos de afinidade, de comitês locais, comarcais e, até mesmo, do Comitê Peninsular da FAI.

Não há como mensurar a relutância dos editores do periódico em publicar tais conteúdos, uma vez que não tivemos acesso às demandas das diversas federações por solicitações de publicações no TYL. Não obstante, em diversos destes excertos, encontramos o militante comum, presente nas reuniões de base que, sem o crivo ideológico editorial, pode salientar dúvidas, preocupações e receios sobre a intransigente defesa da insurreição cotidiana.

Em outros casos, algumas federações manifestam a dificuldade de manutenção da entidade, solicitam apoio dos militantes e, indiretamente, propõem uma melhora estrutural diante da fragilidade organizativa. Há, ainda, publicações que clamam pelo fortalecimento da entidade, que fazem também referência a impossibilidade de se levar a cabo o levante insurrecional de maneira imediata. Outrossim, encontramos casos de receio sobre a tática da *Trabazón* e a maneira, muitas vezes ostensiva, por meio da qual os militantes adentravam o universo sindical. Assim, as veias doutrinárias como as do insurrecionalismo, da estratégia frente ao sindicato e do triunfalismo são minimamente contestadas pela experiência do militante de base em sua *práxis* cotidiana.

O Comitê Regional das Duas Castilhas, por exemplo, publicou um informe de uma reunião interna, no qual ficou constatada uma ínfima participação de militantes. No que se pode vislumbrar do referido documento, a falta de militantes tornou a situação, inclusive, constrangedora, pois tal reunião contava com a presença de um membro do Comitê Peninsular – o organismo central da FAI.

Mesmo com poucos presentes, foi deliberado por se “constituir um comitê de relações com a missão primordial de organizar as federações locais e comarcais da região”³⁴⁶. Ao final do informe, o secretário do Comitê Regional emite a sua própria opinião a respeito: “Vejam, companheiros, é importante e transcendente que nos organizemos e mantenhamos uma assídua, estreita e ininterrupta relação para estudar estas e muitas outras questões capitais de interesse de todos”³⁴⁷.

Tal informe deixa flagrante a dificuldade dos anarquistas de se organizarem na base. Enquanto a CNT contava com milhares de militantes filiados (ligados aos sindicatos e que pagavam uma cota de filiação), os faístas padeciam de mecanismos fixos de autofinanciamento e contavam com instituições locais, estas com severas dificuldades para encampar as demandas cotidianas dos grupos anarquistas. O bairro passava a ser, para a FAI, o que o sindicato era para a CNT: o centro nevrálgico da militância grupista. Tal como, acertadamente, coloca Ucelay da Cal:

Desta forma, o bairro (...) torna-se terreno adscrito do grupo anarquista local, enraizado em sua vida cotidiana. Filiar-se era, portanto, aderir a um sistema de instancias superiores que conectava com o grande mundo, com outras realidades [...]. Enquanto a FAI, inicialmente, apenas coordenou microentidades com base em uma profunda moral grupista que formava uma rede de núcleos de militantes, potencialmente sensíveis quanto a sua individualidade; a CNT, como central sindical, oferecia serviços genéricos de representação laboral a uma gama muito ampla de filiados³⁴⁸.

Um outro exemplo, nesse sentido, pode ser encontrado em um informe da Federação Local de Grupos Anarquistas de Valencia. Nele, a federação pressiona o Comitê Regional da Região de Levante, mencionando que já havia notificado a Regional anteriormente sobre a urgência de uma reunião e, ao não obter nenhuma resposta, organizou o referido encontro – passando por cima da estrutura hierárquica da entidade, com a justificativa da urgência organizacional, para que se pudesse “trocar impressões, discutir problemas pendentes de grande interesse, definir táticas, estudar acordos, etc.”³⁴⁹.

No mesmo documento, por conta própria, delegam, para si, “provisoriamente as atribuições do Comitê Regional” e convocam a reunião³⁵⁰. Essa atitude não apenas manifesta a

³⁴⁶ *Idem*, 19 de novembro de 1930, p. 2. Tradução nossa.

³⁴⁷ *Ibidem*.

³⁴⁸ DA CAL, Enric Ucelay. Un andamio en movimiento: organigrama y territorio en la CNT. In OYON, José Luis. *El Cinturón Rojinegro. Radicalismo cenetista y obrerismo en la periferia de Barcelona (1918-1939)*. Barcelona: Ediciones Carena, 2004, p. 379. Tradução nossa.

³⁴⁹ *Tierra y Libertad*, Barcelona, 24 de outubro de 1931, p. 3. Tradução nossa.

³⁵⁰ *Ibidem*.

debilidade da FAI em relação a sua capacidade de mobilização local dos grupos, como também deixa patente a facilidade com que a estrutura hierárquica da mesma era acometida.

Tamanha flexibilidade e fragilidade organizacional não eram, propriamente, um elemento discursivo que TYL utilizasse. Pelo contrário, tal como vimos anteriormente, o discurso doutrinal do jornal sempre apontava para a capacidade imediata de iniciar a revolução social, ao mesmo tempo em que condenava a argumentação trentista a respeito da necessária melhora organizacional, prévia ao levante insurgente.

Trazendo a questão para a região sul do país, TYL publicou uma ata da Assembleia Provincial de Grupos Anarquistas de Cádiz, a qual demonstra um relativo receio de se efetuar a *Trabazón* a qualquer custo. Igualmente, o referido documento aponta para uma debilidade organizativa local, que acomete o discurso triunfal do TYL. Ao se destacar as partes importantes da ata, temos o que se segue:

Com a presença das seguintes representações: Comitê Provisório de Grupos Anarquistas, Federação Local de Grupos Anarquistas de Málaga, O Semeador, Medina Sidonia, Nova Humanidade, Ação Libertária [...]. Da qual se acordaram o seguinte: 1- mantermo-nos firmes dentro da CNT já que o sindicato é um meio passível para fecundação dos nossos ideais e sempre dispostos à luta sindical [...]. 2- Consideramos conveniente não combater, de forma violenta, os indivíduos que direta ou indiretamente, pretendem introduzir o reformismo no nosso movimento confederal [...]. 7- Os grupos ou federações locais manterão relação com a federação provincial pelo menos uma vez a cada 10 dias. a) os grupos nas localidades respectivas deverão se reunir pelo menos uma vez por semana [...] ³⁵¹.

O documento versa, praticamente em seu teor integral, sobre a tática de inserção dos grupos anarquistas nos sindicatos, a *Trabazón*. É particularmente interessante o objetivo apresentado no item 1, que pode ser considerado uma precisa definição do termo. Nele, a dupla militância dos anarquistas faístas é colocada às claras: sindicato como o meio para introduzir os ideais anárquicos – que o trentismo, muitas vezes, se esquivava de realizar – e a disposição para a luta sindical.

Entretanto, um dado eminentemente surpreendente está colocado na segunda deliberação aprovada. Levando-se em conta que a região de Cadiz está inserida na tradição anarquista andaluz de ação direta violenta no campo e, mesmo assim, em uma assembleia que contou com cerca de 20 grupos anarquistas, deliberou-se por não agir de forma violenta no embate com os trentistas.

A presença de um Comitê Provisório corrobora o acima exposto sobre a debilidade organizativa da FAI. Na sétima deliberação, a referência aos “grupos ou federações

³⁵¹ *Idem*, 22 de abril de 1932, p. 2. Tradução nossa.

locais” também aponta na mesma direção, uma vez que, em muitas localidades, os grupos não tinham capacidade material para construir a sua própria federação local³⁵².

Por fim, tentaremos esmiuçar dois importantes documentos publicados no TYL: Ata das sessões da Reunião Regional de Grupos Anarquistas da Catalunha, celebrada nos dias 25 e 26 de dezembro de 1931 e a Ata da Reunião Regional de Grupos Anarquistas de Levante, convocada pela Federação Local de Grupos Anarquistas de Valência e celebrada nos dias 5 e 6 de dezembro de 1931.

A reunião de grupos realizada em Barcelona foi pautada, grandemente, por eventos insurgentes, deflagrados sem êxito, sobre os quais abordaremos adiante. Interessanos, agora, ressaltar as discussões internas, que nos trazem uma boa dimensão das dificuldades de organização e de ação frente ao levante tão almejado e doutrinariamente manifestado.

Já no início do evento, 4 entidades – entre federações e grupos – atacam a incapacidade do Comitê Regional de fazer frente aos breves intentos insurrecionais, ocorridos em 1931. As Federações Locais de Sabadell e de Terrasa, por exemplo, cobraram rotundamente o referido Comitê pela falta de coordenação e de orientações concretas no início do conflito. Os grupos de Terrasa, ainda, reiteraram sua posição “invocando a necessidade de haver uma relação estreita, rápida e segura quando se apresentem os acontecimentos culminantes”³⁵³. Na mesma direção, o grupo de afinidade Os Indomáveis, de Barcelona, cobrou que, na próxima ocasião, houvesse “maior inteligência revolucionária e relação entre grupos e camaradas”³⁵⁴.

Em resposta, o Comitê se defendeu alegando que os eventos adiantaram a data prevista e ocorreram de maneira inesperada. Em que pese esta consideração, a doutrina faísta, como pudemos ver frequentemente nas páginas do TYL, sempre se manifestou na defesa de qualquer “faísca” que se apresentasse na conjuntura espanhola, como um meio para a chama revolucionária. Assim, fica manifesto que, no decorrer dos eventos insurrecionais e nas discussões internas das entidades da FAI, eventos inesperados (sem uma prévia organização) não eram totalmente encampados pelos militantes de base.

Na sequência do documento (no quinto ponto de pauta), os grupos presentes abordam a “imperativa necessidade de se realizar intensa e ativa campanha de propaganda

³⁵² *Ibidem*.

³⁵³ *Idem*, 23 de janeiro de 1932, p. 2. Tradução nossa.

³⁵⁴ *Ibidem*.

pela região catalã”³⁵⁵. O Grupo Produtor, de Barcelona, chega a mencionar diversos erros nos atos de propaganda – como o não comparecimento de oradores previamente escolhidos e uma seleção inadequada de oradores – que não permitem a transmissão fiel dos princípios anarquistas e nem apresentam competência para “expor ao povo as soluções revolucionárias que os anarquistas aportam para o amanhã”³⁵⁶. Na conclusão do ponto de pauta, os demais grupos “concordam que é absolutamente necessário efetuar a propaganda com maior intensidade”³⁵⁷.

Em seguida, a reunião retoma o primeiro ponto de pauta: problemas com orientação ideológica de determinados grupos filiados à FAI. Surpreendentemente, surgem diversas críticas aos grupos que se “comportavam em franca oposição aos princípios e táticas de nossas doutrinas libertárias”³⁵⁸.

Na constante discursiva grupismo, apresentamos a prática comum intitulada *judicis d’honor*; porém, nessa Ata, alguns membros esboçam uma estratégia para efetuar um controle prévio, o qual não permita, nem ao menos, a filiação de grupos que não “estejam absolutamente identificados com os propósitos, ideias e finalidades de nossa organização específica”³⁵⁹. O grupo de afinidade Gérmen, de Barcelona, de uma forma genérica, propõe que grupos que não estejam moralmente a altura da entidade não possam ingressar na FAI.

Já o grupo Provincial, de Girona, sugere um interessante método de controle ideológico – que, muito provavelmente, não deve ter sido posto em prática dada a debilidade organizativa presente na maioria das federações locais. Em sua fala, defendem que primeiro o grupo seja alçado à condição de simpatizante, por um período determinado pela federação durante o qual o grupo passaria por um processo de capacitação militante por meio das campanhas de propaganda ideológicas da FAI.

Ao final da reunião, o Grupo Vendrell adicionou um mecanismo de controle simplificado, qual seja: consultar grupos antigos da mesma cidade do grupo que pleiteia a filiação junto a FAI³⁶⁰. Esta proposta nos parece mais verossímil de ter sido acatada pelos grupos, uma vez que a sociabilidade desenvolvida nos bairros determinava, em grande medida, a efetiva proximidade entre os militantes e a conseqüente formação do grupo de afinidade.

³⁵⁵ *Tierra y Libertad*, Barcelona, 23 de janeiro de 1932, p. 2. Tradução nossa.

³⁵⁶ *Ibidem*.

³⁵⁷ *Idem*, 06 de fevereiro de 1932, p. 3. Tradução nossa.

³⁵⁸ *Ibidem*.

³⁵⁹ *Ibidem*.

³⁶⁰ *Ibidem*.

Na terceira e última sessão da reunião foi colocado em pauta um debate sobre as atitudes necessárias para o atual momento histórico do país. No geral, foram falas que reforçaram as premissas doutrinárias dos faístas. No entanto, uma intervenção nos pareceu bastante significativa: o Grupo Ação Anônima introduz um componente prático em relação à tática da *Trabazón*. Ao invés de apenas citar a inserção nos sindicatos para levar a doutrina anarquista aos trabalhadores, tal grupo acrescenta a possibilidade de “dentro deles formar grupos artísticos e culturais, organizar conferências e intensificar a divulgação nos quartéis por intermédio de folhetos antimilitaristas e libertários”³⁶¹. Uma contribuição original, que não foi frequentemente elaborada pelo TYL e que, muito provavelmente, também não deve ter se tornado prática corriqueira dos grupos anarquistas da Região da Catalunha – mais uma vez, por conta da sua debilidade organizativa.

O grupo Comitê Revolucionário também defendeu pontos de concretude da *Trabazón*. Em sua fala, abordou “objetivos imediatos do trabalho revolucionário”³⁶² – postura de consciência tática que os preceitos doutrinários generalistas, muitas vezes, ocultavam. Para se chegar ao efetivo levante insurrecional, segundo o grupo, seria necessário primeiramente, de uma maneira cotidiana, minar as forças organizadas do Estado Espanhol. Um dos principais meios apresentados pelo referido grupo seria o de “ir influenciado os sindicatos por meio de suas assembleias motivando os operários para a ocupação de fábricas e oficinas”³⁶³.

Note-se que não se trata, simplesmente, de se inserir a doutrina anarquista nos sindicatos, mas de introduzir princípios táticos bem definidos. É, pois, uma postura incomum ao discurso doutrinador generalista. Não por acaso, o tom doutrinário e sem precisão tática, acaba por prevalecer na última fala de conclusão da Reunião: “Hoje, mais que nunca, precisamos ser ativos e incansáveis em nosso trabalho. É preciso que nos organizemos para afundar o presente ignominioso e estruturar o porvir”³⁶⁴.

A respeito da Ata dos Grupos de Levante, o sentido geral de debilidade da organização é compartilhado. Já no início da reunião, o delegado do Comitê Regional critica, profundamente, o contínuo decréscimo na participação dos grupos de afinidade junto à entidade. Entrando em detalhes, esse delegado apresenta as ínfimas participações dos grupos, tanto nas reuniões anteriores como nas respostas às circulares da Regional e quanto na contribuição financeira das federações locais.

³⁶¹ *Tierra y Libertad*, Barcelona, 13 de fevereiro de 1932, p. 2. Tradução nossa.

³⁶² *Ibidem*.

³⁶³ *Ibidem*.

³⁶⁴ *Ibidem*.

Diferentemente da Ata dos grupos catalães, há um consenso a respeito da necessária perseguição aos trentistas: o Grupo Terra Livre, de Valência, defende “expor a todos os trabalhadores a conduta de certos elementos, desqualificando estes indivíduos desviados e nos apoderando da administração a fim de que a CNT siga seu verdadeiro papel”³⁶⁵. Orientação que é, diga-se de passagem, mais acorde com a realidade concreta das práticas faístas. O Grupo Espártaco concordou com o Terra Livre e adicionou que está é a única forma de se velar pelos princípios fundamentais da CNT³⁶⁶.

De fato, é uma exceção o que mostramos na Ata de Grupos da Catalunha em relação ao receio do ataque aos elementos considerados “desviantes” ou “reformistas”. Em todo caso, esta divergência substantiva entre as regionais vizinhas demonstra, por si só, o quanto a organização grupista não apenas carecia de uma sólida estrutura organizativa como era, também, permeada por posições conflitantes em suas diferentes entidades regionais e locais. Como bem coloca Susanna Tavera:

As dificuldades de coordenação entre os âmbitos da militância libertária derivavam da estrutura orgânica antipolítica do movimento e superavam as meras distâncias geográficas. Sem contar a tradicional aversão anarquista a qualquer tipo de organização centralizada como as quais, por exemplo, protagonizavam os comunistas stalinistas e anti-stalinistas³⁶⁷.

As posições estabelecidas pelo Comitê Peninsular, por sua vez, muitas vezes não ecoavam em diversas regionais – seja pela fragilidade destas, seja pelas divergências internas dos grupos que, em suas reuniões locais, não chegavam a um denominador comum a respeito ou nem mesmo recebiam as orientações peninsulares³⁶⁸.

Na segunda sessão da Reunião, assim como na reunião catalã, houve intervenções ponderadas a respeito do levante insurrecional: O grupo de afinidade intitulado de Grupo Anarquista, de Castellón, reforçou a necessidade de “primeiro formar uma organização potente” para responder à altura a repressão do Estado e para prosseguir na consecução da

³⁶⁵ *Tierra y Libertad*, Barcelona, 23 de janeiro de 1932, p. 3. Tradução nossa.

³⁶⁶ *Ibidem*.

³⁶⁷ GARCIA, Susanna Tavera. Anarquisme o anarquismes? La història d'un desplegament revolucionari heterogeni, 1930-1938. *Catalan Historical Review, Revista d'Història Cultural*, Barcelona, v. 1, n. 5, p. 225-238, 2012, p. 229, tradução nossa.

³⁶⁸ Susanna Tavera é bastante enfática a respeito da dificuldade da FAI em conseguir reproduzir as orientações no interior das federações. Tavera considera a FAI apenas como: “[...] uma coordenadora de grupos anarquistas, cujos membros podiam tomar medidas arbitrárias, com frequência em completo desacordo com os dirigentes do grupo que controlavam os comitês regionais ou, mesmo, o Peninsular”. GARCIA, Susanna Tavera. Grupos de afinidad, disciplina bélica y periodismo libertario, 1936-1938. *Historia Contemporánea*, Madrid, v. 1, n. 9, p. 167-192, 1993, p. 168, tradução nossa.

obra revolucionária³⁶⁹. Na sequência, o referido grupo colocou em relevo a necessidade de uma maior coesão entre os grupos e as federações, e concluiu dizendo que, somente desta forma, será possível evitar levantes pontuais, os quais considera como “desnecessário pelo grande desgaste de forças”³⁷⁰.

Concluindo, por trás da aparente defesa incondicional da insurreição, pudemos encontrar relatos internos de militantes que ponderavam a falta de organização e que defendiam certa cautela em razão das dificuldades para instaurar um levante insurgente. Ao mesmo tempo, apresentam como solução a necessidade de seguir construindo a FAI a partir de mecanismos de difusão ideológica. E, mesmo nesses casos, as campanhas de propaganda são colocadas, conscientemente, como uma árdua tarefa de construir, mas não como panaceia do movimento anarquista. Em suma: muitos ativistas faístas, na militância cotidiana e nos momentos pós-levantes frustrados, pautavam-se pelo tom vacilante e incerto a respeito da insurreição final – posição em flagrante conflito com o tom triunfalista, majoritariamente presente no TYL.

Infelizmente, fontes primárias como as duas últimas foram escassamente publicadas no jornal. Os famosos *cajones de la FAI*, localizados no Instituto de História Social de Amsterdam, conforme bibliografia consultada³⁷¹, estão repletos de fontes correlatas, que poderiam nos dar uma melhor dimensão da perspectiva interna dos militantes filiados à FAI sobre os levantes insurrecionais prematuros – que eram mal organizados e que estavam fadados ao fracasso.

3.2.3 Insurrecionalismo como um mecanismo de pressão política: uma estratégia plausível perante o Estado

Inicialmente, tentamos demonstrar como o jornal TYL apresentava, dogmaticamente, a sua perspectiva insurrecional. Sendo assim, não há qualquer segredo sobre a sua plena disposição em assediar o Estado e as suas instituições a todo momento, sempre buscando a revolução social. Entretanto, algumas questões saltam aos olhos quando analisamos atentamente as sombras do discurso, a penumbra revelada por artigos e informes que logram, minimamente, burlar a cortina de fumaça doutrinal.

³⁶⁹ *Tierra y Libertad*, Barcelona, 06 de fevereiro de 1932, p. 2. Tradução nossa.

³⁷⁰ *Ibidem*.

³⁷¹ GURUCHARRI, Salvador. *Bibliografía del Anarquismo Español (1896-1975)*. Barcelona: Librería la Rosa del Foc, 2004.

A principal questão é: as ações diretas violentas, as greves gerais e, em um segundo momento, os intentos insurrecionais, efetivamente buscavam a revolução social imediata? Nas possíveis respostas, outros questionamentos aparecem, ou seja, havia alguma perspectiva estratégica que compreendesse os atos como um instrumento tático de pressão política contrária a promulgação de leis que atentavam contra o movimento anarquista espanhol? É possível contestar todas as questões tendo como principal instrumento de análise o órgão oficial da imprensa anarquista insurrecional espanhola? Tentaremos respondê-las a partir de um embasamento teórico que nos propicie alicerçar a nossa perspectiva em conjunto com uma análise a “contrapelo” do TYL.

Determinados autores apresentam uma perspectiva bastante ponderada sobre o nível de consciência estratégica da tendência insurrecional anarquista no contexto da 2ª República Espanhola. Ucelay da Cal, por exemplo, reconhece que as ações diretas violentas e os intentos insurrecionais possuíam um mecanismo de pressão política oculto, para além da busca imediata da revolução social. A “chantagem” política, por meio da ação, se forjava na exposição de seu poder de mobilização nas ruas e nos latifúndios do sul do país.

Tratava-se, segundo Da Cal, de uma operação calculada, que desafiava o governo republicano no intuito de frear leis retrógradas, ou, caso contrário, se expor autoritariamente a partir de um derramamento de sangue. O autor não ignora que havia, de fato, um componente espontaneísta e impulsivo em muitas ações. Entretanto, segundo ele, os insurrecionais compreendiam claramente quando a conjuntura estava deveras desfavorável e, especialmente em tais casos, apelavam para uma “representatividade imediata e visceral” – considerada como legitimamente superior às tratativas político-institucionais dos partidos, na busca de seus desejos políticos imediatos³⁷².

Rafael Cruz qualifica os insurrecionais de “grupos especialistas da violência” e complementa que esta tendência anarquista tinha consciência do poder que representava, mesmo em situações nas quais não fosse necessário o uso da violência. Em sua apreciação, o autor argumenta que apenas a “exibição pública dos recursos violentos”, muitas vezes, obtinha os mesmos resultados que nos casos em que a violência efetivamente fora utilizada como um instrumento de mobilização e de pressão política junto ao Estado³⁷³.

Eduardo Calleja propõe uma interpretação similar dos contextos de lutas sindicais. Em sua perspectiva, a chamada ginástica revolucionária, com o espontaneísmo de suas ações,

³⁷² DA CAL, Enric Ucelay. Buscando el levantamiento plebiscitario: insurreccionalismo y elecciones. *Revista Ayer*, Madrid, v. 1, n. 20, p. 49-80, 1995.

³⁷³ CRUZ, Rafael. Pensar la violencia colectiva europea en perspectiva histórica. In RODRIGO, Javier. *Culturas y políticas de la violencia. España siglo XX*. Madrid: Siete Mares, 2005

tinha uma finalidade última de fazer com que os anarquistas insurrecionais lograssem manter a iniciativa estratégica dentro da CNT e ampliassem, com isso, a sua hegemonia dentro do movimento confederal. Ao mesmo tempo, o autor reconhece que muitas ações diretas no âmbito sindical, por meio das greves gerais, eram, de fato, voltadas para a obtenção de compensações políticas e sociais³⁷⁴.

Susanna Tavera, por sua vez, oferece-nos uma interessante correlação entre os principais levantes insurrecionais e a respectiva conjuntura política, desfavorável à militância faísta. Em suas palavras:

(...) os levantes anarquistas de 1931, 1932 e 1933, iniciados como explícitos tumultos de pressão, progrediram até chegar a ser revoltas mais ou menos articuladas. O primeiro levante, uma sequência entre julho e setembro de 1931, pressionou o Governo Provisório da República para impor a sua orientação legislativa diante das Cortes Constituintes. O segundo, em janeiro de 1932, fez o mesmo com o Governo Azaña e, indiretamente, com as autoridades de fato da *Generalitat* de Catalunha, para corrigir a sua linha política. O terceiro, em janeiro de 1933, coagiu Azaña para castigar suas ações, contrárias aos interesses cenetistas e desfavoráveis à expansão da UGT³⁷⁵.

Para a autora, os levantes não correspondiam a um assédio indefinido e inconsequente, imposto pelos anarquistas insurrecionais. Ao contrário, a evolução político-institucional estava sempre presente nos cálculos estratégicos da referida tendência. Por meio dos intentos insurgentes, os anarquistas criavam um “estado político mobilizado” com uma estratégia de “vigilância-pressão-desconfiança” perante ao nascente estado republicano, que demonstrava rapidez e relativo poder convocatório das massas³⁷⁶.

Em sua conclusão, a autora estabelece um argumento ainda mais incisivo a respeito da consciência estratégica dos anarquistas. Para Tavera, os anarquistas grupistas possuíam total clareza da dinâmica levante-derrota-repressão³⁷⁷ e se valiam de tal recurso violento para escancarar o regime e desacreditá-lo perante a opinião pública.

Em nosso entendimento, com base apenas no TYL, é improvável induzir tamanha constatação, qual seja: mensurar o nível preciso de consciência estratégica dos levantes realizados, tal como coloca Tavera. Entretanto, podemos encontrar, nas entrelinhas do referido jornal, artigos que corroboram – ao menos em parte – uma orientação estratégica

³⁷⁴ CALLEJA, Eduardo González. *El mauser y el sufragio. Orden público, subversión y violencia política en la crisis de la restauración (1917-1931)*. Madrid: CSIC, 1999.

³⁷⁵ GARCIA, Susanna Tavera. Una revolución dentro de otra: la lógica insurreccional en la política española, 1924-1934. Madrid: *Revista Ayer*, 1994, n. 13, p. 115-146.

³⁷⁶ *Ibidem*.

³⁷⁷ *Ibidem*.

menos imediatista que compreende a necessidade de instrumentalizar os levantes na defesa de pautas menores, de benefícios políticos, econômicos e sociais.

Podemos citar, como exemplo, a chamada Lei de 8 de abril de 1932 ou lei sobre associações patronais e operárias. A partir da aprovação da referida lei pelo parlamento, o TYL passou a apresentar diversos artigos a condenando por favorecer não apenas a classe patronal, mas a central sindical que disputava a hegemonia com a CNT: a UGT. De fato, esse instrumento legal retirava determinadas garantias que favoreciam a CNT em seu vertiginoso processo de expansão pelo território espanhol, uma vez que existiam brechas legais que permitiam ao governo suspender discricionariamente assembleias, jornais e manifestações da CNT³⁷⁸.

A resposta foi dada em artigos, nos quais ameaçava, constantemente, o governo de Madrid caso colocasse a lei em vigência. As ameaças e os protestos surtiram efeito: em várias ocasiões o governo federal tentou implementar a lei sem êxito. No mês de agosto de 1932, o Presidente do Governo Provisório, Manuel Azaña, anunciou que a lei estaria vigente a partir de 15 de setembro. Logo que a notícia foi divulgada, o TYL passou a publicar artigos, tais como:

O governo social fascista, sob a influência histórica dos ministros socialistas, quer efetuar a batalha do 31 de agosto com as armas do exército republicano. Os sindicatos da CNT e os trabalhadores devem se colocar em guarda diante desta próxima repressão [...]. A lei será posta em prática se a massa sindicalista revolucionária não se manifestar, através de violentos protestos. Trabalhadores organizados da CNT, protestem energicamente diante desta grande infâmia, exijam a liberdade de reunião e de associação, liberdade de imprensa, liberdade dos presos e deportados sociais³⁷⁹.

O tom de ameaça ao governo é claro. O artigo não menciona, diretamente, a possibilidade de um evento insurgente de grandes proporções, mas se prontifica a manifestar, de forma violenta, contra a lei. Ao contrário do que a doutrina insurrecional imediatista prevê, o TYL clama aos trabalhadores filiados à CNT para que protestem, violentamente, contra um instrumento legal aprovado pelos partidos políticos dentro da esfera institucional – algo que seu antipoliticismo radical não permitiria caso, efetivamente, a estratégia insurrecional fosse baseada em uma extenuante ameaça de ação ilegal e insurrecional.

Em outra publicação do jornal, seis dias antes da Lei de Associações entrar em vigor, o tom do discurso tornou-se mais radical: além de uma compreensão estratégica de

³⁷⁸ MUNHOZ, Julian Vadillo. Desarrollo y debates en los grupos anarquistas de la FAI en el Madrid republicano. *Germinal Revista de Estudios Libertarios*, n. 4, 2007, p. 27-65.

³⁷⁹ *Tierra y Libertad*, Barcelona, 26 de agosto de 1932, p. 1. Tradução nossa.

lutar contra leis que atingiriam diretamente o projeto nacional da CNT e da FAI, os faístas também compreendiam outros fatores que poderiam limitar a expansão do ideário anarquista no meio operário. Em razão de fazer parte do governo e sua central sindical, UGT, ser indiretamente favorecida, o TYL passa a atacá-los diretamente. A talante bélica também se nota com a mesma intensidade dos artigos doutrinários insurrecionais.

Em primeiro lugar, o PSOE é chamado de “velha prostituta” que possui “alguns espertinhos que têm a dignidade no nível de sua cloaca estomacal”. Os redatores do TYL são conscientes de que os socialistas “pretendem impor a sua hegemonia”. Como resposta, o artigo apresenta táticas para aumentar a influência cenetista no meio operário: “chegou a hora de multiplicar as atividades, de mobilizar todas nossas forças”. Finalmente, acercando-nos ao conteúdo que mais nos interessa, ocorre uma alusão ao Estado espanhol já que “colocará todo o seu empenho para que não consigamos obstruir este atropelo que tentam nos impor”. Para impedir o atropelo político-institucional, a proposta é de “levantar ondas de indignação, devemos revolucionar nossas consciências e acender fogueiras de indignação”. Por fim, a palavra de ordem não deixa dúvidas sobre os motivos da mobilização fervorosa: “trabalhadores, anarquistas, pela dignidade, pela decência, todos contra a lei de 8 de abril, que se quer aplicar no dia 15 do referente mês³⁸⁰!

Levando em conta apenas a Lei de Associações³⁸¹ muitos artigos foram publicados. Em praticamente todos, o tom de ameaça ao governo e aos socialistas está presente. Há casos em que a ameaça passa a ser direcionada ao então Ministro do Trabalho e um dos principais líderes do Partido Socialistas (PSOE), Largo Caballero. Na semana seguinte a da publicação acima, por exemplo, um escrito menciona que Caballero estava “fazendo uso indevido do poder no Governo da República, com uma legislação ao gosto dos dirigentes da UGT e dos partidos socialistas”. O artigo, curiosamente, conclama os “trabalhadores de todos os matizes, operários que vivem do vosso trabalho, ainda que estejam filiados aos partidos políticos” e conclui com uma ameaça beligerante: “a CNT e a FAI irá preparar uma ofensiva até a morte contra a lei de associações de 8 de abril”³⁸².

Por fim, citaremos um exemplo no qual fica evidente que, mesmo tratando de abordagem aos efetivos intentos revolucionários, a estratégia faísta de agir violentamente carrega, em si, a proposta de desestabilizar o regime, de demonstrar sua capacidade de

³⁸⁰ *Tierra y Libertad*, Barcelona, 09 de setembro de 1932, p. 1. Tradução nossa.

³⁸¹ Podemos observar o tom discursivo ameaçador também em dezenas de outros artigos, que abordavam diferentes leis, tais como: Lei de Defesa da República, Leis de Deportações, Leis de Prisões Governativas, dentre outras.

³⁸² *Tierra y Libertad*, Barcelona, 30 de setembro de 1932, p. 1. Tradução nossa

mobilização – para poder exigir do governo a retirada de leis que atentem contra o seu projeto de crescimento no âmbito nacional.

O artigo faz alusão à insurreição de Figols, no interior da Catalunha, da qual trataremos em seguida. O importante que deve ser salientado agora é a sua postura reticente, mesmo diante de um ensaio insurgente fracassado. Às sombras da doutrina insurrecional do fazer já constante, encontramos um objetivo oculto:

Convidamos Peiró e todos os assinantes do Manifesto dos 30 para discutir o passado movimento no lugar que se deve discutir. Ali demonstraremos que nós, "visionários", nos fizemos de "bombeiros" e que, somente por nossa capacidade de cumprir compromissos, detivemos feitos como o incêndio de Figols. E mais, provaremos que, por mais que quiséssemos o triunfo da revolução social neste momento, por falta de preparação revolucionária tentamos a completa segurança de realizar o movimento que fizesse com que gregos e troianos vissem que, com a CNT, não se pode brincar impunemente [...]. Tínhamos a obrigação de levar a cabo este levante se realmente queríamos que a CNT tivesse o prestígio que deve ter dos trabalhadores e que está se perdendo pela atuação negativa dos adaptados³⁸³.

Por se tratar de uma análise do pós-levante – que foi reprimido em poucos dias – é muito provável que o TYL preferisse retratar os faístas que participaram do evento insurrecional como “bombeiros” que, ao invés de inflamar os ânimos dos locais, arrefeceram as ações de maneira responsável. Pois, analisando a conjuntura desfavorável pela lente da falta de organização, controlaram o ambiente até o final.

Entretanto, o que nos parece de suma importância destacar é a insistência de que a insurreição deveria ter sido realizada, mesmo em se tratando de um fracasso. Na sequência, o artigo evidencia a estratégia que estaria por traz do intento insurrecional: para que todos “vissem que com a CNT não se pode brincar impunemente” e complementa essa ideia mencionando que tal feito era uma obrigação para “que a CNT tenha o prestígio que deve ter os trabalhadores”.

Em outras palavras: como a República, frequentemente, aprovava leis que favoreciam seu rival no campo sindical – ou que aumentava o nível de repressão sob os faístas – o levante é encarado como uma tática de demonstração de força, de exibição da capacidade de mobilização e de consecução de ações diretas violentas, deixando, para um segundo plano, a efetiva possibilidade de que tal insurreição levasse à revolução social. Em sua perspectiva, ao demonstrar que consegue efetuar uma rebelião, num pequeno município que seja, tal feito é compreendido, ao nosso ver, como uma greve geral radical, que forçaria o governo a

³⁸³ *Tierra y Libertad*, Barcelona, 04 de março de 1932, p. 3. Tradução nossa

reconhecer seu potencial de reivindicações e frearia a planificação das leis que propiciariam maiores controle e repressão sobre o movimento confederal.

Por fim, acreditamos que estas fontes nos fornecem alguns indícios de que os anarquistas insurrecionais não apenas eram parcialmente conscientes das dinâmicas institucionais de poder como também levavam bastante em conta os seus efeitos para definir sua estratégia. A “ginástica revolucionária” a partir de ações diretas contra leis, por exemplo, continha um apelo direto ao governo, um mecanismo de pressão dentro dos marcos institucionais para barrar leis que afrontavam o movimento anarquista insurgente ou impossibilitavam o desenvolvimento da referida tendência.

Esta relativa consciência estratégica difere, substantivamente, dos primórdios do insurrecionalismo finissecular. A clássica propaganda pelo feito não era formulada com pretextos de negociações: era uma resposta franca e sem possuir nenhuma instituição em nível federal como um elemento minimamente aglutinador. Pelo contrário: havia uma ojeriza completa a qualquer entidade centralizadora. Buscava-se, apenas a propaganda pelo feito que desse visibilidade ao movimento e, muitas vezes, este se pautava exclusivamente por algum evento de repressão do Estado, tal como ocorreu com a Insurreição de Jerez de La Frontera abordada no primeiro capítulo.

Acreditamos que alguns historiadores aproximaram, sobremaneira, os atos ocorridos no final do século XIX – que traziam, em si, uma resposta a um contexto monárquico repressor – com as ações de desestabilização, efetuadas num regime político muito mais permissivo, como o foi o da 2ª República.

Em nosso entendimento, os faístas, ainda que de forma precária, agiam segundo uma estratégia que considerava a possibilidade de pressionar o governo em prol da expansão da FAI já que a perspectiva de crescimento da entidade ocorria por meio dos setores de formação político-ideológica partindo dos ateneus, dos centros sociais, das excursões e das propostas de levar a ideologia anarquista insurrecional aos rincões do país – tal como já apresentamos acima. Dessa forma, muitos projetos de leis buscavam reprimir e controlar estas instituições responsáveis pela reprodução da ideologia anarquista e, portanto, eram considerados inimigos táticos do faísmo e principais motivações de inúmeras ações diretas violentas por parte dos faístas.

Julian Casanova, por exemplo, culpa parcialmente aos anarquistas pela crise estrutural do regime republicano. O autor argumenta que os insurrecionais efetuaram uma

oposição que buscava, indefinidamente a insurreição social e que, desta forma, privaram “a República de um de seus apoios sociais fundamentais”³⁸⁴.

Tal análise desconsidera por completo a perspectiva estratégica acima citada pois, a partir de seu viés antipolítico radical, o mecanismo de negociação com o regime era determinado por ações pretensamente insurrecionais que, na visão dos anarquistas, demonstrariam, ao Governo, a sua força política e forçaria o mesmo a revogar leis completamente amparadas no ordenamento institucional e legal – tais como a revisão da Lei de Associações ou a Lei de Defesa da República. Em outras palavras: entendemos que, enquanto os socialistas lutavam no parlamento para obter leis que favorecessem seu partido e central sindical, os faístas, em muitos casos, combatiam leis e/ou projetos congressuais na esfera extraparlamentar, no domínio de disputa política que desenvolveram no decorrer do século XX: nas ruas.

Em outra obra, Casanova insiste que os insurrecionais não passavam de “grupos anarquistas iluminados por visões catastrofistas sobre o fim próximo da sociedade capitalista”. Em nosso entendimento, esta perspectiva corresponde muito mais a sua narrativa doutrinária, absolutamente presente no TYL, do que, efetivamente, na realidade concreta dos embates entre os faístas e o Governo³⁸⁵.

Chris Ealham também desqualifica as ações dos faístas: defende que a perspectiva sindicalista-trentista era muito mais adequada ao regime republicano, pois a “ginástica revolucionária” só favorecia aos setores reacionários e à repressão estatal³⁸⁶. Tais ações, ainda segundo o autor, desmoralizavam o movimento libertário, desmobilizavam os seus militantes e, conseqüentemente, geravam apatia política no bojo do movimento operário.

Na mesma linha, Victor Taibo argumenta que “os ideais aventureiros dos dirigentes da FAI” enfraqueciam a capacidade de aglutinação de militantes junto a entidade e, indiretamente, favoreciam os trentistas no processo de cooptação de filiados³⁸⁷.

Além de ocultar a estratégia de desestabilização e de considerar os intentos insurgentes simplesmente como ações espontâneas e irreflexivas, Ealham e Taibo também ignoram que o maximalismo revolucionário – a visibilidade da entidade a partir dos atos

³⁸⁴ CASANOVA, Julian. *De la calle al frente. El anarcosindicalismo en España. (1931-1939)*. Madrid: Editorial Crítica, 1997.

³⁸⁵ CASANOVA, Julian. La cara oscura del anarquismo. p.66-105. In JULIÁ, Santos. *Violencia política en la España del siglo XX*. Madrid: Taurus, 2000.

³⁸⁶ EALHAM, Chris. The crisis of organized labour: the battle for hegemony in the Barcelona workers' movement, 1930–6. In *Red Barcelona. Social protest and labour mobilization in the twentieth century*. Londres: Routledge, 2002.

³⁸⁷ GOMEZ-LIMON, Victor Taibo. *La revolución inconclusa – El movimiento anarcosindicalista*. Madrid: Marcial Pons, 2013, p. 29. Tradução nossa.

insurrecionais – imprimia um selo simbólico de combatividade, que mobilizava um setor operário e camponês radical. Javier Paniagua traz uma boa contribuição a esse respeito:

O anarquismo na Espanha não teria tido a mesma presença social sem este impulso para desenvolver ações revolucionárias permanentes e, por isso, ficou identificado pelos grupos mais dispostos a ação. Figuras representativas como a de Garcia Oliver, Ascaso, Sanz ou Durruti, aglutinadores dos grupos mais ativos da FAI [...] foram o emblema que marcou a sua imagem. Sem eles, a força do anarquismo teria se limitado à difusão da ideia, como costumavam dizer, ou que, ainda, pudesse ter sido levado a uma reelaboração do papel do sindicalismo e da política, como o fez Pestaña³⁸⁸.

O historiador Carlos Gil, em nossa visão, também incorre nesta percepção de que os insurrecionais agiam segundo uma espontaneidade imediatista e que não carregavam nenhuma perspectiva estratégica. Esta análise, tal como afirmamos acima, parece-nos mais válida se a contemplamos nos intentos insurrecionais finisseculares. O autor entende que o insurrecionalismo anarquista, no contexto republicano, não evoluiu “nas formas de protesto”; quando, na verdade, tentamos mostrar que, mesmo com extrema debilidade organizativa e seus trágicos resultados, os faístas tinham uma relativa perspectiva estratégica, a qual os diferenciou das ações insurgentes pioneiras do anarquismo espanhol³⁸⁹.

Antonio Pedraza, sutilmente, compartilha esta perspectiva de ausência estratégica do faísmo. Segundo o autor, os anarquistas insurrecionais tinham, na “ginástica revolucionária”, “o método central para a transformação da sociedade”³⁹⁰. Ao nosso ver, o método utilizado pelos insurrecionais, no contexto republicano, era também voltado para obtenção de benefícios econômicos e sociais. A ação violenta também apelava ao próprio regime. Outrossim, nas esferas doutrinárias, a “faísca” do levante seria o motor da “chama revolucionária”, a qual transformaria definitivamente a sociedade espanhola.

Em suma, muitas apreciações sobre o faísmo desconsideram esta percepção estratégica, não inserem a historicidade e o desenvolvimento da cultura política insurrecional – ignorando o acúmulo de experiências adquiridas no primeiro terço do século XX – e rotulam a prática de pressionar politicamente o governo com ações nas ruas, tal como a ginástica revolucionária, *ad infinitum* espontaneísta. A nosso ver, a premissa doutrinária sobre a mencionada “faísca” que geraria a “chama” da revolução espanhola não se conformava

³⁸⁸ FUENTES, Francisco Javier Paniagua. Otra vuelta de tuerca: las interpretaciones del arraigo del anarquismo en España. ¿Sigue la polémica? *Germinal: revista de estudios libertarios*, Madrid, v. 1, n. 1, p. 5-22, 2006.

³⁸⁹ ANDRES, Carlos Gil. “A Mano Airada”, La Violencia en la Protesta Popular. In RODRIGO, Javier. *Culturas y políticas de la violencia. España siglo XX*. Madrid: Siete Mares, 2005.

³⁹⁰ PEDRAZA, Antonio Fontecha. *Anarcosindicalismo y violencia: la "gimnasia revolucionaria" para el pueblo*. Madrid: Historia Contemporánea, 1994, n. 11, p. 153-182.

completamente tendo em vista os diversos trechos do TYL que analisamos acima. Há nuances estratégicas e relutâncias na base do movimento que estes historiadores ignoram em suas elaborações teóricas.

3.2.4 Intentos insurrecionais frustrados como prova da viabilidade do comunismo libertário

Durante o período republicano (1931-1936), aconteceram alguns ciclos insurrecionais, dos quais se destacam: julho de 1931, janeiro de 1932, janeiro de 1933, dezembro de 1933 e outubro de 1934 (a intitulada Revolução Asturiana). Com exceção do último ciclo, todos os demais tiveram como protagonistas militantes e simpatizantes do anarquismo insurrecional espanhol³⁹¹. Afora o levante inicial, o de 1931, cidades e vilarejos sublevaram contra o poder local, destituindo os prefeitos, desarmando as forças policiais e proclamando o comunismo libertário. Imediatamente, declarava-se o fim do uso da moeda, a coletivização da produção e a defesa policial a partir de milícias armadas, frequentemente eleitas pelos insurgentes.

Entretanto, após poucos dias de “instauração” do comunismo libertário, os levantes eram rapidamente sufocados e, conseqüentemente, o Estado republicano reprimia duramente os envolvidos – não raro assassinando os líderes e efetuando prisões massivas que, em vários casos, acabavam em deportações. Os principais motivos dessas conseqüências, ao nosso ver, advêm das deficiências já apresentadas do anarquismo insurrecional organizado: sensível debilidade organizativa, incapacidade de mobilização em nível nacional, relativo espontaneísmo como conseqüência de uma entidade sem poder central estabelecido e sem uma leitura estratégica revolucionária balizada.

Nos contextos insurgentes, principalmente nas semanas imediatamente posteriores aos episódios, o TYL radicalizava a sua perspectiva narrativa triunfalista a um ponto em que superava a distorção da conjuntura em defesa da insurreição – paradoxalmente, apresentava os fracassados ensaios revolucionários como a prova cabal de que o comunismo libertário era uma realidade concreta. Em outras palavras, as breves experiências de comunalismo local, que sobreviviam após as insurreições, seriam o argumento irredutível de que não é necessário se organizar mais pelo comunismo libertário – tal como afirmavam os trentistas – mas, isso sim, agir para que ele permanecesse na história.

³⁹¹ No caso da Revolução Asturiana, de outubro de 1934, a CNT formou parte de uma aliança com os socialistas e que consolidou a insurreição como uma força paralela, e não como a principal protagonista. Cf. ALONSO, María Angeles Barrio. *Anarquismo en Asturias (1890-1936)*. Santander: Universidad de Cantábria, 1986.

Outro argumento bastante presente nos artigos do TYL, que descreviam tais levantes, era o de que havia uma perfeita ordem social se estabelecia após a proclamação do comunismo libertário. Em grande parte, tratava-se de uma réplica aos dois principais tipos de críticas das quais a referida tendência anarquista era objeto. Uma delas era uma percepção geral da sociedade, e que era reproduzida por quase todos os partidos políticos da época: o anarquismo é incapaz de civilidade, age pela violência e promove o caos. A segunda, um pouco mais elaborada, partia dos próprios trentistas e de sua já elucidada compreensão estratégica diante da República, ou seja, trata-se da eterna recusa em efetuar semelhantes ensaios insurrecionais em um contexto político que, segundo eles, favorecia o crescimento da CNT e que, ao mesmo tempo, impossibilitava a insurreição por conta do nível de organização e do alcance da entidade – ainda prematuros.

Os faístas, como já demonstramos, não aceitavam uma postura reticente e sempre optaram pela tática de ações de desestabilização e discurso de depreciação do regime republicano. Poucos meses após a proclamação da República, em julho de 1931, aconteceu o início da primeira tentativa de confrontação³⁹².

Na verdade, os eventos ocorridos em Sevilha, entre 20 e 25 de julho, são melhor compreendidos como uma greve geral com matizes insurrecionais – uma espécie de carta de apresentação daquilo que estaria por vir. Desde o início da República, tanto a CNT quanto a UGT estavam se mobilizando para efetuar uma greve geral nos sindicatos da telefonia. No entanto, com a conformação do governo republicano-socialistas, a UGT se eximiu da greve e, no dia 04 de julho, a CNT proclamou a paralisação – para a qual teve bastante adesão, tanto em Sevilha quanto em Barcelona, obtendo resultados parciais no restante do país.

A greve já caminhava para um final lacônico quando a CNT de Sevilha, em forma de solidariedade sindical, decretou a greve geral de todos os sindicatos filiados na cidade, no

³⁹² Entre os dias 10 e 13 de maio de 1931, ocorreram diversas ações anticlericais: desde a queima de conventos e igrejas a ataques aos membros do clero. Contudo, mesmo tratando de ações diretas violentas, não encontramos, na bibliografia consultada, nenhuma referência de mobilização dos militantes faístas a respeito. A historiadora Maria Angharad compreende a violência anticlerical como uma ânsia generalizada pela secularização do Estado espanhol, que se radicalizou com a chegada da República – uma vez que o próprio governo passou a se manifestar em defesa da modernização do Estado e da laicização do ensino. Outro elemento determinante seria a proximidade simbólica do clero com a monarquia recém-derrubada, algo que inflamava, ainda mais, o sentimento popular de rejeição à instituição católica. Já Vicente Carli defende que o próprio governo sabia, com alguma antecedência, dos ataques anticlericais, que estavam por vir e que não fez uso da guarda-civil para conter as ações. Cf. THOMAS, Maria Angharad. *The Faith and the Fury: Popular Anticlerical Violence and Iconoclasm in Spain, 1931 – 1936*. Londres: Royal Holloway University of London, 2012. ORTI, Vicente Carli. *La Persecución Religiosa en España durante la Segunda República (1931-1936)*. Madrid: Ediciones Rialp, 1990.

dia 20 de julho³⁹³. A partir daí, com o apoio massivo dos trabalhadores da cidade, o Estado resolveu reprimir duramente a greve: o Governo Geral de Sevilha colocou centenas de membros das forças policiais nas ruas – inclusive equipando o exército com canhões³⁹⁴, lançando-os violentamente em meio à multidão de trabalhadores. O movimento passou a responder com intensas ações violentas por toda a cidade. Tardou praticamente uma semana para se reestabelecer a ordem e houve um saldo de vários trabalhadores mortos e de dezenas de presos³⁹⁵.

TYL abordou os eventos de Sevilha com muitos artigos, na sua maioria detalhando as ações repressoras, pois, mesmo que fosse uma greve encampada pela CNT, muitos faístas estavam envolvidos. Contudo, em vários casos, também aludiam a ocasião como um fenômeno de grande transcendência, muito próximo do efetivo comunismo libertário.

Na primeira edição após o ocorrido, o jornal trouxe um artigo com o título de “Adiante, Revolução Social”. Em um tom triunfalista radical, considerou que “a revolução marcha adiante como um fenômeno de biologia social, como fenômeno da natureza, como fenômeno da história, como uma eclosão formidável de vida, como valente culminação da evolução total das leis morais do progresso”. Em seguida, aludindo diretamente à constante discursiva sobre o indivíduo insurrecional, ponderou sobre a violência, mas a justificou, uma vez que “a história é escrita com sangue, heroísmo e traições”. Ao final do artigo foram enaltecidas as ações violentas na região sul e os fatos foram qualificados, definitivamente, como um processo revolucionário: “Andaluzia, a corajosa, heroica, sublime, inteligente, realizou nas areias de seu solo a jornada precursora imediata da revolução popular na Espanha”³⁹⁶.

Em outro artigo – publicado praticamente um mês após a repressão – a narrativa se tornou ainda mais precisa por definir o acontecimento como uma verdadeira experiência de comunismo libertário. A proposta do excerto, ao nosso ver, é o de destacar o embate com os

³⁹³ Barcelona também entrou em greve geral, porém o Governo da Catalunha, na pessoa de Francesc Macia – um republicano moderado independentista – evitou que a repressão passasse para níveis mais elevados. Ainda assim, houve a presença de barricadas e de enfrentamentos *callejeros* entre os militantes da CNT-FAI e as forças de segurança. CALLEJA, Eduardo Gonzalez. La dialéctica de las pistolas: la violencia y la fragmentación del poder político durante la Segunda República. RODRIGO, Javier. *Culturas y políticas de la violencia. España siglo XX*. Madrid: Siete Mares, 2005.

³⁹⁴ DA CAL, Enric Ucelay. Buscando el levantamiento plebiscitario: insurreccionalismo y elecciones. *Revista Ayer*, Madrid, v. 1, n. 20, p. 49-80, 1995.

³⁹⁵ A CNT tentou justificar suas ações como resposta às leis de jurados mistos, a qual iria favorecer a UGT. No entanto não há um consenso a respeito: estima-se que houve por volta de 20 mortos. MACARRO, José Manuel. Sindicalismo y política. *Revista Ayer*, Madrid, v. 1, n. 20, p. 141-172, 1995.

³⁹⁶ *Tierra y Libertad*, Barcelona, 1º de agosto de 1931, p. 1.

trentistas, pois considerou que “quando a rebelião estava em seu apogeu, duas paixões nos chegavam: a da revolução em nós e a da resistência na inatividade de outros, em que pese seu falso apelativo de revolucionário”³⁹⁷.

No entanto, na sequência tornou-se evidente como uma greve geral, respondida com repressão violenta, foi retratada como um feito revolucionário. E mais: a experiência libertária ocorrida em Sevilha, ainda que reprimida duramente, serve como exemplo sublime, uma vez que “nada melhor que a via do exemplo para propagar e para convencer os revolucionários e rebeldes de que a revolução deve ser feita”. Em sua parte final, o texto volta a reforçar o ato revolucionário: “O Sul, dispondo de sua soberania, zelando por si mesmo, não apenas fez, mas está fazendo e voltará a fazer [...] antes de chegar a hora do todo pelo todo”³⁹⁸.

Acreditamos que a abordagem feita pelo TYL não magnificou mais ainda a experiência efetiva dos militantes de Sevilha, porque não houve nem a tomada do município, nem o desarmamento dos corpos policiais e nem a coletivização da produção, tal como ocorreu no próximo evento que retrataremos. Em todo caso, nota-se que a glorificação daqueles conflitos é um intento discursivo de demonstração de força, de capacidade de se levar a cabo um processo revolucionário que, mesmo sendo duramente reprimido, teria deixado o comunismo libertário vivo e cada vez mais próximo.

Assim, o outro caso que enunciaremos será, efetivamente, a comprovação de que os insurrecionais seriam plenamente capazes, não apenas de iniciar o processo revolucionário, mas também de viver a anarquia na sua integralidade. Os eventos iniciaram em 1931, no dia 31 de dezembro, na pequena cidade de Castilblanco, província de Badajoz, Andaluzia. Tal como no caso sevilhano, uma greve duramente reprimida desencadeou um sangrento processo de enfrentamento e, como resposta, outros municípios vizinhos entraram em greve e iniciaram o processo de assédio ao poder público municipal. Nas palavras de Abel Paz, biógrafo de Buenaventura Durruti:

No dia 31 de dezembro foram produzidos os eventos em Castilblanco, pequeno povoado da Província de Badajoz. Os Camponeses deste lugar mantinham uma greve, que já durava várias semanas. Cazares Quiroga ordenou à guarda-civil que impusesse a ordem na citada região. A entrada da guarda-civil, em Castilblanco, comoveu os camponeses e estes, considerando que a melhor defesa é o ataque, rodearam o quartel dos civis e os mataram. A resposta da Benemérita não se fez esperar e desencadeou uma repressão em diversos povoados camponeses, tais como: Almarcha, Jereza, Calzada de la Catrava, Puertollano e Arnedo, onde, somente nesta última localidade, deixaram no solo três mortos e mais de 30 feridos ao dispensar uma manifestação camponesa que pedia pão e trabalho. *Tierra y Libertad*, o órgão

³⁹⁷ *Tierra y Libertad*, Barcelona, 22 de agosto de 1931, p. 1.

³⁹⁸ *Ibidem*.

da FAI, intitulava em página inteira o ocorrido "Espanha está sequestrada pela guarda-civil" e inseriu documentos gráficos dos fatos³⁹⁹.

Como bem coloca Abel Paz, a repressão efetuada em Arnedo foi a pior dos primeiros casos. Assim, no dia 05 de janeiro, o pequeno povoado passa a ação e ensaia um levante insurrecional. Entretanto, somente duas semanas depois, na cidade de Figols (no interior da Catalunha), o comunismo libertário se forjou com um completo controle do município e, portanto, acabou sendo o caso mais abordado por TYL⁴⁰⁰.

Há um contexto de luta de classes que permeia os conflitos em Figols: a região do Alto Llobregat tinha como principal atividade econômica a mineração, principalmente a extração de compostos de potássio. Essa atividade era comandada por um aristocrata de orientação monarquista, o Conde de Olano que, praticamente, tratava os trabalhadores como servos em condições sub-humanas de trabalho. Havia frequentes detenções de líderes sindicais, a proibição de venda de jornais operários e o assédio policial por meio de revistas arbitrárias⁴⁰¹.

Em virtude de tal conjuntura, vários militantes cenetistas se reuniram para organizar um ato político contundente. No bojo destas conversas, as posturas mais radicais acabaram se fortalecendo: líderes como Durruti, Vicente Perez e Arturo Parera iniciaram, no começo do mês, vários atos de agitação política por toda a região⁴⁰².

No dia 18 de janeiro, eclodiu o movimento insurrecional. Na mesma manhã, na vizinha cidade de Berga, operários da indústria têxtil iniciaram uma greve alegando, também, péssimas condições de trabalho. Com isso, trabalhadores de outro vilarejo próximo, Salent, também radicalizam um ato de propaganda. Chegando a notícia do apoio cenetista e anarquista da região, os mineiros de Figols, com os operários têxteis, decidiram pela implantação do comunismo libertário. Imediatamente foram abolidos o uso do dinheiro e a propriedade privada⁴⁰³.

Os envolvidos expropriaram as armas e a guarda-civil se aquartelou. Três frentes de trabalho foram organizadas: econômica, militar e administrativa. No campo econômico, além de abolir o dinheiro, foi criado o comitê revolucionário econômico, encarregado da

³⁹⁹ PAZ, Abel. *Durruti en la Revolución Española*. Madrid: Fundación de Estudios Libertarios, 1996.

⁴⁰⁰ O autor Ucelay da Cal considera o ciclo insurrecional, que conecta os eventos de Castilblanco com Figols, como o golpe final de protagonismo dos faístas dentro da CNT, seguido do conseqüente controle da entidade. DA CAL, Enric Ucelay. Buscando el levantamiento plebiscitario: insurreccionalismo y elecciones. *Revista Ayer*, Madrid, v. 1, n. 20, p. 49-80, 1995.

⁴⁰¹ CHRISTIE, Stuart. *We, the anarchists. A study of the Iberian Anarchist Federation (FAI) 1927-1937*. Edimburg: AK Press, 2008.

⁴⁰² PAZ, Abel. *Durruti en la Revolución Española*. Madrid: Fundación de Estudios Libertarios, 1996.

⁴⁰³ PEIRATZ, José. *La CNT y la Revolución Española*. Madrid: Ediciones Ruedo Ibérico, 1978.

produção e do consumo, funcionando a base de trabalho voluntário e de tickets (que substituíam a moeda corrente). Militarmente, estabeleceu-se um grupo de milicianos eleitos em assembleia e, administrativamente, foram eleitos 8 delegados na câmara, um considerado como delegado geral. Chegou-se a se pautar leis relacionadas às escolas e às bibliotecas. Todavia, em menos de 48 horas, a reação estatal aconteceu⁴⁰⁴.

O governo central de Madrid, então, pressionou duramente a *Generalitat de Catalunya* e o comandante-em-chefe da polícia – cargo intitulado para o Capitão Geral da Catalunha – para fazer uso da Lei de Defesa da República⁴⁰⁵ recém-aprovada e, assim, reprimir duramente todas as cidades envolvidas na insurreição. As tropas iniciaram o assédio ao movimento insurgente pela cidade de Manresa. Figols, a primeira a declarar a insurreição, resistiu durante três dias e acabou se tornando a última a ser totalmente controlada. O incipiente comunismo libertário acabou com um saldo de cerca de 30 mortos. A repressão se estendeu pelas regiões de Levante e da Andaluzia, com os fechamentos de vários sindicatos e jornais operários⁴⁰⁶. À revelia da constituição e fazendo uso da Lei de Defesa da República, centenas de militantes foram presos e, no dia 10 de fevereiro de 1932, Durruti e dezenas de militantes anarquistas foram deportados à África Ocidental Espanhola (atual Guiné Equatorial), a bordo do navio Buenos Aires⁴⁰⁷.

O jornal TYL, por sua vez, iniciou a abordagem dos eventos de Figols em sua edição do dia 06/02/1932. Além de exaltar a atitude dos “decididos lutadores”, considerou um “feito de grande transcendência que as pessoas ainda não compreenderam totalmente. Pela primeira vez na Espanha e em toda Europa Ocidental, o comunismo libertário foi plena realidade em vários povoados”⁴⁰⁸. A narrativa se fundou no ineditismo do ato, mas se consolidou na perspectiva de que, durante o breve período de plena experiência de instauração de uma nova sociedade, não houve qualquer abuso, desorganização ou vingança perpetrada pelos anarquistas envolvidos.

⁴⁰⁴ GUZMAN, Eduardo de. Cuando Figols proclamó el Comunismo Libertario. *Tiempo de Historia*, Madrid, v. 2, n. 14, p. 48-57, 1976.

⁴⁰⁵ Esta polêmica lei foi aprovada em outubro de 1931, mesmo com uma forte oposição da FAI e da CNT, que tentaram pressionar com ações diretas violentas para que não fosse instituída –assim como fizeram com a Lei de Associações. Tratava-se de um instrumento legal de exceção, utilizado contra os atos que fossem considerados agressão ao regime republicano. A partir dele, liberdades e garantias fundamentais eram suspensas e os mecanismos violentos de repressão e de controle social estariam permitidos. CALVO-SOTELO, Mercedes Cabrera. Las Cortes republicanas. *Revista Ayer*, Madrid, v. 1, n. 20, p. 13-48, 1995.

⁴⁰⁶ PEIRATZ, José. *La CNT y la Revolución Española*. Madrid: Ediciones Ruedo Ibérico, 1978.

⁴⁰⁷ Victor Taibo apresenta a cifra de 104 anarcosindicalistas deportados na ocasião. GOMEZ-LIMON, Victor Taibo. *La revolución inconclusa – El movimiento anarcosindicalista*. Madrid: Marcial Pons, 2013, p. 29. Tradução nossa.

⁴⁰⁸ *Tierra y Libertad*, Barcelona, 06 de fevereiro de 1932, p. 1.

No decorrer do texto, toda atenção foi voltada para o justo desejo de vingança, que não foi colocado em prática, pois eram “homens de espíritos idealistas e generosos”. Para o TYL, “parecia lógico que tais homens, no momento do triunfo, quando acreditaram haver terminado definitivamente o regime burguês, vingassem, de forma sangrenta, muitos anos de opressão” mas, pelo contrário, “não quiseram derramar sangue, não se preocuparam nem sequer de humilhar a quem tantas vezes os humilharam. Se apoderaram das armas para impedir o ataque do adversário e estabeleceram vigilância para não serem surpreendidos”⁴⁰⁹.

Como se pode observar, o intento do artigo é o de dialogar justamente com os supostos preconceitos sobre o anarquismo e sobre a plausibilidade de chegar, de fato, ao comunismo libertário e instaurar um regime organizado, equitativo e não-violento. Não ocorre, portanto, uma simples apologia do insurrecionalismo: o discurso assume uma característica original, que exalta a individualidade insurrecional, mas que, principalmente, confere legitimidade à nova ordem social revolucionária.

Com efeito, muitos setores da esquerda marxista e alguns trentistas sempre abordaram a impossibilidade do advento do comunismo libertário naquela conjuntura republicana. Assim, deixando em segundo plano o fato de que foram apenas 5 dias de experiência comunalista, o TYL estabeleceu seu discurso dialogando com os setores e reforçou a capacidade de implementação imediata do regime comunista libertário.

Em outro artigo da seguinte edição, o embate ocorreu a partir da pejorativa ideia de utópicos, termo que os socialistas faziam uso para retratar os anarquistas espanhóis. O artigo começou confirmando que “as utopias de ontem, hoje são realidades”. E, em seguida, retomou a compreensão daquilo que se tratou de uma prova cabal de que “Espanha demonstrou clara e palpavelmente que o povo está capacitado para viver a anarquia, para viver completamente livre, sem tiranos nem exploradores, confiando na bondade de todos os outros seres humanos”⁴¹⁰.

A defesa da plenitude revolucionária, então, mais uma vez foi reforçada pelo comportamento exemplar de tais seres “cheios de bondade”, uma vez que não houve “nenhum só ato de expropriação individual, nem de violência contra nenhum tirano, apesar do ódio acumulado por consequência do mal que nos infligiram em todos os sentidos”. Ao final, foi retomada a ideia de utopia realizada: “e, ainda que os chamem de utópico sonhadores, ou de loucos visionários, ficou patente que não se necessita absolutamente para nada o princípio de

⁴⁰⁹ *Tierra y Libertad*, Barcelona, 06 de fevereiro de 1932, p. 1.

⁴¹⁰ *Idem*, 13 de fevereiro de 1932, p. 1.

autoridade, nem faz falta aguardar o ano 3.000 para viver a liberdade”⁴¹¹. O princípio de autoridade, em clara alusão aos socialistas, e a referência a um tempo longínquo, em flagrante resposta aos trentistas.

Em um último exemplo, datado três meses após os ocorridos, o TYL retomou a ideia de oposição entre concretude revolucionária e utopia, bem como insistiu na primazia da prática revolucionária em detrimento da formação ideológica e intelectual profunda. Em sua ótica, como os preceitos anarquistas insurrecionais e a sua ética são profundamente humanistas, nada mais é necessário para se vivenciar o comunismo libertário, uma vez que “intuitivamente, operários e camponeses compreenderam que não são momentos de teorização, mas sim a hora suprema de fecundas realidades”⁴¹².

O artigo concentrou a sua narrativa na ordem social, perfeitamente normal após o início da insurreição. Narrando os fatos, enalteceu: “vimos vários povoados ignorados pela geografia revolucionária se levantar, alçando o signo revolucionário da FAI e instaurando o comunismo libertário”. E complementa, a respeito do perfeito ordenamento social pós-levante: “o histórico e memorável ensaio de Figols teve a virtude preciosa de ensinar, claramente, para as classes trabalhadoras que nossas normas de convivência política, econômica e social, por tanto tempo defendidas e patrocinadas pelos anarquistas, não são utopias irrealizáveis, não são coisas fantasiosas”⁴¹³.

Um último elemento que deve ser destacado a respeito das escolhas narrativas do TYL, no que tange ao ordenamento social revolucionário eticamente perfeito, é o contraste produzido pelas ações insurrecionais quando comparadas com a dura resposta repressora do Estado. Valendo-se de sua já mencionada postura a respeito da homogeneização dos regimes políticos, o jornal busca inserir no imaginário de seus leitores, a nosso ver, perspectivas absolutamente opostas, antípodas por excelência, entre a postura eminentemente humana de seus militantes e as atrocidades desumanas perpetradas por uma república que é, no melhor dos casos, uma ditadura com outra roupagem – quando não o mais nefasto dos regimes.

Em que pese tal consideração, bem como que o TYL tenha publicado durante todo o ano de 1932 dezenas de maledicências a respeito da repressão republicana diante do intento insurrecional de janeiro daquele ano, autores como Ucelay da Cal reconhecem, ao nosso ver, apropriadamente, que a própria ação repressora em si, forjou nos militantes faístas um forte

⁴¹¹ *Ibidem*.

⁴¹² *Idem*, 08 de abril de 1932, p. 4.

⁴¹³ *Ibidem*.

desejo de vingança, indignação e raiva que se acumulou por vários meses e tornou-se resposta concreta em janeiro de 1933⁴¹⁴.

Em outras palavras, as mortes, prisões e deportações de dezenas de militantes retroalimentou o discurso e a postura insurrecional dos membros da FAI e fez crescer no seio da Federação a busca por justiça social por meio de uma nova insurreição que pudesse afrontar o verdadeiro promotor das injustiças humanitárias em território espanhol. Além disso, havia um descontentamento acumulado por líderes cenetistas e faístas a respeito de Manuel Azaña, então Presidente de Governo da coligação republicano-socialista, e sua política sindical que inibia a expansão da entidade⁴¹⁵. No entanto, entendemos que esse desejo irrefletido de vendeta se sobrepôs à perspectiva já apresentada de levante insurrecional como mecanismo de pressão política em favor da CNT e de sua expansão. Dessa forma, tem-se os ingredientes para aquela que foi a insurreição menos elaborada e que menos impacto teve por suas ações concretas.

Com isso, entendemos que tais levantes resultaram em um processo histórico ímpar, ainda que sensivelmente curto e restrito. Entretanto, a magnificação discursiva dos feitos ocultava as severas limitações organizativas. Os poucos dias de bandeira da FAI hasteada nos municípios, algo exaltado pelo TYL, deixavam nas sombras a heterogeneidade e a excessiva autonomia dos grupos de afinidade. Finalmente, a utopia e a fantasia, com brevíssima realidade, dissimulavam o projeto utópico inalcançável: uma organização que pudesse, efetivamente, “incendiar” a “República dos Trabalhadores”.

3.3 Terceira Parte. TYL e o desenrolar das constantes discursivas no restante do período republicano (1933-1936)

Na primeira parte de nossa análise do jornal tentamos expor os principais componentes ideológicos da doutrina insurrecional presente no TYL. Na segunda, concentramos nosso recorte em algumas constantes discursivas que, de certa forma, afrontavam alguns princípios ou relativizavam a intensidade da defesa incondicional dos mesmos. Neste subcapítulo voltaremos os olhares para a maneira como todas as constantes discursivas, sejam elas doutrinárias, sejam elas não-doutrinárias, se mantiveram ou se alteraram

⁴¹⁴ DA CAL, Enric Ucelay. Buscando el levantamiento plebiscitario: insurreccionalismo y elecciones. *Revista Ayer*, Madrid, n. 20, p. 49-80, 1995.

⁴¹⁵ GARCIA, Susanna Tavera. Una revolución dentro de otra: la lógica insurreccional en la política española, 1924-1934. Madrid: *Revista Ayer*, 1994, n. 13, p. 115-146.

em decorrência dos contextos históricos do período de 1933-1936 – com foco central nos intentos insurrecionais.

O ano de 1933 já se inicia com um importante foco insurrecional. Contudo, a insurreição de janeiro daquele ano foi muito restrita e teve poucos focos reais de insurgência. A desorganização era notada pelas divergências locais em como afrontar o regime. Houve ações diretas violentas e explosões a bombas em diversas localidades, mas sem qualquer indicativo concreto de greve geral revolucionária⁴¹⁶ e consequente tentativa de implantação do comunismo libertário nos locais implicados com o levante. A título de exemplificação: na cidade de La Felguera, região das Astúrias, são explodidas algumas bombas próximo à sede da CNT uma semana antes do planejado, no dia 1º de dezembro; em Gijón também houve manifestações com uso de bombas no dia 5 de dezembro. Em cidades como Barcelona e Madrid, os militantes tentaram brevemente confrontar com armas alguns edifícios militares, mas foram prontamente reprimidos⁴¹⁷.

Poucos foram os locais onde os rituais de queima de arquivos de propriedade, alçamento da bandeira CNT-FAI e aniquilamento das forças policiais locais de fato ocorreram. Vilarejos de pouca expressão como Pedro Muñoz, na região de Ciudad Real, proclamam o comunismo libertário. Em Bugarra, próximo à Valencia, ocorre um enfrentamento armado entre os militantes faístas e a polícia local deixando vários feridos mas também logram o controle do município.

A partir do dia 8, ao menos na região da Andaluzia, ocorrem diversos focos de greves locais em apoio a pequenos vilarejos que também se sublevaram. Destes, destaca-se um pequeno povoado que, devido à enorme truculência do Estado espanhol em resposta ao levante, ficou marcado como símbolo máximo da insurreição de janeiro de 1933: Casas Viejas⁴¹⁸.

⁴¹⁶ O único ensaio neste sentido foi uma reunião de confederações regionais da CNT ocorrido no início de dezembro de 1932. Neste evento, os sindicatos únicos dos ferroviários pleitearam a possibilidade de uma greve geral por melhorias salariais a partir de 8 de dezembro. Contudo, não houve pronta assimilação dos demais sindicatos de ramo e, segundo Julian Casanova, o próprio setor ferroviário não entrou em ação no momento acordado. CASANOVA, Julian. *De la calle al frente. El anarcosindicalismo en España. (1931-1939)*. Madrid: Editorial Crítica, 1997.

⁴¹⁷ No caso de Barcelona, os trabalhadores envolvidos na organização das ações diretas violentas deixaram dezenas de explosivos e armas em lugares estratégicos e sindicatos afiliados. Entretanto, as forças da ordem agiram com antecedência e encontraram praticamente todo aparato militar escondidos nos sindicatos. Para Antonio Pedraza, estes esforços organizativos, ainda que precocemente aniquilados, mostraram que a CNT começava a se organizar por meio de uma guerrilha urbana tendo como principais alvos edifícios do governo e das forças policiais. FERRER, Raimundo. *1896-1936*. Barcelona: Editorial Planeta, 1985. PEDRAZA, Antonio Fontecha. *Anarcosindicalismo y violencia: la "gimnasia revolucionaria" para el pueblo*. *Historia Contemporánea*, Madrid, v. 1, n. 11, p. 153-182, 1994.

⁴¹⁸ Josep Buades afirma que a repercussão da repressão à Casas Viejas também impactou o próprio setor confederal. Segundo o autor, após o ocorrido, os faístas deram o golpe de misericórdia nas forças trentistas no

Casas Viejas possuía mais de 6 mil hectares de terra produtiva com apenas um terço realmente cultivado e tudo em mãos de pouquíssimos latifundiários locais. A maioria da população vivia em estado de miséria, com mais de 500 trabalhadores desempregados. O levante se inicia no dia 11 de janeiro, após receberem ordens de sublevação da vizinha cidade de Jerez de la Frontera para propagar a ação insurrecional. Alguns filiados da CNT se reúnem e decidem seguir os encaminhamentos de Jerez. Como na maioria dos casos, içam a bandeira confederal no centro da cidade, pegam em armas e entram em confronto com a guarda-civil local ocasionando a morte de alguns policiais.

Imediatamente, o governador envia um efetivo militar que cerca as saídas do vilarejo. Aleatoriamente os militares prendem e torturam dois moradores locais que entregam a casa de Francisco Cruz, conhecido como Seis Dedos, trabalhador carvoeiro filiado à CNT. Seis Dedos, ao saber da notícia, se entrincheira em sua casa com alguns vizinhos e todos seus familiares. A polícia, sem pensar em rendição e prisão dos envolvidos, coloca fogo na residência e atira indiscriminadamente em direção ao local. Seis pessoas morrem queimadas e duas a tiros⁴¹⁹.

A repercussão dos atos de repressão por toda Europa Ocidental tornaram os *Sucesos de Casas Viejas* um marco nos mártires do movimento e uma clara derrota para a imagem do regime republicano. Ao invés de pressionar o regime e obter alguma colaboração como soltura de presos políticos ou melhorias em termos de leis sindicais favoráveis à CNT, a motivação principal de vingar os mártires de 1932 resultou catastrófica. Somente pela publicidade da repressão de Casas Viejas lograram manchar a imagem do regime para além de suas folhas impressas do TYL⁴²⁰.

O jornal TYL não focará na ordem social revolucionária bem estabelecida mas explorará *ad infinitum* estes eventos. Neste caso, a narrativa do jornal privilegiou a aspecto do mártir e do regime nefasto. Em um dos primeiros artigos sobre o tema, ocorre uma narração dos eventos com foco principal na repressão truculenta. O trecho escolhido é extenso, mas ilustra bem a forma como o jornal abordou o evento em dezenas de artigos:

interior da CNT alegando que líderes sindicalistas como Ángel Pestaña, compactuavam com o regime responsável pela “carnificina” de Casas Viejas. BUADES, Josep M. *A Guerra Civil Espanhola*. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

⁴¹⁹ GOMEZ-LIMON, Victor Taibo. *La revolución inconclusa – El movimiento anarcosindicalista*. Madrid: Marcial Pons, 2013.

⁴²⁰ Inclusive, em decorrência dos escassos levantes ocorridos em janeiro de 1933, a CNT será posta na ilegalidade pela República, em maio daquele ano. CALLEJA, Eduardo Gonzalez. *La dialéctica de las pistolas: la violencia y la fragmentación del poder político durante la Segunda República*. In: RODRIGO, Javier. *Culturas y políticas de la violencia*. España siglo XX. Madrid: Siete Mares, 2005.

CASAS VIEJAS. A maior monstruosidade que a história registra. Os acontecimentos em Casas Viejas não tem precedentes na história pelo refinamento criminoso da intervenção do Estado. [...] No dia 11 de janeiro alguns vizinhos de Casas Viejas, cansados de sofrer a situação de miséria [...] se somaram ao movimento revolucionário que buscava implantar o comunismo libertário em toda a Espanha colocando fim à miséria e à escravidão da classe trabalhadora. [...] No início da manhã, camponeses assediaram o quartel da guarda civil [...] no momento que dois guardas ameaçaram atirar pelas janelas, receberam duas balas no olho direito de ambos os guardas. [...] Essa pontaria certa demonstra o quanto se encontravam perfeitamente preparados: com o cotovelo apoiado na terra e mantendo as máximas precauções. [...] Rapidamente o governador destaca forças da Guarda Civil procedentes de São Fernando. As forças chegaram em Casas Viejas por volta das 2:30 da tarde. Um pouco antes, os insurgentes haviam cortado as comunicações telegráficas e telefônicas bloqueando estradas e levantando barricadas⁴²¹.

O jornal prolonga a narrativa até o evento repressivo final. A descrição ao cerco à casa de Seis Dedos inicia-se com a ação militar às 4:00 da madrugada quando “lançaram duas ou três bombas na casa buscando provocar incêndio”. Após o fogo se alastrar pela casa, dois camponeses feridos saem e se entregam. A parte referenciada como mais hedionda ocorre em seguida, no momento em que “fugiam das chamas, dez deles foram cassados a tiros, morrendo no ato. Outros seis resistiram heroicamente morrendo queimados pelas chamas que destruíram por completo a casa”⁴²².

Como se pode notar, a referência ao indivíduo rebelde e herói construído amiúde pelo TYL está plenamente manifestada. Vagamente há uma referência ao preparo e organização dos militantes insurgentes envolvidos ao retratar os tiros iniciais nos guardas. Entretanto, o que efetivamente se destaca são as ações finais com as execuções dos militantes que fugiam e a morte carbonizada dos demais, inclusive com número de mortos diverso daqueles que encontramos na historiografia sobre o tema. Nos próximos meses, inúmeros artigos centralizarão a narrativa a estes eventos e a repressão com prisões que se seguiu. Por exemplo, em março de 1933, o TYL descreve os eventos e coloca no título o saldo final: “Casas Viejas, 23 mortos e 50 feridos. Evento sangrento da democracia espanhola que possui três ministros socialistas”⁴²³. A referência aos socialistas, deixando de lado a maioria republicana que compunha o governo, é uma provocação, como inúmeras outras, que destaca o papel institucional dos socialistas em franca oposição com a postura antipolítica da FAI.

Além da constante discursiva de homogeneização dos regimes, em outros artigos os redatores do TYL passaram a erigir a caricatura do herói-mártir Seis Dedos: “conhecíamos a morte do grande e insuperável Seis Dedos, a brava mulher queimada viva em nome da República dos Trabalhadores e dos não menos valentes camponeses que souberam manter-se

⁴²¹ *Tierra y Libertad*, Barcelona, 20 de janeiro de 1933, p. 4. Tradução nossa.

⁴²² *Ibidem*.

⁴²³ *Idem*, 03 de março de 1933, p. 1. Tradução nossa.

firme ao lado daquele que chegou a ser o símbolo de todas as rebeldias: o velho Seis Dedos”⁴²⁴.

O curioso da abordagem do jornal aos eventos de Casas Viejas foram as poucas páginas dedicadas ao breve período de comunismo libertário instaurado e a perfeita ordem social. Acreditamos que isso se deve a que, na maioria absoluta das insurreições de janeiro de 1933, poucos vilarejos controlaram o poder local por mais de 24 horas. Dos poucos artigos que buscaram instrumentalizar o levante não foi como prova de que os anarquistas são capazes de viver num regime sem Estado e nem de que não cometem atrocidades.

Há, no geral, um apelo ao heroísmo dos atos, como no exemplo que segue: “cenas de heroísmo, abnegação e dor viveu toda a Espanha com a intentona revolucionária do dia 8”. Repare-se que até mesmo a ideia de dedicação máxima, de abnegação, se destaca. Outrossim, a única justificativa é no sentido de que não foram atos heroicos em vão pois “a revolta seguirá seu curso e arrastará mais povoados até que se complete na luta pela revolução social”⁴²⁵. Em outras palavras, eventos insurrecionais ainda que prematuros, mal elaborados e de breve duração, ascendem ao panteão da história insurrecional como um passo à frente, em direção à revolução final – como se estas experiências se tornassem cumulativas e somadas levariam ao comunismo libertário.

A postura do TYL durante quase todo o ano de 1933 pode ser considerada um pouco aquém no que diz respeito a tônica insurrecional e o discurso violento pela transformação social. Isto se deve, em partes, porque somente em dezembro daquele ano haveria outro intento insurgente. Assim, nos entreatos das insurreições, o TYL passou a dedicar muitas páginas a temas secundários a nossa pesquisa, como por exemplo: conjunturas internacionais com destaque para os países europeus, Estados Unidos, Cuba, dentre outros. Os países mais escolhidos, não por acaso, foram os do nascente regime totalitário: Itália e Alemanha. A ideia era introduzir uma conjuntura fascista alarmante e efetuar diversas comparações com as ações do governo republicano e os regimes nazi-fascistas, reforçando a constante discursiva de homogeneização dos regimes.

Há também muito destaque para os atos localizados de repressão do governo com descrições das condições inumanas nos presídios, torturas, conselhos de guerra, etc. Pela falta de eventos insurrecionais que tratar, aparecem muitos artigos de leitores – na maioria dos casos com linguagem coloquial ou literária.

⁴²⁴ *Idem*, 24 de março de 1933, p. 4. Tradução nossa.

⁴²⁵ *Idem*, 27 de janeiro de 1933, p. 1. Tradução nossa.

Outro elemento que surge como coluna fixa do jornal é o tratamento ao setor da juventude da FAI que crescia neste período. Intitulada Federação Ibérica de Juventudes Libertárias (FIJL), será um dos focos de atuação dos faístas para cooptar parte da juventude rebelde e disposta a ações diretas violentas.

Contudo, aparecem também nas letras do jornal alguns artigos que merecem destaque. Principalmente por se tratarem de exemplos que corroboram a estratégia de pressionar o regime a partir de ações diretas violentas contra leis que inviabilizavam o crescimento da entidade. Em um artigo denominado “Devemos tirar nossos camaradas da cadeia e dos processos”, o TYL condena a possibilidade de qualquer imobilismo frente aos “milhares de companheiros” presos: “não podemos consentir que a burguesia e o Estado republicano social-fascista” condenem os militantes presos pois “seria uma monstruosidade que os bons e abnegados trabalhadores revolucionários e anarquistas fossem condenados, vítimas da repressão exercida contra a CNT e FAI”.

Em seguida reluz o discurso a respeito da consciência de que atos de protesto pudessem efetivamente conceder uma ampla anistia aos presos políticos: “a liberdade dos nossos companheiros depende de nós, de todos nós, impondo nossa vontade frente aos desejos do Estado”. Sendo que o protesto em si é também um ato mobilizador por supostamente externar, dar visibilidade ao poder de mobilização dos anarquistas para “lograr que todo o povo exija a liberdade”.

Na conclusão do excerto, nota-se uma arguciosa percepção de que os atos de protesto possam levar à soltura dos presos na medida em que forçaria o governo a lidar com uma péssima imagem de perfil autoritário frente a opinião pública. Nas palavras do artigo: “o governo, se não se declara francamente ditatorial, se não esfrega naquele lugar a vontade do povo, não terá outro remédio que ceder e devolver nossos irmãos presos”⁴²⁶. Assim, podemos ao menos sugerir que os faístas tinham uma visão menos imediatista de seus atos. Eles entendiam que as ações diretas violentas davam enorme visibilidade à entidade e a repressão que se seguia atacava a imagem do regime que se via impelido a negociar ou ceder às demandas faístas.

No próximo exemplo fica mais patente a percepção de que os faístas instrumentalizam seus atos como “demonstração de sua força de sua capacidade e da poderosa influência que tem no país”, como o próprio artigo menciona. Neste caso, foram atos contra “a repressão sistemática por meio do fechamento de sindicatos e ateneus e pelo

⁴²⁶ *Idem*, 03 de março de 1933, p. 4, tradução nossa.

aprisionamento de milhares de militantes” da “política ditatorial terrorista do governo”. Trata-se de uma mobilização da CNT e da FAI por meio de uma greve geral de dois dias proclamada em nível nacional, no mês de junho de 1933.

Na conclusão, deixam de maneira clara os objetivos perseguidos: “fazer uma demonstração de força contra todos”. Na visão do jornal, tais feitos “demonstraram de forma definitiva que a CNT e a FAI estão cada dia melhor organizadas, mais fortalecidas e com uma influência mais preponderante na opinião pública”⁴²⁷. Entendemos, portanto, que a FAI não se vale exclusivamente de atos violentos e insurgentes para assediar o regime uma vez que determinadas estratégias de convencimento público pela visibilidade de seus atos eram fatores levados em conta pelos dirigentes faístas.

Esta outra faceta da percepção que os anarquistas insurrecionais tinham dos próprios atos para além da insurreição imediatista pode ser vista também em um artigo sobre os atos do Sindicato do Ramo da Construção de Barcelona – um dos principais redutos faístas. Após uma greve de seis semanas, o TYL aborda os eventos como a necessária manifestação política para que o governo leve a sério suas demandas. Ou, nas palavras do jornal: “os operários da construção foram para o conflito com consciência e responsabilidade de seus atos. Sabiam que se permanecessem por mais tempo sem lutar cara a cara contra a despótica burguesia, estes acabariam por burlar se daqueles”⁴²⁸.

Assim, podemos inferir que a atuação política dos faístas considerava a necessidade de uma mobilização política que se exibisse de forma violenta permanente com o duplo objetivo de: externar a postura “fascista” do governo que adviria das repressões buscando sua ilegitimidade; e, como uma referência à ginástica revolucionária, agir para demonstrar força e tornar público seus atos para atrair militantes dispostos a atos “rebeldes e heroicos” – em ciclo permanente de mobilização/ação/maior mobilização/maiores ações, tudo, supostamente, em direção à insurreição final.

Na mesma edição do artigo anterior há um outro texto que aborda a greve geral de 48 horas e justifica a postura violenta em decorrência, exatamente, da repressão causada pelo Estado. Vejamos:

CNT e FAI, Única Esperança revolucionária do proletariado. O proletariado espanhol organizado na Confederação Nacional do Trabalho se manifestou contra a política repressiva e fascista de Azaña e Caballero. [...] Os trabalhadores da CNT tem mil motivos para exigir violentamente não apenas o respeito que o governo social fascista não guarda para as poucas liberdades e direitos que correspondem e

⁴²⁷ *Idem*, 19 de maio de 1933, p. 1. Tradução nossa.

⁴²⁸ *Idem*, 26 de maio de 1933, p. 2. Tradução nossa.

determinam as leis burguesas, mas sim muito mais. A greve geral do dia 9 e 10 deste mês coloca em evidência que o proletariado saberá castigar mediante sua força organizada os desmandos da burguesia e do governo. A façanha é eloquente e, pior será para os detentores do poder se não tiverem em conta o protesto e não frearem um pouco a política tirânica que vem desenvolvendo⁴²⁹.

Percebe-se claramente no artigo que, mesmo em se tratando de uma corrente marcada por sua talante insurrecional, levam-se em conta – e inclusive defendem – “as poucas liberdades e direitos” que “determinam as leis burguesas”. Dessa forma, os atos são considerados como uma tentativa organizada de pressionar o governo para, ao menos, retroceder parcialmente em sua “política tirânica”.

Já em outubro de 1933, quando a conjuntura política acenava para a anistia dos presos políticos, inclusive por pronunciamentos dos próprios membros do governo como Alejandro Lerroux, vemos este artigo que insiste no papel da FAI em seguir pressionando o governo porque mesmo que a campanha pela anistia tenha chegado “ao seu ponto álgido”, os trabalhadores, menciona o jornal, não podem confiar nas promessas dos políticos e, portanto, devem “intensificar a ação pela liberdade imediata dos presos” e deixar “todas as outras atividades” em segundo plano⁴³⁰ – demonstrando uma percepção estratégica sobre suas ações de pressão e, inclusive, elencando prioridades a respeito.

Um outro conjunto de constantes discursivas que aparecem em menor número são as fontes diretas de federações de grupos locais e regionais. Das que pudemos encontrar no TYL durante 1933, todas seguem a mesma tônica já explicada anteriormente: demonstração de dificuldades de organização e relativa cautela na análise dos eventos insurrecionais. Como exemplo, o TYL publicou duas fontes diretas que abordam os eventos insurrecionais de janeiro de 1933.

A primeira é um “Informe da Federação Regional de grupos anarquistas da Catalunha” sobre uma reunião de grupos de afinidade na província. Como o referido documento informa, muitas delegações presentes alegaram que “o movimento foi confuso” e, portanto, faz-se necessário uma melhoria substantiva na organização para que, chegado o momento da insurreição, a FAI esteja de fato preparada para tanto. Por fim, deliberam por uma melhor “gestão dos comitês de defesa” e reorganização dos “quadros revolucionários de maneira intensa e decidida para estarem prontos a responder quando as organizações

⁴²⁹ *Tierra y Libertad*, Barcelona, 26 de maio de 1933, p. 2. Tradução nossa.

⁴³⁰ *Idem*, 06 de outubro de 1933, p. 1. Tradução nossa.

exigirem”⁴³¹ – tarefa exposta inicialmente após a criação da FAI, sob o nome, novamente, de ginástica revolucionária, como vimos no capítulo 2.

No seguinte documento, um informe da Federação de grupos anarquistas de Cadiz, sobre uma reunião da província celebrado nos dias 15 e 16 de agosto de 1933, a tônica permanece: o documento clama por maior organicidade e ações consequentes nos momentos dos levantes insurrecionais. Sobre o movimento de 8 de janeiro o informe diz que “é necessário enquadrar as ações dentro do limite da mais estreita seriedade revolucionária”. O documento ainda frisa que nenhum membro da FAI poderá “atuar diferente da ordem da organização, sem que antes seja realizado um congresso nacional ou uma troca de impressões”⁴³². Como se pode observar, a cada evento insurrecional fracassado, ainda que a carga doutrinal majoritária do TYL negue, os militantes da base recorrentemente apresentam posições diversas atentando para a debilidade organizativa e a necessária organicidade para evitar levantes “confusos” ou prematuros. Há ainda, de maneira subjacente, um apelo à disciplina militante que será reforçado durante o ano de 1936 – como veremos à frente.

Afortunadamente, encontramos um caso raro de “juízos de honra” que abordamos anteriormente. Uma pequena Federação Local de grupos, da cidade de Porto de Sagunto, município próximo à Valencia, sem detalhar os motivos, publicam o afastamento de dois militantes – o que evidencia os mecanismos de controle interno aos grupos que permitiam sua coesão e existência prolongada como argumenta Susanna Tavera⁴³³ – vejamos o documento:

Federação local de grupos de Porto de Sagunto. Colocamos ao conhecimento de todos os grupos que os companheiros Rafael Catalá e Esteban Albacete foram colocados à margem da organização específica por imoralidades e relaxamento com relação aos princípios da mesma. Tornamos público a presente nota para que todos os grupos e camaradas estejam a par da conduta destes sujeitos⁴³⁴.

Por fim, ainda no ano de 1933, pudemos encontrar uma fonte direta da Federação Regional de Levante. As opiniões expressas pelos militantes são de mesma índole: debilidade organizativa. Trata-se de uma circular interna destinada a todas as federações locais daquela região. A circular “tem por objeto fazer um chamamento para sanar as anomalias que vem sucedendo entre o comitê e os grupos da região” quais sejam “não cumprimento de acordos

⁴³¹ *Idem*, 17 de fevereiro de 1933, p. 2. Tradução nossa.

⁴³² *Idem*, 11 de agosto de 1933, p. 3. Tradução nossa.

⁴³³ GARCIA. Susanna Tavera. Anarquisme o anarquismes? La història d'un desplegament revolucionari heterogeni, 1930-1938. *Catalan Historical Review, Revista d'Història Cultural*, Barcelona, v. 1, n. 5, p. 225-238, 2012.

⁴³⁴ *Tierra y Libertad*, 13 de outubro de 1933, p. 6. Tradução nossa.

tirados na última reunião e a precária situação econômica em que se encontra este comitê⁴³⁵. Mais uma vez, as impressões dos militantes de base se contrastam com a postura triunfalista e instrumental sobre os levantes anarquistas e a revolução social que supostamente estaria muito próxima exatamente pelas “demonstrações de força” e de magnitude da “poderosa FAI”.

Da outra parte da contenda, o ano de 1933, além de ser o único do período republicano com duas ações insurrecionais, se destaca pela reorganização das forças políticas conservadoras e pela consequente vitória eleitoral dos mesmos em novembro. A rearticulação se inicia já em meados de fevereiro, com a criação da CEDA (Confederação Espanhola de Direitas Autônomas), uma coligação de diferentes partidos conservadores e católicos. A iniciativa partiu do partido Ação Popular, de cunho reacionário e fortemente católico – inclusive um de seus requisitos de filiação era a obrigação de assinar uma declaração de fé em nome da vertente católica do cristianismo. Seu líder era José Maria Gil Robles, político conservador filiado ao Ação Popular, que havia se destacado como deputado eleito em 1931 com maior atuação nos interesses da Igreja Católica nos primeiros anos republicanos.

Segundo Luiz Notário, a CEDA inicialmente não compactuava com o emprego da violência política para alcançar seus objetivos. Seus primeiros e principais filiados partiram da casta dos latifundiários e se orientavam apenas na manutenção dos privilégios da Igreja Católica no novo regime. Assim, não se tratava de um partido que buscava a queda da República. Notário qualifica esta postura como semileal à institucionalidade, pois mesmo sem confronto direto, buscava se inserir no governo para acabar com toda a linha política progressista da coligação republicano-socialista que governava naquele momento⁴³⁶.

Entretanto, no decorrer do ano de 1933, a CEDA passa a se fortalecer em nível nacional atraindo cada vez mais outros partidos de direita, e se volta para a eleição de novembro com claras possibilidades de vitória. Neste momento, posturas mais reacionárias do tipo fascista, defendendo a criação de um Estado corporativo, com partido único e controle total sobre a classe trabalhadora passam a se colocar na ordem do dia de seus mandatários. Tal postura agressiva também aproximou setores conservadores monárquicos.

Um outro elemento que contribuiu para o fortalecimento da CEDA foi a própria desenvoltura política do governo vigente. Envoltos em diferentes escândalos de repressão aos trabalhadores nos eventos insurrecionais, com imensa dificuldade parlamentar de inserir sua pauta progressista de reforma agrária, ensino laico, dentre outros, também sofreu com a

⁴³⁵ *Idem*, 20 de outubro de 1933, p. 3. Tradução nossa.

⁴³⁶ NOTARIO, Luiz Arranz. Modelos de partidos. *Revista Ayer*, Madrid, n. 20, p. 81-110, 1995.

conjuntura econômica de 1933. Enquanto neste ano, as potências econômicas europeias já davam sinais de recuperação da crise econômica de 1929, Espanha não lograva a devida recuperação e seu setor industrial produzia consideravelmente menos que França ou Alemanha, por exemplo⁴³⁷. Tal debilidade aprofundava o desemprego, a desilusão operária em relação ao novo regime e a desconfiança dos eleitores nas forças políticas governistas, quais sejam, republicanas e socialistas.

No campo a situação era ainda pior, da população desempregada – algo em torno de 4 milhões de trabalhadores em todo o país, dos quais mais de 600 mil eram camponeses. Inclusive os chamados *jornaleros*, condição da maioria dos trabalhadores da Andaluzia que efetuavam pequenos trabalhos sazonais, não conseguiam, em sua maioria, o mínimo de proventos por meio das remunerações por jornadas de trabalho, aumentando a condição miserável das centenas de povoados rurais do sul do país. Os conflitos agrários também eram recorrentes. Para se ter uma ideia, de 1931 a 1933, as greves agrárias saltaram de 85 para 448. Muitas delas eram seguidas de ocupações de latifúndios e fortes enfrentamentos com a guarda civil⁴³⁸.

O predomínio das paupérrimas condições sociais no sul refletia a polarização no interior da Confederação Regional da Andaluzia, afiliada à CNT. Em seu Congresso Regional, realizado em Extremadura, em março de 1933, a tônica antissindicalista contra a passividade diante da “malfadada” república, prevalece. No evento, são apresentadas as resoluções do último Congresso Nacional da CNT para serem referendadas regionalmente. A pauta girava em torno de demandas laborais tais como: redução da jornada de trabalho, seguro maternidade, criação de bolsas de trabalho para aposentados, etc. A maioria dos presentes, acercando-se cada vez mais às posturas insurgentes, confrontaram estas demandas e as intitularam de propostas traidoras uma vez que o estado de miséria prevalecente na região só poderia ser sanado com a imediata revolução social⁴³⁹.

Por outro lado, internacionalmente, as ações insurrecionais de 1932 e a de janeiro de 1933 foram muito malvistas pela AIT. Em abril de 1933, Alexander Shapiro, secretário geral da entidade, emite um informe à CNT contendo duras críticas às práticas insurrecionais. Em sua visão, algo bastante próximo da tendência trentista, tais ações estariam incapacitando a organização da entidade pois a repressão que se seguia aos eventos insurgentes desarticulava

⁴³⁷ ACEÑA, Pablo Martín. Problemas económicos y reformas estructurales. Revista Ayer, Madrid, v. 1, n. 20, 1995.

⁴³⁸ GOMEZ-LIMON, Victor Taibo. La revolución inconclusa – El movimiento anarcosindicalista. Madrid: Marcial Pons, 2013.

⁴³⁹ Para maiores informações sobre este Congresso Regional, Cf. MACARRO, José Manuel. Sindicalismo y política. Revista Ayer, Madrid, v. 1, n. 20, p. 141-172, 1995.

completamente a estrutura da CNT e seu progresso na cooptação de trabalhadores a partir de lutas laborais pelos sindicatos únicos locais. Shapiro ainda faz uma crítica direta aos comitês de defesa confederais que acabavam de terem sido criados com a função quase exclusivamente militar de desestabilizar o regime. Para o secretário da AIT, tais grupos deveriam se preparar de maneira meticulosa para a revolução definitiva⁴⁴⁰.

Críticas a parte, no decorrer do ano de 1933, um expressivo setor da CNT começa a temer o crescimento político da CEDA e o resultado trágico que seria a vitória dos partidos de direita naquele contexto. A talante insurrecional que predominava na entidade em parâmetros próximos da própria FAI, após o rompimento dos trentistas em 1932, começava a compreender a necessidade de alianças com setores progressistas daquele contexto para tentar fazer frente ao poder adquirido pelos cedistas. Não por acaso, e mesmo a contragosto da FAI, a CNT catalã se introduz em uma Aliança Operária da região que incluía a UGT e, por conseguinte, os socialistas que ainda estavam no poder.

A própria FAI que, portas a fora, clamava pelo seu antipoliticismo radical, já encontrava resistência interna ao isolamento proporcionado pelo purismo doutrinário da entidade. Victor Gomez Limon traz uma significativa proposta de ditame apresentada pelo grupo de afinidade *Los Intransigentes* ao Comitê Peninsular da FAI, órgão máximo da entidade. Nele, os referidos grupistas apoiam abertamente a necessária unidade com os socialistas para garantir o triunfo da revolução social. *Los Intransigentes* chegam a afirmar que tanto militantes socialistas do PSOE quanto líderes sindicais da UGT estavam se radicalizando e se afastando do poder central de Madrid à medida que as forças reacionárias da CEDA passavam a crescer exponencialmente. Ao que parece, já no segundo semestre de 1933, os socialistas davam como certa a vitória eleitoral da CEDA nas eleições marcadas para novembro daquele ano⁴⁴¹. Neste momento, posicionamentos como os deste grupo de afinidade ainda eram minoria na entidade. Entretanto, após as eleições, e principalmente no decorrer do ano de 1934, os ecos sobre unidade com os socialistas tornam-se mais abrangentes.

A visão conjuntural dos socialistas, facilitada por sua ampla experiência nos meandros institucionais da disputa política, a nosso ver, não era compartilhada pela maioria dos faístas exatamente por sua doutrina antipolítica que impedia sua análise sobre a natureza do Estado, sobre a dinâmica dos partidos e sobre a capacidade de lograr melhorias legais sem

⁴⁴⁰ Mesmo internamente, na assembleia nacional da CNT, em junho de 1933, é aprovada uma deliberação que mencionava abertamente a necessidade de limitar o poder de ação dos grupos de defesa confederal. ALONSO, María Angeles Barrios. *Anarquismo en Asturias 1890-1936*. Oviedo: Universidad de Cantabria, 1986.

⁴⁴¹ GOMEZ-LIMON, Victor Taibo. *La revolución inconclusa – El movimiento anarcosindicalista*. Madrid: Marcial Pons, 2013.

a necessidade de ações diretas violentas e levantes insurreccionais marginais. Em virtude disto, os membros da FAI e de boa parte da CNT iniciam uma ampla campanha pelo absentismo eleitoral que lhes custará caro e favorecerá a candidatura da CEDA à sua vitória.

Em especial, a análise de conjuntura da FAI sobre o período eleitoral pode ser considerada simplificadora no que diz respeito às correlações de forças políticas e os possíveis cenários pós-eleição. Em um artigo sobre a insurreição de dezembro de 1933, o historiador Roberto Garcia introduz um documento, extraído de uma reunião interna do Comitê Peninsular da FAI, que nos parece sintomático sobre a análise dos dirigentes faístas. Com o lema de “frente as urnas, revolução social”, tem-se o seguinte:

Se como resultado de nossa campanha antieletoral e pelo desprestígio atual dos partidos de esquerda a reação logra controlar o Estado, os operários revolucionários da CNT terão valentia, coragem e honra suficientes de irem às ruas e destruir a reação empregando toda classe de violências, servindo-se de todas as armas e todos os meios⁴⁴².

Como se pode observar, o excerto traz uma análise da conjuntura limitando-se tão somente à suposta capacidade da entidade sindical de se mobilizar e agir nas ruas como forma de combater um novo governo reacionário. Impressiona a postura na medida em que mesmo frente a um governo permissivo não puderam destitui-lo indo as ruas e nem declarando comunismo libertário em pequenos vilarejos. Já, diante de um governo completamente refratário a qualquer demanda da CNT ou da FAI, valendo-se apenas de atributos morais, como valentia, poderiam fazer frente à nova conjuntura.

Não há menção ao aumento de dificuldades de militância neste novo contexto, nem sobre a capacidade da direita de se estabelecer fortemente nas instituições do Estado e comprometer qualquer possibilidade de reação popular frente aos possíveis novos desmandos de um provável governo cedista. Outrossim, os anarquistas sabiam que um governo de tal envergadura conservadora atrairia os socialistas para o campo do enfrentamento direto ao regime – ainda que o TYL reforçará sempre, nesse contexto, a impossibilidade de qualquer aliança com os socialistas devido, principalmente, a majoritária presença de conteúdos doutrinários antipolíticos no referido jornal.

Nas semanas que antecederam à eleição de novembro de 1933, a mobilização pela campanha de abstenção ao voto era divulgada repetidas vezes nas páginas do TYL. Apresentamos apenas alguns trechos que denotam esta postura pois trata-se tão somente de

⁴⁴² GARCIA, Roberto Villa. La CNT contra la República: la insurrección revolucionaria de diciembre de 1933. *Historia y Política*, Madrid, n. 25, 2011, p. 180. Tradução nossa.

seu antipoliticismo radical que não requer outra análise a respeito. Do dia 20 de outubro, quase um mês antes do processo eleitoral, há um artigo com o título “Devemos começar imediatamente a campanha antieleitoral e antipolítica”. Ao final do texto, uma palavra de ordem: de cada abstencionista façamos um revolucionário convencido. Povo não votem!”⁴⁴³. No exemplar da semana seguinte, duas matérias de capa sobre o mesmo tema. Uma dizia que “o povo não elegerá seus carrascos”; a outra, praticamente um brado antipolítico: “contra todos os partidos políticos, Abstenção! Operário não vote!”⁴⁴⁴.

Havia ainda defesas indiretas ao abstencionismo em diversos anúncios de comícios com presença de importantes dirigentes anarquistas como Buenaventura Durruti e até Sébastien Faure, todos pela campanha antieleitoral. No exemplar a dois dias das eleições, a capa do jornal destacava: “Povo, não delegue sua soberania aos bandoleiros da política”⁴⁴⁵.

Enfim, os esforços na campanha contra o voto nas eleições não foram poucos. Houve pelo menos dois imensos comícios em Barcelona no dia da eleição, 19 de novembro. Roberto Garcia menciona que as estruturas de propaganda destinada a estes comícios foram enormes, algo próximo do realizado pelos próprios partidos políticos. Semanas antes, a CNT também organizou em diferentes regiões do país inúmeros comícios, manifestos, cartazes, panfletos e até mensagens gravadas em moedas com o mote: “Trabalhadores, não votem!”⁴⁴⁶

Os resultados eleitorais traduziram os esforços absenteístas dos anarquistas da FAI. Em todo o território espanhol, a abstenção foi de 32%. Já nos dois principais redutos dos anarquistas insurrecionais, Catalunha e Andaluzia, a abstenção foi ainda mais expressiva: 40% e 45%, respectivamente⁴⁴⁷.

Após a eleição, durante várias semanas, TYL irá se glorificar pelo resultado devido ao enorme contingente de eleitores que não votaram – algo no mínimo paradoxal, tendo-se em vista que a direita saiu vitoriosa do processo. Sobre tal logro conservador, TYL coloca os anarquistas como corresponsáveis e os socialistas que teriam se afundado sozinhos devido ao seu péssimo governo. Sabedores de que a nova conjuntura desfavorecia a militância anarquista, os redatores do TYL encontram como solução, como não poderia deixar de ser, o apelo à revolução social na medida em que a única resposta ao fascismo que subia ao governo de Madrid seria a imediata revolução.

⁴⁴³ *Tierra y Libertad*, 20 de outubro de 1933, p. 2. Tradução nossa.

⁴⁴⁴ *Idem*, 27 de outubro de 1933, p. 1. Tradução nossa.

⁴⁴⁵ *Idem*, 17 de novembro de 1933, p. 1. Tradução nossa.

⁴⁴⁶ O autor ainda menciona que diversos grupos de afinidade aderiram a comitês de defesa anti-eleitorais que realizaram diversas ações diretas violentas queimando células de voto, urnas e pontos de votação. GARCIA, *idem*.

⁴⁴⁷ GOMEZ-LIMON, Victor Taibo. *La revolución inconclusa – El movimiento anarcosindicalista*. Madrid: Marcial Pons, 2013.

Mesmo não sendo um período pós processo insurrecional, o TYL irá radicalizar o discurso e o tom insurrecional de seus escritos. No dia 08 de dezembro, por exemplo, há um artigo com o título “Espanha sobre um vulcão revolucionário. Contra todos os poderes políticos e religiosos o proletariado anarquista sairá triunfante”⁴⁴⁸. Na ausência de um governo repleto de “traidores socialistas” que muitas vezes eram taxados de fascistas, os propagandistas do TYL se veem, de fato, diante de um governo autoritário e efetivamente mais próximo das propostas fascistas o qual só pode ser combatido pelas armas do discurso insurrecional imediatista.

Os socialistas, da sua parte, não levaram muito tempo após as eleições para que se afastassem do regime republicano⁴⁴⁹. Ao menos neste aspecto, as previsões dos líderes faístas se concretizaram. Julian Vadillo argumenta que imediatamente após o resultado eleitoral e o triunfo da direita, o PSOE rompe com os republicanos. Ainda de maneira mais contundente, segundo o autor, a UGT inicia um processo de radicalização nas ações e no discurso que foi vista com bons olhos pela alta cúpula faísta⁴⁵⁰. Não incidentalmente, quase um ano após as primeiras tratativas sobre unidade entre socialistas e anarquistas ocorre a insurreição de outubro de 1934 – da qual trataremos adiante – com participação de ambos os setores atuando conjuntamente, principalmente nas Astúrias.

Mesmo que a aliança com os socialistas só tenha produzido resultado no ano de 1934, ainda em dezembro de 1933, parcialmente em decorrência do resultado das urnas⁴⁵¹, os anarquistas produzem o último intento insurrecional exclusivamente anarquista do período republicano. Além de derradeiro esforço insurgente, tratou-se do levante com maior

⁴⁴⁸ *Tierra y Libertad*, 08 de dezembro de 1933, p. 1. Tradução nossa.

⁴⁴⁹ José Macarro discorre sobre a efetiva relação dos socialistas com a República com a qual concordamos. Os socialistas, em nenhum momento, defendiam o regime *a priori*. Havia uma condição fundamental para seu suporte à institucionalidade: o regime deveria respeitar o conteúdo reformista que os socialistas tentavam imprimir a partir de sua participação direta no governo. Findado o elemento central de seu apoio ao regime com a subida da CEDA ao poder, os socialistas começam a atacar o regime em linguagem próxima do antipoliticismo radical faísta. Expressões como “ditadura do proletariado” e “revolução proletária” voltam a aparecer nos periódicos socialistas a partir de dezembro de 1933. MACARRO, José Manuel. Sindicalismo y política. *Revista Ayer*, Madrid, v. 1, n. 20, p. 141-172, 1995.

⁴⁵⁰ MUNHOZ, Julian Vadillo. Desarrollo y debates en los grupos anarquistas de la FAI en el Madrid republicano. *Germinal Revista de Estudios Libertarios*, n. 4, 2007, p. 27-65.

⁴⁵¹ Não encontramos fontes históricas ou consenso historiográfico a respeito da centralidade do resultado eleitoral como força motriz da insurreição de dezembro de 1933. Parece-nos evidente que um novo governo de matiz tão conservador possa ter sido utilizado como pretexto de revolta na medida em que se configurava, finalmente, o total descrédito quanto ao regime – algo que os jornais do TYL tanto propagavam. Acreditamos também que, neste caso, a prática de pressionar o regime a partir de levantes insurrecionais deva ser inserida nesta equação – ainda que não de maneira tão determinante. Entretanto, Calvo Sotelo e Roberto Garcia, por exemplo, entendem que de fato a insurreição de dezembro de 1933 foi produto direto do resultado eleitoral. CALVO-SOTELO, Mercedes Cabrera. Las Cortes republicanas. *Revista Ayer*, Madrid, v. 1, n. 20, p. 13-48, 1995. GARCIA, Roberto Villa. La CNT contra la República: la insurrección revolucionaria de diciembre de 1933. *Historia y Política*, Madrid, n. 25, p. 177-205, 2011.

expressividade a nível nacional e com maior capacidade de mobilização operária, uma vez que ao menos a greve geral se efetivou em quase toda a Espanha⁴⁵².

Ao contrário do levante anterior, neste houve um planejamento razoavelmente maior. No dia 26 de novembro de 1933, é criado um Comitê Revolucionário com oito militantes do qual fizeram parte referências faístas como Durruti e Cipriano Mera. O comitê teria como responsabilidade organizar e coordenar os diferentes esforços. Os insurrecionais sabiam que a falta de coordenação das diferentes regiões, ou mesmo das regionais para os pequenos povoados, havia sido determinante nos fracassos anteriores. Também ficou decidido qual regional daria o primeiro sinal de sublevação: Aragão⁴⁵³. A ideia era, ato contínuo, deflagrar em todas as regiões do país.

No entanto, assim como nos casos frustrados do período da ditadura de Primo de Rivera, o governo já possuía um *modus operandi* para tentar evitar o início dos levantes. Desta forma, em regiões tradicionalmente marcadas pela forte presença dos faístas houve o deslocamento de dezenas de patrulhas policiais à frente das sedes da FAI de diferentes regionais. Nestes locais, as forças policiais tinham liberdade concedida pelo governo para apreender com a simples justificativa de um interrogatório, realizar revistas em carros e pessoas supostamente envolvidas com a federação anarquista e adentrar em depósitos e galpões do movimento usando como pretexto a busca por bombas e explosivos. Como exemplo, em Barcelona foram montados carros blindados e metralhadoras em diferentes pontos estratégicos da cidade⁴⁵⁴. Neste ínterim, o próprio Durruti é preso, deixando parcialmente debilitada a estrutura organizativa do levante.

Em que pesem a estrutura repressiva, o levante prossegue conforme o acordado. No dia 8 de dezembro, no pequeno vilarejo de Barbastro, Huesca, começam os intentos. Como havia um pequeno efetivo policial, os insurgentes logram tomar de assalto a cidade e decretar, como de costume, a instauração do comunismo libertário.

Com menor sorte, militantes de Barcelona e Zaragoza, principais centros urbanos comprometidos com o levante, mesmo já tendo sofrido a repressão antecipada, lançam-se às ruas e enfrentam as tropas com poucas armas de fogo e bombas, ocasionando algumas baixas

⁴⁵² As regiões de maior incidência dos intentos insurrecionais foram: Catalunha, Aragão, La Rioja e Extremadura. GOMEZ-LIMON, Victor Taibo. *Ibidem*.

⁴⁵³ GARCIA, Roberto Villa. *La CNT contra la República: la insurrección revolucionaria de diciembre de 1933. Historia y Política*, Madrid, n. 25, p. 177-205, 2011.

⁴⁵⁴ Um dos mais notórios atos repressivos que antecederam os levantes foi o fechamento do principal jornal da Confederação: *Solidaridad Obrera*. Já nos dias 7 e 8 de dezembro as sedes da CNT de Aragão e Catalunha foram fechadas, respectivamente. Na pequena cidade de Tarrasa, limítrofe com Barcelona, prenderam 30 militantes da FAI. Em Zaragoza, mais de 80 militantes supostamente da FAI foram presos preventivamente. GARCIA, Roberto Villa. *Idem*.

no efetivo policial. Entretanto, devido à pouca participação efetiva de militantes no ato, a polícia logra controlar os distúrbios *callejeros* em poucas horas. No dia 09 de dezembro, podia-se ver pelas ruas de Barcelona centenas de panfletos com este conteúdo:

Povo: a CNT e a FAI te chamam para a insurreição armada. A hora da revolução chegou e o momento tão desejado pelo povo para terminar o sofrimentos, privações e opressões constantes chegou. Vamos realizar o comunismo libertário! Todo trabalhador revolucionário deve somar-se à rebelião armada⁴⁵⁵!

O conteúdo do panfleto nada mais era do que um lugar comum na maioria das publicações do TYL, ou seja, carregado de triunfalismo, belicismo e insurrecionalismo imediatista. Na sequência do documento, apareciam menções à abolição da propriedade privada, coletivização das riquezas e ocupação de fábricas e oficinas e outras ações diretas. O tom extremamente exaltado do panfleto traz, de fundo, a distância entre o discurso e a realidade. Entendemos ser bastante improvável que as poucas dezenas de militantes mobilizados em Barcelona consideravam realmente possível o “comunismo libertário” mas era necessário, mais uma vez, a partir de ações diretas violentas, demonstrar sua capacidade de ação e mobilização.

Outro local de insurgência foi o pequeno vilarejo aragonês de Mas de las Matas. Tendo como base um pequeno livro escrito por um de seus principais líderes, entraremos em pormenores sobre os ocorridos com o intento de demonstrar a maneira como o discurso do TYL estava impregnado em vários militantes de base⁴⁵⁶.

A própria trajetória política do militante Macário Royo demonstra a forma com que o trabalhador comum se acercava à entidade. Originário do referido povoado, Macário foi ainda jovem para França, em 1916, em busca de emprego. Após alguns anos, entrou em contato com os anarquistas franceses em Paris e Lion. Ao regressar a Espanha se dirige diretamente à Barcelona onde se põe em contato com diversos dirigentes cenetistas, em 1920. Filia-se à CNT e passa a militar diretamente nos sindicatos únicos da cidade.

Não se sabe se por indicações de outros militantes ou se pelo próprio aprendizado da cultura libertária espanhola, que tem como um de seus pilares, como demonstramos anteriormente neste capítulo, a propagação do ideal anarquista, Macário retorna a seu povoado, de aproximadamente três mil habitantes, levando consigo vários folhetos e livros anarquistas. De imediato, o referido militante constitui um grupo de afinidade e passa a

⁴⁵⁵ GARCIA, Roberto Villa. Idem. p. 186. Tradução nossa.

⁴⁵⁶ Todas as descrições a respeito do levante no referido local estarão embasadas na obra de Macário. LISBONA, Macario Royo. *Cómo implantamos el comunismo libertario en Mas de las Matas (Teruel)*. Zaragoza: Fundación Bernardo Aladrén, 2003.

utilizar o único centro operário local, de orientação republicana, para palestras e discursos sobre a ideologia anarquista.

Não obstante, durante mais de dez anos, Macário logra incorporar apenas cerca de 50 militantes que fundam um sindicato único filiado à CNT. Com a chegada da República e o início das insurreições, o abnegado militante cenetista passa a radicalizar seu discurso e a se aproximar das demais instâncias da entidade em nível regional. Durante os eventos de dezembro de 1933, ele participou ativamente do levante em Mas de las Matas. Contudo, aquilo que nos interessa reside na similaridade discursiva com o próprio TYL. Vejamos.

A primeira preocupação narrativa de Macário foi determinar a organicidade do movimento. Conforme determinação do Comitê Revolucionário, a data do levante em todo território nacional seria 9 de dezembro às 01:00h da madrugada. Segundo ele, pontualmente se gestou o movimento de Mas de las Matas. Em primeiro lugar, cortaram a eletricidade do povoado e se dirigiram aos possíveis pontos de resistência: burgueses sabidamente reacionários, prefeitura e quartel da guarda-civil. No que segue de sua narrativa são relatos de um movimento extremamente organizado e humanista.

De início, Macário sugere que não seria o líder do movimento e nem estaria a par dos detalhes uma vez que o sindicato único do vilarejo estava incumbido de tal feito. No entanto, momentos após as primeiras ações da madrugada, os militantes engajados na insurreição vão para a sua casa e solicitam solenemente que ele se torne o líder – cargo aceitado por ele, “com grande honra”.

Seguindo sua narrativa, os trabalhadores o colocam a par de uma pequena resistência da guarda-civil de se entregarem temendo represálias e mortes. Macário se dispõe a falar com o prefeito e a convencê-lo dos dois irem juntos ao quartel e conversarem com os guardas. O que se segue são diálogos nos quais supostamente o movimento estaria em total acordo de não efetuar nenhuma represália pois queriam que todos fossem livres e pudessem ajudar a comuna. Em resposta, os policiais teriam dito que antes desta função, eram lavradores, ferreiros, etc. Mensagem que, segundo o militante cenetista, foi recebida com grande entusiasmo pelos insurrectos devido à identificação proletária entre todos. Como se pode observar, a atmosfera intimidante de dezenas de trabalhadores armados diante do corpo policial que, até então, era objeto de inúmeras críticas, não se estabelece. Algo bastante improvável. Para Macário, como para o TYL, discursar em defesa da ordem revolucionária humana, solidária e não violenta esteve presente em todo seu relato.

A partir de então, todos os rituais já apresentados sobre a forma de tomada do poder local são realizados: queima dos certificados de propriedade – que neste caso se

encontravam na própria prefeitura –, proclamação do comunismo libertário na praça central do vilarejo, imediata formação de grupos de defesa em pontos estratégicos e algumas barricadas nas entradas de Mas de las Matas.

A normalização da nova ordem revolucionária prossegue em seus escritos. Forma-se um Comitê Revolucionário Administrativo. Para estabelecer a efetiva democracia libertária, os trabalhadores são incitados a se organizarem em grupos de 10 militantes sendo um delegado representante de cada grupo, parte do referido Comitê. Também é votado o sistema de defesa não permanente, ou seja, todos randomicamente fariam o serviço de guarda já que todos também, por viverem no efetivo comunismo anárquico, deveriam trabalhar para produzir em prol da comuna.

Na sequência, mais aspectos humanistas e ordenados do levante são retratados. Por exemplo, Macário menciona que vários militantes estariam preocupados com o bem-estar dos militares e oferecem bastante comida aos mesmos. Ato seguido, um policial teria dito: “nunca imaginaríamos tantos sentimentos humanos em vocês”.

Na segunda assembleia formada pelo Comitê Revolucionário, alguns militantes incitam a necessidade de aprisionar históricos inimigos da classe operária do vilarejo. Aprovado pela maioria, os tais inimigos são detidos e levados à cadeia, sem qualquer uso de violência. Seriam eles: alguns militares, padres, secretário da prefeitura e outros “conhecidos reacionários”.

Por fim, como nos demais levantes, inicia-se um período de intensa preocupação por não terem recebido informações vitoriosas dos vilarejos próximos nem da própria Regional de Aragón. As duas da tarde do dia seguinte recebem correspondência da Regional informando que o movimento havia sido consideravelmente menor em relação ao planejado. Quatro horas depois, ainda segundo relatos de Macário, chega um caminhão de Barcelona com a notícia de imediata derrota naquele local. Temendo que se repetisse Casas Viejas, percebendo que se tornariam ínfima força militar diante das forças policiais e com a informação sobre o fracasso nos demais locais, o dirigente Macário se dirige aos demais líderes da insurreição e, juntos, fogem do vilarejo rumo a Barcelona, acabando assim o brevíssimo comunismo libertário instaurado.

Ao final de seu pequeno livro, Macário reafirma a natureza justa e humana dos trabalhadores envolvidos naquele episódio insurgente. Segundo o mesmo, “o relato que acabamos de fazer do movimento deixará o leitor numa fácil missão de julgar sobre a justiça que fizemos ali”. Preocupado ainda mais em constatar a ausência de qualquer evento violento, prossegue dizendo que “não houve vingança e nenhum desmando”, ocorreu apenas que “o

povo, por sua própria vontade, se organizou em um novo sistema de vida, em uma nova convivência social⁴⁵⁷”.

Finalizando sua obra, o autor faz uso de duas das constantes discursivas já apresentadas. Primeiro, sugere que o levante mesmo não obtendo o triunfo, seguramente servirá como aprendizado para quando chegar o triunfo final, ou seja, instrumentaliza a derrota como uma experiência necessária para aquele que seria a verdadeira revolução. E, finalmente, abordando a constante discursiva da necessária propaganda prévia à insurreição, Macário conclui que somente com uma propaganda massiva haverá estrutura suficiente para conter a contrarrevolução.

O historiador Roberto Garcia aborda o livro de Macário Royo de maneira crítica. Garcia afirma que não houve mortes no caso de Mas de las Matas não devido ao humanismo imanente da ética revolucionária, mas porque as forças de segurança não ofereceram qualquer resistência. Em seguida o autor apresenta diversos povoados nos quais houve uso da violência por parte dos insurreccionais ocasionando dezenas de mortes⁴⁵⁸.

Na verdade, diversos historiadores atentaram-se para o saldo da violência insurreccional de dezembro de 1933. Obviamente que os números relativos a mortos e feridos seriam potencialmente maiores que nos levantes anteriores devido a abrangência deste caso. Com o completo aniquilamento das forças anarquistas no país, teve-se um saldo de greves gerais violentas em 32 províncias. Em algumas localidades quase foi instaurado estado de guerra. Em cidades como Barcelona, Madrid, Valencia e Zaragoza, todos os serviços como bancos, lojas, transporte público, etc., foram paralisados⁴⁵⁹.

Em suma, entendemos que a dinâmica de cada local de conflito determinava a intensidade das ações violentas por parte dos faístas e dos demais participantes. Não nos parece pertinente adentrar nas especificidades da ética libertária diante de conflitos bélicos. Há um conjunto de fatores que sobrepassa a ideia de um comportamento exemplar do militante tão recorrentemente construído no TYL e nos escritos de Macário.

Nas grandes cidades, os militantes se escondiam em telhados, atrás de veículos e faziam confrontos rápidos, como uma espécie de guerrilha urbana. Tal dinâmica gerava baixas ocasionais pelo pouco intervalo de tempo e espaço dos confrontos armados. Já em alguns povoados com alguma infraestrutura policial maior, os anarquistas não logravam

⁴⁵⁷ LISBONA, Macario Royo. *Cómo implantamos el comunismo libertario en Mas de las Matas (Teruel)*. Zaragoza: Fundación Bernardo Aladrén, 2003, p. 23. Tradução nossa.

⁴⁵⁸ GARCIA, Roberto Villa. La CNT contra la República: la insurrección revolucionaria de diciembre de 1933. *Historia y Política*, Madrid, n. 25, p. 177-205, 2011.

⁴⁵⁹ *Ibidem*.

controlar a prefeitura nem o quartel local o que desencadeava tiroteios em campos abertos que, logicamente, produziavam mais vítimas, de ambos os lados. Com o final dos eventos insurrecionais em todo o país, no dia 14 de dezembro, o saldo de mortos e feridos foi elevado justamente pelos enfrentamentos nos povoados que possuíam um aparato repressor maior⁴⁶⁰.

Finalmente, no dia 16 de dezembro, todos os demais representantes do Comitê Revolucionário são presos: Cipriano Mera, Rafael García Chacón, Rafael Casado, Isaac Puente, Felipe Orquín, Ramón Andrés Crespo y Antonio Ejarque. A maioria das pessoas que viviam nos povoados e não participaram ativamente do levante não passaram por julgamento. Inclusive porque, como bem afirma Roberto Garcia, não ocorreu o chamado “povo em armas”. Os trabalhadores comuns, que pouca relação haviam tido até então com o anarquismo, apenas desfrutaram da nova dinâmica local após o fim dos eventos violentos. No geral, faziam greves pacíficas, cantarolavam canções no centro da cidade e desfilavam junto aos anarquistas sempre e quando o inimigo local já estivesse sido aniquilado.

Desta forma, o ano de 1933 se encerra de maneira catastrófica para os anseios organizativos da CNT e insurrecionais da FAI. Ainda que tenha sido um ano marcado por ampla mobilização operária da CNT chegando a cifra de 1127 greves em todo o país e fortes enfrentamentos agrários dos camponeses faístas na Andaluzia, os resultados das greves, na maioria dos casos, acompanhou o dos intentos insurrecionais: inúmeras derrotas, perdas de postos de trabalho, drástica redução de filiados e enfraquecimento de dezenas de sindicatos únicos filiados à CNT – o que seria um motivo a mais para o crescimento do discurso de unidade junto à UGT e aos socialistas durante o ano de 1934⁴⁶¹.

Não há, contudo, um consenso historiográfico a respeito das principais motivações dos cenetistas com relação a busca por unidade com os socialistas. No nosso modo de ver, em alguma medida, houve três fatores importantes: a vitória cedista, a conjuntura amplamente desfavorável pós-ciclo insurrecional e a percepção de que após tantas derrotas agindo isoladamente, a revolução só poderia vir atuando em conjunto com os

⁴⁶⁰ Julian Casanova menciona 75 mortos dos quais 14 das forças policiais. Victor Taibo apresenta cifras significativamente maiores: mais de cem mortos e centenas de feridos. Taibo atenta também para a perseguição após o levante, com milhares de presos julgados em tribunais de urgência. Diversas sedes da CNT são fechadas e proibem a imprensa oficial da entidade. Por fim, Roberto Garcia que qualifica dezembro de 1933 como a “mais violenta e mais abrangente de todo o primeiro terço do século XX”, apresenta o saldo de 109 mortos, sendo 16 das forças policiais, e 164 feridos. CASANOVA, Julian. *La cara oscura del anarquismo*. In JULIÁ, Santos. *Violencia política en la España del siglo XX*. Madrid: Taurus, 2000. GOMEZ-LIMON, Victor Taibo. *La revolución inconclusa – El movimiento anarcosindicalista*. Madrid: Marcial Pons, 2013. GARCIA, Roberto Villa. *La CNT contra la República: la insurrección revolucionaria de diciembre de 1933*. *Historia y Política*, Madrid, n. 25, p. 177-205, 2011.

⁴⁶¹ Não podemos ignorar que a própria CNT, após o rompimento entre faístas e trentistas, em 1932, passou a ter dentre seus principais quadros de mando apenas militantes faístas. GOMEZ-LIMON, *op. cit.*, p. 36. Tradução nossa.

socialistas. Ressalva-se inclusive que, em nenhum momento, o discurso de unidade foi ponto pacífico no interior da CNT e, muito menos, da FAI. Muitos militantes, com o purismo ideológico antipolítico radical não aceitaram nem mesmo a aliança revolucionária feita em outubro de 1934, nas Astúrias.

Para o setor favorável à aproximação, o argumento utilizado era de que os socialistas haviam finalmente compreendido a natureza burguesa do regime e não mais agiriam politicamente no interior do Estado – com isso, segundo os cenetistas, estaria preservado o princípio antipolítico. Além disso, muitos líderes da CNT diziam que os socialistas viam na República um inimigo comum e um obstáculo para os anseios revolucionários que supostamente haviam surgido no interior da UGT e do PSOE⁴⁶².

Citaremos alguns documentos oficiais da CNT que corroboram esta perspectiva. Em fevereiro de 1934, em uma assembleia nacional da CNT, foi aprovado por unanimidade o seguinte texto que mais parece um recado direto à central sindical socialista:

A conduta da república espanhola tende a conduzir o país à implantação do fascismo [...] e atentos às manifestações dos organismos representativos da UGT, estamos dispostos como sempre a contribuir com todas as nossas forças com qualquer movimento revolucionário. [...] A UGT deve se manifestar clara e publicamente quais são suas aspirações revolucionárias⁴⁶³.

Já em 13 de março de 1934, a Confederação Regional de Astúrias e León, defende, em um artigo publicado pelo *Solidaridad Obrera* que “a experiência amarga dos movimentos de Janeiro, [...] e dezembro de 1933 nos ensinou que a CNT por si só não é suficiente para o triunfo do movimento revolucionário”. Assim, para o triunfo da revolução, é necessário um movimento que “nele cooperem todas as forças operárias organizadas do país”⁴⁶⁴. Ainda neste mês, a CNT forma parte de uma aliança com a participação de partidos políticos: Aliança Operária de Astúrias cujos membros incluía diversos militantes filiados ao PSOE.

No mês seguinte, ocorre um importante movimento grevista que, a nosso ver, insere inclusive alguns líderes insurrecionais na perspectiva de reticência frente a conjuntura, de continuar se valendo de ações diretas violentas ou intentos insurgentes fracassados para

⁴⁶² Além destes fatores, José Macarro afirma que o fracasso de ambos os projetos também auxiliou na aproximação. No caso dos anarquistas, o fracasso insurrecional e, no dos socialistas, o controle do Estado republicano. MACARRO, José Manuel. Sindicalismo y política. *Revista Ayer*, Madrid, v. 1, n. 20, p. 141-172, 1995.

⁴⁶³ GOMEZ-LIMON, Victor Taibo. *La revolución inconclusa – El movimiento anarcosindicalista*. Madrid: Marcial Pons, 2013. P. 36. Tradução nossa.

⁴⁶⁴ *Solidaridad Obrera*, 14 de março de 1934, p. 2. Tradução nossa.

assediar o regime ou conseguir concessões em prol do movimento confederal. Foram dois meses de intensa greve geral tendo como pauta única a liberdade dos presos políticos resultando na libertação de dezenas de militantes presos⁴⁶⁵.

Aos poucos, alguns dirigentes grupistas, defensores ferrenhos dos intentos insurrecionais, mudaram de opinião ou sofreram pressão interna tanto na FAI como na CNT para deixar de lado esta tática. Inclusive alguns líderes da própria FAI se colocarão em confronto direto com Durruti e o grupo de afinidade *Nosotros*. José Peiratz, Jacinto Toriho e Diego Santillan, este último membro do grupo de afinidade *Nervio*, em diferentes momentos do verão de 1934 pressionaram o Comitê Nacional da CNT para que expulsassem o grupo *Nosotros*⁴⁶⁶.

Contudo, no discurso antipolítico radical do TYL, quase nenhuma alteração é perceptível. Durante todo o ano de 1934, os redatores do TYL dedicarão muitas páginas para criticar e inviabilizar qualquer discurso em favor da unidade com os socialistas e sobre os rumores de uma suposta frente única. Não há, contudo, muitos escritos sobre a insurreição de dezembro de 1933 principalmente, a nosso ver, porque o TYL ficou fechado de meados de dezembro até meados de fevereiro de 1934. A partir de março há, com alguma frequência, a propaganda de um livro que estava sendo escrito intitulado “A insurreição anarquista de 8 de dezembro. Sua origem, seu significado, seu desenvolvimento”⁴⁶⁷.

Temas como anistia aos trabalhadores – que ainda não havia acontecido – voltam a aparecer com bastante frequência. TYL também passa a publicar muitos artigos sobre a guerra mundial que se avizinhava sempre em contraponto com Itália e Alemanha – obviamente pelo caráter totalitário dos regimes e a eterna comparação com a república espanhola. No mais, eram publicados artigos sobre as ações diretas no campo e na cidade, litígios e greves sindicais e, principalmente, denúncias sobre a opressão do regime, as situações dos presos, as torturas, as mortes, etc.

Já no primeiro exemplar após o fechamento do TYL, do dia 16 de fevereiro, percebemos alguns artigos em oposição à frente única. Com o nome “Os anarquistas frente ao chamado de frente única e unidade revolucionária”, a mensagem é clara e em franca oposição àquela que seria uma “absurda manobra” provocada por “audazes oportunistas, políticos

⁴⁶⁵ SEIDMAN, Michael. *Workers Against Work. Labor in Paris and Barcelona During the Popular Fronts*. Berkeley: University of California Press, 1990.

⁴⁶⁶ Susanna Tavera afirma que Durruti e cia, praticamente controlavam a Confederação Regional da Catalunha e, portanto, o principal objetivo dos demandantes da expulsão de Durruti era minar o grupo dos quadros de mando confederal. GARCIA, Susanna Tavera. Grupos de afinidad, disciplina bélica y periodismo libertario, 1936-1938. *Historia Contemporánea*, Madrid, v. 1, n. 9, p. 167-192, 1993.

⁴⁶⁷ A primeira vez em que aparece esta propaganda ocorre no exemplar de 23 de março de 1934.

pescadores de rio em revolta”. Como observado acima, os redatores do TYL já estavam cientes da aproximação da CNT com a UGT e, inclusive, o PSOE; por isso, boa parte do artigo se dirigia à central sindical: “devemos chamar a atenção da CNT para que não se deixe arrastar por impulsos espontâneos e excessivas generosidades, comprometendo o prestígio, a história e, o que é mais grave, o porvir do movimento libertário”⁴⁶⁸.

Reiterando o argumento anterior, o TYL demonstrava, indiretamente, que o novo governo era, de fato, muito mais autoritário uma vez que passaram a professar ainda mais sob o binômio fascismo ou revolução social. A partir desse discurso binário simplista, os socialistas, com histórico recente de pertencimento ao governo, estariam mais próximos do fascismo – muitas vezes sendo chamados de “outro fascismo” – do que da CNT e da FAI. De tal modo, a leitura conjuntural do TYL, muito presente no decorrer de 1934, era dirigir-se ao “povo” para que se orientasse pela revolução social anarquista pois, do contrário, só haveria a opção pelo fascismo.

Essa postura está bem exemplificada por este artigo: “os partidos de direita dão um passo em direção ao fascismo mas o povo se aproxima do triunfo da revolução”⁴⁶⁹. No decorrer do texto, o conteúdo se limita a referendar esta dualidade: os anarquistas teriam uma “enorme responsabilidade” por serem a única opção frente ao fascismo, rechaçando a possibilidade de frente única completamente. A responsabilidade seria ainda maior, segundo o texto, na medida em que a massa operária já teria optado pela CNT e, devido tamanha representatividade, a única solução seria afrontar o fascismo em defesa incondicional da revolução.

A respeito, especificamente sobre a insurreição de dezembro de 1933, assim como nos levantes de janeiro do mesmo ano, houve uma apreciação dos eventos com linguagem mais próxima ao “acúmulo de insurreições” do que da defesa do ordenamento social correto pós-instauração local do comunismo libertário. Intitulado “Em direção ao triunfo definitivo”, este artigo traz claramente essa instrumentalização discursiva da insurreição derrotada como prova de que cada vez mais se acerca a insurreição final. No interior do referido texto há uma clara indicação de que a conjuntura era ímpar, ou nas palavras do jornal: “estamos vivendo os momentos mais importantes da revolução. As contínuas faíscas produzidas até nos mais ocultos rincões do país testemunham que assistimos as forças que precedem a grande transformação social”⁴⁷⁰.

⁴⁶⁸ *Tierra y Libertad*, 16 de fevereiro de 1934, p. 2. Tradução nossa.

⁴⁶⁹ *Idem*, 09 de março de 1934, p. 1. Tradução nossa.

⁴⁷⁰ *Idem*, 09 de março de 1934, p. 2. Tradução nossa.

No seguinte artigo, a apropriação dos eventos insurrecionais fracassados anteriormente como etapas que precedem imediatamente a insurreição final é patente:

Crítica revolucionária. É inegável que a península ibérica está levando a cabo um verdadeiro e profundo trabalho revolucionário. Gigantesco impulso que tende a pulverizar o complicado e coercitivo aparato estatal. [...] O magnífico levante de Figols, a intentona de 8 de janeiro e, por último, a grandiosa explosão de 8 a 12 de dezembro, constituem três etapas para, em seguida, avançar com mais ímpeto e coragem em direção ao objeto final: a completa liquidação do Estado. [...] Este sublime e magno espetáculo, de um povo que persevera sem desmaios na luta para conquista da liberdade integral, atrai os olhares de milhões de espectadores que seguem com emoção os eventos da contenda. Milhões de corações batem com a violência⁴⁷¹.

Apenas em maio de 1934, encontramos um exemplo clássico da instrumentalização do levante insurgente como prova cabal de que os trabalhadores estariam efetivamente prontos para viver em liberdade e, portanto, não há necessidade alguma de esperar uma organização melhor do movimento operário para se iniciar o processo revolucionário. Com o título “Os eventos de dezembro em Teruel”, esse artigo aborda a insurreição de dezembro de 1933 na região de Aragão – um dos principais lugares onde ecoaram as propostas de instauração do comunismo libertário em diferentes povoados. Em referência a essas localidades, diz o artigo: onde o comunismo libertário foi implantado [...] a nova sociedade foi vivida por vários dias sem que se tenha registrado desmandos nem violência por parte dos trabalhadores⁴⁷².

Paradoxalmente, ainda em agosto do mesmo ano, outra fonte direta destoava do discurso doutrinal. Em um comunicado da Federação Local de grupos anarquistas de Barcelona, datado de 30 de agosto de 1934, com o objetivo de “acabar com certas anomalias impróprias de uma organização séria e consequente” foram tomadas algumas curiosas resoluções. Dentre elas, uma se destaca por, precisamente, apontar as dificuldades de participação dos grupos de afinidade filiados à FAI em Barcelona: “a partir da próxima reunião levaremos à prática a resolução de considerar dissolvido todo grupo que, sem causa que o justifique, falte, por meio de seu representante a três reuniões seguidas”. Na mesma deliberação, comunicam ainda que “os grupos ausentes das reuniões há bastante tempo, que não se apresentarem na próxima reunião, a federação local considerará o grupo dissolvido⁴⁷³. Tal medida, presumimos, parece ter sido tomada a partir da experiência cotidiana daquela entidade em perceber suas reuniões esvaziadas, sem contingente suficiente para suprir as

⁴⁷¹ *Idem*, 27 de abril de 1934, p. 3. Tradução nossa.

⁴⁷² *Idem*, 26 de maio de 1934, p. 2. Tradução nossa.

⁴⁷³ *Idem*, 30 de agosto de 1934, p. 4. Tradução nossa.

demandas da mesma – do contrário, a nosso ver, não seriam necessárias drásticas medidas de expulsão de grupos de afinidade.

Enfim, enquanto o TYL continuava a predicar o acúmulo de experiências insurrecionais, a impossibilidade de se aliar aos socialistas e a existência de uma conjuntura binária fascismo-anarquismo, após o verão de 1934, as propostas de unidade, principalmente nas Astúrias, passam a se fortalecer. Havia uma peculiaridade da regional cenetista asturiana que só era possível pelo nível de autonomia federativa de cada regional: o grupo faísta daquela região sempre havia acenado com a possibilidade de atuar com os socialistas e os comunistas principalmente porque na dinâmica política local, os anarquistas eram minoria⁴⁷⁴.

Nos meses que antecederam a chamada Revolução Asturiana, a Aliança Operária das Astúrias se consolidou em ações de greves conjuntas. Faltava o estopim para que o movimento iniciasse as ações insurrecionais. Como os socialistas eram maioria, cabia aos cenetistas e faístas da região que eram favoráveis ao levante aguardar a decisão dos dirigentes do PSOE. No dia 04 de outubro, a CEDA que até então havia obtido a vitória parlamentar com maioria no congresso, entra formalmente na composição do governo. Largo Caballero entende que a última esperança no regime havia acabado e imediatamente dá sinal verde para os correligionários asturianos iniciarem a revolta⁴⁷⁵. Caballero era ciente de que aquela região mineira era a única que reunia condições para fazer frente ao poder local instituído.

Ao estourar o movimento, todas as demais regiões se limitaram a greves gerais. Catalunha, por exemplo, no dia seguinte, comandada pela regional catalã da CNT inicia a greve e os trabalhadores partem para a *Generalitat de Catalunya*, nome dado à sede do governo na região, para pressionar o governante Lluís Companys para que as forças de segurança aderissem à insurreição. No entanto, Companys não adere ao movimento e os anarquistas catalães permanecem apenas em estado de greve. Dado o histórico insurgente da região e por se tratar do maior reduto anarquista, as demais regionais também evitam proclamar a insurreição⁴⁷⁶.

⁴⁷⁴ Victor Taibo afirma que desde 1919, após o Congresso do Teatro da Comédia da CNT, a regional asturiana, então recém-formada, se pautava por greves conjuntas com os demais setores do operariado. Além das Astúrias, apenas em Madrid houve unidade nos eventos de outubro de 1934. GOMEZ-LIMON, Victor Taibo. *La revolución inconclusa – El movimiento anarcosindicalista*. Madrid: Marcial Pons, 2013.

⁴⁷⁵ Desta forma, como bem coloca Mercedes Cabrera, Caballero não apenas permitia que seu partido e sua central sindical tornassem inimigos do regime como também foi uma clara demonstração de que, a partir de então, os socialistas não legitimariam mais o regime. A república perdia um apoiador de peso. Esta instabilidade era um dos primeiros sinais da ruína institucional que viria em julho de 1936. CALVO-SOTELO, Mercedes Cabrera. *Las Cortes republicanas*. *Revista Ayer*, Madrid, v. 1, n. 20, p. 13-48, 1995.

⁴⁷⁶ A greve geral foi iniciada por um dos principais bastiões do faísmo catalão: o sindicato único da madeira. No entanto, antes mesmo de iniciar a greve, no dia anterior, Durruti e outros membros do grupo de afinidade

Não entraremos nos pormenores da Revolução Asturiana, pois foi fundamentalmente comandada pelos socialistas. Apenas uma ressalva, dos 25 mil afiliados da CNT na região, 13 mil se concentravam em Gijón, local, portanto, onde houve maior protagonismo cenetista. Lá, os militantes libertários conseguiram tomar o controle da cidade por seis dias. Neste período, lograram constituir o que Victor Taibo chama de “pequena indústria de guerra”. Os militantes anarquistas expropriaram caminhões e colocaram blindagem em todos. Nas portas dos veículos podia-se ver a sigla que marcaria a revolução asturiana: UHP (*Unión de los Hermanos Proletários*). Também lograram controlar fábricas e produzir ao redor de 30 mil balas de armas de fogo⁴⁷⁷. No dia 10 de outubro, as forças de segurança retomaram o poder local e iniciam uma repressão muito violenta, causando centenas de mortes⁴⁷⁸.

Justamente pelo protagonismo socialista, o jornal não abordará os eventos de Astúrias com mecanismos discursivos que justifiquem a conformação de mais ações nesse sentido. É surpreendente a postura do jornal. Já no dia 11 de outubro, há um artigo que justifica seu não protagonismo e, tendo em vista a análise conjuntural binária entre fascismo e anarquismo, consideram os socialistas como “outro fascismo”: “de início não contava com a CNT porque a Confederação sabia, em última instância, que se tratava do choque de dois fascismos. Por isto, os trabalhadores libertários somaram-se passivamente ao movimento ausentando-se dos locais de trabalho”⁴⁷⁹ – o que não correspondia aos fatos já que houve participação de muitos militantes cenetistas e faístas em diferentes pontos do país.

O título do artigo já atenta para a questão binária: “o dilema não é governo de direita ou de esquerda, mas republica burguesa ou comunismo libertário”. É importante ressaltar que existe um conteúdo compatível com a tática de pressão política por meio de ações diretas violentas na medida em que “sob a bandeira de protesto contra a formação do novo governo de Lerroux e Gil Robles, ocorreram na Espanha sangrentos acontecimentos”. Já a postura antissocialista é patente. Nem mesmo quando os socialistas efetuaram as ações tão defendidas nas folhas do TYL há possibilidade de conciliação ou defesa de seus atos. Para o

Nosotros são presos. PAZ, Abel. *Durruti en la Revolución Española*. Madrid: Fundación de Estudios Libertarios, 1996.

⁴⁷⁷ GOMEZ-LIMON, Victor Taibo. *La revolución inconclusa – El movimiento anarcosindicalista*. Madrid: Marcial Pons, 2013.

⁴⁷⁸ Eduardo Calleja apresenta números que nos parecem balizados a respeito do saldo de mortos, feridos e presos. Ao total, cerca de 2000 mortos e 2000 feridos. A estimativa de prisões, incluindo detenções ilegais que depois tornaram-se execuções sumárias, foi superior a 10 mil militantes. CALLEJA, Eduardo Gonzalez. *El Máuser y el sufragio: orden público, subversión y violencia política en la crisis de la Restauración (1917-1931)*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1999.

⁴⁷⁹ *Tierra y Libertad*, 11 de outubro de 1934, p. 1. Tradução nossa.

jornal, os socialistas “pela primeira vez em sua história de cretinismo parlamentar [...] fizeram aquisição de armas e elevaram o tom de suas exigências”. E prossegue: “se antes se conformavam com algumas migalhas de poder, agora reclamam todo o poder” em alusão a uma das palavras de ordem da Insurreição de Astúrias de “Todo poder ao partido socialista”⁴⁸⁰. Enfim, sua visão doutrinal antipolítica não se reduziu nem diante de um intento insurrecional do qual milhares de militantes faístas fizeram parte. Os socialistas seriam, portanto, uma outra força política fascista em embate direto com o fascismo institucionalizado do novo governo cedista.

Por outro lado, o nível de repressão demonstrado pelo Estado espanhol nos eventos de Astúrias foi mais um fator que condicionou o comportamento dos grupistas adeptos das ações diretas violentas. Não bastasse o discurso de unidade com os socialistas imperante na CNT, com o fim da Revolução de Astúrias, muitos dirigentes faístas se posicionaram publicamente, no decorrer do ano de 1935, contrários às ações armadas dos grupos de afinidade. Nome de maior destaque, Durruti, em 1935, renega as ações de seu grupo de afinidade *Nosotros*, em uma carta dirigida a seu amigo de militância Jacinto Toryho:

É verdade, amigo. Eu e *Nosotros* praticamos essa forma de luta em tempos passados, mas hoje consideramos aqueles tempos superados pela marcha ascendente da CNT e da FAI. Mais de um milhão de operários sindicalizados na CNT que esperam o momento propício para fazer a “grande expropriação coletiva”, exige da gente, militantes deste movimento, comportamentos adequados às necessidades da luta. Hoje não há lugar para as ações individuais, porque os únicos que contam são as ações coletivas, as ações de massa. E por esta razão que aquilo que foi superado pela marcha da história não pode ser mantido, porque é uma forma de luta contraproducente e caduca⁴⁸¹.

Em referência a ações individuais, Durruti seguramente se refere aos assaltos à bancos, às tentativas de magnicídio, aos assassinatos de membros dos corpos paramilitares, dentre outros. Em nome da revolução, que o líder faísta sempre defendeu, era necessário agora pensar exclusivamente nas ações de massa, em uma maior inserção no operariado. Na mesma linha, no dia 12 de janeiro de 1936, a federação local de grupos de Madrid aprova um ditame contrário aos assaltos a banco como meio de luta nem mesmo para aportar fundos para qualquer atividade revolucionária que seja⁴⁸².

⁴⁸⁰ *Tierra y Libertad*, 11 de outubro de 1934, p. 1. Tradução nossa.

⁴⁸¹ PAZ, Abel. *Durruti en la Revolución Española*. Madrid: Fundación de Estudios Libertarios, 1996, p. 426. Tradução nossa.

⁴⁸² MUNHOZ, Julian Vadillo. Desarrollo y debates en los grupos anarquistas de la FAI en el Madrid republicano. *Germinal Revista de Estudios Libertarios*, n. 4, 2007, p. 27-65.

Note-se que tal discurso se aproximava cada vez mais da tônica trentista em relação à estratégia de luta: primeiro a organização operária de massas, depois os intentos insurrecionais. Esta proximidade no discurso se tornará ainda maior em maio de 1936 quando as duas tendências voltam a se unificar dentro da CNT – não incidentalmente, corresponde a nosso marco temporal final de análise do TYL. Apenas uma ressalva: Durruti, ao contrário dos trentistas, nunca irá se abster da tônica insurrecional. Todo seu discurso de *mea culpa* fora direcionado a corrigir os rumos da revolução, não adiá-la, não abortá-la.

Do mesmo modo, durante todo o ano de 1935, diferentes federações regionais da FAI, passaram por intensos conflitos entre os chamados “aliancistas”, que defendiam uma aproximação junto ao PSOE e a UGT, e antipolíticos radicais que, mesmo diante de uma conjuntura amplamente favorável à unidade, recusavam-se a aceitar a formalização da unidade com os socialistas. O grande debate deste período se resumia a duas palavras: aliança revolucionária. Enquanto os aliancistas defendiam que os socialistas agora eram efetivamente revolucionários⁴⁸³, os antialiancistas recorriam ao alicerce ideológico da FAI: o princípio antipolítico⁴⁸⁴.

Os conflitos internos da FAI não eram apresentados pelo TYL. O único conflito era entre os defensores do insurrecionalismo anarquista que portavam o correto ideal antipolítico e os insurrecionais socialistas oportunistas, quando não fascistas. De fato, essa será a tônica apresentada pelo TYL durante todo o ano de 1935⁴⁸⁵ – muito em decorrência, a nosso ver, da pressão interna que a entidade sofria devido as posturas públicas de diversos dirigentes faístas em favor da frente única e da unidade revolucionária.

Destarte, o único remédio encontrado pelos redatores do TYL para manter seu antipoliticismo ortodoxo era atacar a possibilidade de unidade com os socialistas e, principalmente, os próprios militantes filiados ao PSOE. Em um artigo de abril de 1935,

⁴⁸³ Manuel Macarro afirma que efetivamente a UGT de 1935 era outra. Toda a cúpula da UGT passou, de fato, a defender publicamente que o regime republicano era o verdadeiro inimigo e que a República não faria mais nenhuma concessão à classe trabalhadora. MACARRO, José Manuel. Sindicalismo y política. *Revista Ayer*, Madrid, v. 1, n. 20, p. 141-172, 1995.

⁴⁸⁴ Uma das federações regionais de grupos que mais sofreu com este embate foi a de Castilha. Assim como em Astúrias, Madrid era uma região de predominância socialista e havia, portanto, maioria de aliancistas. Em meados de 1935 ocorre uma ruptura entre os dois grupos. Até o início de 1936, os militantes anarquistas madrilenhos conviveriam com duas federações de grupos. MUNHOZ, Julian Vadillo. Desarrollo y debates en los grupos anarquistas de la FAI en el Madrid republicano. *Germinal Revista de Estudios Libertarios*, n. 4, 2007, p. 27-65.

⁴⁸⁵ O ano de 1935, além de consolidar o discurso de aproximação entre cenetistas, um pequeno setor faísta e socialistas, não teve nenhum outro grande evento político ou insurrecional e, portanto, o TYL quase sempre trazia conteúdos diversos e outros doutrinários. A análise sobre outros países aumenta: Peru, Filipinas, Abissínia, Brasil, etc. A falta de conteúdos levou o jornal inclusive a abordar o esperantismo com maior frequência. Temas como antimilitarismo frente a uma possível guerra mundial e a questão da anistia retomam espaços. Apenas as críticas aos socialistas permaneceram com discurso agressivo e taxativo.

nomeado “De ontem e hoje”, o ideal antipolítico é afirmado: “as rédeas do próprio destino sempre dizemos e voltamos a repetir: devem estar em nossas mãos e não devemos ceder nunca nem sequer provisoriamente há nenhuma força estranha”. Em seguida, o ataque aos socialistas ocorre, mesmo levando em consideração que estes participaram da insurreição de Astúrias. Para o TYL, os socialistas não teriam feito mais que “retirar um véu de uma situação que não era nada misteriosa para nós” na medida em que eles voltaram a tomar o poder político (no contexto de outubro em Astúrias) mesmo indiretamente saindo do governo de Madrid⁴⁸⁶.

Em junho de 1935, aparece um outro artigo intitulado “As ilusões do esquerdismo”. Nele, surge um tema então em voga no operariado: as eleições de fevereiro de 1936 e a possibilidade de uma frente popular. No entanto, o TYL permanece rigidamente preso ao seu ideal antipolítico. Em sua visão, as “ilusões do retorno das esquerdas ao poder deve ser desterrada das próprias esquerdas que, como sua cegueira, pode ser fatal”. Na sequência, há uma sugestão: “as esquerdas podem ser desterradas das fileiras operárias” – entendendo que na linguagem dos anarquistas a referência à “esquerda” está dentro do limite político-partidário. Ao menos, na parte final do artigo, emerge uma leitura conjuntural não demasiado afastada daquele contexto: “a direita espanhola não deixará o poder mesmo que as eleições sejam favoráveis ou não”⁴⁸⁷. Como veremos à frente, a reação da direita após a vitória da frente popular buscará sempre desestabilizar o regime – o que levou, meses depois, à guerra civil espanhola.

A partir de julho daquele ano, os ataques passam a ser diretamente à frente única e as eleições de 1936. Com o título “As próximas eleições”, o próximo artigo faz referência à busca por unidade efetuada por diversos setores da esquerda. Uma tentativa de diálogo que sempre acabará se batendo com o muro antipolítico. Conforme o texto: comunistas, socialistas e republicanos, quase com as mesmas palavras, nos pedem que esqueçamos de nós mesmos e deixemos de ser o que somos para conseguir a qualquer preço a libertação dos presos”. De fato, uma das principais demandas apresentadas pela frente popular era a anistia a todos os presos políticos. Tal bandeira, como vimos anteriormente, era a grande prioridade dos anarquistas a partir de 1933. No entanto, mesmo em forma de lamento, o texto repudia que tais tendências políticas apelem para “as fibras sentimentais colocando um dilema: nossos princípios ou a liberdade dos presos” e conclui da seguinte forma: “nós conhecemos estes

⁴⁸⁶ *Tierra y Libertad*, 26 de abril de 1935, p. 1. Tradução nossa.

⁴⁸⁷ *Idem*, 28 de junho de 1935, p. 1. Tradução nossa.

argumentos de memória. Lamentamos ter de responder a este palavreado desta forma mas é preciso que a demagogia tome outro caminho”⁴⁸⁸.

Subjacente à questão antipolítica imediata havia um receio por parte dos anarquistas mais doutrinários da FAI de que uma aliança com os socialistas deixasse todos do campo libertário completamente “a reboque” dos partidos políticos. Como pudemos perceber em vários escritos do TYL, a simples presença de um partido na aliança era sempre interpretada como algo que acentuaria progressiva e inevitavelmente o poder destes em relação as organizações não-partidárias. Nesse último exemplo aparece essa ponderação ao final:

Frente única e aliança operária. Frente única não é uma tática nova mas é o velho fenômeno que aparece na superfície quando aqueles que protestam por ser únicos, absorvem tudo. Em seu nome, a unidade se desfez e aumentaram os rompimentos. Não vemos na chamada pela aliança operária o caminho que nos salvará de cair no fascismo. Aliança Operária nasceu por faltar sangue circulatório de propósito sinceros revolucionários. Atualmente sua trajetória política se acentua sem que se possa evitar. Essa aliança constitui um desvio pernicioso do caminho que deve trilhar o operariado⁴⁸⁹.

Em que pesem os esforços antipolíticos doutrinários do jornal, a realidade política caminhava inexoravelmente para a constituição da frente única, mesmo sem a presença de muitos dos anarquistas filiados à FAI. Na virada de ano, mais federações regionais acenaram para a unidade revolucionária. Em dezembro de 1935, a regional da Galícia propõe uma imediata aliança revolucionária com os demais setores organizados do operariado local. Já em janeiro de 1936, a regional do Norte acena na mesma direção em defesa de uma aliança revolucionária com os socialistas⁴⁹⁰.

Quanto mais se aproximava o período eleitoral, mais a posição a se adotar frente às eleições marcadas para fevereiro daquele ano torna-se o principal objeto de debate no operariado. Os cenetistas passam a se posicionar com maior frequência em favor da unidade, deixando parcialmente de lado o primado antipolítico. Por exemplo, no dia 21 de janeiro de 1936, em um comício realizado na cidade de Zaragoza pela anistia dos presos políticos e contra a pena de morte do qual participaram mais de 20 mil pessoas, o dirigente local da CNT Miguel Abós profere o seguinte discurso:

⁴⁸⁸ *Idem*, 19 de julho de 1935, p. 1. Tradução nossa.

⁴⁸⁹ *Idem*, 01 de outubro de 1935, p. 4. Tradução nossa.

⁴⁹⁰ GOMEZ-LIMON, Victor Taibo. *La revolución inconclusa – El movimiento anarcosindicalista*. Madrid: Marcial Pons, 2013.

Mantendo a fidelidade a nossos princípios doutrinários não podemos dizer ao povo que vote, que confie nos partidos políticos [...]. Nós não podemos aconselhar que vocês votem mas dizemos que terão liberdade para tanto. Não podemos nos esquecer da perseguição de que fomos vítimas durante o segundo biênio das direitas. Não e não. Repito que não cairemos na besteira de realizar uma campanha abstencionista porque vemos com toda a clareza o que acontecerá se a direita triunfa nessas eleições⁴⁹¹.

É flagrante o tom de contradição no discurso. Proferir palavras em defesa do princípio antipolítico e dar liberdade de voto aos militantes de base não era outra coisa que defender o voto nos políticos que ensaiavam a composição de um governo de frente popular. Inclusive na Catalunha, reduto do anarquismo radical, no dia 25 de janeiro o comitê regional da Catalunha, ligado à CNT, convoca uma conferência extraordinária sobre a posição a ser tomada diante da conjuntura eleitoral. Ao final é aprovada uma carta para enviar à AIT na qual diziam que haviam decidido por continuar com a tática de campanha pelo absentismo eleitoral. Como afirma Victor Taibo, nada mais era do que uma demonstração de princípios para “inglês ver” pois não foi levada a prática e Catalunha votou em peso pela frente popular⁴⁹².

A preocupação com um novo governo de direita alcançou até mesmo o setor mais radical do faísmo. Buenaventura Durruti em discurso pronunciado semanas antes da eleição assume uma postura mais realista diante do quadro de intensa mobilização política em defesa da frente popular. Durruti diz que “defendamos ou não a abstenção, hoje, os operários votarão na esquerda” e chega a justificar o voto pela demanda dos presos políticos: “existe mais de 30 mil presos nas cadeias, um bom motivo para tirá-los com o voto”. O líder faísta conclui dizendo que “nossa missão é fazer com que eles [o povo] tomem consciência da realidade que temos diante de nossos narizes: se a direita ganha instaurarão a ditadura e se perdem se lançarão nas ruas. De qualquer maneira o enfrentamento entre a classe operária e a burguesia é inevitável”⁴⁹³. Enfim, numa leitura de conjuntura muito mais apurada do que a própria FAI havia feito em diversos momentos, Durruti prenuncia a guerra civil que se avizinhava.

TYL, durante janeiro e fevereiro continuou a apresentar publicações que negavam completamente a possibilidade de unidade com a esquerda partidária. Mesmo com várias de suas figuras públicas saindo em defesa do voto na frente popular, o TYL seguia com seu purismo doutrinal. No artigo “Os anarquistas e a situação política”, após a manifestação de

⁴⁹¹ CANCELA, Diego Caro. ¿Por qué perdieron las derechas las elecciones de 1936?. *Revista Historia Contemporanea*, Madrid, n. 9, p. 329-344, 1999, p. 339. Tradução nossa.

⁴⁹² GOMEZ-LIMON, Victor Taibo. *La revolución inconclusa – El movimiento anarcosindicalista*. Madrid: Marcial Pons, 2013.

⁴⁹³ PAZ, Abel. *Durruti en la Revolución Española*. Madrid: Fundación de Estudios Libertarios, 1996, p. 442. Tradução nossa.

princípios, alegando que nunca a “conquista do poder político tem algum resultado positivo para o progresso social” e, caso tivesse, “não nos conformaríamos com votar em partidos de esquerda que só fazem demagogia. Nós iríamos por nós mesmos defender nossas teses”⁴⁹⁴. Em outras palavras, a rigidez doutrinária em um contexto amplamente favorável a forças políticas progressistas conclui que, caso se optasse por eleger alguém, elegeriam os próprios anarquistas. Assim, incorre-se numa conclusão paradoxal: antes se elegeriam e se tornariam políticos que votar em outros políticos.

Ao que parece, até mesmo algumas entidades da FAI permaneceram na postura antipolítica incondicionalmente. Em uma das últimas fontes diretas encontradas no TYL, uma ata da reunião de Federações Regionais da FAI, ocorrida entre 30 de janeiro e 1º de fevereiro é publicada. As resoluções do referido encontro seguiram a carga doutrinária do próprio TYL. Por exemplo, foi considerado deplorável que “organismos operários que estabeleceram uma rota francamente revolucionária e proletária em outubro de 1934 se aliem aos partidos democrático-burgueses para encontrar uma solução onde não há”. O recado é dado para a UGT, tentando atrair os trabalhadores filiados à central sindical que não necessariamente eram filiados ao PSOE. O seguinte ponto aprovado propõe o “rompimento total do proletariado com todas as ilusões democráticas estatais”, minando, desta forma, a participação do PSOE mesmo que a UGT seja a central sindical controlada pelo partido⁴⁹⁵.

Enfim, a eleição ocorre no dia 16 de fevereiro. A coalizção intitulada de Frente Popular era composta majoritariamente por socialistas e republicanos, mas também incluía pequenos partidos de esquerda de tendências comunistas como o próprio PCE (Partido Comunista Espanhol). Do outro lado, a coalizção de direita era chamada de Frente Antirrevolucionária ou Frente Antimarxista. Sem conseguir incluir os monarquistas na coalizção, esta frente chegou enfraquecida e dividida no processo eleitoral. O resultado foi considerável: a Frente Popular teve 700 mil votos a mais que a Frente Antimarxista⁴⁹⁶.

Um dado que ilustra bem como os filiados da CNT não se abstiveram de votar foi o índice de votos em redutos anarquistas. Por exemplo, em Jerez de la Frontera, cenário de diversos intentos insurreccionais onde os faístas andaluzes controlavam completamente os

⁴⁹⁴ *Tierra y Libertad*, 14 de janeiro de 1936, p. 1. Tradução nossa.

⁴⁹⁵ *Idem*, 07 de fevereiro de 1936, p. 1. Tradução nossa.

⁴⁹⁶ No total foram 4.700.000 para frente popular e aproximadamente 4.000.000 de votos para a direita. Um dos principais motivos da vitória da esquerda, segundo Diego Cancela foi o escândalo da dura repressão após a Revolução Asturiana – além de casos de escândalos políticos dentro da CEDA. CANCELA, Diego Caro. ¿Por qué perdieron las derechas las elecciones de 1936? *Revista Historia Contemporanea*, Madrid, n. 9, p. 329-344, 1999.

sindicatos únicos locais, em 1933, 66,48% dos eleitores abstiveram o voto. Comparativamente, em 1936, 59,50% dos eleitores votaram⁴⁹⁷.

Assim como apontava Durruti, a conjuntura pós-eleição era imensamente conflitiva. Segundo Eduardo Calleja, o sentimento de vitória após passar dois anos sob o governo reacionário era flagrante. O operariado estava massivamente mobilizado em torno do governo de Frente Popular⁴⁹⁸. A direita acirrava os ânimos por não aceitar o resultado das urnas e temer por um governo amplamente apoiado pelos trabalhadores. Ameaças, coações políticas, manifestações políticas violentas em diferentes rincões do país, por ambos os espectros ideológicos, passam a ocorrer frequentemente. A atmosfera torna-se deveras beligerante. Grupos paramilitares de direita começam a realizar inúmeros desfiles por todo o país. Em resposta, tanto socialistas como anarquistas passaram a organizar gigantescos comícios com discurso agressivo e afrontando a direita em caso de tentativa de golpe de Estado da mesma. Em diversos casos, o confronto era inevitável⁴⁹⁹.

O temor da direita aumentava com as primeiras ações do governo de Frente Popular. Já nos primeiros dias de governo, encabeçado por Manuel Azaña, republicano radical, ocorre a anistia dos presos políticos e inclusive a readmissão de operários demitidos em razão da insurreição de Astúrias – principais demandas dos anarquistas que discursavam pela liberdade de voto.

Mesmo diante da maior concessão feita pelo Estado republicano às demandas dos faístas, o TYL celebra o feito colocando completamente em segundo plano o resultado eleitoral que permitiu a libertação dos presos, como vemos no seguinte artigo:

Espanha recuperou seus presos. A alegria e a fé no porvir voltou em 30 mil lares. Os combatentes pela nova ordem social em breve terão suas filas reforçadas. A todos, aos próprios companheiros e aqueles que serão nossos adversários, nossa saudação cordial! Não há como descrever as jornadas populares a partir de 16 de fevereiro. Espanha tinha uma só preocupação, uma só bandeira: os presos. Não importava se direita, esquerda ou centro. O que importava eram os presos. Todo o resto era secundário [...]. O povo espanhol não foi às urnas para facilitar o ascenso nas esquerdas, foi pelos presos. Pergunte aos milhões e milhões de votantes⁵⁰⁰.

⁴⁹⁷ CANCELA, Diego Caro. ¿Por qué perdieron las derechas las elecciones de 1936? *Revista Historia Contemporanea*, Madrid, n. 9, p. 329-344, 1999.

⁴⁹⁸ CALLEJA, Eduardo Gonzalez. La dialéctica de las pistolas: la violencia y la fragmentación del poder político durante la Segunda República. In: RODRIGO, Javier. *Culturas y políticas de la violencia. España siglo XX*. Madrid: Siete Mares, 2005.

⁴⁹⁹ Stanley Paine afirma que no período entre fevereiro e julho de 1936, houve 270 mortos em decorrência dos conflitos entre defensores do governo e militantes da CEDA. PAYNE, Stanley G. *El colapso de la República. Los orígenes de la guerra civil (1933-1936)*. Madrid: La Esfera de los Libros, 2005.

⁵⁰⁰ *Tierra y Libertad*, 28 de fevereiro de 1936, p. 1. Tradução nossa.

A alusão aos “adversários” diz respeito aos milhares de militantes socialistas que também estavam presos. O texto tenta reivindicar para o campo do anarquismo “o povo” e alega que todos os votantes da Frente Popular assim o fizeram apenas em nome da maior bandeira de luta cotidiana do anarquismo durante a república: a libertação em massa de seus militantes.

Sendo assim, satisfeita essa demanda principal, os anarquistas voltaram sua atenção para a fragilidade institucional do novo governo e os rumores sobre golpe de Estado advindo da direita que saiu derrotada do processo eleitoral. Se antes ameaçavam o Estado e se valiam de manifestações políticas violentas para pressionar o governo em torno da libertação dos presos – assim como o foi em defesa da revogação da Lei de Responsabilidade e de outras leis – agora, a ameaça estava voltada contra a direita. Em diversos artigos entre fevereiro e maio de 1936 o conteúdo era próximo desse de 21 de fevereiro: “Ao primeiro sinal de golpe de Estado trabalhadores iniciarão a greve geral revolucionária”⁵⁰¹.

Em maio ocorre o Congresso Nacional da CNT, em Zaragoza. Este congresso é paradigmático nos rumos da confederação no período republicano. Durante todo o evento, dezenas de militantes cenetistas criticaram arduamente todos os intentos insurrecionais de 1932 e 1933. Além disso, foi neste Congresso que ocorre a reunificação das tendências: os trentistas são aceitos novamente e o discurso de unidade prevalece por cima de qualquer radicalismo faísta⁵⁰². Uma das deliberações aprovadas por unanimidade é reflexo profundo da nova ordem no interior da entidade. O apelo à unidade com os socialistas torna-se ponto pacífico:

Considerando o desejo fervente da classe operária espanhola de derrubar o regime político e social existente e considerando que a UGT e a CNT aglutinam e controlam a totalidade dos trabalhadores organizados na Espanha, este Congresso entende que a Confederação Nacional do Trabalho da Espanha deve dirigir-se oficial e publicamente à UGT para pressionar por um pacto revolucionário⁵⁰³.

Sob pretexto insurrecional, a aliança caminhava a passos largos para se concretizar. A tendência trentista, diante da conjuntura repleta de animosidade e com a direita se organizando para dar o golpe de Estado, se radicaliza e aceita a plataforma política

⁵⁰¹ *Tierra y Libertad*, 21 de fevereiro de 1936, p. 1. Tradução nossa.

⁵⁰² A única liderança trentista que não retornou à CNT foi Ángel Pestaña que fundou o Partido Sindicalista, tamanha a propensão ao sindicalismo em detrimento de qualquer ideologia anarquista. GOMEZ-LIMON, Victor Taibo. *La revolución inconclusa – El movimiento anarcosindicalista*. Madrid: Marcial Pons, 2013.

⁵⁰³ PEIRATZ, José. *La CNT y la Revolución Española*. Madrid: Ediciones Ruedo Ibérico, 1978, p. 121. Tradução nossa.

insurrecional, ao menos no discurso. Do outro lado, os faístas recuam substantivamente aceitando a unidade com os socialistas e reconhecendo os erros insurrecionais de outrora.

Por parte do TYL, finalmente ocorre uma alteração na postura antipolítica. Em um artigo paradigmático, diga-se, aparece uma defesa parcial da unidade revolucionária com os socialistas. No entanto, mesmo nesse caso, há uma narrativa “desconfiada”. Intitulado “Sobre a aliança revolucionária”, o artigo aborda a polêmica resolução do Congresso de Zaragoza. Dentre as dúvidas aparecem receios sobre os partidos: “se os interesses privados dos dirigentes dos partidos políticos que controlam uma parte dos organismos operários subvertem a realização deste acordo dos produtores, terão que ver com sua responsabilidade diante da história e de sua consciência”. No entanto, ao final, percebe-se claramente que o TYL se dobra diante de sua antes irreduzível postura antipolítica: “o Acordo é a revolução social o desacordo é o triunfo do fascismo”⁵⁰⁴. Concluem, dessa forma, reiterando a análise de conjuntura binária entre fascismo e revolução social – polarização essa que se ampliará por meio da guerra civil, meses depois.

Por fim, para acabar com o poder local dos grupistas exaltados, o próprio Durruti junto aos demais membros do *Nosotros*, segundo Susanna Tavera, estabelecem uma reunião apenas de grupos de afinidade, no interior do Congresso de Zaragoza, e propõe o que seria impensável em outros momentos históricos: hierarquia orgânica na dinâmica dos grupos⁵⁰⁵. Em outras palavras, o federalismo radical que permitia ações violentas isoladas de pequenas federações locais de grupos, ou mesmo de grupos em separado, foi completamente abolido. A partir de então, todos os grupos deveriam estar subordinados aos ditames do Comitê Peninsular, impondo uma rígida hierarquia entre as federações.

No dia 17 de julho de 1936, o General Francisco Franco voa das Ilhas Canárias para o norte de Marrocos e inicia o assédio ao regime republicano. A partir de então, a animosidade política que reinava nos meses anteriores toma forma de guerra civil. À época, a FAI contava com cerca de 150 mil militantes filiados. O contexto bélico fará com que a federação aumente progressivamente a postura de controle dos filiados e de imposição de hierarquia interna.

Tal rigidez hierárquica e organizativa minava cada vez mais a possibilidade de um real federalismo com poder local dos grupos de afinidade. De tal modo, numa plenária

⁵⁰⁴ *Tierra y Libertad*, 22 de maio de 1936, p. 1. Tradução nossa.

⁵⁰⁵ GARCIA, Susanna Tavera. Grupos de afinidad, disciplina bélica y periodismo libertario, 1936-1938. *Historia Contemporánea*, Madrid, v. 1, n. 9, p. 167-192, 1993.

nacional da FAI em julho de 1937, devido a conjuntura bélica e o engessamento institucional da FAI, ocorre a seguinte deliberação:

Considerações gerais: por parte de todas as regionais da FAI se constataram as graves e sérias deficiências que impossibilitam seu pleno desenvolvimento em concordância com as exigências de ordem prática que demanda a atual transformação econômico-social. Os grupos que lhe servem de célula inicial, se bem eram próprios para épocas de clandestinidade, cumpriram com sua importante missão histórica, não o são em momentos como os atuais em que se impõe a atuação a luz do dia de forma que todo o mundo pode conhecer-nos e, conosco, conhecem também nosso pleno sentido responsável.

E, algumas considerações depois, a célula organizacional fundamental da FAI é completamente suprimida da organização:

Sobre os grupos de afinidade: O grupo de afinidade foi, durante mais de cinquenta anos, o órgão mais eficiente de propaganda, de relação e de prática anarquista. Com as novas organizações que se imprimem a FAI, a função orgânica dos grupos de afinidade se torna anulada⁵⁰⁶.

As novas organizações às quais o documento se refere eram as milícias populares e a própria dinâmica militar da guerra civil. Se meses antes a própria FAI acenava com imposição disciplinar hierárquica contra as ações diretas violentas e tentativas insurrecionais locais; numa conjuntura de efetivo confronto militar, os grupos de afinidade tornaram-se obsoletos. Nascidos da clandestinidade finissecular, acabaram tolhidos no momento em que finalmente Espanha estava em chamas. As faíscas violentas lançadas durante 50 anos pelos grupos de afinidade já não eram necessárias. Após um ano de guerra civil, os dirigentes da FAI afinal perceberam que o confronto militar aberto com o fascismo espanhol, e com efetivo suporte do nazi-fascismo europeu, produziria um incêndio dantesco no qual as chamas não queimavam as instituições do Estado em prol do comunismo libertário, mas, sim, todas as forças antifascistas que acabaram completamente em cinzas quando, em janeiro de 1939, Francisco Franco entra “triunfalmente” em Barcelona.

⁵⁰⁶ GOMES CASAS, Juan. *Historia de la FAI*. Bilbao: Editora Zero, 1977, p. 261. Tradução Nossa.

Considerações finais

No bojo da história social do movimento operário algumas instituições políticas sempre se destacaram como instrumento de organização: sociedades operárias, uniões de ofício, sindicatos, centrais sindicais, partidos políticos, etc. Porém, como tentamos demonstrar por meio da presente pesquisa, os grupos de afinidade se constituíram como uma célula organizativa que não pode ser desprezada em termos de capacidade de mobilização e inserção social no operariado. Outrossim, ressalva-se que foram necessárias algumas décadas para que este núcleo básico organizativo se inserisse no operariado e, principalmente, se constituísse como uma federação em nível nacional – inclusive peninsular – que possibilitasse sua expansão com a disseminação de ações diretas violentas, intentos insurrecionais e aplicação da sua principal tática de inserção no meio operário: a *Trabazón*.

O surgimento dos grupos de afinidade se deu pela necessidade de atuação clandestina imposta pelo Estado após o fechamento da FRE em 1873. Fruto das vicissitudes repressoras, os grupos puderam manter minimamente organizados os militantes internacionalistas quando a conjuntura não permitiu a atuação legal das instituições operárias.

Outro elemento de fundamental importância na compreensão da forma de atuar grupista foi a violência política como alicerce de suas práticas. Para compreender como essas práticas violentas se enraizaram no “fazer-se” dos grupos de afinidade recorreremos, outra vez, aos mecanismos coercitivos do Estado e, ainda, à nascente ideologia anarcocomunista da década de 1880.

No plano das ideias, primeiramente a Comuna de Paris introduziu no imaginário anarquista espanhol da época a possibilidade concreta de tomar o controle do poder local. Com a Insurreição de Alcoy, marco fundacional do insurrecionalismo anarquista, pela primeira vez ações diretas violentas, tais como a queima de colheitas e fábricas, o saque de propriedades e o assassinato de membros da elite local – inclusive com exibição pública de suas cabeças –, foram usadas, levando, inclusive, ao controle do poder local do município. Além do pioneirismo na prática violenta para assediar as estruturas políticas locais, esta insurreição transformou a percepção tática do movimento anarquista da época que, até então, era fundada em greves locais e gerais e na busca imediata por melhorias nas condições de vida dos trabalhadores.

Assim, a violência passa a ser compreendida como um instrumento legítimo de atuação perante as estruturas repressivas do Estado, ou melhor, a violência assume um

significado político ao se inserir no imaginário anarquista da época como ação legítima no processo libertador que visava à instauração do comunismo libertário. No entanto, nesses primórdios do insurrecionalismo nuclear realizado por pequenos grupos – e, mais uma vez, não por sindicatos nem por partidos políticos – não havia uma compreensão estratégica maior, nem um programa unificado de ação que pudesse tornar o processo insurrecional um amplo movimento em nível nacional.

Para além dos eventos de Alcoy, mesmo em diferentes situações que não envolviam tentativas de assédio ao poder local, as ações diretas violentas tornaram-se o combustível de propaganda anarquista por meio da propaganda pelo feito. Soma-se a tradição anarcocomunista, que rejeitava uma organização centralizadora e voltava os olhares para indivíduos abnegados e comprometidos com a violência política cotidiana e tem-se a conformação do insurrecionalismo grupista finissecular.

Em profundo contraste com a atuação legal junto aos sindicatos, a via insurrecional tornava-se o mecanismo central de ação, em detrimento das greves, denotando, dessa forma, a plena confiança na transformação social com o uso frequente de atos violentos e pequenas insurreições locais. Propagar pelo ato violento passa a ser compreendido como uma ferramenta a mais, para além da propaganda oral e escrita, para que o operariado abandonasse definitivamente as vias legais e institucionais de ação.

Contudo, esses primeiros grupos eram formados por pessoas de origens de classe variada, com um ímpeto de ação individual ou grupal e sem nenhuma pauta conjunta definida. Por isto, e também devido ao rechaço das estruturas organizativas centralizadoras, não conseguiram se consolidar no meio operário. Já no contexto do triênio bolchevique, após a consolidação do anarcossindicalismo catalão, outros grupos, com perfil de classe operária definido, transformarão a realidade grupista.

Um ano antes dos sangrentos conflitos *callejeros* do triênio bolchevique, a Revolução Russa, análoga à influência da Comuna de Paris no anarquismo finissecular, inseriu no imaginário anarquista da época a possibilidade do movimento operário – e não mais de grupos insurgentes locais pluriclassistas – enfrentar o patronato e buscar a efetiva transformação social.

Se por um lado, nesse contexto, já havia se solidificado a figura do militante cenetista sindicalista, especializado em negociações patrão-empregado, do homem de diálogo, disciplinado; por outro, surgia um novo conjunto de grupos de afinidade disposto a reivindicar sua ideologia em enfrentamentos armados contra paramilitares a mando da classe patronal.

Esses militantes não eram trabalhadores industriais educados pelo sindicalismo cenetista, mas fruto de um processo modernizador autoritário e segregador, que gerou uma massa de imigrantes desempregados, em bairros miseráveis, que elaboravam estratégias ilegais de sobrevivência. Com o passar dos anos, foi-se criando dialeticamente, frente à repressão policial, uma reserva material de saber empírico de como reagir ao aparato repressivo do Estado e lograr pequenos roubos para se “chegar ao fim do mês”. Assim, ao invés da moral do trabalho, forja-se a moral antissistêmica que rechaçava as instituições estatais.

A partir de 1918, quando a burguesia industrial catalã endurece a sua postura frente às reivindicações laborais dos cenetistas, cria-se uma conjuntura de enfrentamentos nas ruas como produto direto da luta de classes no interior das fábricas. É nesse bojo que os anarquistas dos grupos de afinidade se inserem na luta sindical, pois notavam um traço combativo e violento que tanto haviam aprendido em suas vivências nos bairros miseráveis. Ainda nesse ano, ocorre uma paradigmática reunião de grupos de afinidade em Barcelona que delibera pelo ingresso dos grupos nos sindicatos únicos recém-criados pela CNT.

Estes novos grupos realizaram uma dupla militância: dentro dos sindicatos, buscando radicalizar o discurso e a prática dos filiados e, principalmente, nas ruas, enfrentando a nascente paramilícia patronal (*bandas negras*, Somatens, *Sindicatos Libres*) com armas em punho. Após dezenas de batalhas urbanas, de assassinatos de patrões, capatazes e milicianos, forjaram um ethos combativo e classista que será o alicerce dos grupos de afinidade do período republicano, mais voltados às constantes insurreições prematuras.

A década de 1920 introduzirá o elemento organizacional que faltava para uma atuação mais representativa, para além das poucas dezenas de grupos de afinidade. Primeiro com a criação da Federação de grupos anarquistas da Catalunha, em 1923, e, depois, com a criação da FAI, em 1927, estavam postas as entidades que tentaram organizar o desejo de ações diretas violentas e de tentativas de assédio ao poder local.

Às portas da 2ª República, a FAI dava seus primeiros passos, voltando-se ao perfil de militantes que sempre escolheu para a sua base: pobres desempregados. Além de muitos militantes experientes nas lutas *callejeras*, a FAI logra mobilizar centenas de militantes por meio da greve de aluguéis dos núcleos de *Casas Baratas* – área de maior concentração de desempregados, desassistidos de qualquer ação do Estado, exceto das forças policiais. Além disso, desde a criação da FAI, a *Trabazón* se consolida como prática faísta de reforçar a necessidade de crescimento institucional no interior do movimento operário – estratégia iniciada timidamente no contexto de 1917 a 1923.

Faltava, porém, um regime permissivo, como foi a 2ª República, que possibilitasse a difusão de seus ideais a partir de um jornal porta-voz das ações diretas violentas dos grupos de afinidade e, num segundo momento, das tentativas insurrecionais: *Tierra y Libertad*. Afora sua doutrina antipolítica radical, após uma análise aprofundada de suas nuances, outros importantes aspectos doutrinários e práticos dos grupistas insurrecionais se descortinaram: denunciamento das práticas do governo republicano, ataque aos socialistas e à tendência chamada por eles de sindicalistas moderados, elaboração e defesa incondicional da *Trabazón*, apresentação de uma conjuntura sempre favorável ao evento insurrecional, defesa imediatista da própria insurreição, dentre outros.

No entanto, para além dessas bases doutrinárias, o referido jornal nos permitiu compreender um segundo conjunto de constantes discursivas que questionavam, ao menos parcialmente, a defesa intransigente da insurreição a todo momento. Em todo caso, uma fonte primária, como um veículo de imprensa operária, não nos permitiu que fizéssemos conclusões mais assertivas a respeito da doutrina e da prática grupista insurrecional durante o período republicano.

Um jornal operário pode nos oferecer um rico e complexo conjunto de padrões de discursos, de componentes ideológicos, de estratégias e táticas estabelecidas, de atuações e resultados de greves, de disputas internas, de comportamentos frente ao aparelho repressivo do Estado, dentre outras possibilidades que tentamos explorar na presente pesquisa.

Todavia, para compreender a fundo a dinâmica dos grupos de afinidade, seus processos internos e coercitivos que induziam à permanência de membros, os questionamentos da base frente à FAI, os reais desejos insurrecionais das centenas de grupos de afinidade e as nuances regionais dos faístas – objetivos iniciais da pesquisa em voga – seria necessária uma consulta mais aprofundada de outros materiais, a exemplo dos famosos *cajones de la FAI*, que se encontram no Instituto de História Social de Amsterdam. Neles, as chamadas fontes diretas, que descrevemos no presente trabalho, seriam vultosas e, assim, poderíamos confrontar de maneira efetiva nossas hipóteses e nossas (limitadas) conclusões apresentadas no capítulo 3.

Esperamos, contudo, que a presente análise “a contrapelo” do jornal *Tierra y Libertad* tenha cumprido seus modestos propósitos de colocar em evidência um setor anarquista bastante marginalizado pela historiografia do anarquismo espanhol. Outrossim, com as problematizações a partir do discurso doutrinário, esperamos-nos que tenhamos logrado construir um novo olhar sobre a complexa cultura anarquista espanhola por meio de uma

imersão qualificada no bojo do imaginário anarquista espanhol e das inúmeras “faíscas” insurrecionais que nunca chegariam a se tornar o “fogo libertador” do comunismo anárquico.

Referências

ACEÑA, Pablo Martín. Problemas económicos y reformas estructurales. *Revista Ayer*, Madrid, v. 1, n. 20, 1995.

ALBUIXECH, Albert Girona. La historiografía de la guerra civil en el país valenciano. *Historia Contemporanea*, nº 3, p. 137-145, 1985.

ALONSO, María Angeles Barrio. *Anarquismo en Asturias (1890-1936)*. Santander: Universidad de Cantabria, 1986.

ANDRES, Carlos Gil. *Echase a la calle. Amotinados, huelguistas y revolucionarios (1890-1936)*. Zaragoza: Prensa Universitaria de Zaragoza, 2000.

ANDRES, Carlos Gil. “A mano airada”, la violencia en la protesta popular. In RODRIGO, Javier. *Culturas y política de la violencia: España Siglo XX*. Madrid: Siete Mares, 2005.

AVILES, Juan. El terrorismo anarquista como propaganda por el hecho: de la formulación teórica a los atentados de París (1877-1894). *História y Política*, Madrid, n. 21, p. 169-190, 2009.

AVILES, Juan. Propaganda por el hecho y propaganda por la represión: anarquismo y violencia en España a fines del siglo XIX. *Revista Ayer*, Madrid, nº80, v. 1, p. 165-192, 2010.

AVILES, Juan. Terrorismo anarquista y terrorismo yihadí: un análisis comparativo. *Revista História y Política*, Madrid, nº27, v. 1, 2012.

ÁVILES, Juan. *La daga y la dinamita. Los anarquistas y el nacimiento del terrorismo*. Barcelona: Editorial Tusquets, 2013.

BALLCELS, Albert. *El arraigo del anarquismo en Cataluña*. Textos de 1926-1934. Madrid: Ediciones Jucar, 1973.

BALLCELS, Albert. *El problema agrario en Cataluña, la cuestión Rabassaire (1890-1936)*. Madrid: Servicios de Publicaciones Agrarias, 1980.

BAKUNIN, M. *Textos anarquistas*; seleção e notas de Daniel Guérin. Porto Alegre: L&PM, 2006.

BAR, Antonio. *La CNT en los años rojos. Del sindicalismo revolucionario al anarcosindicalismo (1910-1926)*. Madrid: Akal Editor, 1981.

BARRAL, Jose Miguel Hernandez. *Estrategia de los grandes de España ante la expropiación de la reforma agraria de la segunda república, 1932-36*. In: Old and New

Worlds: the Global Challenges of Rural History | International Conference, 1, 2016. Conferência apresentada. ISCTE-IUL: Lisboa, 2016.

BERDMAR, Arcángel. *República, guerra y represión. Lucena (1931-1939)*. Lucena: Delegaciones de Cultura y Patrimonio, 2010.

BERKMAN, Alexander. *El ABC del comunismo libertario*. Madrid: Libros de Anarres, 2009.

BERNECKER, Walter. Acción directa y violencia en el anarquismo español. *Revista Ayer*, Madrid, nº13, v. 1, p. 147-188, jan./mar. 1994.

BOLLOTEN, Burnett. *El gran engaño. Las izquierdas y su lucha por el poder en la zona republicana*. Barcelona: Luiz de Caralt Editor, 1965.

BONAMUSA, Francesc. *Congreso de constitución de la Confederación Nacional del Trabajo*. Barcelona: Cuadernos Anagrama, 1976.

BONAMUSA, Francesc; GABRIEL, Pere; MARTÍN RAMOS, Josep Lluís; TERMES, Josep. *Història gràfica del moviment obrer a Catalunya*. Barcelona: Diputació de Barcelona, 1963.

BONNEFOY, Juan Cristóbal Marinello. *Sindicalismo y violencia en Cataluña (1902-1919)*. Barcelona, Universitat Autònoma de Barcelona, 2014.

BRENAN, Gerard. *El labirinto Español: antecedentes sociales y políticos de la guerra civil española*. Barcelona: Ibérica ediciones, 1978.

BUADES, Josep M. *A Guerra Civil Espanhola*. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

BUENACASA, Manuel. *El movimiento obrero Español (1886-1926)*. Madrid: Ediciones Jucar, 1977.

CALLEJA, Eduardo Gonzalez. *El Máuser y el sufragio: orden público, subversión y violencia política en la crisis de la Restauración (1917-1931)*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1999.

CALLEJA, Eduardo Gonzalez. La violencia política y la crisis de la democracia republicana (1931-1936). *Revista Hispania Nova*, Madrid, v. 1, n. 1, 1998-2000.

CALLEJA, Eduardo Gonzalez. La dialéctica de las pistolas: la violencia y la fragmentación del poder político durante la Segunda República. In: RODRIGO, Javier. *Culturas y políticas de la violencia. España siglo XX*. Madrid: Siete Mares, 2005.

CALVO-SOTELO, Mercedes Cabrera. Las Cortes republicanas. *Revista Ayer*, Madrid, v. 1, n. 20, p. 13-48, 1995.

CANCELA, Diego Caro. ¿Por qué perdieron las derechas las elecciones de 1936?. *Revista Historia Contemporánea*, Madrid, n. 9, p. 329-344, 1999.

CASANOVA, Julian. *De la calle al frente. El anarcosindicalismo en España. (1931-1939)*. Madrid: Editorial Crítica, 1997.

CASANOVA, Julian. La cara oscura del anarquismo. In: JULIÁ, Santos. *Violencia política en la España del siglo XX*. Madrid: Taurus, 2000.

CASANOVA, Julian. Diego Abad Santillán: memoria y propaganda. *Revista Historia Social*, Madrid, n. 48, 2004.

CASAS, Juan Gomez. *História de la FAI. Aproximación a la historia de la organización específica y sus antecedentes de la Alianza de la Democracia Socialista*. Madrid: Fundación Anselmo Lorenzo, 2002.

CIERI, Alejandro Andreassi. La conflictividad laboral en Cataluña a comienzos del siglo XX: sus causas. *Historia Social*, Madrid, nº 29, p, 21-43, 1997.

CHRISTIE, Stuart. *We, the anarchists. A study of the Iberian Anarchist Federation (FAI) 1927-1937*. Edimburg: AK Press, 2008.

CRUZ, Rafael. Pensar la violencia colectiva europea en perspectiva histórica. In: RODRIGO, Javier. *Culturas y política de la violencia: España Siglo XX*. Madrid: Siete Mares, 2005.

DA CAL, Enric Ucelay. Buscando el levantamiento plebiscitario: insurreccionalismo y elecciones. *Revista Ayer*, Madrid, v. 1, n. 20, p. 49-80, 1995.

DA CAL, Enric Ucelay. El pueblo contra la clase: populismo legitimador, revoluciones y sustituciones políticas en Cataluña (1936-1939). *Revista Ayer* Madrid, nº50, v. 1, 2003.

DA CAL, Enric Ucelay. Un andamio en movimiento: organigrama y territorio en la CNT. In: OYON, José Luis. *El Cinturón Rojinegro. Radicalismo cenetista y obrerismo en la periferia de Barcelona (1918-1939)*. Barcelona: Ediciones Carena, 2004.

DIAZ, Carlos. *El anarquismo como fenómeno político moral*. D.F México: Editores Mexicanos Unidos, 1977.

DIAZ, Santos Juliá. *Violencia política en la España del siglo XX*. Madrid: Taurus, 2000.

DIAZ, Santos Juliá. *Historia de España*. Barcelona: Marcial Pons, 2013.

DIEZ, Xavier. *El anarquismo individualista en España (1923-1938)*. Barcelona: Virus Editorial, 2007.

EALHAM, Christopher. *Policing the Recession: Unemployment, Social Protest and Law-and-Order in Barcelona, 1930-1936*. Londres: University of London, 1995.

EALHAM, Christopher. The crisis of organized labour: the battle for hegemony in the Barcelona workers' movement, 1930–6. In: *Red Barcelona. Social protest and labour mobilization in the twentieth century*. Londres: Routledge, 2002.

EALHAM, Christopher. *La Lucha por Barcelona. Clase, cultura y conflicto 1898-1937*. Madrid: Editora Alianza, 2005.

EALHAM, Christopher. Una “geografía imaginada”: ideología, espacio urbano y protesta en la creación del Barrio Chino de Barcelona, 1835-1936. *Revista Historia Social*, Madrid, n. 59, 2007.

EHRENBURG, Ilya. España, República de Trabajadores. Madrid: Ediciones Jucar, 1976.

EHRlich, Charles. The Lliga Regionalista and the Catalan Industrial Bourgeoisie. *Journal of Contemporary History*, Londres, nº 33, p. 299-417, 1998.

ESTUDILLO, Antonio Lopez. El anarquismo español decimonónico. *Revista Ayer*, Madrid, nº45, p. 73-104, 2002.

FERRER, Raimundo. Durruti, 1896-1936. Barcelona: Editorial Planeta, 1985.

FERRETTI, Federico. La Comuna de París y los orígenes del pensamiento anarquista: la experiencia de los hermanos Reclus. *Germinal, Revista de Estudios Libertarios*, Madrid, n. 8, p. 8-41, 2009.

FLORENCIO, Rafael Nuñez. *El terrorismo anarquista (1888-1909)*. Madrid: Siglo XXI Editores, 1983.

GARCIA, Roberto Villa. La CNT contra la República: la insurrección revolucionaria de diciembre de 1933. *Historia y Política*, Madrid, n. 25, p. 177-205, 2011.

GARCIA, Susanna Tavera. *Solidaridad Obrera. El fer-se i desfer-se d un diari anarcosindicalista (1915-1939)*. Barcelona: Col·legi de Periodistes de Catalunya, 1992.

GARCIA, Susanna Tavera. Grupos de afinidad, disciplina bélica y periodismo libertario, 1936-1938. *Historia Contemporánea*, Madrid, v. 1, n. 9, p. 167-192, 1993.

GARCIA, Susanna Tavera. Una revolución dentro de otra: la lógica insurreccional en la política española, 1924-1934. *Revista Ayer*, Madrid, n. 13, p. 115-146, 1994.

GARCIA, Susanna Tavera. La historia del anarquismo español: una encrucijada interpretativa nueva. *Ayer*, Madrid, n. 45, p. 13-37, 2002.

GARCIA, Susanna Tavera. Anarquisme o anarquismes? La història d'un desplegament revolucionari heterogeni, 1930-1938. *Catalan Historical Review*, Barcelona, n. 5, p. 225-238, 2012.

GOMEZ, Francisco de Paula Fernandez. *De Fanelli a Angiolillo. El anarquismo en el estado español del siglo XIX*. Barcelona: Ateneo Libertario del Besos, 2006.

GOMEZ, Francisco de Paula Fernandez. *Anarcocomunismo en España (1882-1896)*. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, 2014.

GOMEZ, Manuel Casal. *La "Banda Negra", origen y actuación de los pistoleros en Barcelona (1918-1921)*. Madrid: Editora Icaria, 1977.

GOMEZ-LIMON, Victor Taibo. *La revolución inconclusa – El movimiento anarcosindicalista*. Madrid: Marcial Pons, 2013.

GUILLAMON, Agustín. *Barricadas en Barcelona. La CNT de la victoria de Julio de 1936 a la necesaria derrota de Mayo de 1937*. Madrid: Ediciones Espartaco Internacional, 2007.

GURUCHARRI, Salvador. *Bibliografía del Anarquismo Español (1896-1975)*. Barcelona: Librería la Rosa del Foc, 2004.

GUSSYNER, Pere Solá. Grups culturals llibertaris i revolució social a l'àrea de Barcelona durant la II República. In: OYON, José Luis. *El Cinturón Rojinegro. Radicalismo cenetista y obrerismo en la periferia de Barcelona (1918-1939)*. Barcelona: Ediciones Carena, 2004.

GUZMAN, Eduardo de. Cuando Figols proclamó el Comunismo Libertario. *Tiempo de Historia*, Madrid, v. 2, n. 14, p. 48-57, 1976.

HERNANDEZ, Oscar Fréan. ¿Cómo hacer la revolución? Los anarquistas y la crítica de la violencia insurreccional. *Cahiers de Civilization Espagnole Contemporaine*, Nanterre, n°2, v. 1, 2015.

HERR, Richard. *Ensayo histórico de la España contemporánea*. Madrid: Ediciones Pegaso, 1977.

HOBBSAWM, E. J. *Rebeldes Primitivos. Estudos de formas arcaicas de movimentos sociais dos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1970.

IÑIGUEZ, Miguel. *Esbozo de una enciclopedia histórica del anarquismo español*. Madrid: Fundación Anselmo Lorenzo, 2001.

JUNCO, José Alvarez. *La ideología política del anarquismo español (1868-1910)*. Madrid: Siglo XXI editores, 1991.

KROPOTKIN, Piotr. *A anarquia. Sua filosofia, seu ideal*. São Paulo: Imaginário, 2000.

LIDA, Clara. *Anarquismo y Revolución en la España del Siglo XIX*. México DF: Siglo Veintiuno de España, 1972.

LIDA, Clara. Hacia la clandestinidad anarquista. De la Comuna de París a Alcoy, 1871-1874. *Revista Historia Social*, Valencia, nº46, p. 49-64, 2003.

LIDA, Clara. Sobrevivir en secreto. Las conferencias comarcales y la reorganización anarquista (1874-1881). *Cahiers de Civilization Espagnole Contemporaine*, Nanterre, nº2, v. 1, 2015.

LISBONA, Macario Royo. Cómo implantamos el comunismo libertario en Mas de las Matas (Teruel). Zaragoza: Fundación Bernardo Aladrén, 2003.

LOPEZ, Alexandre Ruiz. *Internacionalismo y propaganda por el hecho en la España del siglo XIX*. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, 2013.

LORENZO, 1974. *El proletariado militante: memorias de un internacional*. Madrid: Alianza, 1974.

MACARRO, José Manuel. Sindicalismo y política. *Revista Ayer*, Madrid, v. 1, n. 20, p. 141-172, 1995.

MADRID, Francisco. *La prensa anarquista y anarcosindicalista en España desde la I Internacional hasta el final de la guerra civil*. Barcelona: Universitat Central de Barcelona, 1989.

MADRID, Francisco. *Antología documental del Anarquismo Español*. Madrid: Fundación de Estudios Libertarios Anselmo Lorenzo, 2001.

MARGALEF, Fernando José Gallego. *Barcelona, mayo de 1937: La crisis del antifascismo en Cataluña*. Barcelona: Random House Mondadori, 2007.

MAURA, Joaquim Romero. *La rosa del fuego. El obrerismo barcelones de 1899 a 1909*. Madrid: Alianza, 1989.

MAURA, Joaquim Romero. *La romana Del diablo*. Madrid: Ediciones Marcial Pons, 2000.

MINTZ, Frank. *Bakunin, crítica y acción*. Buenos Aires: Libros de Anarres, 2006.

MINTZ, Frank. Las influencias de Bakunin y Kropotkin sobre el movimiento libertario español. *Historia Actual Online*, Cadiz, nº21, v. 1, jan./mar. 2010.

MIR, MERCI TATJER. Els barris del centre històric de Barcelona, in *Vida Obrera en la Barcelona de Entreguerras*. Barcelona: Centro de Cultura Contemporànea de Barcelona, 1988.

MONJO, Anna. *Militants, democràcia i participació a la CNT als anys trenta*. Barcelona: Editorial Laertes, 2003.

MUNHOZ, Julian Vadillo. Desarrollo y debates en los grupos anarquistas de la FAI en el Madrid republicano. *Germinal Revista de Estudios Libertarios*, n. 4, 2007, p. 27-65.

NOTARIO, Luiz Arranz. Modelos de partidos. *Revista Ayer*, Madrid, nº20, p. 81-110, 1995.

OLIVER, Juan Garcia. *El eco de los pasos. El anarquismo en la calle, en el comité de milicias, en el gobierno, en el exilio*. Barcelona: Ruedo Ibérico, 1978.

ORTI, Vicente Carli. *La Persecución Religiosa en España durante la Segunda República (1931-1936)*. Madrid: Ediciones Rialp, 1990.

OYON, Jose Luis. *Vida obrera en la Barcelona de entreguerras, 1918-1936*. Barcelona: Centro de Cultura Contemporánea de Barcelona, 1998.

OYON, José Luis. *El cinturón rojinegro. Radicalismo cenetista y obrerismo en la periferia de Barcelona (1918-1939)*. Barcelona: Ediciones Carena, 2004.

OYÓN, José Luis. *La quiebra de la ciudad popular: espacio urbano, inmigración y anarquismo en la Barcelona de entreguerras, 1914–1936*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2008.

PANIAGUA, Francisco Javier. Otra vuelta de tuerca: las interpretaciones del arraigo del anarquismo en España. *Revista Germinal*, Madrid, nº 1, 2006.

PAYNE, Stanley G. *El colapso de la República. Los orígenes de la guerra civil (1933-1936)*. Madrid: La Esfera de los Libros, 2005.

PAYNE, Stanley G. *La revolución y la guerra civil española*. Madrid: Ediciones Jucar, 1976.

PAZ, Abel. *Durruti en la Revolución Española*. Madrid: Fundación de Estudios Libertarios, 1996.

PAZ, Abel. *La Barcelona rebelde: guía de una ciudad silenciada*. Barcelona: Octoedro, 2003.

PEDRAZA, Antonio Fontecha. Anarcosindicalismo y violencia: la "gimnasia revolucionaria" para el pueblo. *Historia Contemporánea*, Madrid, v. 1, n. 11, p. 153-182, 1994.

PEIRATZ, José. *La CNT y la Revolución Española*. Madrid: Ediciones Ruedo Ibérico, 1978.

PRESTON, Paul. *A Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: Edições 70, 2005.

QUINTANA, Antonio Gonzalez. Fuentes documentales del movimiento obrero español. *Historia Contemporánea*, Madrid, nº 6-7, p. 21-46, 1988-9.

RAGON, Baltasar. *Tres anys difícils de guerra civil*. Terrasa: Arts Gràfics Marcet, 1972.

REGUILLO, Fernando del Rey. Protesta obrera y sindicalismo en la industria tabaquera española (1887-1939). *Hispania*, Madrid, v. 60, n. 206, p. 1067-1126, 2000.

RIBAS, Mercedes Vilanova. Fuentes orales y vida cotidiana en la Barcelona de entreguerras. In: OYON, Jose Luis. *Vida obrera en la Barcelona de entreguerras, 1918-1936*. Barcelona: Centro de Cultura Contemporánea de Barcelona, 1998.

SALVADOR, Antonio Ruiz. *Ateneo, dictadura y república*. Valencia: Fernando Torres, 1977.

SAMIS, Alexandre. “Uma terra sem amos”: O Federalismo na Comuna de Paris. *História Revista*, Goiânia, v. 16, n. 2, p. 15-40, 2011.

SANTILLAN, Diego Abad. El anarquismo y la revolución en España. Madrid: Editorial Ayso, 1976.

SANTILLÁN, Diego Abad. *Organismo Econômico da Revolução: a revolução espanhola*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980.

SANZ, Carles. *La CNT en pie. Fundación y consolidación anarcosindicalista*. Barcelona: Edicions Anomia, 2010.

SANZ, Ricardo. *Los Treinta Judas*. Buenos Aires: La Protesta, 1933.

SANZ, Ricardo. *El Sindicalismo y la Política. Los Solidarios y Nosotros*. Toulouse: Dulaurier, 1966.

SEGARRA, Agusti. Federico Urales y el anarquismo en España de 1910-1920. *Convivium*, Barcelona, nº44-5, 1975.

SEIDMAN, Michael. *Workers Against Work. Labor in Paris and Barcelona During the Popular Fronts*. Berkeley: University of California Press, 1990.

SILVESTRE, Dolors Marin. La llarga tradició de la revolta. Records i testimonis del procés de construcció de la cultura llibertària a la Catalunya dels anys vint. *Revista d'etnografia de Catalunya*, Barcelona, v. 1, n. 11, p. 119-130, 1997.

SILVESTRE, Dolors Marin. *Anarquismo, una introducción*. Barcelona: Editorial Ariel, 2014.

SIRVENT, Pere Gabriel. Sociabilitat de les classes treballadores a la Barcelona de entreguerras. In: OYON, Jose Luis. *Vida Obrera en la Barcelona de Entreguerras*. Barcelona: Centro de Cultura Contemporánea de Barcelona, 1988.

SIRVENT, Pere Gabriel. Elite y República. Sobre las elites profesionales y económicas en el republicanismo español del siglo XIX. *Revista Historia Contemporanea*, Madrid, nº23, p. 509-542, 2001.

SIRVENT, Pere Gabriel. Sobre la cultura política popular i obrera a Catalunya al segle XIX. Algunes consideracions. *Revista d'Història Cultural*, Barcelona, nº8, v. 1, 2005.

SMITH, Angel. *Anarchism, Revolution and Reaction: Catalan Labour and the Crisis of the Spanish State, 1898–1923*. Nova York: Berghahn Books, 2007.

SUANZES-CARPEGNA, Joaquín Varela. La constitución de 1931 y la organización territorial del estado. *Iura Vasconiae*, Bilbao, v. 1, n. 10, p. 323-354, 2013.

THOMAS, Maria Angharad. *The Faith and the Fury: Popular Anticlerical Violence and Iconoclasm in Spain, 1931 – 1936*. Londres: Royal Holloway University of London, 2012.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa. I – A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

VEGA, Eulalia. Radicales y moderados en Barcelona y su entorno: una reflexión sobre sus causas. In: OYON, José Luis. *El Cinturón Rojinegro. Radicalismo cenetista y obrerismo en la periferia de Barcelona (1918-1939)*. Barcelona: Ediciones Carena, 2004.

VERNON, Richards. *Malatesta: pensamiento y acción revolucionarios*. Buenos Aires: Tupac Ediciones, 2007.

WINSTON, Colin. *La clase trabajadora y la derecha en España, 1900-1936*. Madrid: Editora Cátedra, 1989.

WOODCOCK, George. *História das ideias e movimentos anarquistas vol. 2*. Porto Alegre: LP&M, 2006.

WOODCOCK, George. *História das ideias e movimentos anarquistas vol.1 A ideia*. Porto Alegre: L&PM, 2007

ZUGASTI. *La clase obrera hace historia. Raíces históricas (1840-1910)*. Madrid: Fundación Emanuel Mounier, 2009.

Anexo I. Tabela 1: tipologia dos grupos de afinidade filiados à FAI

Nome do Grupo	Data Publicação	Local	Justificativa
1- Libertação	27/06/31	Betanzos / Galícia	Difundir obras anarquistas.
2- Juventude Consciente	04/07/31	Baena / Andaluzia	Propagandear a ideia livre.
3- Sem Deus e sem Fronteiras	11/07/31	San Sebastián / País Vasco	Para fazer propaganda.
4- Cultura e Trabalho	18/07/31	San Sebastián / País Vasco	Relacionar-se com outros grupos.
5- Libertário	18/07/31	Não Consta (NC)	Divulgar ideias libertárias.
6- Cerdanha Rebelde	15/08/31	Cerdanha / Catalunha	NC
7- Ateneu Sindicalista Libertário	15/08/31	Vigo / Galícia	Propagar cultura e ideal anárquico.
8- Grupo Cultural Estudios	05/09/31	Barcelona / Catalunha	Propagar a cultura.
9- Juventude Revolucionária	12/09/31	Los Olmos / Aragão	Formar biblioteca ideológica.
10- Juventude de Educação Libertária	12/09/31	NC	Efetuar educação libertária e orientação sindical.
11- Igualdade	26/09/31	Vilasar del Mar / Catalunha	Propagar os ideais libertários.
12- Cultura Proletária	26/09/31	Palamós / Catalunha	Semear a semente libertária.
13- Via Livre	26/09/31	Fuente de Castro / Extremadura	NC
14- Juventude de Educação Libertária	17/10/31	Madrid / Madrid	Criar convicções libertárias nos jovens.
15- Os cosmopolitas	24/10/31	NC	Apenas adesão a FAI
16- Semeando Ideias	07/11/31	Terrasa / Catalunha	Lutar pela emancipação total.
17- Juventude Rebelde	07/11/31	Herrera / Andaluzia	Relacionar-se com imprensa e grupos afins.
18- Jovens Livres	07/11/31	Elda / Valência	Propagar os ideais nas cidades que não o conhecem.
19- Progresso	07/11/31	Oliva de la Frontera / Extremadura	Propaganda científica por livros, folhetos, etc.
20- Luz e Vida	07/11/31	Puertollano / Castilha	Difundir com intensidade o ideal libertário.
21- Aurora	21/11/31	Elda / Valencia	Difundir teorias ácratas.
22- Libertário	21/11/31	Mataró / Catalunha	Divulgar ideais ácratas.

23- Amor e força	21/11/31	Cazalla de la Sierra / Andaluzia	Realizar intensa propaganda do ideário.
24- Prometeu	05/12/31	Premiá de Mar / Catalunha	Grupo de cultura.
25- Pró-cultura	12/12/31	Carlet / Valencia	Grupo editorial de folhetos anarquistas.
26- Os inadaptados	26/12/31	Castro del Rio / Andaluzia	Propagandear o ideal e divulgar, nas massas, as táticas de ação direta.
27- Os intransigentes	02/01/32	Mislata / Valencia	Relacionar-se com demais grupos anarquistas.
28- Terra Livre	02/01/32	Peal de Becerro / Andaluzia	NC
29- Ateneu de Divulgação Social	09/01/32	Zaragoza / Aragão	Difundir a cultura entre os trabalhadores.
30- Humanidade Livre	09/01/32	Granada / Andaluzia	Defender e propagar o ideal anarquista.
31- Nova Aurora	09/01/32	Melilla / Cidade Autônoma	Intensificar os ideais por todos os meios.
32- Vida e Trabalho	09/01/32	Madrid / Madrid	Propagandear o anarquismo.
33- Juventude, Cultura e Amor	09/01/32	Santa Bárbara / Catalunha	Propagar o ideal em novas localidades.
34- Juventude Libertária	16/02/32	Badalona / Catalunha	Aprofundar estudos do anarquismo para efetuar propaganda.
35- NC	06/02/32	Olesa de Montserrat / Catalunha	Avivar o fogo das inquietudes e se relacionar com demais grupos.
36- NC	06/02/32	Villafranca de Panades / Catalunha	Divulgar os ideais anárquicos através de livros, de jornais e de folhetos.
37- Amor e Liberdade	06/02/32	NC	Convulsionar o povo através da ação.
38- Ideário Anarquista	31/02/32	Santa Cruz de Tenerife / Canárias	Solidariedade moral e material a outros grupos e intensificação da propaganda.
39- Terra Livre	26/02/32	Ubeda / Andaluzia	Propagar o ideal e se relacionar com demais grupos.
40- Em direção à luz	26/02/32	Huelva / Andaluzia	Efetuar obra proveitosa.
41- Bakuninistas	04/03/32	Mislata / Valencia	Propagar os ideais dos grandes mestres anarquistas.
42- Jovem Rebelde	04/03/32	Madrid / Madrid	Propagar intensamente o ideal

			anárquico.
43- Construir	11/03/32	NC	Destruir o velho e aportar ideias.
44- Luz e Paz	11/03/32	Medina Sidonia / Andaluzia	Intensa propaganda do ideal anarquista e divulgar, nas massas, as táticas de ação direta.
45- Ação Libertária	18/03/32	Godall / Catalunha	Cooperar pela libertação do povo produtor e acabar com a tirania.
46- Ateneu Libertário	18/03/32	Granada / Andaluzia	Propagar a liberdade integral.
47- Os Rebeldes	08/04/32	Logroño / La Rioja	Lutar pelo triunfo da anarquia no mundo e estreitar laços com outros grupos.
48- Iconoclasta	29/04/32	Alcoy / Valencia	Lutar pela implantação do comunismo libertário.
49- Juventude Libertária	06/05/32	Morón de la Frontera / Andaluzia	Estudar e propagar os princípios do comunismo libertário.
50- Ação e Liberdade	06/05/32	Palma de Mallorca / Ilhas Baleares	Lutar pela implantação do comunismo libertário.
51- Os indomáveis	06/05/32	Ribarroja / Valencia	Lutar, sem descanso, pelo triunfo da revolução social.
52- Juventudes de Acrácia	06/05/32	Villanueva y Gertru / Catalunha	Difundir o ideal e trabalhar para implantar o comunismo libertário.
53- Nosotros	06/05/32	Logroño / La Rioja	Trabalhar para implantar o comunismo libertário.
54- Ateneu de Divulgação Social	13/05/32	Cantillana / Andaluzia	Relacionar-se com ateneus que já existem.
55- Amor Libertário	13/05/32	Santa Pola / Valencia	NC
56- O Produtor	13/05/32	Palenciana / Andaluzia	Contato com demais grupos para somar energias pelo comunismo libertário.
57- Ação Direta	13/05/32	Zaragoza / Aragão	Adquirir cultura e combater o capitalismo.
58- Divulgação Libertária	13/05/32	Gijon / Asturias	Intensificar a propaganda ácrata e o trabalho prático e revolucionário.
59- Esquizóide	13/05/32	Barcelona / Catalunha	Difundir cultura, para que o homem possa se emancipar por si mesmo.
60- Luz Errante	20/05/32	Castellón / Valencia	Lutar, sem descanso, pelo triunfo da revolução social.
61- Irredentos	20/05/32	Madrid / Madrid	Relacionar-se com demais grupos.

62- Os Indomáveis	20/05/32	Binefar / Aragão	NC
63- Os Indesejáveis	20/05/32	Sevilha / Andaluzia	Propagar ideal ácrata e despertar o espírito revolucionário na classe trabalhadora.
64- Estudios	20/05/32	Barcelona / Catalunha	Adquirir um grau superior de cultura e a difundir no bairro.
65- Juventude Anarquista	27/05/32	Beniajan / Murcia	Cultivar a ideia anarquista, a cultura libertária e a educação racionalista.
66- Ação Anônima	27/05/32	Haro / La Rioja	Divulgar as ideias anarquistas pelo comunismo libertário.
67- Rumo Fixo	27/05/32	Bilbao / País Basco	Difundir os ideais acratas.
68- Juventude Libertária Galan	27/05/32	Gandia / Valencia	Semear o anarquismo e lutar contra hegemonia socialista dos sindicatos da região.
69- Livre Acordo	27/05/32	Allo / Navarra	Construir um Ateneu Libertário.
70- Em direção a Luz	03/06/32	Puerto de Sagunto / Valencia	Propagar as ideias puramente anárquicas.
71- Natura	03/06/32	NC	Realizar intensa propaganda.
72- Amor e Liberdade	03/06/32	San Sebastian / País Basco	Lutar para derrubar o Estado Capitalista.
73- Miguel Bakunin	03/06/32	San Roque / Andaluzia	Propagar o sacrossanto ideal para a revolução que se avizinha.
74- Adiante	03/06/32	Cardona / Catalunha	Estreitar laços com demais grupos de afinidade.
75- Amor e Progresso	10/06/32	Torreperogil / Andaluzia	Divulgar os ideais redentores que encarnaram Bakunin, Kropotkin, Reclus, etc.
76- Aurora Nueva	10/06/32	Labastida / País Basco	Divulgar as ideias ácratas e trabalhar para a chegada do comunismo libertário.
77- Agrupação Cultural	10/06/32	Don Benito / Estremadura	Propagar o ensino racionalista.
78- Sem Deus e Sem Pátria	15/06/32	Sevilha / Andaluzia	Atuar, ativamente, pelo triunfo da anarquia.
79- Frente Rebelde	15/06/32	Mataró / Catalunha	Difundir ideais ácratas e lutar pela transformação social.
80- Grupo Cultural Eclético	15/06/32	Sitges / Catalunha	Relacionar-se com os demais grupos e ateneus.
81- Divulgação Libertária	15/06/32	Gijon / Astúrias	Intensificar e buscar unidade para atacar o capitalismo.

82- Juventude Libertária	15/06/32	Langreo / Astúrias	Propagar e defender os ideais libertários e fundar uma biblioteca para melhor se educar.
83- Juventude de Educação Libertária	15/06/32	Alcira / Valencia	Efetuar propaganda verdadeiramente anarquista para acabar com a sociedade atual.
84- Rebelião	24/06/32	Chamartin de la Rosa / Madrid	Divulgar ideias ácratas por todos os meios ao seu alcance.
85- Aurora Nascente	24/06/32	Barcelona / Catalunha	Propagar o ideal ácrata e trabalhar pela sua realização imediata.
86- Espartaco	24/06/32	Pasajes / País Basco	Propagar as ideias anarquistas por todos os meios que estejam ao seu alcance.
87- Ideias	01/07/32	Barcelona / Catalunha	Expandir o ideal anarquista em todas suas manifestações.
88- Adiante	01/07/32	Mollet / Catalunha	Velar pelos princípios libertários nas organizações operárias, combatendo os seus desvios.
89- Libertários	01/07/32	Alcala de Gurrea / Aragão	Difundir os nobres ideais da anarquia.
90- Germinal	01/07/32	Mollet / Catalunha	Realizar intensa propaganda para cumprir as aspirações do proletariado.
91- Os Sem Fronteiras	01/07/32	Algemesi / Valencia	Somar forças com demais grupos para destruir esta sociedade.
92- Em direção à Revolução	01/07/32	NC	Lutar sem descanso pela chegada do comunismo libertário.
93- Juventude Progressista	08/07/32	Huelva / Andaluzia	Libertar-se dos preconceitos tradicionais e lutar para propagar e para defender as ideias libertárias. Adicionalmente, formar biblioteca.
94- União Livre	08/07/32	Suria / Catalunha	Relacionar-se com demais grupos.
95- Heliófilo	08/07/32	Algeciras / Andaluzia	Difundir ideias ácratas e fazer intensa propaganda.
96- Pró-Cultura	08/07/32	Santo Domingo de la Calzada / La Rioja	Relacionar-se com todos os grupos afins.
97- Juventude Consciente	15/07/32	Castellón de la Plana / Valencia	Arrancar a venda que os social-fascistas colocaram nos trabalhadores e propagar a anarquia.

98- Os Sem Lei	15/07/32	San Sebastian / País Basco.	Contribuir para a implantação do comunismo libertário.
99- NC	15/07/32	Almeria / Andaluzia	Propagar ideias ácratas por todos os meios ao seu alcance.
100- Ateneu Racionalista	15/07/32	Dos Hermanas / Andaluzia	Unir todos os esforços para transformar esta sociedade.
101- Semente Rebelde	22/07/32	San Sebastian / País Basco	Semear ideias de rebeldia nos trabalhadores.
102- Os Sem Terra	22/07/32	Navalmoral de la Mata / Estremadura	Lutar pela revolução como o único meio de instaurar o comunismo libertário.
103- Amor Sem Correntes	22/07/32	Bilbao / País Basco	Divulgar as ideias libertárias e somar energias para implantar o comunismo libertário.
104- Ateneu Libertário	22/07/32	Nerva / Andaluzia	Combater a ignorância por meios culturais e científicos. Organizar uma biblioteca.
105- Ateneu de Divulgação Social	22/07/32	La Linea / Andaluzia	Estender propaganda, as relações e a solidariedade contra a repressão da cultura.
106- Juventude Libertária da Barceloneta	29/07/32	Barcelona / Catalunha	Intensificar a propaganda do nosso ideal.
107- Passo para a Verdade	29/07/32	Barcelona / Catalunha	Construir, com todos, os esforços e a luta conta a sociedade opressora.
108- Claridade	29/07/32	Pamplona / País Basco	Interpretar as ideias a partir da ação e lutar para propagar e defender os ideais libertários.
109- Os Lutadores	29/07/32	Logroño / La Rioja	NC
110- Ânsia de Liberdade	29/07/32	Carbayin / Asturias	Propagar e lutar pelo ideal anárquico.
111- Justiça e Liberdade	05/08/32	Cardona / Catalunha	Lutar em prol da emancipação total do proletariado e se relacionar com demais grupos.
112- Futura Vida	05/08/32	Barcelona / Catalunha	Divulgar a cultura e a moral libertária.
113- Numância	12/08/32	Bilbao / País Basco	Propagar as ideias e velar para que o organismo confederal não se desvie do terreno puramente revolucionário.
114- Juventudes Libertárias	12/08/32	La Fresneda / Aragão	Protestar contra as medidas tirânicas do governo social-fascista.
115- Juventude de	12/08/32	Granada / Andaluzia	Lutar, incansavelmente, até a

Educação Libertária			destruição do sistema capitalista.
116- Redenção	12/08/32	Medina Sidonia / Andaluzia	Difundir a ideia anarquista na juventude.
117- Os velejadores	19/08/32	Barcelona / Catalunha	Semear a ideia ácrata e lutar pela revolução social.
118- Vibraliber	19/08/32	Sabadell / Catalunha	Eliminar os vícios e os preconceitos burgueses e religiosos, propagando as ideias anarquistas.
119- Os Sem fronteiras	19/08/32	Montroy / Valencia	Espalhar a semente das ideias anarquistas.
120- Ateneu Libertário	19/08/32	Alicante / Valencia	Centro cultural para difundir e para propagar as libertadoras ideias ácratas.
121- Rebeldia	26/08/32	San Adrian de los Besos / Catalunha	Lutar ativamente pela transformação social.
122- Adiante, Juventude	26/08/32	Cullera / Valencia	Capacitar a juventude para libertar a humanidade.
123- Germinal	26/08/32	Canet de Berenguer / Valencia	Propagar as ideias ácratas por todos os meios ao seu alcance.
124- Rebelião	26/08/32	Algeciras / Andaluzia	Propagar e defender os ideais libertários.
125- NC	02/09/32	Esplugas de Llobregat / Catalunha	Levar a cabo intenso trabalho de capacitação libertária.
126- Liberdade e Justiça	02/09/32	Aldeanueva / Estremadura	Lutar bravamente para destruir esta sociedade podre.
127- Proa	02/09/32	Briones / La Rioja	Lutar, incansavelmente, para destruir esta sociedade criminosa e implantar o comunismo libertário.
128- Ação Direta	02/09/32	Calahorra / La Rioja	Difundir e lutar pelo ideal ácrata, até a implantação de seus ideais.
129- Em direção à Emancipação	02/09/32	Mendávia / Navarra	Lutar com ousadia até destruir esta sociedade egoísta e criminosa.
130- A Tocha	09/09/32	Cerviá de Ter / Catalunha	Divulgação das ideias ácratas.
131- Educação Libertária	09/09/32	Veguellina de Órbigo / Castilha	Difundir os ideais emancipadores na classe explorada da região.
132- Liberdade e Trabalho	09/09/32	Granada / Andaluzia	Trabalhar, sem descanso, para a divulgação do ideal ácrata.
133- Sol do Oriente	16/09/32	Manresa / Catalunha	Relacionar-se com demais

			grupos.
134- Ateneu de divulgação social	16/09/32	Gandia / Valencia	Divulgar a cultura, desfazer as velhas tradições existentes e criar uma biblioteca.
135- Fermin Salvoechea	16/09/32	Vejer de la Frontera / Andaluzia	NC
136- Derrubando Fronteiras	23/09/32	Ripollet / Catalunha	Divulgar as ideias libertárias entre os trabalhadores.
137- Os Sem Pátria	23/09/32	Sardañola del Valles / Catalunha	Divulgar as ideias libertárias através de debates, de conferências e de folhetos.
138- Vida Nova	23/09/32	Granada / Andaluzia	Divulgar as ideias e lutar até conseguir a queda do sistema capitalista.
139- Harmonia	23/09/32	San Sadurni de Noya / Catalunha	Realizar atividades em prol da liberdade, celebrar encontros no campo e organizar debates.
140- Feminilidade Rebelde	30/09/32	Tarrasa / Catalunha	Lutar para derrubar esta sociedade viciada e, com a nossa humilde colaboração e ajuda, ser um estímulo para os nossos camaradas lutadores e para a classe feminina.
141- Libertário	07/10/32	Vich / Catalunha	Propagar os ideais anárquicos por meio de livros, de debates, de manifestações e de escolas.
142- Semente Rebelde	07/10/32	Barbastro / Aragão	Acelerar a queda do capitalismo.
143- Os indomáveis	07/10/32	Huelva / Andaluzia	Lutar bravamente contra opressão e tirania.
144- Flor Nascente	07/10/32	Zaragoza / Aragão	Levar o ideal para a prática dentro de nosso sindicato.
145- Laborista Esperantista	07/10/32	Valencia / Valencia	Missão cultural e espírito de classe, mas neutro em relação as ideologias do movimento operário.
146- Juventude Anarquista	07/10/32	Beniajan / Murcia	Gestionar escola racionalista.
147- Amanhecer	14/10/32	Barcelona / Catalunha	Propagar a cultura em todos os seus aspectos.
148- Oriente	14/10/32	Vilasar de Mar / Catalunha	Relacionar-se com os demais grupos.
149- Ação e Pensamento	14/10/32	Sevilha / Andaluzia	Lutar pelas ideias ácratas até a chegada do comunismo libertário.

150- Germinal	14/10/32	Elche / Valencia	Trabalhar pelos postulados humanitários do ideal anarquista.
151- Humanidade	28/10/32	Barcelona / Catalunha	Lutar, com toda vontade, em prol da emancipação total dos trabalhadores e se relacionar com os demais grupos.
152- Rebelde Renascer	28/10/32	Barcelona / Catalunha	Disseminar, na classe operária, as belas e as sublimes ideias ácratas.
153- Luz e Harmonia	28/10/32	Huelva / Andaluzia	Relacionar-se com demais grupos.
154- Liberdade	04/11/32	Alcoy / Valencia	Defender o magnânimo e fraternal ideal.
155- Sem Deus e Sem Lei	11/11/32	Sevilha / Andaluzia	Lutar sem tréguas contra as injustiças sociais e a tirania deste regime.
156- Amor e Liberdade	11/11/32	Huelva / Andaluzia	Fundir o amor em seus semelhantes e alcançar a liberdade máxima. E “se é preciso perder a vida, estamos dispostos a este sacrifício”.
157- Malatesta	11/11/32	Estepona / Andaluzia	Superar os preconceitos através da cultura e estreitar as relações com os demais grupos.
158- Os Fraternais	18/11/32	Bujalance / Andaluzia	Sem programas, apenas difundir e defender ideal ácrata.
159- Malatesta	18/11/32	Nucia / Valencia	NC
160- Amor e Anarquia	18/11/32	Ubeda / Andaluzia	NC
161- Os Iconoclastas	18/11/32	Málaga / Andaluzia	NC
162- Ação e Pensamento	25/11/32	Sevilha / Andaluzia	Buscar o último e definitivo golpe ao gado parasita e à hidra capitalista.
163- Alba Social	02/12/32	Elda / Valencia	NC
164- Ateneu Libertário	02/12/32	Almeria / Andaluzia	Construir centro cultural e trabalhar pelo ideal anárquico.
165- Zero	02/12/32	Huelva / Andaluzia	NC
166- Ateneu de divulgação social	09/12/32	Las Palmas / Canárias	NC
167- Vagalumes Libertários	16/12/32	Sabadell / Catalunha	NC
168- Amor sem Correntes	16/12/32	Logroño / La Rioja	Fazer parte da luta que, ineludivelmente, se aproxima.

169- Feminina Ácrata	23/12/32	Logroño / La Rioja	Lutar, com entusiasmo, para ver a realização o mais breve possível do desejado e belo humanismo.
170- Centro de Cultura Social	23/12/32	Badalona / Catalunha	Coletividade puramente cultural que busca desenvolver a cultura libertária.
171- Ateneu de Divulgação Social	23/12/32	Palmone / Andaluzia	Divulgar as ideias e lutar pela emancipação total do proletariado. Relacionar-se com ateneus afins.
172- Amor e Harmonia	23/12/32	Casas Viejas / Andaluzia	Grupo feminino que deseja se relacionar com grupos de ambos os sexos.
173- Terra Livre	23/12/32	Sueca / Valencia	Efetuar propaganda subversiva e ação imediata pela revolução social.
174- Zero	23/12/32	Minas de Riotinto / Andaluzia	Lutar pelas ideias ácratas de espírito libertário e se relacionar com os demais grupos.
175- Rebelião	06/01/33	Valls / Catalunha	Organizar mais grupos pelos povoados vizinhos.
176- Paladino	06/01/33	Logroño / La Rioja	Lutar por uma sociedade justa.
177- Ética Social	06/01/33	Elda / Valencia	Semear a semente anarquista.
178- Pró Cultura Livre	06/01/33	La Campana / Andaluzia	Reunir jovens amantes da cultura e da liberdade.
179- Nova Aurora	06/01/33	Lanaja / Aragão	Lutar incansavelmente por uma sociedade mais justa.
180- Ateneu de Divulgação Social	06/01/33	Guareña / Andaluzia	Adquirir através de sindicatos livros para montar uma biblioteca.
181- Juventude de Educação Libertária	06/01/33	Leon / Castilha e Leon	Colaborar na grande obra da emancipação humana.
182- O Porvir	06/01/33	Cuevas Bajas / Andaluzia	Difundir a educação racionalista para acabar com os preconceitos tradicionalistas.
183- Sol e Terra	13/01/33	Palma del Rio / Andaluzia	Esforço a serviço da causa anárquica e da revolução.
184- Anarquista	13/01/33	Granada / Andaluzia	Propagar o ideal e contribuir para a implantação do comunismo libertário.
185-A Força da Razão	13/01/33	Puerto de Luz / Grande Canárias	Divulgar o ideal anarquista e preparar o povo para revolução que virá.

186- Juventude Rebelde	13/01/33	Málaga / Andaluzia	Lutar pelo querido ideal ácrata.
187- Os Novos Lutadores	13/01/33	Málaga / Andaluzia	Propagar as ideias anarquistas e lutar pela sua realização.
188- Sol Acrata	20/01/33	Suria / Catalunha	Lutar para implantar o comunismo anárquico.
189- Os Espertos	20/01/33	Alicante / Valencia	Unir em grupo para a ação ser mais eficaz e a propaganda mais extensa.
190- Jupiter	20/01/33	Lugo / Galicia	Acelerar a revolução por todos os meios possíveis.
191- Esperança e Liberdade	03/02/33	Marselha / França	Grupo cultural para divulgar o anarquismo.
192- Os Indomáveis	10/02/33	Zaragoza / Aragão	Dispostos a dar nossas vidas pela libertação dos homens explorados.
193- Sem Deus e Sem Pátria	10/02/33	Onteniente / Valencia	Lutar para acabar com o estatuído e implantar uma sociedade mais justa e humana.
194- Acrácia	17/02/33	Alicante / Valencia	Cooperar pelas lutas presentes dos demais grupos da região e velar pelos princípios libertários.
195- Um a Mais	17/02/33	Alicante / Valencia	N/C
196- Os Super Homens	17/02/33	Sevilha / Andaluzia	Lutar ao máximo contra esta sociedade podre.
197- Grupo de Propaganda Cultural Libertária.	17/02/33	Elorrieta Deusto / País Vasco	N/C
198- Aurora Nascente	17/02/33	Grannollers / Catalunha	Estar de acordo com as orientações táticas da FAI.
199- N/C	17/02/33	Granada / Andaluzia	Lutar pela destruição da presente sociedade parasitária.
200- Grupo Cultural Libertário Bakunin	17/02/33	Albalate de Cinca / Aragão	Propagar e estender o ideal até a implantação do comunismo anárquico.
201- Aurora Acrata	24/02/33	Murcia / Murcia	Combater o trabalho traidor e covarde dos políticos e propagar o ideal anarquista.
202- Terra Livre	24/02/33	Velez Benaudalla / Andaluzia	Lutar por uma sociedade mais justa.
203- O Lutador	24/02/33	Nerva / Andaluzia	Divulgação do ideal ácrata.
204- Amor e Liberdade	24/02/33	N/C	N/C
205- Grupo Cultural	24/02/33	Burgos / Castilla e	Difundir o ideal ácrata.

		León	
206- Juventude	10/03/33	Madrid / Madrid	Lutar de forma organizada contra o Estado.
207- Amor, Vida e Trabalho	17/03/33	Cadiz / Andaluzia	Lutar pelo triunfo das ideias anarquistas.
208- Flat-Lux	17/03/33	Madrid / Madrid	Estar em contato com toda propaganda anarquista e revolucionária.
209- Adiante	17/03/33	Huelva / Andaluzia	Lutar com todas as suas forças até concluir a chegada de nosso ideal.
210- Astrea	17/03/33	Astrea / Andaluzia	Relacionar-se com demais grupos da região.
211- A Senda do Bem	17/03/33	Caravaca / Murcia	Constituído por jovens de 12 a 16 anos para propagar o ideal ácrata.
212- Kropotkin	24/03/33	Sevilha / Andaluzia	Envolver-se em todas as atividades de propaganda e de defesa de nossos ideais.
213- Liberdade Futura	24/03/33	Sevilha / Andaluzia	Difundir o ideal anarquista.
214- Os Vingadores de Casas Velhas	24/03/33	Almeria / Andaluzia	Propagar os ideais e contribuir para seu triunfo.
215- Germinal	31/03/33	San Fructuoso de Bages / Catalunha	Relacionar-se com demais grupos que possam nos orientar.
216- Adiante	07/04/33	Tardienta / Aragão	Lutar contra o capitalismo e o Estado até a emancipação total dos trabalhadores.
217- Malatesta	07/04/33	Grannollers / Catalunha	Lutar até transformar a sociedade.
218- Ateneu Libertário	07/04/33	Llano / Gijon	Relacionar-se com afins.
219- Rebeldes	07/04/33	Miranda de Ebro / Catalunha	Lutar até triunfar nosso ideal.
220- Aurora Livre	14/04/33	Mataró / Catalunha	Ser uteis a revolução social.
221- Os invencíveis	14/04/33	Logroño / La Rioja	Propagar o ideal por meio do jornal e do folheto.
222- Nova Aurora	14/04/33	Melilla / Cidade Autônoma	Unir nossos rebeldia e esforço a serviço da revolução vingadora de nossos mártires.
223- Sol Nascente	21/04/33	Alicante / Valencia	Lutar incansavelmente contra a classe exploradora e contra o Estado.
224- A Tocha	21/04/33	N/C	Propagar nossos ideais por todos

			os meios.
225- Aspiração Acrata	21/04/33	Manresa / Catalunha	Difundir o verbo anárquico entre os jovens.
226- Os invisíveis	21/04/33	Cadiz / Andaluzia	N/C
227- Rebelião	28/04/33	Zaragoza / Aragão	Colaborar na luta e propagar o ideal anárquico.
228- Grupo Feminino de Cultura Social	28/04/33	Tarragona / Catalunha	Grupo de mulheres libertárias constituído para lutar com todas as nossas forças pela emancipação da mulher de todos os preconceitos.
229- Ideal Anárquico	28/04/33	Navarclés / Catalunha	Atuar inspirados nas táticas da FAI.
230- Bandeira Negra	28/04/33	Gavà / Catalunha	Com a responsabilidade revolucionária, propagar e defender os ideais anarquistas.
231- Amor e Liberdade	05/05/33	Castellón / Valencia	Seguir as táticas da FAI e propagar as ideais anarquistas.
232- Avalanche	05/05/33	Alcira / Valencia	Divulgar as ideais acratas por todos os meios.
233- N/C	05/05/33	Baracaldo / País Vasco	Por um fim a todas as farsas políticas e a este infame regime.
234- N/C	05/05/33	Pages del Cerro / Andaluzia	Propagar o ideal e aportar nosso grão de areia para a revolução.
235- Despertar de Palma	05/05/33	Palma de Mallorca / Ilhas Baleares	Lutar sem descanso em prol do comunismo libertário.
236- As Rebeldes dos Pirineus.	12/05/33	Pobla de Lillet / Catalunha	Queremos ser uteis à revolução social.
237- Os incríveis	12/05/33	Motril / Andaluzia	Deseja se relacionar com os comités correspondentes.
238- Jovens Rebeldes	12/05/33	Pálamos / Catalunha	Lutar para implantar nosso ideal.
239- Rebeldes do Vale	12/05/33	San Cugat / Catalunha	Lutar pela emancipação integral do ser humano.
240- Germinar	12/05/33	Cadiz / Andaluzia	Lutar pelo triunfo de nosso ideais.
241- Os Insurreitos	19/05/33	Jumilla / Murcia	Divulgar as ideais acratas e contribuir para o desenvolvimento da revolução por meio da insurreição constante e permanente.
242- Renascer	19/05/33	Jerez de la Frontera / Andaluzia	Lutar contra o capitalismo e o Estado.

243- Ação Livre	19/05/33	Medina Sidonia / Andaluzia	Difundir por todos os meios as ideias anarquistas.
244- Em Defesa dos Caídos	19/05/33	La Algaba / Andaluzia	Difundir por todos os meios as ideias anarquistas.
245- Os Galeotes da Acracia	26/05/33	Logroño / La Rioja	Propagar a ideia anarquista em todo nosso raio de ação.
246- Conquistadores da Emancipação	26/05/33	Épila / Aragão	Lutar sem descanso pela emancipação.
247- Germinal	26/05/33	Sallent / Catalunha	Lutar sem tréguas pela implantação do comunismo libertário.
248- Humanidade Nova	26/05/33	Sagunto / Valencia	Intensificar a propaganda libertária.
249- Os Cosmopolitas	26/05/33	Salvochea / Andaluzia	Destruir a influência socialista neste vilarejo.
250- Vermelho e Negro	26/05/33	Port Bou / Catalunha	Lutar pela imediata derrubada do sistema capitalista.
251- Valor	02/06/33	Valls / Catalunha	N/C
252- Juventude rebelde	02/06/33	Santa Coloma / Catalunha	Dispostos a destruir esta sociedade que nos oprime.
253- Amor e Liberdade	09/06/33	Reus / Catalunha	Lutaremos sem tréguas por todos os meios contra todas as formas de tirania.
254- Internacional	16/06/33	Barcelona / Catalunha	Difundir o ideal na massa proletária e derrubar o regime através das armas, se preciso.
255- Furacão Libertário	16/06/33	Lérida / Catalunha	Lutar por todos os meios ao seu alcance pelo comunismo libertário.
256- Os Não Redimidos	16/06/33	Murcia / Murcia	Divulgar e propagar o ideal anarquista.
257- Filhos da Acracia	16/06/33	Ronda La Vieja / Andaluzia	Para implantar o comunismo libertário.
258- Iconoclastas Acráticos	16/06/33	Granada / Andaluzia	Trabalhar pela imediata destruição da sociedade atual.
259- Amor	23/06/33	Puerto de Mazarron / Murcia	Trabalhar pela implantação do comunismo libertário.
260- Nova Humanidade	23/06/33	Puerto de Santa Maria / Andaluzia	Ser uteis a causa da revolução social.
261- Os Quatro Pontos Cardeais	30/06/33	Málaga / Andaluzia	Empreender a luta pela libertação do homem.
262- O Triunfo da	07/07/33	Aracaya / Murcia	Velar pelas ideias da redenção da humanidade encarnadas na

Rebeldia			FAI.
263- Sem Fronteiras	07/07/33	Cadiz / Andaluzia	Lançar-se a luta.
264- Harmonia Libertária	21/07/33	Barcelona / Catalunha	Atrair a juventude para a FAI por meio da cultura.
265- Semente Rebelde	21/07/33	San Sebastián / País Vasco	Lutar sem descanso para implantar o comunismo libertário.
266- Conscientes	21/07/33	Castellón / Valencia	Lutar pelo belo ideal anarquista.
267- As Aguias	28/07/33	Cadiz / Andaluzia	Lutar pelos ideais de justiça e igualdade.
268- Ação e Cultura	28/07/33	Elda / Valencia	Fazer propaganda de captação ideológica para o ideal.
269- A Florida	04/08/33	Jerez de la Frontera / Andaluzia	Lutar para propagar os sublimes ideais universais.
270- S/N	04/08/33	Arenas / Andaluzia	Lutar constantemente contra o Estado.
271- Prometeo	04/08/33	Sevilha / Andaluzia	Lutar até destruir esta sociedade e implantar o comunismo libertário.
272- Sem Nome	18/08/33	Alicante / Valencia	Ajudar a todos os grupos de afinidade desta localidade.
273- Linha Reta	18/08/33	Zaragoza / Aragão	Lutar até derrotar esta sociedade para substitui-la pela sociedade anárquica.
274- O Grupo Invencível	18/08/33	Sallent/ Catalunha	Lutar pela imediata implantação do comunismo libertário.
275- Germinal	25/08/33	Puertollano / Castilha	Propagar o ideal através do livro, do folheto e dos manifestos.
276- Guia do Norte	25/08/33	Tenerife / Canárias	Propagar o ideal.
277- Os Iconoclastas	01/09/33	Campdevanol / Catalunha	Difundir o ideal acrático.
278- Acracia	01/09/33	Arcos / Andaluzia	Contribuir para propaganda e expansão do ideal anarquista.
279- O Porvir	01/09/33	San Agustin / Aragão	Lutar com todas as forças para triunfar o nosso ideal.
280- Cultura Acrata	01/09/33	Lérida / Catalunha	Trabalhar pela revolução social.
281- Vulcão	01/09/33	Berga / Catalunha	Fazer tudo a nosso alcance pela libertação dos presos sociais.
282- Ressurgir Anarquista	08/09/33	Melilla / Cidade Autônoma	Defender os ideais anarquistas.
283- Os Vingadores de	08/09/33	Sallent / Catalunha	Impedir o trabalho pernicioso e

Sallent			traidor dos políticos.
284- Os Lutadores	08/09/33	Logroño / La Rioja	S/N
285- Luz Libertária	15/09/33	Cadiz / Andaluzia	S/N
286- Germinal	22/09/33	Alicante / Valencia	Lutar com verdadeiro amor pela anarquia.
287- Cultura Libertária	22/09/33	Jaén / Andaluzia	Lutar pelo ideal e apartar a juventude dos vícios.
288- Amor e Liberdade	22/09/33	Cardona / Catalunha	Relacionar-se com o comitê da Federação Regional de Grupos da Catalunha
289- Juventude Rebelde	29/09/33	Herrera / Andaluzia	Relacionar-se com grupos afins.
290- Juventude Libertária Germinal	06/10/33	Valencia / Valencia	Relacionar-se com grupos e federações anarquistas.
291- Vermelho e Preto	06/10/33	Mislata / Valencia	Grupo feminino para incorporar mulheres às lutas sociais.
292- Germinar	06/10/33	Elche de la Sierra / Castilha	Lutar até desaparecer do mundo o capital, o Estado e as religiões.
293- Sem fronteiras	13/10/33	Jerez de la Frontera / Andaluzia	Propagar nossas doutrinas ácratas.
294- Espartaco	13/10/33	Logroño / La Rioja	Lutar pelos ideais anarquistas.
295- Os Sem Patria	13/10/33	Calanda / Aragão	Laborar em prol das ideias anarquistas.
296- Alfa	13/10/33	Granada / Andaluzia	Lutar contra todos que se oponham a nosso ideal.
297- Os Jovens Libertários	13/10/33	La Linea / Andaluzia	Lutar pelas ideias anárquicas.
298- Adiante	20/10/33	Dos Hermanas / Andaluzia	Intensificar a propaganda e a defesa de nossos ideais.
299- Ação Anárquica	20/10/33	San Fernando / Andaluzia	Lutar intensamente até implantar o comunismo libertário.
300- Aguias	27/10/33	Bilbao / País Vasco	Trabalhar pela causa da revolução.
301- Os Isolados de Ibiza	03/11/33	Ibiza / Baleares	S/N
302- Pensamento e Ação	03/11/33	Málaga / Andaluzia	Lutar para estabelecer a anarquia.
303- Nova Vida	03/11/33	Huesca / Aragão	S/N
304- Contra Vento e Maré	03/11/33	Jaén / Andaluzia	Lutar pela chegada do comunismo libertário.
305- Os Sem Família	03/11/33	Hospitallet / Catalunha	Lutar em defesa dos presos sociais.

306- Juventude Libertária	03/11/33	Ripoll / Catalunha	Relacionar-se com demais grupos da região.
307- Sem Lei	10/11/33	Sanguesa / Navarra	Lutar em unidade com os anarquistas pela revolução social.
308- Agrupação Feminina Anticlerical Flor de Primavera	10/11/33	Onteniente / Valencia	S/N
309- Vanguarda	10/11/33	Zaragoza / Aragão	Ajudar a causa revolucionária.
310- Sem Lei	24/11/33	Constantina / Andalusia	Somar-se a luta dos explorados pela conquista da sociedade ideal.
311- Sem Deus e Sem Pátria	24/11/33	Valencia / Valencia	Propagar os ideais anarquistas na cidade e no campo.
312- Os Sem Pátria	24/11/33	Albalate de Cinca / Aragão	Lutar até destruir toda a casta estatal e capitalista.
313- Os Justiceiros	24/11/33	La Felguera / Catalunha	Dar coesão as múltiplas forças do anarquismo para não falhar na hora da revolução.
314- Íris	24/11/33	Sanguesa / Navarra	Trabalhar pela causa revolucionária.
315- Os Sem Pátria	01/12/33	Calanda / Aragão	Com intensão de destruir a malvada sociedade presente.
316- Ação Direta	01/12/33	Alcorisa / Aragão	Destruir a sociedade vil e homicida.
317- Luz e Vida	08/12/33	Coria del Rio / Andalusia	Lutar pela imediata implantação do comunismo libertário.
318- Flor Libertária	08/12/33	Torelló / Catalunha	Propagar o ideal libertário através de jornais, folhetos e ações de afinidade.
319- Agrupação Infantil Rebelde	02/03/34	Ballovar / Aragão	Expandir a semente anárquica nos filhos de todos os trabalhadores sindicalizados da cidade.
320. Justiça e Moralidade	09/03/34	Casas Viejas / Andalusia	Lutar contra o fascismo e a classe política.
321- Ação	16/03/34	Uncastillo / Aragão	Lutar contra a barbárie capitalista e se aproximar das federações local e regional da FAI.
322- Os Iconoclastas	16/03/34	Zuniarraga / País Vasco	Lutar contra todos os ídolos e pela implantação do comunismo libertário.
323- Progresso	23/03/34	Murcia / Murcia	Reunir jovens libertários

			dispostos a dar a vida contra o fascismo.
324- Reconstrução	19/05/34	Murcia / Murcia	Utilizar todos os recursos ao seu alcance para destruir a atual sociedade.
325- Voz Anárquica	19/05/34	La Campana / Andaluza	S/N
326- Harmonia	19/05/34	Bilbao / País Vasco	Cooperar na luta pela nova sociedade.
327- Primeiro de Maio	19/05/34	Cazalla de la Sierra / Andaluza	Relacionar-se com demais grupos de afinidade anarquistas.
328- Apoio Mutuo	26/05/34	Aldea del Rey / Castilha	Relacionar-se com todos os grupos da comarca.
329- As Águias	26/05/34	Cadiz / Andaluza	S/N
330- Morrer ou Vencer	09/06/34	Puerto Serrano / Andaluza	Aspiramos ao que intitula nosso grupo de afinidade.
331- Cultura e Ação	09/06/34	Estepona / Andaluza	S/N
332- A Ruína do Burguês	09/06/34	El Gator / Andaluza	S/N
333- Liberdade e Trabalho	13/06/34	Cieza / Murcia	Preparar-nos para dar o remédio a situação atual do país.
334- Os Sem Fronteiras	13/06/34	Aguaviva / Castilha	S/N
335- Juventude	23/06/34	Catarroja / Valencia	Relacionar-se com a organização (FAI)
336- Luz nas Trevas	23/06/34	Jerez de la Frontera / Andaluza	Regeneração da espécie colocando luz no pensamento humano.
337- Triunfadores da FAI	30/06/34	Alcora / Valencia	Deseja se relacionar com a juventude da região.
338- Acracia	30/06/34	Arroyo / Castilha	Difundir as ideias por todos os rincões de Castilha.
339- Os inadapáveis	30/06/34	San Fernando / Andaluza	S/N
340- Cronstadt	07/07/34	Premiá del Mar / Catalunha	Relacionar-se com demais grupos afins.
341- Inquietude	07/07/34	Arenas / Andaluza	S/N
342- Amor e Rebeldia	20/07/34	Córdoba / Andaluza	Semear as ideias libertárias nos sindicatos da cidade.
343- Em direção à Revolução	28/07/34	Tardienta / Aragão	Agrupar jovens para se rebelarem contra a sociedade.
344- O Grito do Povo	28/07/34	Picasent / Valencia	Relacionar-se com a federação

			regional de Levante.
345- Helios	02/08/34	Jerez de la Frontera / Andaluzia	Introduzir o racionalismo nas multidões infantis pelo progresso humano.
346- Plantas Novas	02/08/34	Betanzos / Galícia	S/N
347- Ateneu Humanidade Libertária	09/08/34	Lugo / Galícia	S/N
348- S/N	16/08/34	Las Palmas / Canárias	Efetuar propaganda libertária.
349- Acracia	16/08/34	Arroyo / Castilha	Empreender intensa campanha de divulgação de nossos ideais.
350- Cultura e Ação	23/08/34	Lérida / Catalunha	S/N
351- Os Solidários	23/08/34	León / Castilha	Relacionar-se com demais grupos.
352- S/N	23/08/34	Santa Coloma / Catalunha	Grupo baseado em cultura e propaganda anarquista.
353- Amor e Liberdade	23/08/34	Lorca / Murcia	Deseja contactar o comitê peninsular da FAI.
354- O Farol	11/10/34	Málaga / Andaluzia	Com propósito de propaganda e luta revolucionária.
355- Fraternidade	31/05/35	Rabat / Marrocos	Lutar pela propagação do ideal anarquista.
356- Luz de Andaluzia	21/06/35	Málaga / Andaluzia	Por meio do estudo e da ciência elevar o nível cultural da espécie espoliada por sua ignorância.
357- Grupo Verdade	20/08/35	Gandia / Valencia	Lutar contra o atual estado de coisas e implantar uma sociedade mais justa.
358- Cérebro e Coração	22/10/35	Murcia / Murcia	Desejam fazer extensa propaganda anarquista mas precisam de doações de livros e folhetos anarquistas.
359- Os Sem Deus	24/01/36	Jumilla / Murcia	Grupo cultural que se propõe a propagar os ideais anarquistas.
360- Ateneu Cultural Libertário	31/01/36	Puertollano / Castilha	Para realizar obra de educação e propaganda libertária.
361- Lutador	12/02/36	Granada / Andaluzia	Lutar por todos os meios ao seu alcance pela implantação do comunismo libertário.
362- Ateneu Cultural	12/02/36	Angues / Huesca	Dispostos a engrandecer a cultura do povoado.

Fonte: elaboração própria.

Anexo II – Dados Biográficos⁵⁰⁷

Agostin Gibanel. Nascido em Alcolea de Cinca, 1892, militante confederal com significativa atuação nos primeiros anos da República por sua importante contribuição ao trentismo. No entanto, anteriormente, pertencia aos setores puramente anarquistas do movimento. Em 1925, devido à ditadura de primo de Rivera, se exila na França e forma parte dos comitês de relações anarquistas. Dirigiu a revista *Tiempos Nuevos* e participou da fundação da CGT francesa. Em 1929, retorna clandestinamente a Espanha. Em junho de 1931 fez parte da redação do jornal *Solidaridad Obrera*. Após o congresso de 1931 se compromete completamente com o trentismo. Foi preso durante a intentona revolucionária de Janeiro de 1932. Morre, em 1937, durante a guerra civil espanhola.

Alejandro G. Gilabert. Militante anarquista e confederal. Foi secretário da CRT Regional da Catalunha em 1931. Realizou uma intermediação entre os anarquistas e os trentistas no processo de reunificação em Maio de 1936. Fez parte de dois grandes comícios da FAI: em 16 de novembro de 1933, em Barcelona, e outro, no mesmo ano, em San Andriá del Besos, todos dentro da campanha antieleitoral. Em 1934 torna-se redator do jornal *Solidaridad Obrera* e, em outubro daquele ano, é preso após a insurreição de Astúrias de 1934. Com o início da Guerra Civil Espanhola se torna correspondente de guerra do referido jornal. Em Julho de 1937, no congresso da FAI que suprime os grupos de afinidade, ele defende uma nova estrutura centralizadora e disciplinante. Morre no Equador em 1979.

Andreu Nin. De origem catalã, nasce no pequeno povoado de El Vendrell em 1892. Inicialmente próximo do republicanismo radical, volta-se, no decorrer da sua militância, à ideologia socialista e se filia ao PSOE, em 1913. Em 1918 passa a se identificar com o sindicalismo revolucionário e se filia à CNT, intervindo no sindicato de profissões liberais da entidade. Absorto pela atmosfera da revolução russa, propõe, no Congresso da CNT de 1919, a entrada da CNT na 3ª Internacional. No período do triênio bolchevique sofre um atentado de morte por militantes dos *Sindicatos Libres*. Substitui Evelio Boal, que acabara de ser assassinado, como secretário geral da CNT, em 1920. É designado como delegado da CNT para assistir a um Congresso da Internacional em Moscou, momento em que abdica da ideologia anarcossindicalista e se torna comunista. Só retorna à Espanha em 1930, mas durante o período no exterior colabora com diversos jornais, tais como: *La Batalla*, *Lucha Social* e *L'Opinió*. Durante a década de 1920 tentou, mesmo fora do país, reorganizar o Partido Comunista Espanhol. Passa a viver em Barcelona a partir de 1930 e sobrevive de traduções de romances russos para o espanhol. Após a Insurreição de Astúrias, se aproxima de Joaquin Maurin para fundar o Partido Operário de Unificação Marxista (POUM). Em 1936, se posiciona contrário a Frente Popular e passa a sofrer perseguição por parte de militantes estalinistas. No início da guerra, permanece na retaguarda de Barcelona e assume postos de destaque no governo catalão: Conselho de economia e Conselho de Justiça. Em dezembro, por pressão dos estalinistas, todos os militantes do POUM são demitidos de suas funções. Nos conflitos de maio de 1937, se alia com a CNT nos combates de rua contra os comunistas. Após a contenda, é preso e assassinado pelos estalinistas.

⁵⁰⁷ Obra de Referência, cf. IÑIGUEZ, Miguel. *Esbozo de una enciclopedia histórica del anarquismo español*. Madrid: Fundación Anselmo Lorenzo, 2001.

Ángel Pestaña. Nascido em León, em 1886, começa a trabalhar com 11 anos de idade. Com 15 anos é preso pelo período de três meses por defender a jornada de 8 horas de trabalho. Aos 23 anos se estabiliza em seu ofício definitivo de relojoeiro. Em 1914 se muda para Barcelona e colabora com o jornal *Tierra y Libertad*. Neste momento, vinculado à fração anarquista mais radical, faz parte do grupo de afinidade Primeiro de Maio. Em 1916 se encarrega da regional catalã da CNT. Juntamente com Salvador Seguí organiza a greve geral de 1917 em Madrid. No ano seguinte, faz parte da redação do jornal *Solidaridad Obrera*. Em 1918, após o Congresso de Sans, é eleito diretor do referido jornal. A partir de 1919 passa a recriminar as ações diretas violentas do triênio bolchevique. Nesse período, sofre dois atentados de morte em Tarragona (1920) e Manresa (1922), saindo gravemente ferido deste último. Em 1930 negocia diretamente com governo a legalização da CNT, sendo considerado traidor pelo setor faísta. Foi um dos assinantes do Manifesto dos 30 e se converteu no principal inimigo cenetista do faísmo. Em março de 1934 fundou o partido Sindicalista. Morre em dezembro de 1937 durante a Guerra civil espanhola.

Anselmo Lorenzo. Nascido em Toledo em 1841. Torna-se aprendiz de tipógrafo na juventude. Assiste aulas noturnas no Instituto de Fomento das Artes em 1863, onde recebe muitas aulas a respeito de Pierre Proudhon. Participa do processo revolucionário de 1868 e no ano seguinte, após contato com Giuseppe Fanelli, se entrega a defesa dos princípios da 1ª Internacional. Membro fundacional da sessão internacionalista de Madrid, ele participa do primeiro congresso operário de 1870, em Barcelona. Faz parte do Conselho Federal da FRE em duas ocasiões. Em 1886 faz parte da redação de *Acrácia*. Nos anos seguintes, colabora intensamente com os jornais operários e anarquistas, tais como *Ciencia Social* e *El Productor*. Após o atentado de *Cambios Nuevos* em 1896 é preso durante 6 meses. Nos últimos anos de sua vida, já com a alcunha de patriarca do anarquismo espanhol, se dedicou a escrever e realizar conferências. Morre em 1914 em Barcelona.

Buenaventura Durruti. Nascido em León, em 1896, é a figura mais mitificada do anarquismo espanhol de todos os tempos. Começa o trabalho de operário mecânico em 1910. Em abril de 1913 se filia a UGT, único sindicato operário local. Na greve geral de 1917, como mecânico de trens, é expulso da UGT por ser considerado “esquerdista”. Foge para a França e retorna apenas em 1919, ano em que se filia à CNT. Participa do seu primeiro grupo de afinidade, *Los Justiceiros*, atuando na região de Zaragoza. Em 1920 participa de algumas viagens pelo país com o intuito de fundar uma federação anarquista. A partir daí se translada para Barcelona e se aproxima do sindicato do ramo da madeira fundando o grupo *Los Solidarios*. Em 1923, com o temor do golpe de Estado, organiza uma greve geral insurrecional. Em dezembro de 1923 se exila em Paris. Participa ainda da intentona de Vera de Bidasoa e da tentativa de assassinato de Alfonso XIII. De 1924 a 1926 realiza a sua campanha pela América do Sul com expropriações e atividades ilegais. Em 1926 regressa a França e só retornará a Espanha em 1930, já com o grupo de afinidade *Nosotros*. Participa de todas as atividades revolucionárias durante a 2ª República e, com o início da guerra civil, funda a sua Coluna Miliciana Durruti. Por fim, morre em circunstâncias ainda não esclarecidas, em 20 de novembro de 1936, em Madrid.

Celso Gomis. Nascido na cidade de Réus, em 1841, muda-se, ainda criança, para Madrid. Gradua-se como engenheiro de caminhos, ramo no qual trabalhará em todo o país. Faz parte

da revolução de 1868 e vai para o exílio. No exílio conhece Bakunin e se filia a ADS, em 1870, em Genebra. Nesse mesmo ano retorna a Madrid e se torna secretário de propaganda da Internacional de Madrid. Em 1876 se muda para Barcelona e atua como colaborador de diferentes revistas anarquistas, tais como: *La Tramontana*, *Acrácia* e *El Productor*. Em 1909, já afastado de sua profissão, passa a se dedicar apenas à escrita até a sua morte, em 1915.

Cipriano Mera. Originário de Madrid (1897) e pedreiro de profissão, Cipriano começa seus primeiros trabalhos de construção aos 11 anos de idade. Com 17 anos, por determinação de seu pai, filia-se à UGT. Em 1920 entra em contato com anarquistas e se aproxima da referida ideologia no ano seguinte. Contudo, apenas no período da Ditadura de Primo de Rivera passa a militar pela CNT, após participar da *Sanjuanada*, ainda pela UGT, e fazer parte de um grupo de afinidade anarquista. No período republicano passa a militar no sindicato da construção da CNT de Madrid. Nos anos seguintes radicaliza sua posição política e passa a privilegiar a militância em grupos de afinidade e, num segundo momento, em grupos de defesa confederal. Torna-se um dos principais militantes faístas de Madrid, fazendo dupla militância no sindicato da construção e disputando hegemonia do operariado madrilenho com os socialistas – mais fortes naquela região. Em 1933 participa ativamente das insurreições na região do Ebro, Catalunha – motivo pelo qual é preso até maio do ano seguinte. Na guerra civil participa de exitosas campanhas militares por meio da coluna miliciana nomeada *Del Rosal*.

Diego Abad Santillán. Pseudônimo de Baudílio Sinésio Garcia Fernandez. Nascido em Leon em 1897, emigra junto com a sua família para Argentina em 1905. Trabalha desde os 10 anos de idade no setor ferroviário. Regressa a Espanha para estudar e se forma em Filosofia na cidade de Madrid. Participa da greve geral de 1917 e é preso. Retorna para a Argentina integrando-se ao movimento anarquista, onde colaborou intensamente com o jornal *La Protesta*. Retorna à Europa em 1922 e inicia seus estudos em Medicina na Alemanha. Em Berlim e Hamburgo conhece diversos dirigentes anarquistas, como Alexander Shapiro, Emma Goldman, Alexander Berkman, Max Netlau e Rudolph Rocker. Em 1925 escreve diversos textos contrários à tendência sindicalista da CNT, definindo o conceito da *Trabazón*. Regressa a Argentina em 1926. Retorna à Espanha apenas em meados de 1933, onde colabora com *Solidaridad Obrera*, *Tierra y Libertad* e *Tiempos Nuevos*. Atua na Guerra civil espanhola como membro da FAI, integrando o Comitê de Milícias Antifascistas de Barcelona. Posteriormente integrará o Conselho de Economia da Generalitat da Catalunha.

Dionisio Eroles. De origem e data de nascimento desconhecidos, iniciou a sua militância na CNT e foi membro dos grupos de afinidade do triênio bolchevique. Colaborou em diversos jornais operários sob o pseudônimo de Goro Farolas. Dirigiu alguns pequenos jornais tais como: *El diário del Pueblo* e *La Libertad*. Durante a 2ª República é redator chefe do jornal *La Tierra* e colabora intensamente com *Tierra y Libertad*. Já durante a guerra civil fica a cargo do *Solidaridad Obrera*.

Evélio Boal. Pertencia ao sindicato de artes gráficas de Barcelona. Desde jovem, próximo das ideias anarquistas, profissionalizou-se tipógrafo e, também, trabalhou no teatro. Teve um papel preponderante na Confederação Nacional da CNT, conseguindo inserir, com muito afinco, o ideal anarcossindicalista em Madrid. Foi considerado um dos principais secretários gerais da Confederação no final da década de 1910, no Congresso do Teatro da Comédia de 1919. Em 1920, ao tentar formalizar um pacto com a UGT contra repressão, sofre muitas

críticas por parte dos anarquistas puros. Participou do comitê de organização da greve da canadense – uma das principais greves ocorridas no triênio bolchevique. Foi assassinado no dia 18 de junho de 1921 por meio da tática policial intitulada Lei de Fugas.

Felipe Alaiz de Pablo. Nascido em 1887 na região de Huesca, desde jovem se interessou pelo jornalismo e publicou artigos em várias revistas na região de Aragão. Após 1914, passa a viver em Madrid. Com o estilo de vida boêmia da capital aproximou-se dos anarquistas. Em 1917 filia-se à CNT. A partir de então, desenvolve uma notável carreira de jornalista, entre 1920 e 1950. Dentre os principais jornais em que ele trabalhou se encontram: *Tiempos Nuevos*, *Solidaridad Obrera*, *Tierra y Libertad*, *Acrácia*, *Cultura y Acción* e *Juventud Libre*. Em 1921, formou parte da Confederação Regional da CNT da Catalunha. É preso em 1932 durante o processo de repressão à insurreição de janeiro daquele ano. Sempre ao lado dos anarquistas faístas, ao final da guerra civil se exila na França e passa a dirigir a CNT em território francês.

Francisco Ascaso. Nascido em 1901 na região de Huesca, foi membro de uma família de militantes anarquistas. A partir de 1913 passa a viver em Zaragoza, participando ativamente dos conflitos sindicais da cidade no período do triênio bolchevique. Foi preso em 1919, quando participava do grupo de afinidade *Voluntad* e tentava incitar uma rebelião em um quartel. Em 1923 é preso outra vez acusado de assassinar um jornalista. Em 1922 torna-se membro do grupo *Los Justicieros*, entrando em contato com Durruti. Meses depois se traslada para Barcelona onde trabalha de garçom e passa a fazer parte do grupo *Los Solidarios*, tornando-se um dos seus principais membros. Participa de diversas ações de tentativas de assassinato fracassadas – inclusive de Martínez Anido, sendo preso novamente em 1923. Consegue fugir da prisão e se exila na França juntamente com Durruti. Amigos inseparáveis, sua vida seguirá paralelamente a de Durruti pela América do Sul e novamente pela França. Retorna a Espanha somente com o início da 2ª República. A partir de então se entrega totalmente às atividades insurrecionais participando diretamente da Insurreição de Figols. Ao final da insurreição é preso e deportado. Em seu retorno torna-se secretário da CNT Regional da Catalunha, de 1934 a 1935. Critica abertamente a Insurreição de Astúrias devido ao predomínio socialista. Em 1936, se torna redator do jornal *Solidaridad Obrera*. Nos primeiros dias da guerra civil, na tentativa de assalto ao quartel de Atarazanas, em Barcelona, é morto na troca de tiros, no dia 20 de julho de 1936.

Francisco Ferrer i Guardia. Nascido na pequena cidade de Alella, no interior da Catalunha, recebeu desde criança uma educação clerical. Aos 14 anos começa a trabalhar e, devido a influência de seu patrão, se introduz no republicanismo e na maçonaria. Em poucos anos, torna-se anticlerical – no decorrer da 1ª República, da qual se tornou entusiasta, em 1873. Em 1884, monta uma livraria ambulante para os ferroviários e estuda francês e inglês. Em 1892 participa do Congresso Internacional de Livres Pensadores, em Madrid. Neste momento, cristaliza a sua ideologia em torno da greve geral revolucionária e da aliança com o proletariado. Em 1897, após muitas viagens internacionais, desiludido com as posturas republicanas, se aproxima das filas libertárias em Paris. No ano de 1901, se muda para Barcelona e, a partir de 8 de setembro desse ano, inicia sua famosa Escola Moderna. Até 1906 as suas teorias pedagógicas se expandem e tornam-se um êxito e um contraponto às escolas católicas e estatais. Devido à notoriedade e ao confronto ao ensino religioso, em diversos atentados magnicidas e ações diretas violentas, o Estado espanhol tentava imputá-lo

criminallymente. Após os eventos da semana trágica, em 1909, ele é preso, julgado e executado por meio de um processo judicial escandaloso que ganhou notoriedade por toda a Europa ocidental.

Fermin Salvoechea. Nascido em Cadiz, em 1842, filho de uma rica família de comerciantes, foi com 15 anos de idade estudar em Londres, onde teve contato com o comunismo e o ateísmo. Retorna a Espanha em 1864 e passa a professar um republicanismo radical. Participa diretamente dos eventos da insurreição de 1868. Torna-se prefeito de Cadiz durante a 1ª República, em 1871. Na revolta cantonal é preso e condenado à prisão perpétua. Neste momento, se aproxima da ideologia anarquista em contato com prisioneiros anarquistas. Permanece preso por 11 anos e consegue fugir, em 1885. Após sua fuga, realizará um intenso trabalho de disseminação da ideologia anarcocomunista por todo o país. Funda um jornal de nome *Socialismo*. Participa ainda da insurreição de Jerez de la Frontera, em 1892. É preso novamente e condenado a 12 anos. Solto em 1899, trabalha em diferentes jornais anarquistas, dentre os quais se destacam *Tierra y Libertad* e *La Revista Blanca*. Morre em 1907 e o seu enterro é acompanhado por uma multidão de trabalhadores.

Josep Lluas. Barcelonês nascido em 1855. Desde jovem aproximou-se da militância internacionalista e do núcleo da ADS da Catalunha. Em 1872 trabalhou como correspondente do jornal *El Condenado*. No ano seguinte, passa a ser secretário do Ateneu Catalão da Classe Operária. Nos anos seguintes se profissionaliza como tipógrafo e participa de diferentes congressos como delegado da categoria junto à FRE. Na década seguinte, com a nova FTRE, será o principal opositor do anarcocomunismo. Nos congressos de 1881 e 1882 representa os coletivistas contra Miguel Rubio, primeiro militante a se declarar anarcocomunista. Participa alguns anos como membro da Comissão Federal da FTRE – órgão máximo da entidade. Em termos de contribuição jornalística, trabalha durante muitos anos no jornal *La Tramontana* e, também, colabora em jornais importantes como *Acracia*, *El condenado* e *El Productor*.

Juan Garcia Oliver. Nasce em 1902 na cidade de Reus, interior da Catalunha. Começou a trabalhar desde os 11 anos de idade. Se profissionaliza como garçom e tem esse como ofício que mais exerceu durante toda a sua vida. Filia-se à CNT por meio da Sociedade dos Garçons *La Alianza*, iniciando sua trajetória dentro do anarquismo espanhol. Também se introduz no grupo de afinidade Regeneração e participa da federação de grupos de Barcelona. A partir de 1922, torna-se militante do grupo de afinidade *Los Solidarios*, efetuando inúmeras ações junto ao grupo, participando, inclusive, do assassinato de um pistoleiro da patronal, de nome Laguía. Participa da tentativa de assassinato do Rei Alfonso XIII na França junto com Durruti. Durante a 2ª República será um dos mais convictos inimigos do trentismo. Torna-se secretário geral de FAI ainda em 1931. Em 1933, momento de predomínio das forças faístas na CNT, como membro do Comitê Regional da CNT da Catalunha, é um dos líderes da insurreição de janeiro de 1933. Ainda nesse ano faz parte dos grupos de defesa confederal – espécie de grupo de afinidade com atuação exclusiva em ações diretas violentas – reforçando sua posição de defensor ferrenho da ginástica revolucionária, sendo inclusive um dos seus idealizadores. Participa do Congresso da CNT, de maio de 1936, e defende sua tese de “união sindical e comunismo libertário”.

Juan Manuel Molina. Nascido em um vilarejo na região de Murcia, em 1901, começou a trabalhar com 15 anos de idade nas terras dos pais. No mesmo ano se aproxima das ideias

anarquistas a partir de um centro operário do vilarejo. Foi preso, pela primeira vez, com 18 anos (será preso 17 vezes durante todo seu período de militância anarquista). Em 1919, falsificando seus documentos, migra para Barcelona e se aproxima dos grupos de afinidade da cidade. Como muitos militantes anarquistas do triênio bolchevique, efetuava dupla militância: sindical e grupista, chegando a ser secretário nacional da CNT e, ao mesmo tempo, membro da primeira federação de grupos anarquistas de Barcelona, em 1922. Molina militou durante muitos anos no sindicato do ramo da construção de Barcelona, reduto de grupistas insurrecionais, e, no período de 1926 a 1927, fábrica várias bombas caseiras para utilização em ações diretas violentas. Ainda em 1927, por conta das bombas, foge para França e se torna membro da federação de grupos anarquistas de língua espanhola. Nesse período, se aproxima de Durruti e Francisco Ascaso. Em 1930 é nomeado secretário geral da FAI – cargo que exercerá até 1935. Ainda no período republicano chega a administrar, por alguns anos, tanto o jornal *Tierra y Libertad* como o *Tiempos Nuevos*. No período da guerra civil é preso em 18 de julho de 1936. Solto no dia seguinte, militará como subsecretário de defesa da Catalunha durante a contenda.

Miguel Jimenez. Aragonês nascido em 1899, impressor de profissão, milita no sindicato de artes gráficas da CNT durante a década de 1920. Adepto do grupo de afinidade *Solidaridad*, será um dos principais militantes responsáveis pela criação da Federação de Grupos, em 1925, e, dois anos depois, da própria FAI. Além da militância, exerce a profissão de professor durante a 2ª República. No período da guerra civil, é nomeado para o Conselho de Informação e Propaganda de Aragão. Colaborou com importantes jornais anarquistas, dentre os quais se destaca o próprio *Tierra y Libertad*.

Miquel Rubio. Sapateiro, internacionalista e filósofo. Começou sua militância na juventude revolucionária de Sevilha. Um dos pioneiros militantes do anarcocomunismo, que exerce bastante influência nessa doutrina, combatendo o anarcocoletivismo predominante do período da década de 1880. Defensor ferrenho da propaganda pelo feito e de atos de represálias à burguesia e ao Estado, em 1883 é expulso da AIT espanhola em virtude de sua militância antioletivista. Foi redator do jornal operário *Tribuna Libre*. Durante toda a década de 1890 até inícios de 1900 trabalhou na expansão dos ideais anarcocomunistas.

Pablo Sabater Lloró. Nascido em 1884, é reconhecido na história como o primeiro militante sindicalista da CNT a ser assassinado no período do triênio bolchevique pelos pistoleiros a mando da classe patronal. Seu assassino, Luiz Fernandez, era membro das *bandas negras*, então comandadas por Bravo Portillo. Conhecido no meio sindical pelo apelido de Tero, foi um dos mais destacados militantes do sindicato do ramo dos tintureiros de Barcelona, se tornando presidente do mesmo em 1916. Também foi um dos dirigentes e protagonistas da Greve da Canadense. Sua morte marcou o início da caça aos líderes sindicais da CNT.

Progreso Fernandes. Pseudônimo de Antonio Fernandez Bailen, nasce no interior da região valenciana em 1897. Em 1913 inicia sua militância no grupo de afinidade *Ni Dios Ni Amo*. Em 1917 muda-se para França para fugir do serviço militar, aproximando-se de anarquistas franceses na cidade de Lion. Retorna, no ano seguinte, e funda a CNT local de seu povoado, Liria. Durante a ditadura de Rivera funda um novo grupo de afinidade intitulado *Luz y Vida*. Como Miguel Jimenez, foi um dos principais militantes grupistas responsáveis pela fundação da FAI, em 1927, percorrendo inúmeros povoados valencianos para divulgar sobre a fundação

da entidade. Em 1931, no Congresso da CNT, atua na elaboração e defesa das posições faístas. Devido a Insurreição de Figols, é preso e deportado à África. Em seu retorno, em setembro de 1932, é nomeado secretário da regional de Valencia da CNT. Em 1934 abandona a FAI, alegando que a entidade estava em mãos de lideranças autoritárias. Durante a guerra civil trabalha como professor de ensino infantil, realizando também diversas conferências no front de guerra de Teruel.

Rafael Farga Pellicer. Catalão de Barcelona, nascido em 1840, foi um dos personagens mais emblemáticos da AIT na Espanha. Durante a vida trabalhou como mestre de obras, tipógrafo e bibliotecário. Aos vinte anos, torna-se profícuo militante republicano federalista atuando no Centro Federal de Sociedades Operárias de Barcelona. Em 1868, aproxima-se da ideologia anarquista, sendo um dos principais responsáveis pela “conversão” de muitos republicanos radicais para o anarcocoletivismo predominante naquele período. No ano seguinte, como internacionalista, participa do Congresso da Basiléia e conhece pessoalmente M. Bakunin, de quem se torna íntimo amigo. Em um comício em 1870 passa a ser um dos primeiros militantes a propagar o ideal coletivista antipolítico. No mesmo período, torna-se redator do jornal *La Federación*. Em 1870 é um dos idealizadores e organizadores do Congresso Operário de 1870, no qual as teses antipolíticas se estabelecem formalmente por primeira vez no meio operário. No meio dos militantes internacionalistas constrói um enorme prestígio, que o levou para diversos congressos internacionais da AIT por toda a Europa. Em 1872, conhece Malatesta. Em 1881 é protagonista da tentativa de reorganização coletivista a partir da criação da FTRE. De 1886 a 1888 foi editor da importante revista *Acracia* e foi um dos fundadores de *El Productor*. Durante toda a vida foi defensor do anarcocoletivismo e esteve em contato com as principais lideranças internacionalistas da Europa.

Ricardo Fornells. Inicia sua militância confederal no decorrer da década de 1910. Em 1918, no famoso Congresso de Sans, destaca-se como delegado. Dedicou-se aos ofícios de vidreiro e de professor. Também no Congresso do Teatro da Comédia de 1919 é um dos líderes sindicalistas como delegado cenetista. Conhecido por ser excelente orador e escritor, participou da redação de diferentes jornais com o pseudônimo de Estudante Ronsard. Na década de 1930 alia-se aos trentistas, sendo inclusive um dos firmantes do Manifesto dos 30. Em 1931 torna-se um dos diretores do *Solidaridad Obrera*. No período de enfrentamento aberto entre trentistas e faístas, em 1932, é um dos principais militantes defensores do sindicalismo cenetista, sendo inclusive protagonista dos conflitos ocorridos no sindicato de Sabadell – estopim para o início da cisão completa entre as duas tendências. A partir de então, fora da CNT, dirige vários sindicatos de oposição – nome dado às organizações sindicais dos trentistas a partir de 1932. Em 1934, aprofunda seu perfil sindicalista e ingressa no partido recém criado por Pestaña: Partido Sindicalista. Curiosamente, em 1939, no exílio francês, após o final da guerra civil, se aproxima dos sindicatos fascistas e rompe completamente com a ideologia anarcossindical.

Ricardo Mella. De origem galega, nascido em 1861. Já em 1877 torna-se militante e defensor do republicanismo federal, época que se interessa pelo jornalismo e participa da edição de pequenos jornais locais. Funda dois jornais até 1880: *La Verdade* e *La Propaganda*. Em 1881 começa sua aproximação com a ideologia anarquista, sendo, portanto, um dos primeiros propagandistas anarquistas da cidade de Vigo, Galícia. Dois anos depois se muda para Madrid. Em 1883 faz parte da redação do importante periódico *Revista Social*. Ainda nesse

ano, participa ativamente da expulsão de alguns militantes socialistas da FRE. Após os eventos chamados de *Mano Negra* trabalha arduamente na divulgação e tentativa de liberdade dos militantes presos. Apenas nesse momento se identifica abertamente como militante anarcocoletivista. A partir de 1888 produz inúmeros folhetos anarquistas focando na propagação do ideal coletivista, fundando também o jornal de Sevilha, *La Solidaridad*. Durante a década de 1890 participa de pequenas insurreições no interior da Andaluzia. Em 1894 traduz diversos textos de Malatesta para o castelhano. Em 1900 é delegado espanhol do Congresso Anarquista Internacional de Paris. Em 1901 se muda para Astúrias trabalhando no setor ferroviário, sendo um dos principais propagandistas do coletivismo anarquista na região. Em 1910 passa a escrever para os jornais *El Libertário* e *Acción Libertária*. Opositor do anarquismo insurrecional – que ele intitulava de jacobino – polemizará com esse setor durante toda a década de 1910. Ao final da vida polemizou ainda com a pedagogia de Ferrer, defendendo uma suposta educação neutra. Outro motivo de críticas internas, no decorrer da 1ª Guerra Mundial não optou pelo antimilitarismo e se declarou favorável aos aliados.

Ricardo Sanz. De origem valenciana, Sanz nasceu em 1898. Desde jovem trabalhou numa fábrica de farinha da sua cidade natal. Em 1916 se muda para Barcelona e, imediatamente, começa a trabalhar com tintureiro e se filia à CNT, tornando-se amigo próximo de Pablo Sabater, o Tero. Em 1920 conhece Francisco Ascaso e passa a militar no famoso grupo de afinidade *Los Solidarios*. Por suas atividades neste grupo de afinidade, é preso ainda em 1920 por dois anos. Após sair da prisão se vê imbricado no assassinato do Cardeal Soldevilla, em 1923, em Zaragoza, momento em que foge para a França. Com poucos meses em solo francês, fica responsável pela compra de mil fuzis para a intentona de Vera de Bidasoa. Chega a cruzar a fronteira juntamente com Durruti, a partir do País Vasco, em 1924. Como já explicado no presente trabalho, a fracassada intentona rendeu-lhe a prisão. Solto dois anos depois, passa a viver em Barcelona e militar diretamente no sindicato do ramo da construção da cidade – bastião do anarquismo insurrecional catalão. Em 1930 é eleito presidente do referido sindicato. Com o início da 2ª República passa a ser um dos principais líderes cenetistas na propagação do ideal anárquico por todo o país. Como muitos militantes faístas, durante todo o regime republicano alternou sua militância sindical com a participação em diferentes intentos insurrecionais fracassados, sendo inclusive um dos idealizadores da insurreição de janeiro de 1933. Durante a guerra civil participou ativamente na organização de milícias e na Coluna Durruti – tornando-se comandante da mesma após a morte de Durruti, no dia 20 de novembro de 1936.

Salvador Seguí. De origem catalã, nascido em Lérida em 1887, já aos doze anos, com a família residindo em Barcelona, se inicia no ofício de aprendiz de pintor e começa a tomar conhecimento da doutrina anarquista. Em 1902 torna-se membro do grupo de afinidade *Los Hijos de Puta*, grupo conhecido por suas práticas violentas e, logo em seguida, é preso após participar de uma greve do ramo da metalurgia. Em 1908, já sob o pseudônimo de Noi del Sucre, participa ativamente da construção do *Solidaridad Obrera*, entidade que viria a tornar-se a CNT em 1910, como delegado do sindicato dos pintores. Em 1911 é enviado como delegado da CNT ao Congresso Internacional anarquista de Marselha. Em 1913, já com renome no meio confederal, participa de diversas greves de diferentes setores e, em 1914, torna-se presidente do sindicato da construção de Barcelona. Em 1916 ascende ao posto de secretário da regional catalã da CNT. No ano seguinte, assume um posto no comitê das greves insurrecionais de 1917. No Congresso de Sans de 1918 foi um dos principais idealizadores e

defensores dos sindicatos únicos – um marco na modernização da estrutura sindical confederal. Na greve da Canadense é acusado pelos anarquistas puros de haver compactuado com políticos o final da greve e o retorno ao trabalho. Em 1920 participa de uma enorme campanha de divulgação dos ideais anarcossindicalista por todo o país, em especial pela Andaluzia, onde é preso no dia 22 de dezembro daquele ano. No dia 10 de março de 1923 é assassinado pelos paramilitares a mando da classe patronal de Barcelona. Grande líder sindicalista, considerado orador mítico e colaborador de diversos jornais operários, dentre os quais se destacam: *Cultura y Acción*, *Solidaridad Obrera* e *La Tierra*.

Severino Albarracín Broseta. Inicia sua militância a partir das juventudes republicanas na cidade de Valencia. Aos vinte anos torna-se professor e passa a lecionar no próprio centro republicano da cidade. Na década de 1860, torna-se um dos mais importantes líderes da AIT na Espanha dentro da FRE. Esta militância o levou a conhecer figuras históricas do anarquismo, tais como M. Bakunin e P. Kropotkin. Também, teve enorme prestígio no interior do movimento anarcocoletivista de 1872 a 1878, com participação preponderante nos congressos de Zaragoza e Córdoba. Foi perseguido e preso. Após sua soltura, em 1873, sai da Espanha, porém mantém contato com os internacionalistas espanhóis. No ano seguinte retorna a Barcelona e atua intensamente na militância antipolítica no meio operário.

Severino Campos. Nascido em 1905 e militante da CNT a partir de 1918. Em 1926 milita em grupos de afinidade pró-presos arrecadando dinheiro. Em 1931 assume o posto de secretário da regional catalã da CNT – em meio ao processo de introdução dos militantes faístas nos principais cargos da entidade. Em 1937, no período da guerra civil, é nomeado secretário da FAI catalã.

Tomás González Morago. Gravador por profissão, em 1868 se insere na militância operária de tendência republicana. No ano seguinte se aproxima de Anselmo Lorenzo e passa a professar o internacionalismo tornando-se, aos poucos, anarcocoletivista. Foi o principal organizador das famosas reuniões que Fanelli participou para introduzir os ideais da ADS, tendência de Bakunin no interior da AIT, em 1869. Membro da primeira comissão de propaganda anarquista de Madrid, em 1870, tornando-se também membro da Comissão Federal da FRE. No Congresso de Zaragoza de 1872 se destacou por sua firme posição antimarxista. Nos anos seguintes seguirá firme em sua militância contrária tanto aos socialistas como aos marxistas no meio operário. Foi redator do jornal *El Orden* e colaborador de *Solidaridad*. Em 1883 é expulso da FTRE por conduta imoral após ser preso sob a acusação de falsificação de dinheiro. Preso em Madrid, não recebeu solidariedade por parte da entidade, morrendo de Cólera na prisão. Sua principal contribuição foi justamente no processo de expansão da ideologia anarcocoletivista no meio operário.

Valeriano Orobon Fernandez. Nascido em Valladolid, em 1901, se introduz na militância em 1914. Anos depois forma-se em Questões Sociais pelo Centro de Estudos Sociais da cidade junto com seu futuro companheiro de militância, Evelio Boal. Aos 18 anos é nomeado delegado para o Congresso do Teatro da Comédia de 1919. Sofreu intensa perseguição durante a Ditadura de Primo de Rivera e, em 1924, é preso. Após sua soltura, se exila em Paris. No exílio proferiu diversas conferências e aulas de espanhol, momento que mantém intensa relação com M. Netlau e S. Faure. No ano seguinte passa a organizar uma livraria financiada pelo grupo de afinidade *Los Solidarios*. Em 1926 é preso e expulso da França após

discursar contra Rivera, a monarquia e os conflitos no Marrocos, em um comício. Passa a viver em Berlim, onde conhece e se torna amigo de R. Rocker. Com conhecimentos de francês e alemão passa a viver da profissão de tradutor. Neste período torna-se secretário da seção espanhola da AIT. No período republicano se destaca na militância cenetista em Madrid, contribuindo também em diversos jornais. Em 1932 passa a ser um dos defensores dos aliancistas asturianos (militantes que se aliaram ocasionalmente com os socialistas em greves e demais ações sindicais na região). Em 1933 participa ativamente da campanha absenteísta do final do ano que levou a vitória da direita. Publicou muitos artigos no jornal *Solidaridad Obrera*. Foi um militante faísta que tentou reaproximar a tendência junto com os trentistas, porém sofrendo intensa oposição no interior da FAI. No biênio governado pelos cedistas é preso diversas vezes e passa a ter a saúde profundamente debilitada. Após sua última soltura, em 1934, morre dias depois.